

História do Oriente





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História do Oriente

Volume 2

Ana Carolina Huguenin Pereira

Janaina Martins Cordeiro



SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Claudia Rodrigues

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Ana Carolina Huguenin Pereira

Janaina Martins Cordeiro

COORDENAÇÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Flávia Busnardo

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

E REVISÃO

Henrique Oliveira

Marisa Duarte

Paulo César Alves

AValiação DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE

REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Beatriz Fontes

Carolina Godoi

Elaine Bayma

Patrícia Sotello

Thelenayce Ribeiro

COORDENAÇÃO DE

PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguilar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Bianca Lima

Juliana Fernandes

Patrícia Seabra

Ricardo Polato

ILUSTRAÇÃO

Bianca Giacomelli

CAPA

Bianca Giacomelli

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2013, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

H892h

Huguenin, Ana Carolina.

História do Oriente v. 2. / Ana Carolina Huguenin Pereira,
Janaina Martins Cordeiro - Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2013.
318 p. ; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-906-1

1. História do Oriente. 2. Japão - China. 3. Revolução chinesa.
4. Índia. 5. Paquistão. 6. Afeganistão. 7. Vietnã. I. Martins Cordeiro,
Janaina. II. Título.

CDD: 950

2014.2

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Vieira

Universidades Consorciadas

CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
Reitor: Luiz Augusto Caldas Pereira

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves de Castro

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Carlos Levi

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitora: Ana Maria Dantas Soares

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

História do Oriente

SUMÁRIO

Volume 2

Aula 9 – Uma nação sob ataque, um levante revolucionário: a invasão japonesa à China e a Revolução de 1949	7
Ana Carolina Huguenin Pereira	
Aula 10 – A China pós-1949: os desafios da construção do socialismo	43
Ana Carolina Huguenin Pereira	
Aula 11 – A Índia entre o Ocidente e o Oriente: colonialismo, modernidade e independência	101
Janaina Martins Cordeiro	
Aula 12 – A Índia republicana: da independência aos nossos dias	139
Janaina Martins Cordeiro	
Aula 13 – O Paquistão entre tradições e modernidades	187
Janaina Martins Cordeiro	
Aula 14 – Do grande jogo à guerra contra o terror: o Afeganistão e a Ásia Central no mundo contemporâneo	225
Janaina Martins Cordeiro	
Aula 15 – Vietnã: do colonialismo às guerras do tempo presente	271
Janaina Martins Cordeiro	
Referências	313

Aula 9

Uma nação sob
ataque, um levante
revolucionário: a
invasão japonesa
à China e a
Revolução de
1949

Ana Carolina Huguenin Pereira

Meta da aula

Apresentar o contexto histórico, marcado por conflitos externos e internos, através do qual se deu o triunfo da Revolução Chinesa (1949) e o surgimento da República Popular da China (RPC).

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar o impacto do expansionismo japonês sobre a China (anos 1930 e 1940);
2. analisar as condições históricas em meio às quais emergiu a Revolução de 1949, identificando características e especificidades do movimento revolucionário chinês.

INTRODUÇÃO

Vimos, na Aula 8, que o Partido Comunista Chinês (PCC) perdeu, nos anos 1930, praticamente todas as suas bases urbanas e foi obrigado a retirar-se, para sobreviver, de regiões mais populosas e economicamente desenvolvidas da China. A retirada consistiu numa longa e dramática travessia, que conduziu os comunistas ao Noroeste do país, à região pobre e remota de Yan'an. Lá, o PCC teria de adaptar-se a novas conjunturas, elaborar caminhos revolucionários próprios ou alternativos, a despeito de ponderações teóricas, vinculadas a partir de Moscou, ou a despeito da influência soviética sobre o comunismo internacional. Afinal, Yan'an não era Moscou, tampouco a realidade política, social e econômica da China correspondia àquela da Rússia (para não mencionarmos a Alemanha de Marx, onde a teoria do "socialismo científico", envolvendo a classe operária como protagonista da revolução, foi concebida). Em Yan'an, não havia operariado industrial e urbano junto ao qual organizar greves e protestos como havia, por exemplo, nas grandes cidades do Ocidente europeu ou em centros urbanos chineses como Xangai, de onde o PCC havia sido banido.

Após a Longa Marcha, os novos desafios enfrentados (e graduais avanços conquistados) pelo PCC provaram-se mais factíveis e melhor encaminháveis por vias outras que não correspondiam exatamente – e nem poderiam corresponder com exatidão – àquelas concebidas por Marx, originalmente, para os grandes centros industriais da Europa Ocidental, ou àquelas então aplicadas por Stálin à União Soviética. Este país atravessava, nos anos 1930, o doloroso processo de coletivização forçada, enfrentado a resistência e o descontentamento de milhões de camponeses. Por sua vez, o PCC precisaria, fundamentalmente, conforme veremos, contar com o apoio dos trabalhadores rurais, tanto para sobreviver quanto para avançar. Neste sentido, seus quadros seriam hábeis em transformar reivindicações tradicionais – pela terra e contra o pagamento de dívidas – em luta de classes. O triunfo da revolução e a formação

da República Popular da China (RPC), a partir de 1949, resultaram de um processo que, contrariando as previsões de Marx e as orientações soviéticas de então, teve no campesinato sua força social principal.

O caminho que conduziria à vitória, entretanto, seria longo, marcado por grandes dificuldades e enfrentamentos. Entre eles, os comunistas (e os chineses de maneira geral) tiveram de defrontar-se com um dos episódios mais brutais que acometeram a trajetória histórica da China contemporânea: a invasão japonesa.

A Manchúria sob domínio japonês (1931)

Você deve se lembrar que, conforme estudamos na Aula 7, o Japão oitocentista passara por um eficiente processo de reformas modernizantes (período Meiji). Deste processo, resultou uma nova potência industrial e expansionista, capaz de desembaraçar-se dos tratados desiguais aos quais fora submetida, em meados do século XIX. Não demoraria até que o país, modernizado e fortalecido, passasse a impor seus interesses pela força, a exemplo das potências ocidentais, ao “Império do Meio”. Após a guerra sino-japonesa (1894-5), conforme vimos, o tratado de Shimonoseki conferiu ao Japão privilégios semelhantes àqueles obtidos pelas potências ocidentais. A partir de então, o país aumentaria suas atividades, seus investimentos e seus interesses em relação ao grande e (temporariamente) enfraquecido vizinho asiático.

No nordeste da China, localizava-se uma região rica em recursos naturais (como carvão e ferro), estrategicamente posicionada, além disto, em área de fronteira com a Coreia. Tratava-se da Manchúria (na Aula 7, você pode localizá-la na **Figura 7.2**), onde os japoneses iriam estabelecer uma importante esfera de influência e uma base para sua futura expansão pelo território chinês, de maneira específica e pelo continente asiático de maneira geral.



A Manchúria entre imperialismos rivais: a guerra russo-japonesa

Conforme vimos na Aula 7, após a guerra sino-japonesa, o tratado de Shimonoseki veio atribuir ao Japão, entre outros ganhos significativos, o direito de estabelecer-se na Península de Liaodong, no sul da Manchúria (ver, na Aula 7, a **Figura 7.4**). Não obstante, pressionados por russos e franceses, os japoneses teriam de abrir mão dessa demanda. Nos anos que se seguiram, a Rússia imperial trataria de explorar economicamente a Manchúria, lá estabelecendo uma esfera de influência. A situação seria, contudo, alterada após o advento da guerra russo-japonesa (1904 e 1905.) Num lapso de aproximadamente dez anos, entre os conflitos internacionais travados contra a China e a Rússia, o Japão fortaleceu sua indústria siderúrgica e seu potencial armamentista. A Rússia, por sua vez, reclamou o direito de manter tropas na Manchúria, sob pretexto de proteger seus investimentos em linhas férreas na região. Subestimando os japoneses, tropas tsaristas, concentradas ao sul da Manchúria, muito próximas à Coreia, pareciam sinalizar uma eventual expansão russa sobre este país, então sob influência japonesa. Como você pode antever, tal situação não correspondia aos interesses do Japão, que não tardaria a reagir violentamente.

O expansionismo russo sobre a Ásia (no caso, mais especificamente, sobre a Ásia Central) também contrariava e representava ameaças potenciais à Inglaterra, temerosa diante da aproximação tsarista das fronteiras indianas. Neste contexto, ingleses e japoneses firmaram tratado de aliança, em 1902, e o Japão pôde contar com o apoio diplomático britânico quando

deflagrou o conflito contra o Império euro-asiático, em 1904. A guerra começou com um ataque surpresa à frota russa na base naval de Porto Arthur, ao sul da península de Liaodong. Seguiram-se sucessivas derrotas do gigante imperial tsarista, potência tradicional, diante do pequeno Japão, então uma espécie de “estreador”, enquanto potência, no cenário internacional. Uma esquadra russa foi enviada do Báltico, dando a volta pela Europa e África do Sul, em direção ao extremo oriente; os japoneses interceptaram-na no estreito de Tsushima, entre o Japão e a Coreia, e a isto se seguiu uma grande batalha naval. A aventura transoceânica custaria caro à Rússia e a seu regime. Além da derrota internacional, o Império tsarista conheceria uma revolução dentro das próprias fronteiras. Em decorrência da mesma, o tsar autocrata, pressionado por movimentos sociais, aceitou a convocação de eleições para o Parlamento (Duma).

O Japão, por sua vez, obteve importantes vantagens, na qualidade de vencedor do conflito. Com a assinatura do armistício, sua liberdade de ação na Coreia foi oficialmente reconhecida – o que transformou o país, mais tarde anexado como colônia japonesa (1910), em protetorado; quanto à Manchúria, a esfera de influência russa, junto com os direitos ferroviários que cabiam ao país, foram transferidos ao Japão, que deteve o avanço russo em Liaodong, e assegurou para si uma esfera de influência nesta região estratégica.

Para você ter uma ideia dos interesses japoneses em relação à China ou, mais especificamente, da quantidade de capitais nipônicos, investidos em solo chinês, avalie os seguintes dados, levantados por Jonathan Spence: em 1902, os japoneses investiam o equivalente a 1 milhão de dólares, o que representava 0,1% dos investimentos estrangeiros totais no país – uma soma muito modesta, comparada aos investimentos de potências ocidentais, como a Inglaterra (260,3 milhões e 33%, respectivamente). Contudo, apenas doze anos depois, em 1914, o montante dos investimentos japoneses na China havia atingido 219,6 milhões (13,6%); em 1931, ano da ocupação militar da Manchúria, temos 1 136,0 milhões (35,1%); e, em 1936, às vésperas da ofensiva geral contra China, chegou-se a 1 394,0 milhões (40%), superando os investimentos britânicos e o de todas as demais potências ocidentais.

Os dados permitem-nos avaliar o quão rápido e intensamente os investimentos japoneses expandiram-se em direção ao “vizinho” chinês. Uma nova potência imperialista havia surgido no contexto internacional, afirmando, com crescente ênfase, seu poderio sobre o assim chamado “Extremo Oriente”. Conforme veremos, sobretudo a partir dos anos 1930, o Japão lançar-se-ia num projeto extremamente ambicioso no sentido de neutralizar a ação imperialista ocidental na região, de afirmar-se como a única grande potência hegemônica, atuando sobre a mesma; objetivava-se inaugurar, assim, uma nova ordem na Ásia. A China, com seu vasto território, com suas riquezas naturais (a exploração de minas na Manchúria, por exemplo, era útil para alimentar o parque industrial japonês) e com sua imensa população, poderia adicionar recursos muito consideráveis a um país que, apesar de poderoso e fortemente industrializado, não contava com reservas territoriais ou populacionais em escalas comparáveis. Assim, a China passaria a ser um centro importante da expansão japonesa pelo continente.

Um dos pontos fulcrais dos investimentos, interesses e presença japoneses na China era, sem dúvida, a região da Manchúria. Ora, nós sabemos que a China, reduzida a um estado semicolonial

ao longo da segunda metade do século XIX e princípios dos Novecentos, não permaneceria, de forma alguma, passiva diante de tal situação. Ao contrário: conforme discutimos ao longo da Aula 8, os nacionalistas do Guomintang e os partidários do PCC mantinham reservas diante da ação das potências imperialistas no país. Os “princípios do povo” que embasaram a primeira coalizão entre PCC e GMD, conforme vimos, estruturavam-se justamente em torno de pressupostos nacionalistas – de união, independência e fortalecimento nacionais, e de animosidade diante dos tratados desiguais. Ora, aos interesses e propósitos expansionistas japoneses não exatamente convinha, como você pode imaginar, uma China unida e fortalecida sob um governo nacionalista, que neutralizasse o poderio descentralizador dos “senhores guerreiros” e abrandasse a subordinação do país, perante as potências estrangeiras. No entanto, esta era exatamente a proposta do Guomintang, que estabelecera em Nanquim a sede de um novo poderio. Se o GMD não representava uma realidade política conveniente aos interesses japoneses na China, quanto menos os comunistas o representariam. Assim, as instabilidades e disputas políticas chinesas, com destaque à “ameaça” comunista, não vinham exatamente atender aos interesses do “Império do Sol Nascente”, mas representavam perigos em potencial, isto é: potenciais desestabilizadores da presença japonesa em território chinês.

Na medida em que interesses e investimentos bilionários do Japão, conforme apontamos, estiveram voltados para a China, o desenrolar e as reviravoltas históricas em curso no país concerniam, de certa forma, também ao governo, ao exército, aos industriais e ao investidores japoneses de maneira geral. Ora, a empreitada expansionista, conforme apontam autores, como Hannah Arendt, não possui caráter puramente econômico e não envolve apenas homens de negócios: não raro, importantes setores burocráticos e militares do Estado imperialista são mobilizados. No caso, neste período, o exército japonês envolveu-se amplamente na garantia da preservação (e expansão) dos interesses nacionais na Manchúria, a despeito das instabilidades, reconfigurações e incertezas presentes no contexto político chinês.

No Japão, ao longo dos anos 1930, fortaleceram-se e predominaram tendências militaristas, ultranacionalistas e autoritárias. Neste contexto, os militares passariam a exercer um papel de crescente destaque nos rumos políticos do país, cujo imperador, Hirohito, ascendera ao trono em 1926.



Figura 9.1: O imperador Hirohito.
Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/
File:Hirohito_wartime.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Hirohito_wartime.jpg)

A diplomacia cederia cada vez mais espaço à força e a agressões armadas; a noção de construção de uma nova ordem asiática, tendo o Japão como centro ou potência dominante, ganharia mais força e destaque. Assim, chegou-se a uma situação na qual a insistência do exército japonês em garantir, pela força, a expansão sobre o nordeste da China fortaleceu-se, estando melhor sintonizado com as tendências autoritárias em plena ascensão na época. Foi neste âmbito histórico que oficiais japoneses, dispostos à radicalização das ações intervencionistas, incentivaram e promoveram, sem autorização prévia do gabinete parlamentar, a ocupação militar da Manchúria, em 1931.



O Japão da década de 1930: os abalos da crise econômica internacional, as tendências autoritárias e militarizantes

Ao longo dos anos 1930, o Japão esteve exposto às consequências da crise do capitalismo internacional – o mercado de sedas, por exemplo, sofreu grande abalo a partir do *crash* da bolsa de Nova York, deixando milhares de agricultores japoneses desempregados; as barreiras alfandegárias erguidas a partir de então por diversos Estados Nacionais, ansiosos em proteger suas economias, repercutiram no comércio internacional de maneira geral e contribuíram, no Japão, para a ruína de pequenos negócios; mesmo grandes firmas japonesas não ficaram inteiramente protegidas dos impactos da crise, pressionando, neste momento desfavorável, seus trabalhadores e fornecedores. Foi neste contexto marcado pela crise que o país voltou-se intensamente para tendências autoritárias e militaristas. Você deve se lembrar que, à época, para além do Japão, em um cenário internacional bastante amplo, o liberalismo político fora contestado e entrou em crise, havendo fortalecimento de tendências e regimes autoritários em países, como Alemanha ou Itália. Evidentemente, os contextos e tendências políticos e ideológicos de sociedades tão diversas, quanto Itália, Japão e Alemanha, guardavam especificidades e diferenciações muito importantes entre si, mas, em comum, pode-se apontar o predomínio, nesses países, ao longo dos anos 1930 e da primeira metade dos anos 1940, do autoritarismo em detrimento da democracia.

À ocupação militar japonesa do nordeste da China, seguiu-se o estabelecimento do regime títere de “Manchukuo”, que tinha como chefe nominal Puyi, o último imperador manchú, então convertido em uma espécie de “testa de ferro” do Japão. Assim, enquanto o restante da China era governado pelo regime do Guomindang, com sede em Nanquim, estabeleceu-se na Manchúria um regime colaboracionista e à parte, controlado por uma potência estrangeira. Manchukuo representava uma afronta aos objetivos de Chiang Kai Chek e dos comunistas, no que dizia respeito a (re) estabelecer a união e a independência nacionais; os japoneses viriam, pois, a se estabelecer enquanto “inimigos comuns” em torno dos quais os partidos em disputa interna deveriam unir forças. Ainda assim, Chiang insistiria em perseguir, por muitos anos, seus compatriotas do PCC. Após várias sinalizações do Partido Comunista em prol de uma nova aliança – desde o início dos anos 1930, os marxistas chineses defendiam a união de forças oponentes à agressão japonesa, ponto de vista apoiado pela URSS, que então estimulava a aliança contra o imperialismo e o fascismo – o líder do governo nacionalista finalmente cedeu e concordou com a formação de uma segunda coalizão entre PCC e GMD. A esta altura, porém, naquele mesmo ano de 1937, os japoneses iriam desencadear uma invasão plena à China.

A ofensiva geral: 1937

Segundo Wladimir Pomar, ao promover uma ofensiva geral ao território chinês,

o objetivo do Japão consistia em subjugar a China e transformá-la em colônia. Isto fazia parte de um plano, mais vasto, de expulsar as potências ocidentais da Ásia e consolidar-se como único imperialismo da região. Contando com as matérias-primas e a mão de obra dos países colonizados, o Japão poderia realizar seu desenvolvimento industrial e ombrear-se com as potências europeias e com os Estados Unidos.

No caso, conforme veremos, as potências europeias, que já haviam sofrido os efeitos da Primeira Grande Guerra, enfraqueceriam ainda mais, perdendo sua hegemonia internacional, com o precipitar da Segunda Guerra, então às vésperas de acontecer (1939). Sabemos que o Japão sairia do conflito derrotado, em agosto de 1945, mas, em 1937, antes mesmo de seu ingresso no conflito internacional, o país atravessava um crescendo de influências militaristas, ambição expansionista e disposição combativa – pelas quais a China seria duramente atingida.

Dominar o colossal país de Confúcio não era tarefa fácil, mas os japoneses estavam decididos a fazê-lo, sem medir esforços ou moderar o emprego da violência. Dominada a Manchúria desde o começo dos anos 1930, ao final desta década, foram lançadas ofensivas contra grandes cidades chinesas, como: Xangai, Nanquim, Wuhan e Cantão. Conforme mencionamos, Nanquim era a sede do governo do Guomindang, que procurou resistir à investida estrangeira, porém sem sucesso. A invasão da cidade, em dezembro de 1937, foi brutal e traumática; os soldados japoneses desencadearam episódios de morticínio e violência extrema, envolvendo não apenas combatentes, mas civis. Segundo Jonathan Spence, foram estimadas em cerca de 20 mil as mulheres vítimas de estupro (muitas das quais não sobreviveriam à violência), em 12 mil o número de civis assassinados; em 30 mil os soldados fugitivos mortos. Houve ainda pilhagem, destruição e incêndio, no âmbito de uma devastação que impôs à população um sofrimento incalculável – um triste quadro que, com o advento da Segunda Guerra, prestes a eclodir, atingiria, sob diversas formas, outras cidades, aldeias e povoados.

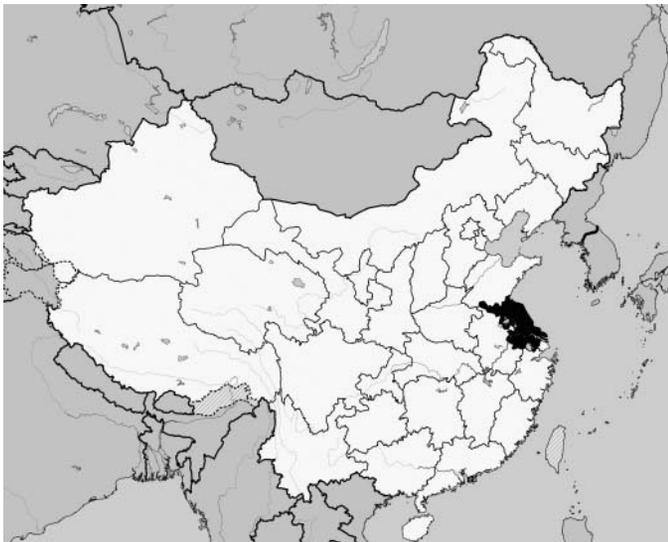


Figura 9.2: Localização da província de Jiangsu, onde se situa a cidade de Nanquim.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Jiangsu_in_China_\(%2Ball_claims_hatched\).svg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Jiangsu_in_China_(%2Ball_claims_hatched).svg)



Figura 9.3: Civis chineses sendo enterrados vivos por soldados japoneses em Nanquim.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Chinese_civilians_to_be_buried_alive.jpg

Em aproximadamente um ano, praticamente todo o Leste da China, região mais industrializada do país, ficou sob domínio japonês. A tarefa de promoção da união e do fortalecimento nacional, que o Guomindang propôs-se a cumprir, foi então, podemos dizer, “atropelada” pelo eficiente exército do Japão. O governo nacionalista ainda tentou estabelecer nova sede em Wuhan, mas a cidade também sucumbiu perante as forças estrangeiras, no final de 1938. Diante do fato, o GMD estabeleceu nova base em Chongqing, uma das poucas regiões da China, junto com a base comunista estabelecida em torno de Yan’an (província de Shaanxi), livres do domínio japonês. Assim, as duas regiões ficariam conhecidas como centros chineses de resistência à invasão japonesa, ligados, respectivamente, ao GMD e ao PCC.

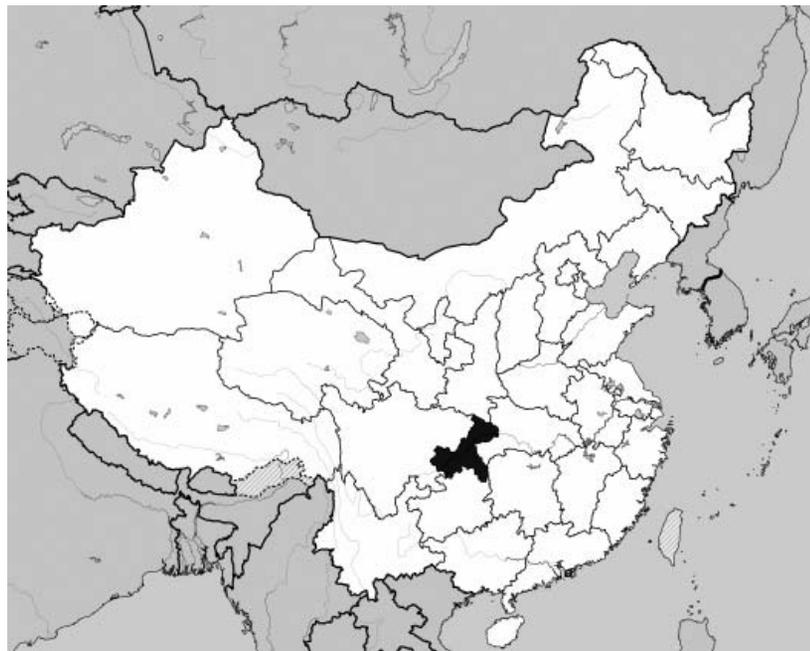


Figura 9.4: Localização de Chongqing.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Chongqing_in_China_\(%2Ball_claims_hatched\).svg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Chongqing_in_China_(%2Ball_claims_hatched).svg)

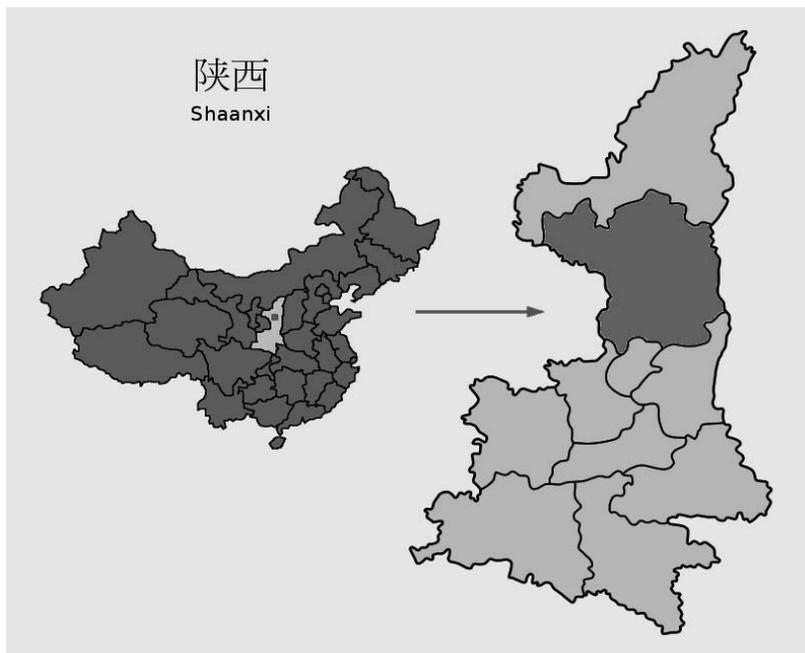


Figura 9.5: Localização da província de Shaanxi e de Yan'an.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Location_of_Yan%27an_Prefecture_within_Shaanxi_\(China\).png](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Location_of_Yan%27an_Prefecture_within_Shaanxi_(China).png)

No restante do país, uma série de regimes títeres, a exemplo do que fora constituído na Manchúria (Manchukuo), foram estabelecidos, num contexto histórico crítico e ameaçador, em que a China encontrava-se dividida e em grande parte dominada. Resistindo ao quadro de ameaça e desagregação nacionais, o PCC e o GMD uniram-se novamente. Neste contexto, os soldados comunistas, que compunham o Exército Vermelho, colocaram-se sob comando nominal do GMD, formando o “Exército da Oitava Rota”, e, com as forças remanescentes a Leste de Yan'an, foi formado o “Novo Quarto Exército”. Além disto, o PCC moderou (temporariamente) seu discurso no que diz respeito ao confisco e à redistribuição de terra. Juntos, os partidos travariam luta árdua e, durante algum tempo, sem qualquer auxílio internacional. Com o deflagrar da II Guerra Mundial e o ingresso dos Estados Unidos no conflito, porém, novas perspectivas, oportunidades e reviravoltas envolveriam o país, marcando sua história.

A Segunda Guerra e o enfraquecimento do imperialismo europeu na China

A investida total do Japão sobre a China coincidiu e contribuiu para enfraquecimento do poderio ocidental estabelecido desde o século XIX no país. Mesmo antes do deflagrar da Segunda Guerra, os japoneses vinham exercendo pressões sobre o Serviço Alfandegário Estrangeiro, sobre a livre navegação no rio Yangzi e sobre as áreas de concessão, outrora praticamente intocáveis, de Tianjin e Xangai, cidades que haviam caído sob domínio do “Império do Sol Nascente”. Com o advento da guerra, a força do imperialismo francês e inglês sobre a Ásia (dada a conjuntura de confrontos, ocupações, ataques, ou, enfim, o envolvimento europeu nas próprias frentes de batalha) recuou e o Japão ocupou-se da tarefa de “expulsar” ambas as potências de suas posições de poder não apenas na China, mas ao longo da região. Assim, a Indochina francesa foi invadida por forças japonesas em 1940; as posições de poder britânico no Extremo Oriente teriam destino semelhante, com as quedas da Birmânia, de Hong Kong e de Singapura.

Os privilégios das áreas de concessão internacionais foram abolidos depois do ataque japonês à base americana de Pearl Harbour e do ingresso dos Estados Unidos na guerra. Em 1943, as comunidades ocidentais, oriundas de países então em guerra contra o Japão, foram expulsas, por forças japonesas, de cidades, como Xangai e Pequim, e removidas para campos de internamento, onde as condições de vida eram duríssimas, em nada comparáveis ao luxo e ao conforto outrora acessíveis a estes prósperos grupos ocidentais residentes na China.

Aqui, você pode perceber as significativas reviravoltas históricas, ocorridas em apenas um século: em meados do século XIX, um Império fechado e autossuficiente fora aberto à força das canhoneiras, por potências europeias; em princípios do século XX, o poder e a presença de tais potências parecia inabalável. Passados menos de 50 anos, o Império manchú (ou Qing) ruiu, e novas forças

políticas constituíram-se, disputando a primazia sobre os destinos da nação; finalmente, dois conflitos internacionais de ampla escala enfraqueceram a Europa e era agora o Japão, país asiático que também sofrera as consequências do sistema de tratados impostos, mas que modernizara suas forças produtivas com sucesso e, segundo modelos ocidentais, que passara a constituir a principal ameaça, para os chineses, de desintegração e dominação da nação.

Com o início da Segunda Guerra, forças japonesas passaram a bombardear sistematicamente a nova sede de poder do GMD – Chongqing. Os nacionalistas contaram com certa ajuda dos Estados Unidos, até o ingresso deste país no conflito mundial após o ataque a Pearl Harbour (dezembro de 1941), quando o apoio estadunidense à resistência chinesa avolumou-se de maneira sensível, tornando-se sistemático e parcialmente decisivo. Neste contexto, a China passou a fazer parte do esforço de guerra norte-americano contra o Japão e ainda foi elevada ao *status* de potência aliada, junto aos Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética. Foi também durante os anos de guerra, mais especificamente em 1943, que o sistema de extraterritorialidade implementado, desde o século XIX, no país, e que constituía uma afronta ao exercício da soberania nacional, foi abolido.

Devemos observar que o fim da dominação ocidental sobre a China deveu-se, em parte, ao enfraquecimento das potências europeias ao longo dos 31 anos que separam o início da Primeira e o fim da Segunda Guerra, e, em parte, ao fortalecimento do expansionismo japonês sobre a região, entre 1937 e 1945. Não podemos, de forma alguma, entretanto, ignorar as formas de resistências, alternativas e esforços desenvolvidos pelos chineses como atores de sua própria história, ou do processo histórico que marcaria a libertação da China em relação à dominação estrangeira ocidental e japonesa.

O poder, as pressões e a violência, exercidos pelo Japão belicista contra a China, como vimos, foram imensos. O país poderia ter sucumbido sem maiores esforços no sentido de resistir, sobretudo quando, a princípio, não contava praticamente com nenhum apoio externo, mas, sob grandes perigos, perdas humanas e materiais, não foi isto o que se deu. Atingir o *status* de potência, aliada do esforço de guerra ocidental, depois de um século de subordinação internacional, não foi, portanto, o resultado de uma concessão generosa de potências estrangeiras, mas a consequência de uma luta empedernida que os chineses vinham sustentando há anos, à custa de imensos sofrimentos.

Em um contexto, marcado por dificuldades e por resistência, por escassez e bravura, os comunistas haveriam de destacar-se. De sua base em Yan'an, cercados por territórios que haviam caído sob domínio japonês, não contavam eles com fartura de recursos materiais e/ou bélicos – bem ao contrário. Mas como – cabe-nos indagar – em condições tão difíceis e mesmo improváveis, assumiria o PCC o controle sobre toda a China? Antes de alcançar o triunfo, os comunistas teriam de enfrentar não apenas o exército japonês, mas, no contexto de uma segunda ruptura, que se seguiu à derrota do Japão, o PCC novamente se engajou em disputa com o GMD pelo poder. À invasão japonesa e a seu rechaçar seguir-se-ia, assim, uma virulenta guerra civil.



Atende ao Objetivo 1

1.

Vários acontecimentos de 1943 mostraram como os triunfos militares do Japão – e a recusa da China em se render – tinham alterado decisivamente os padrões de um século de exploração ocidental na China. [...]. No final de março de 1943, a comunidade

construir uma nova ordem asiática, sob sua hegemonia. Nesta empreitada, estabelecer domínio sobre a China, um país de vastidão territorial e populacional muito superior ao do Japão, era tido como etapa fundamental. O gigante chinês, que atravessava um período conturbado de sua história, era rico em recursos naturais e tinha grande quantidade de mão de obra a oferecer para abastecimento da indústria japonesa. Havendo desenvolvido consideravelmente, ao longo dos anos, seus investimentos e interesses sobre a China, o Japão passou a pressionar militarmente o país – um processo que culminaria, em 1931, com a invasão da Manchúria e, em 1937, com uma ofensiva geral ao território chinês. Tal ofensiva significou, para a China, forte ameaça de desintegração nacional, havendo os japoneses instaurado regimes títeres pelo território chinês, onde o GMD e o PCC também mantinham bases de controle ou regimes próprios. Nesta China dividida, grandes contingentes populacionais, entre combatentes e civis, foram diretamente expostos a episódios de forte violência, imposta pelos invasores estrangeiros. Tais invasores, de acordo com objetivos de tornarem-se os únicos a impor domínio sobre a China, pressionariam as comunidades ocidentais lá instauradas desde meados do século XIX. Esta pressão chegaria a seu ápice, com deportações e desapropriações, no contexto da Segunda Guerra Mundial.

A resistência comunista à invasão japonesa

Segundo Daniel Aarão Reis Filho, ao longo da guerra antijaponesa, os comunistas firmaram um perfil político bastante específico, singular, diferente daquele então defendido e representado pela União Soviética. O gigante socialista teve sua capacidade de auxílio e intervenção drasticamente reduzidos, ao enfrentar o drama da investida nazista (a partir de junho de 1941). Assim, os comunistas chineses, à força das circunstâncias, tiveram de contar, fundamentalmente, com os próprios recursos no enfrentamento ao inimigo externo. Para você ter uma ideia, em 1945, após anos de luta encarniçada contra os japoneses, o Partido realizou, em Yan'an, seu VII Congresso, no âmbito do qual se formulou uma nova constituição partidária. Esta não foi marcada pelas habituais referências à

União Soviética – cuja influência sobre o comunismo internacional era então imensa –, mas viera enfatizar a independência do PCC. Mao Zedong, elevado à posição de presidente do Comitê Central, teve seu pensamento comparado, em importância para as diretrizes do partido, a de teóricos, como: Marx, Engels e Lênin. Ora, o pensamento de Mao enfatizava, conforme mencionamos na Aula 8, a importância das áreas rurais e dos camponeses, enquanto agentes e aliados revolucionários indispensáveis. Tal visão, “herética”, não se coadunava com a “ortodoxia” vinculada pelo Partido Comunista Soviético, então dominado por Stálin. Tal ortodoxia enfatizava a importância da classe operária, como ator principal, e do contexto urbano, como “palco” principal dos desdobramentos revolucionários. A revolução que se seguiu na China, por sua vez, ao término da Segunda Guerra Mundial, foi fortemente marcada pelo caráter agrário; foi atravessada pelo contexto predominante num país de maioria camponesa e pelo fato de o Partido revolucionário haver consolidado e expandido suas bases de apoio a partir do campo.

Vimos ainda, na Aula 8, que a chegada e o estabelecimento das principais lideranças do PCC em Yan’an foi o resultado de uma retirada involuntária e imprevista ou consequência das campanhas de “cerco e aniquilamento”, lançadas contra os comunistas pelo GMD, cujos recursos militares eram consideravelmente superiores. A região, situada a Noroeste, distante e periférica em relação às grandes cidades do Leste da China – como Xangai ou Nanquim – era marcada pela falta de recursos (sendo nula em termos industriais e pobre até mesmo em termos agrícolas) e tinha um caráter acentuadamente rural. Segundo observa Jonathan Spence, Yan’an era uma região tão pobre, que não estivera claro, a princípio, sequer que os comunistas lá sobreviveriam, quanto menos que seria este, justamente, o ponto de partida para a disseminação de uma revolução triunfante. Cabe-nos, portanto, indagar, como puderam os quadros do partido resistir e enfrentar as forças de ocupação japonesas e, em seguida, no contexto da guerra civil, o exército do GMD, para assumir o comando do país, a partir de bases tão improváveis.

Os comunistas souberam garantir novos aliados entre as populações nas imediações de Yan'an, o que se tornaria essencial para sua sobrevivência, fortalecimento e eventual vitória. Tais populações, como você já sabe, não eram urbanas, mas fundamentalmente agrárias; não se aglomeravam em grandes cidades, mas em tradicionais aldeias camponesas. Ora, os camponeses mais pobres tinham, entre suas demandas sociais mais básicas e não raro acumuladas por gerações, a redistribuição da terra e a eliminação das dívidas – provenientes, por exemplo, de arrendamentos agrários. As propostas e práticas comunistas, na China, envolveram justamente – e isto foi posto em ação antes mesmo da Longa Marcha, em sovietes rurais como o de Jiangxi, liderado por Mao Zedong – questões distributivas e fiscais (abolição das dívidas e expropriação de grandes senhores). Em outras palavras, podemos dizer que o PCC, expulso dos maiores centros urbanos pela perseguição desencadeada por Chiang Kai Chek, reconsolidou-se no campo atendendo a importantes demandas sociais. Com isto, garantiu crescente ampliação de suas bases de apoio populares, o que se mostraria de enorme importância no que diz respeito ao enfrentamento de resolutos inimigos – os japoneses e o GMD – e ao triunfo de 1949.



Destruição programada: “três tudo”

Para você ter uma ideia da violência e das dificuldades envolvidas na luta comunista contra a ofensiva promovida pelo Japão, cabe mencionarmos aqui alguns dados fornecidos por Jonathan Spence: em 1940, o PCC procurou promover ataques a estradas e ferrovias japonesas ao Norte da China. Isto acarretaria perdas consideráveis para o inimigo, que deslancharia, em contrapartida, contra-ataques devastadores a aldeias camponesas, vitimizando direta e duramente a população civil; o Exército da Oitava,

Rota, por sua vez, perderia em torno de 100 mil homens. Em resposta à tentativa comunista de organizar comunidades, sob sua área de controle, contra os agressores estrangeiros, em 1941, o Japão lançou mão de um programa conhecido como “três tudo”: “matar tudo, queimar tudo, destruir tudo”. Assim, povoados inteiros foram devastados até o último ser humano ou construção. Vale lembrar que os japoneses eram fortemente anticomunistas e que agiam com violência desmedida, a fim de evitar o perigo da adesão popular às ações de guerrilha, desencadeadas pelo PCC. Tamanha violência, contudo, teve como efeito despertar grande e persistente sentimento antijaponês entre os sobreviventes.

Ao longo dos anos de confronto, os soldados comunistas eram instruídos a respeitar os civis, os camponeses simples que, em meio às dificuldades, procuravam sobreviver da melhor forma possível em suas aldeias – assim, as forças militares sob o PCC eram orientadas a não fazer uso da força para apropriar-se de suprimentos (deveriam pagar por eles), não abusar sexualmente das mulheres, não tyrannizar o povo desarmado. O Partido orientou-se bastante em torno de noções referentes à “mobilização de massa” ou a “linha de massa”, estimulando seus quadros a aproximar-se do povo – no caso, dos camponeses. Isto significava conhecer suas duras condições de vida, seus sofrimentos e queixas, com eles se misturar de forma solidária e confraternizante, e entre eles fazer propaganda das ideias do Partido, procurando, assim, garantir seu apoio. Ao longo dos anos de luta contra o Japão, houve intelectuais, provindos de centros urbanos, que foram juntar-se à resistência comunista em Yan’an; entre os mesmos, era comum um grande desconhecimento a respeito da realidade das aldeias. Mao

Zedong, por sua vez, tendia a valorizar, além dos conhecimentos teóricos, a vivência prática, estimulando os militantes a conhecer e experimentar as condições de vida e de sobrevivência populares. Com isto, muitos militantes que ignoravam a realidade do campo eram enviados “ao fundo das aldeias” de modo a se “reeducar”. Havia, assim, a noção de que era possível “conscientizar” o povo – através da propagação de ideais ligados ao Partido – mas também aprender com ele. É importante termos em mente, em suma, que os comunistas souberam, apesar das dificuldades e da carência de recursos, conquistar adesão popular, aumentar suas bases de apoio e o exercício de sua influência, e para tanto, procuraram conhecer as dificuldades e atender aos anseios dos milhões de camponeses que o cercavam. Tais anseios, em um país predominantemente rural, passavam de forma essencial pela questão da terra.

A guerra civil e as redistribuições de terra

Durante o período de vigência da segunda frente unida com o GMD, como dissemos, os comunistas moderaram suas práticas de reforma social, procurando diminuir as dívidas dos camponeses mais pobres, ao invés de aboli-las e restringir as expropriações de terra.

No entanto, a frente unida se estiolaria num renovado confronto. Mesmo antes do final da guerra, o PCC e o GMD vinham posicionando suas forças de maneira a ocupar o máximo possível de territórios, preparando-se para um confronto civil que se anunciava. Rompida a frente unida, o Partido retomaria suas práticas mais radicais de reforma agrária e isto lhe valeria importante fração de apoio popular – receosos de perder suas terras, os camponeses beneficiados pelas expropriações tenderiam a apoiar os comunistas em detrimento do GMD.

Com a capitulação do Japão, em agosto de 1945, em seguida ao lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, a disputa entre nacionalistas e comunistas pelo poder eclodiria de

forma aberta e decisiva. Os Estados Unidos, que reconheciam no GMD o único governo nacional legítimo existente na China, procurou intermediar negociações entre as partes, de forma favorável aos interesses encabeçados pela liderança de Chiang Kai Chek. As negociações, entretanto, seriam infrutíferas, não evitando o confronto civil. Chiang Kai Shek mostrou-se resolutamente comprometido com a noção de reafirmar o controle sobre a totalidade do país e de, novamente, combater os comunistas, tidos como perigosa ameaça (o “perigo vermelho”) a ser removida. Para tanto, ataques armados a regiões controladas pelo PCC foram realizados, atingindo, em 1947, a própria Yan’an, sede de poder comunista.

Durante a guerra civil, iniciada em 1946, formou-se uma variedade de frentes de batalha, espalhadas pela vastidão do território chinês. O GMD contava com um exército maior e melhor equipado (ao longo da Segunda Guerra Mundial, afinal, os nacionalistas, ao contrário dos militantes do PCC, haviam recebido armamentos estadunidenses), além de controlarem praticamente a totalidade das grandes cidades, de estradas de ferro e de portos de importância estratégica. O PCC, como nos referimos, havia se consolidado no campo, controlando consideráveis áreas rurais no norte do país – nas palavras de Mao Zedong, “desde 1927”, quando da ruptura da primeira frente unida com o GMD, a estratégia do Partido teria sido “cercar as cidades pelo campo”. Tal estratégia foi fundamental, como viemos apontando até aqui, para compreendermos o fortalecimento e a vitória de um partido que, após a Longa Marcha, perdera praticamente todas as suas bases urbanas e parecia perto do aniquilamento. Diante de um exército inimigo maior e melhor equipado, outra estratégia de enfrentamento utilizada pelo PCC era a guerra de guerrilhas, da qual o Exército Vermelho lançou mão não só em seus confrontos com o GMD, mas ao longo da resistência antijaponesa. Como vimos na Aula 8, Mao Zedong e Zhu De contribuíram na idealização e na organização de tal exército, que desenvolveu técnicas de luta alternativas àquelas normalmente adotadas em guerras de posições convencionais e que, a partir de 1946, passou a chamar-se “Exército de Libertação Nacional” (ELP).

A Manchúria, no contexto histórico da guerra civil, mais uma vez ganhou destaque, convertendo-se em uma espécie de grande (e decisivo) campo de batalha, um “palco” fundamental onde duros combates foram travados. A região, como sabemos, havia recebido significativos investimentos japoneses, tornando-se, assim, um importante centro industrial. Após a derrota japonesa, a Manchúria foi ocupada pelo Exército Soviético, que favoreceu os comunistas quando, ao retirar suas forças, em 1946, procurou legar-lhes os armamentos japoneses, deixados na região. De maneira geral, porém, é importante ressaltarmos que o PCC contou fundamentalmente com as próprias forças ao longo da Segunda Guerra Mundial, contexto no qual a União Soviética sofreu abalos terríveis, estando por demais “ocupada” em rechaçar a invasão nazista e temporariamente impossibilitada de oferecer auxílio aos marxistas da China. Isto favoreceu, conforme mencionamos, a afirmação, pelo PCC, de estratégias e linhas políticas independentes da, e alternativas à, influência stalinista.

Foi ao norte da Manchúria, na cidade de Harbin, que o PCC obteve sucesso em estabelecer uma base urbana, enviando, de lá, militantes investidos da missão de disseminar, entre as aldeias, junto aos camponeses, propagandas vinculadas ao Partido; entre elas, destacavam-se as promessas de reforma agrária. Em relação a esta questão, cumpre ressaltar que, desde 1946, os comunistas vinham intensificando seu programa de expropriação de terra e abolição dos aluguéis (arrendamentos). Neste contexto, foram redistribuídas terras de proprietários manchus, beneficiários tradicionais da ordem dinástica Qing; terras não registradas; assim como propriedades daqueles considerados culpados de colaboração com os japoneses. Em 1947, o Partido aprovou a uma lei de reforma agrária, ampliando ainda mais as práticas de distribuição rural, uma vez que todos os grandes proprietários foram estabelecidos enquanto passíveis de expropriação.



Figura 9.6: Cidade de Harbin, no norte da Manchúria (em destaque).

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:China_Heilongjiang_Harbin.svg

Tal programa vinha, como dissemos, atender de perto a anseios sociais populares, presentes há gerações entre as comunidades rurais mais pobres. Você pode imaginar que tais comunidades, exploradas, tradicionalmente, aos limites da subsistência, vinham enfrentando, naquele momento histórico, em meios aos tormentos de uma recente ocupação estrangeira e de uma guerra civil, um período particularmente sofrido, instável e incerto. O apoio conquistado pelos comunistas entre tais comunidades, por conta mesmo dos anseios sociais que os primeiros propunham-se a atender, tenderia, desta forma, a aumentar; e isto explica, de maneira fundamental, a vitória do PCC sobre o GMD. Os camponeses temiam que uma vitória deste último acarretasse a demolição das conquistas sociais que os comunistas ajudavam a promover. E, de fato, quando as forças do Guomintang atacaram Yan'na, em 1947, por exemplo, a redistribuição de terras ali promovida foi abolida, sendo muitos ativistas camponeses da reforma agrária perseguidos e massacrados.

Assim, de acordo com Alain Roux, Chiang Kai Chek passaria a encarnar, aos olhos de muitos trabalhadores rurais – que constituíam a maioria da população chinesa – “a vingança do mundo antigo que os comunistas tinham começado a abalar.” Ou seja, para muitos, apoiar os comunistas era garantir conquistas há muito ansiadas, enquanto uma vitória do GMD poderia significar a perda das mesmas, e a volta à estrutura tradicional de concentração agrária e depauperação de grandes contingentes populacionais. Assim, como você pode antever, a influência do PCC entre as comunidades rurais cresceria de modo muito significativo e inversamente proporcional àquela do GMD.

Os nacionalistas teriam suas bases de apoio popular corroídas por problemas graves, enfrentados sob seu governo: uma crise econômica que acarretara gigantesca inflação; problemas ligados a corrupção, negligência e abusos de poder. Para mencionarmos um exemplo, na Manchúria, em áreas sob administração do GMD, a tomada de plantas industriais, acarretou enriquecimento ilícito, sendo marcada por diversos abusos. Desta forma, podemos dizer que a vitória dos comunistas sobre o GMD forjou-se, em larga medida, em termos políticos; e então podemos compreender melhor como o PCC, a despeito da inferioridade inicial em termos militares, conseguiu triunfar.

À medida que expandiam suas bases de apoio político e social, os comunistas foram conquistando, também, êxitos militares. Em 1948, Mao Zedong anunciou que o exército comunista ou ELP, mudara sua estratégia de guerras de guerrilha para batalhas convencionais em campo aberto; tal mudança não significava um mero exercício da vontade, mas refletia o fato de que, após tantos esforços, o PCC havia se fortalecido o bastante, em termos políticos, sociais e, finalmente, militares, para abandonar suas estratégias de enfrentamento majoritariamente guerrilheiras. Em janeiro de 1949, forças do ELP, comandadas por Lin Biao, capturaram as cidades de Tianjin e Pequim – isto significou que o Norte da China estava perdido para o GMD. Em março daquele mesmo ano, Mao Zedong

anunciou que a estratégia até então, utilizada pelo PCC, no sentido de “usar as aldeias para cercar as cidades”, chegara ao fim. Daquele momento em diante, afirmou ele,

O centro de gravidade do trabalho do partido mudou da aldeia para a cidade. No Sul, o Exército de Libertação Popular [ELP] ocupará primeiro as cidades e depois as aldeias.

E assim foi feito: as cidades mais importantes a sul de Pequim foram conquistadas – Nanquim, Xangai e, em outubro de 1949, Cantão. No dia 1º daquele mês, Mao declarou, na Praça da Paz Celestial, em Pequim, que o povo chinês havia se levantado e nunca mais seria escravo. Estava declarada a fundação da República Popular da China (RPC).



Figura 9.7: Mao Zedong anunciando a fundação da RPC.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:China,_Mao_\(2\).jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:China,_Mao_(2).jpg)

Quanto às lideranças do Guomindang, estas se refugiam em Taiwan. A ilha, como vimos na Aula 7, havia sido cedida ao Japão, em fins do século XIX, através do tratado de Shimonoseki, e

tornou-se, após a guerra civil de 1946-1949, sede de um governo, liderado por Chiang Kai Chek. Nos anos que se seguiram, a ONU reconheceria oficialmente o governo de Taiwan e não a RPC, como representação internacional legítima.



Atende aos Objetivos 1 e 2

2. Em 1º de outubro de 1949, foi declarada a fundação da República Popular da China. Discursando do portal da Praça da Paz Celestial, Mao Zedong afirmou que o povo chinês havia se levantado e que nunca mais seria escravo.

Levando em conta a atuação das potências imperialistas na China, disserte sobre a “escravidão” a que Mao Zedong referiu-se, considerando a influência dessa relativa “escravidão” externa sobre os rumos revolucionários que predominaram no país.

Resposta Comentada

Aqui você deve considerar que a China foi palco do exercício de poder – militar e econômico – estrangeiro. Potências ocidentais, como a Inglaterra, e também o Japão, industrializado sob as reformas Meiji, exerceram atividades de caráter imperialista sobre o país, mas este, como você sabe, não permaneceria politicamente passivo diante de tal quadro. O PCC e o GMD, a despeito de diferenciações político-ideológicas, propunham-se a lutar pela afirmação da independência e da autonomia nacionais. Estas ficaram sob renovada e intensificada ameaça quando da invasão

japonesa, e o estabelecimentos de regimes “fíteres”, ou colaboracionistas, ligados à potência invasora, pelo território chinês. A ofensiva geral, promovida pelo Japão à China, impôs imensos sofrimentos à população, ocasionando anos de conflito armado; com a ofensiva, além disto, a estabilidade política e a união nacional que governo do GMD vinha buscando estabelecer ficou irremediavelmente comprometida. Liderando a resistência antijaponesa, destacavam-se os nacionalistas, de sua base em Chongqing e entornos, e o PCC, cuja área de controle tinha seu centro em Yan’an. Ambos os partidos firmariam uma aliança, mas, depois da expulsão dos japoneses, e num contexto marcado por sofrimentos e instabilidades decorrentes dos anos de invasão e resistência armada, os partidos enfrentaram-se novamente em uma guerra civil. Ainda durante o enfrentamento antijaponês, o PCC ganhou em visibilidade, destaque e importância políticos, na medida em que sua atuação, em defesa da China, foi sem dúvida relevante. Assim, um partido bastante enfraquecido em meados dos anos 1930, destacou-se enquanto um dos pilares de resistência nacional contra inimigos externos, entre 1937 e 1945. Da guerra contra o Japão, portanto, o Partido Revolucionário, apesar da penúria e do morticínio, enfrentados por seus militantes, saíria politicamente fortalecido; e, enfrentando o GMD, na guerra civil que se seguiu, mesmo em desvantagem militar, o PCC teve condições de triunfar.

Pela frente, os comunistas teriam grandes desafios a enfrentar. Tratava-se de reconstruir um país atingido por anos de conflitos e de realizar a tarefa que o governo do GMD procurara encaminhar, porém sem grande sucesso – restabelecer um governo nacional forte e unificado. Propunha-se a criação de uma “nova China”, livre do imperialismo estrangeiro e reformada em termos políticos, sociais e culturais sob uma nova ordem comunista.

Entre as primeiras medidas do governo, houve a expansão da reforma agrária, que já vinha sendo praticada, como vimos, nas áreas controladas pelo PCC durante a guerra civil. Como consequência e de acordo com o que nos informa Jonathan Spence, aproximadamente 40% da terra foi distribuída, beneficiando em torno de 60% da população chinesa. A extensão da reforma significaria, desta forma, o solapar das bases de poder da elite fundiária tradicional. O processo de expropriação e redistribuição

não raro era acompanhado de grande violência, fosse física, fosse moral e psicológica – havia as chamadas “sessões de acusação”, nas quais os camponeses dirigiam duras críticas, ruidosa e publicamente, aos representantes da antiga elite. Milhares de senhores de terras, além de membros de suas famílias, morreram ao longo do processo. Podemos dizer que era como se a (assim chamada) “nova China” procurasse se vingar, violentamente, da “velha China” e seus beneficiários tradicionais. Certos comportamentos ligados ao passado também foram atacados e abolidos por lei – é o caso, por exemplo, dos casamentos forçados e do concubinato.



O Tibete e a Coreia

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o quadro geopolítico asiático modificar-se-ia de maneira extremamente significativa. Neste contexto, a China comunista envolver-se-ia em questões referentes, nos anos 1950, a dois países vizinhos: o Tibete e a Coreia. O primeiro foi invadido, um ano após a vitória da revolução, por tropas da RPC. Preconizando concepções ateístas e noções próprias a respeito de justiça e de formas “corretas” de organização social, os comunistas, sob justificativa de “libertar” o Tibete da “opressão”, desrespeitaram e perseguiram a estrutura sociocultural instaurada no país, tendo o maior representante da ordem político-religiosa tibetana sido forçado ao exílio. A realidade e as consequências da invasão prolongam-se até os dias atuais, levantando anseios, questões e polêmicas que continuam, como você sabe, a repercutir. A Coreia, por sua vez, foi dividida, tendo no paralelo 38 a demarcação que separa o sul do norte. Isto se deu após a derrota do Japão e sua ocupação por forças norte-americanas

(o Império do Sol Nascente, conforme mencionamos, havia desenvolvido por longo tempo atividades expansionistas em solo coreano). Neste contexto, a Coreia do Sul tornou-se um Estado independente, sob influência estadunidense, ficando a Coreia do Norte sob influência soviética. Em meados de 1950, tropas norte-coreanas avançaram para além da linha divisória, atingindo a capital sulista Seul. Em resposta, forças estadunidenses foram enviadas ao sul do país e em outubro do mesmo ano a Coreia do Norte foi invadida. As forças norte-americanas, na ocasião, chegaram a avançar até as fronteiras coreanas com a China, que ingressou no conflito. Em dezembro, as forças chinesas conseguiram rechaçar os inimigos, fazendo-os recuar ao paralelo 38. A guerra, no entanto, estendeu-se até 1953 e custou à China número elevado de baixas – entre 700 mil e 900 mil combatentes.

CONCLUSÃO

Ao triunfar sobre o GMD e assumir o controle político da China, a partir de 1949, o PCC teria à sua frente enormes desafios e tarefas a realizar. Tratava-se de estabelecer as bases para a instauração de uma nova ordem, em um país abalado pelos anos de invasão japonesa e de guerra civil. Vimos que a revolução chinesa assumiu feições próprias e o caminho que levou ao triunfo de 1949, em um país predominantemente agrário, forjou-se a partir do potencial revolucionário campesino, ou teve no campesinato sua principal força motriz. Se a revolução despontou a partir de vias

específicas, as experiências políticas que tomariam lugar nos anos que se seguiram à eclosão da mesma também estiveram ligadas a características e contradições históricas, especificamente chinesas, isto é, diferentes daquelas relacionadas a outras conjunturas sociais, como as da potência socialista soviética. A China desenvolveria caminhos alternativos para a construção do socialismo; experimentos, interesses e pontos de vista próprios foram encaminhados pelo PCC, o que acabaria por provocar uma séria ruptura entre os gigantes socialistas. Os anos 1950 (segunda metade) e 1960 seriam marcados por experimentos radicais e ambiciosos, de consequências funestas, como o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural, sobre os quais discutiremos na próxima aula.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Somente eles [os camponeses] são os inimigos mortais dos tiranos e barões malignos e atacam suas fortalezas sem a menor hesitação; só eles são capazes de levar a cabo o trabalho de destruição. O PCC, observava Mao, poderia tomar a iniciativa com esses camponeses resolutos se escolhesse: 'marchar à frente deles e liderá-los? Seguir na retaguarda, gesticulando e criticando? Enfrentá-los como oponentes?

(Citado em SPENCE, J. *Em busca da China moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 346)

Das três alternativas apontadas por Mao, discorra sobre aquela que acabou prevalecendo, apontando sua importância no que diz respeito ao enfrentamento anti-japones e anti GMD, contextualizando-a no quadro histórico chinês, explicando como esta se afastava do marxismo ortodoxo e como conseguiu conduzir a revolução à vitória.

Resposta Comentada

Das alternativas apontadas, aquela que prevaleceu e que se afirmou enquanto fundamental para o triunfo político do PCC, foi “marchar à frente deles e liderá-los”. Em linhas gerais, podemos considerar que a “heresia” de Mao Zedong, no sentido de orientar o Partido a “marchar à frente” dos camponeses, tendo estes enquanto aliados fundamentais ou mesmo preferenciais, não se coadunava com as previsões de Marx, que desenvolvera seu pensamento, a partir do contexto industrializado e urbanizado da Europa Ocidental. Tendo emergido em semelhante contexto, o pensamento marxista destacava a classe operária e não ao campesinato, como agente, aliada e/ou motor revolucionário fundamental. Por sua vez, os “padrões” internacionais, defendidos e divulgados pela URSS stalinista, e as políticas de industrialização, urbanização e coletivização forçada, conduzidas internamente por Stálin, não “autorizavam” noções referentes a procurar no campesinato uma força social fundamental à realização da revolução socialista. A “heresia” maoísta mostrou-se, porém mais realista no que diz respeito às especificidades e desafios históricos enfrentados pelo PCC, no sentido de coadunar-se melhor com a conjuntura, esmagadoramente rural, chinesa; além disto, o Partido havia, desde os anos 1930, perdido praticamente a totalidade de suas bases urbanas. Foi a partir de sua base em Yan’an, região agrária, cercada por aldeias camponesas, que os comunistas angariaram apoio popular, contemplando demandas das comunidades rurais por terra e procurando mobilizar seu apoio, tanto na luta contra os japoneses quanto em luta posterior contra o GMD. O apoio dos camponeses e a estratégia de “marchar à frente e liderá-los”, foi, assim, fundamental à vitória do Partido.

RESUMO

Ao longo desta aula, entramos em contato com o processo histórico conflituoso da China dos anos 1930 e 1940, cujos desdobramentos resultaram na Revolução de 1949. Tal processo envolveu uma prolongada resistência à invasão estrangeira (japonesa) e uma desgastante guerra civil, da qual o PCC saiu vitorioso. Tal vitória forjou-se não apenas militarmente (os comunistas, ao longo de boa parte do conflito, encontravam-se em grande desvantagem militar), mas em termos políticos e sociais. Neste sentido, o apoio popular ou a popularidade crescente que os comunistas garantiam junto às comunidades rurais, foi fundamental ao seu triunfo. Tal apoio foi conquistado através do atendimento a reivindicações sociais acumuladas, não raro por gerações, entre os camponeses chineses (que representavam a maioria da população). A saber: a distribuição da terra e a abolição de dívidas escorchantes, ligadas a arrendamentos rurais. Assim, a força social revolucionária, que contribuiu fundamentalmente para que o partido comunista chegasse ao poder, na China, não foi o operariado (conforme previra Marx no século XIX, ao pensar conjunturas ligadas a sociedades industriais europeias, muito diferentes do contexto chinês ou de acordo como o que advogava Stálin nos anos 1930 e 1940), mas o campesinato.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, trataremos de episódios importantes referentes à liderança de Mao Zedong sobre a RPC, enfatizando o “Grande Salto Adiante” e a “Revolução Cultural”; veremos, além disso, o fim do período maoísta e o início das “Quatro modernizações”, processo que abriu a economia chinesa e reorientou os rumos até então trilhados pelo país.

Aula 10

A China pós- 1949: os desafios da construção do socialismo

Ana Carolina Huguenin Pereira

Metas da aula

Apresentar os contextos, bem como as transformações sociais, políticas e culturais que marcaram a história chinesa, no pós-1949 da consolidação da Revolução e do maoísmo até a Política das Quatro Modernizações e a abertura econômica de fins da década de 1970.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. analisar as formas através das quais se desenvolveu a dinâmica de construção do socialismo chinês na segunda metade do século XX – da aproximação com a União Soviética à opção por um caminho próprio;
2. reconhecer o significado da Revolução Cultural Proletária como parte do processo de construção do socialismo, bem como os caminhos que levaram às Quatro Modernizações e à abertura econômica da China.

INTRODUÇÃO

Vimos, ao longo da Aula 9, que o processo revolucionário chinês envolveu, de maneira decisiva, a adesão de grandes contingentes populacionais camponeses; e que Mao Zedong apontava para caminhos alternativos àqueles defendidos por J. Stalin, ao defender noções referentes à importância de uma revolução, baseada nas áreas rurais, com as “massas” camponesas desempenhando um papel preponderante. Assim, o processo que resultou no triunfo de 1949 deu-se de forma bastante específica, através de características e conjunturas ligadas à realidade socioeconômica e ao contexto histórico chineses. Ressaltamos ainda a independência do Partido Comunista Chinês (PCC), ao longo da luta antijaponesa, diante do Partido Comunista Soviético e de suas diretrizes. É o que seria denominado de “sinização do marxismo”, ou seja, o marxismo recriado segundo as condições chinesas, o marxismo chinês ou, como os chineses passariam a dizer, desde 1945, o maoísmo.

No entanto, uma vez no poder, o PCC seguiu, em grande medida e durante algum tempo, o modelo de desenvolvimento soviético. No que diz respeito à modernização econômica, entre 1953 e 1957, adotou-se o modelo de industrialização stalinista, o qual deu origem ao primeiro “Plano Quinquenal”, adotado na China. Isto significava, em linhas gerais, a adoção de forte planejamento central ou estatal para alavancar a industrialização. Segundo Alain Roux, a China tornou-se, neste período, uma espécie de “boa aluna” da potência socialista, seguidora “obediente” de suas diretrizes e beneficiária de seu apoio (a colaboração traduzia-se, por exemplo, através do envio de milhares de assessores soviéticos à República Popular da China (RPC)).



Figura 10.1: Mao, em Moscou, ao lado de Stalin, por ocasião do 70º aniversário do líder soviético.

Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Mao,_Bulganin,_Stalin,_Ulbricht,_Tsedenbal.jpeg

A adoção do modelo soviético significou priorizar a indústria pesada e voltar a atenção de forma mais detida às cidades, ao contexto urbano. Desta forma, o período representou uma descontinuidade em relação a importantes características que marcaram o processo revolucionário chinês dos anos 1940, tais como a independência frente à URSS e a escolha das áreas rurais e dos camponeses como eixos principais de atuação política. Não demoraria, porém, conforme veremos nesta aula, que a “boa aluna” rompesse com a “cartilha” soviética, enveredando novamente por caminhos alternativos.

Vamos estudar aqui o aprofundamento de tais temas. Assim, veremos os processos políticos, culturais, econômicos e sociais que marcaram a história da República Popular da China (RPC) a partir da década de 1950: o Grande Salto Adiante, as razões do seu fracasso, a contribuição para o desgaste das relações entre China e União Soviética e, enfim, a ruptura definitiva entre os dois países e suas consequências para a RPC. Estudaremos também a Grande Revolução Cultural Proletária, lançada por Mao Zedong a partir de 1965, a qual permitiu ao líder chinês voltar ao centro das tomadas de

decisão, apoiado na juventude do país, e realizar suas propostas de expurgar os “elementos revisionistas” do PCC, limitando os poderes da burocracia oficial. Estudaremos os limites e as controvérsias que envolveram a Revolução Cultural, as promessas iniciais e as decepções com seus violentos procedimentos de doutrinação.

Por fim, estudaremos a crise do maoísmo e a abertura econômica que se seguiu à morte de Mao Zedong, bem como o espetacular crescimento da China desde os anos 1980 até os primeiros anos do século XXI, com as especificidades do “socialismo de mercado” e os desafios que se apresentam: como lidar com um quadro de modernização econômica e social pulsante, que assombra e admira o mundo inteiro e, ao mesmo tempo, manter estruturas políticas centralizadas e não democráticas?

A esse respeito, a jornalista francesa Solange Brand analisa: “quando, em primeiro de outubro de 1949, Mao Zedong proclamou a República Popular da China, o país estava agonizante. Cerca de sessenta anos depois, após expressivos sobressaltos e malgrado os crimes de Estado, a China ocupa a dianteira da cena econômica mundial”. São os processos históricos – ziguezagueantes, muitas vezes – que conduziram a China a tal posição que estudaremos nesta aula.

Os anos 1950: da opção pelo modelo soviético à busca por um caminho próprio

O Primeiro Plano Quinquenal: sucesso ou fracasso?

Com a adoção do modelo soviético de desenvolvimento econômico, houve bons resultados relativos à evolução da produção industrial. O período abarcado pelo Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957) assistiu a um aumento significativo da produção

industrial em todos os níveis. Além disso, em pouco tempo, o governo da RPC conseguiu controlar a inflação, equilibrar o orçamento através do controle rigoroso dos gastos governamentais e da reorganização do sistema tributário, aumentando os impostos para os habitantes das cidades. Houve também uma expressiva redução dos gastos alocados para a própria administração governamental, bem como dos gastos militares.

Especificamente, os investimentos na indústria pesada, bem ao estilo soviético, foram significativos. Paralelamente, o processo de estatização das indústrias privadas aconteceu de forma acelerada durante os primeiros anos da década de 1950, até que em 1955 alcançou uma espécie de pico, tendo sido, então, abolidas todas as empresas privadas. A China passou a possuir desde essa época apenas dois tipos de organização industrial: empresas completamente controladas pelo Estado e outras de caráter misto, conjugando-se o Estado e a iniciativa privada. Dessa forma, o que podemos observar é um controle quase absoluto do Estado sobre a produção industrial.

Os resultados do primeiro Plano Quinquenal foram, de modo geral, positivos. No que tange à produção industrial, registrou-se um crescimento impressionante, principalmente se comparado a outros países recém-saídos de situações de dependência colonial, como, por exemplo, a Índia. Para o trabalhador urbano, tais mudanças significaram, em alguma medida, benefícios materiais e maior segurança de emprego.

Em 1956, a grande maioria das metas do Plano Quinquenal já havia sido alcançada. Tal situação levou, por sua vez, ao crescimento da população urbana chinesa. A vitória dos comunistas em 1949 estimulou um grande movimento migratório do campo para as cidades, que tendeu a ganhar força com o processo de crescimento industrial, baseado no modelo soviético verificado ao longo da década de 1950. Assim, de uma população urbana que

em 1949 girava em torno de 57 milhões, a RPC chegou a quase 100 milhões em 1957 e já ultrapassava os 130 milhões em 1960.

E quanto às áreas rurais, que haviam, de acordo com o paradigma soviético, deixado de ser o foco das atenções?

Já observamos que a adoção do modelo soviético pelos chineses significou, em grande medida, privilegiar os investimentos na indústria em detrimento da agricultura, que até então, havia sido não só a base da economia chinesa, mas o próprio eixo estrutural da sociedade, desempenhando os camponeses papel fundamental para os êxitos da Revolução Chinesa.

Segundo Jonathan Spence, o aspecto industrial do Primeiro Plano Quinquenal estava, dada a própria natureza da economia chinesa, ligado (em uma relação de interdependência) ao desenvolvimento agrícola. A maior parte dos recursos necessários ao financiamento da indústria precisava ser extraída do setor agrícola. Tal situação comprometia de maneira crucial os processos produtivos no campo, ao mesmo tempo em que o rápido crescimento urbano gerava um desequilíbrio entre campo e cidade difícil de ser contornado. Assim, apesar de números satisfatórios no início, a produção agrícola chinesa ficou, ao longo do Primeiro Plano Quinquenal, bastante comprometida, sobretudo se compararmos aos números da indústria pesada.

Desse ponto de vista, é importante analisarmos as formas a partir das quais se estruturaram as políticas chinesas para o campo na primeira metade da década de 1950, marcada, em muitos aspectos, por um quadro de otimismo com relação aos rumos da RPC. Assim, após a grande reforma agrária que se seguiu à vitória da Revolução, em 1949, desapropriando em toda a parte os grandes proprietários e partilhando a terra pelas famílias rurais, o Estado passou a agrupar os camponeses em um sistema cooperativo, que funcionava mais ou menos da seguinte forma: primeiramente, os camponeses foram reunidos em grupos de ajuda mútua, os quais, afinal, deram origem a um sistema de cooperativas

de produtores rurais. Neste sistema, os camponeses partilhavam as terras e os equipamentos, mas recebiam um retorno proporcional ao investimento de cada um. As primeiras unidades cooperativas reuniam entre 30 e 50 famílias. Embora a terra e a mão de obra formassem um fundo comum, as famílias conservavam a posse de seus minúsculos pedaços de terra.

De acordo com Spencer, esse sistema, no qual as famílias recebiam proporcionalmente ao tamanho e ao valor de suas terras, era um arranjo apenas “semisocialista”, uma vez que, “os camponeses mais ricos, ao contribuir com mais terra, ganhavam também uma recompensa maior; por isso, [tais cooperativas] eram chamadas de ‘cooperativas de estágio inferior’”, no sentido de que não eram, ainda, plenamente socialistas.

Não tardou para que, deste estágio do cooperativismo, a RPC passasse a outro, mais complexo. Os comunistas (Mao em particular) tinham pressa. Queriam acelerar a marcha do processo de coletivização e esperavam que o “campepinato aspirasse a ir mais depressa em direção ao socialismo”. Assim, embora a mudança para a organização em cooperativas fosse algo complexo, que envolvia diferentes aspectos, e a importante questão de equiparar o ritmo de crescimento das áreas rurais aos intensos movimentos de massa nas áreas urbanas, já a partir de 1955, o processo começou a se ampliar. As novas cooperativas foram agrupadas em escala muito maior e passaram a envolver, cada uma, cerca de 200 a 300 famílias. Nas novas cooperativas, o trabalho realizado – e não mais o tamanho das posses de terra – passou a ser o único critério utilizado para a remuneração dos camponeses.

Dessa forma, muito rapidamente, estas cooperativas maiores, ditas de “estágio superior” foram superando, numericamente, aquelas de “estágio inferior” ou “semisocialistas”. Ao mesmo tempo, os grupos de ajuda mútua foram, aos poucos, deixando de existir. Não obstante, os camponeses detinham ainda o título das terras que formavam os sistemas cooperativos e tinham permissão para manter lotes particulares para uso próprio. De acordo com Spencer,

essa prerrogativa criava um paradoxo difícil de ser resolvido, uma vez que a possibilidade de cultivar as terras individualmente – ainda que apenas 5% delas – contribuía para a manutenção do sentimento de posse da terra e dava espaço para que os camponeses desenvolvessem suas “capacidades empreendedoras”. Ora, o objetivo das “cooperativas de nível superior” era justamente acelerar o processo de coletivização dos campos.

Todavia, com a pequena margem de cultivo individual que foi concedida aos camponeses, não apenas o sentimento de posse da terra foi mantido e as vocações empreendedoras aguçadas, como também, aos poucos, o governo começou a se dar conta de que a produção privada tornava-se cada vez mais dinâmica e ocupava espaços crescentes no fornecimento de itens de consumo considerados básicos na alimentação chinesa, como suínos, frangos e patos.

Além disso, apesar da rapidez com que a passagem do sistema de cooperativas de “estágio inferior” para aquelas de “estágio superior”, o que se verificava em fins de 1957, ou seja, no último ano do Primeiro Plano Quinquenal, era que o crescimento do setor agrícola da RPC tinha sido ínfimo. A produção de grãos, por exemplo, não aumentou mais que 1% naquele ano, não acompanhando sequer o crescimento populacional, então de 2%. O período do Plano Quinquenal, revelou, mais que qualquer outra coisa – e apesar do bom desempenho de algumas de suas metas–, grandes desequilíbrios na sociedade chinesa. Os esforços de equiparação entre cidade e campo aparentemente não resultaram: enquanto a produção industrial crescia a 18,7% ao ano durante o período do plano, a produção agrícola, por sua vez, não ultrapassava a casa dos 3%.

Neste contexto, e levando em consideração que a consolidação do bom desempenho industrial chinês dependia da melhoria dos números e, por consequência, da reformulação do modelo adotado no campo, era difícil conceber quanto mais poderia ser extraído do

campesinato para pagar pelo crescimento da indústria pesada que era o aspecto central do modelo soviético, a não ser que a China fosse submetida ao mesmo programa implacável de expropriação forçada dos camponeses, o que provocara uma fome terrível na URSS no início da década de 1930.

Assim, ao fim do primeiro quinquênio, e apesar do sucesso parcial da implementação do programa industrial soviético, irrompeu na RPC uma discussão a respeito de qual modelo seria mais adequado para a China. O soviético? Ou tratava-se de buscar uma via própria, chinesa, para o socialismo naquele país? É importante não perder de vista que estes debates que marcaram o PCC e a sociedade chinesa se deram em um contexto de deterioração das relações sino-soviéticas.

A desproporção entre o crescimento do campo – e da produção de grãos – com relação ao crescimento urbano fez com que os chineses precisassem de empréstimos da URSS. E os soviéticos cobravam caro... Além disso, ficava cada vez mais nítido para os planejadores chineses que a realidade da RPC durante a década de 1950 era extremamente distinta daquela vivida pela URSS, nos anos 1930.

Enfim, o modelo soviético, baseado no financiamento da construção de indústrias pesadas à custa dos excedentes proporcionados pelos camponeses, mostrava-se cada vez mais inviável. Sob este aspecto, J.K. Fairbank explica que o “Primeiro Plano Quinquenal obteve os resultados esperados, mas para continuar com efeitos semelhantes, o Segundo Plano Quinquenal seria um convite ao desastre”.

Foi neste quadro de incertezas com relação ao modelo econômico a ser adotado, bem como de intensificação das divergências com relação à URSS, que veio à tona o processo que ficou conhecido como Grande Salto Adiante.

Das Cem Flores ao Grande Salto Adiante: mudança de rumos

Os debates quanto aos rumos do socialismo chinês que tomavam conta do PCC em fins do período do Primeiro Plano Quinquenal não se restringiram aos círculos políticos. Ao contrário, a partir de 1956, discussões a respeito do socialismo e dos rumos da revolução na China tomariam conta da sociedade, incentivadas pelo próprio Mao Zedong. Neste período, a China conheceu um momento de abertura que se tornou conhecido como a “Campanha das Cem flores”. Mao encorajou, então, a expressão de pontos de vista críticos. A ideia era que, assim, o Partido Comunista Chinês poderia se abrir à vida intelectual e artística do país, convidando ao debate e à crítica de seus métodos, permitindo que “uma centena de flores desabrochassem e uma centena de escolas de pensamento rivalizassem”, segundo afirmou Mao em discurso aos membros do Partido.

Em seu livro intitulado *Sobre a China*, Henry Kissinger analisa: “os motivos exatos de Mao ter feito essa conclamação permanecem tema de discussão. A Campanha das Cem Flores costuma ser explicada tanto como um convite sincero para que o Partido rompesse seu isolamento burocrático e ouvisse diretamente o que o povo tinha a dizer, quanto um estratagema para iludir seus inimigos e convencê-los a se identificar”.

Seja como for, importa destacar que, a partir de 1957 pelo menos, o “vento de protestos” começou a soprar forte e contra o PCC, e as críticas saíram de controle, ganhando a sociedade. Foi então, que a Campanha das Cem Flores, que tinha como objetivo inicial promover o debate social em torno do Partido e do socialismo em construção, transformou-se em uma campanha persecutória, assim denominada antidireitista”, e destinada, segundo Kissinger, a “lidar com aqueles que haviam interpretado errado os limites de seu convite anterior ao debate. O expurgo maciço levou a prisões, reeducação ou exílio interno de milhares de intelectuais”.

Assim, as numerosas críticas que o Partido sofreu no tempo em que durou a Campanha das Cem Flores serviram para fortalecer a ideia de que era preciso tomar decisões importantes no que concernia aos rumos do socialismo chinês, bem como reforçaram a situação de impasse e esgotamento do modelo soviético ao qual a RPC havia chegado. O movimento revelava, nesse sentido, a insatisfação latente na sociedade chinesa com relação ao modelo econômico encarnado pelo I Plano Quinquenal.

Era preciso, portanto, mudar. Os planejadores chineses mais cautelosos previam, então, uma mudança de rumos lenta, que passava pela diminuição dos investimentos na indústria pesada para, então, direcionar a atenção para a produção de bens de consumo que, por sua vez, seria capaz de estimular e sustentar um eventual “renascimento” econômico agrícola. Mao Zedong, no entanto, “estava perturbado com a perda de vitalidade, à medida que a revolução chinesa entrava numa fase de cauteloso planejamento de longo prazo”. J. Spence explica que as raízes do pensamento radical de Mao repousavam nas obras *heroicas* e *voluntaristas* e no poder das massas, celebrados em seus primeiros escritos.

Foram a estes sentimentos de suposto heroísmo, voluntarismo extremo e mesmo à capacidade de autossacrifício que Mao Zedong recorreu, a partir de 1958, com a intenção de mobilizar a “consciência política de 500 milhões de camponeses”. Uma intensa campanha de propaganda foi lançada, com o objetivo de impulsionar os trabalhadores – rurais principalmente, mas não apenas – a uma espécie de “excitação revolucionária contínua”. Assim, Mao apresentava suas ideias a respeito da “revolução contínua”, um novo nome para a teoria da “revolução permanente”, que havia sido banida da URSS, sob acusações de se tratar de “heresia trotskista”. A esse respeito, vejamos as próprias palavras de Mao, em um documento interno que ele fez circular no Partido, em janeiro de 1958:

Revolução contínua. Nossas revoluções vêm uma depois da outra. A partir da tomada do poder em todo o país em 1949, seguiram-se em rápida sucessão a reforma agrária antifeudal, a cooperativização da agricultura e a reconstrução socialista da indústria, comércio, artesanias privadas [...] Agora devemos iniciar uma revolução tecnológica para que possamos superar a Inglaterra em quinze ou menos anos [...] Depois de quinze anos, quando nossos alimentos e ferro e aço se tornarem abundantes, deveremos tomar uma atitude muito maior. Nossas revoluções são como batalhas. Após uma vitória, devemos imediatamente propor uma nova tarefa. Dessa forma, os quadros e as massas estarão para sempre cheios de fervor revolucionário, em vez de presunção. [...] Com novas tarefas sobre os ombros, estarão totalmente preocupados com os problemas de cumpri-las.

Como você pode perceber, o texto é bastante claro no que tange ao apelo à boa vontade e ao espírito de sacrifício que deveria, segundo Mao, pautar a vida dos homens comuns chineses. E, sob este aspecto, era a estes sentimentos que o líder da RPC recorreu quando conclamou os chineses a uma “nova batalha”, extremamente mobilizadora, uma tarefa gigantesca, mas com objetivos nobres: a manutenção e o aprofundamento da Revolução como trabalho contínuo e intenso. Assim, em maio de 1958, Liu Shao-qi, o dirigente responsável pelo I Plano Quinquenal foi também encarregado de anunciar oficialmente a nova política oficial do PCC: o *Grande Salto Adiante*.

De forma prática, a necessidade mais urgente na RPC era, como tivemos oportunidade de acompanhar, reestruturar a agricultura, torná-la mais rentável, capaz de acompanhar o crescimento da população e das cidades. Nesse sentido, o *Grande Salto* deslocou o eixo das preocupações da cidade para o campo. Afirmava-se, então, uma nova concepção de desenvolvimento econômico, que colocava em questão e de forma radical, o conjunto das opções do modelo soviético.

Assim, embora o anúncio oficial da nova política tenha sido feito somente na primavera de 1958, a rigor, já em fins de 1957, uma nova escala de organização social começava a entrar em vigor, mobilizando os camponeses para novas tarefas – imensas – de controle da água e irrigação. Os números são impressionantes. Em apenas alguns meses, cerca de 100 milhões de camponeses teriam aberto quase 8 milhões de hectares de terra através de obras de irrigação. Enfim, os camponeses estavam mobilizados, trabalhavam duro. A expressão mais adequada, na verdade, seria: “trabalhavam militarmente”. Não apenas no sentido da disciplina observada no trabalho, mas também em razão do regime de *coação militar* imposto aos trabalhadores.

De toda forma, o sistema de cooperativas de nível superior se expandia e aos poucos surgiam as chamadas *comunas populares*. Estas, explica Daniel Aarão Reis, correspondiam à área geográfica de um distrito. A terra, os equipamentos, a moradia e o gado foram coletivizados. A propriedade da terra foi expropriada sem indenização, prejudicando, principalmente, os camponeses médios e ricos, poupados, parcialmente, na fase do movimento de formação das cooperativas.

Dois características principais marcavam o modo de organização das comunas: a *autonomia* que lhes era conferida por lei, em relação ao poder central, oferecendo às equipes que administravam as comunas a possibilidade de adaptar e revisar as orientações centrais segundo suas necessidades. E, em segundo lugar, a *polivalência* de suas atribuições: cada comuna era responsável pela organização da vida distrital em seus mais variados aspectos: além da vida econômica (trabalhos agrícolas, implantação e desenvolvimento de indústrias locais, gestão bancária...), cuidavam também das tarefas educacionais, culturais, sanitárias e de defesa militar.

Em um primeiro momento, o Grande Salto foi capaz de suscitar amplo apoio na sociedade. A magnífica colheita observada em 1958 confirmava e potencializava o quadro de otimismo

verificado com relação aos rumos tomados pela RPC. Muitos camponeses pobres viram nas comunas populares uma forma de escapar das dificuldades que o Movimento das Cooperativas não conseguira solucionar.

Além disso, apesar da ênfase no campo, é importante compreender que o Grande Salto não se resumiu a uma política de desenvolvimento agrícola. Desse ponto de vista, caracterizava-se principalmente por defender uma visão de autonomia do poder local em oposição à tradição centralizadora típica do modelo soviético. Assim, como você bem pode imaginar, para além dos camponeses, as políticas implementadas pelo Grande Salto representaram alterações também significativas no modo de organização do trabalho industrial, despertando ali simpatias. Os trabalhadores urbanos viram no Grande Salto a possibilidade de controlar a forte burocracia instalada no comando da produção. Mesmo setores estudantis, apesar da repressão em que resultou o Movimento das Cem Flores e da desconfiança que passou a dominar as relações deste setor com o Estado, viram com simpatia as propostas de reformulação radical da educação.

Todavia, uma série de problemas e contradições rapidamente veio à tona, enfraquecendo ou mesmo anulando o apoio inicialmente recebido. Mao fixava metas extremamente elevadas, com o objetivo de superar as potências ocidentais em curto intervalo de tempo. Lembre-se do discurso anteriormente citado no qual ele afirmava a necessidade de “iniciar uma revolução tecnológica para que possamos superar a Inglaterra em quinze ou menos anos”. Para tanto, no campo ou nas fábricas, adotava-se ritmos de trabalho verdadeiramente alucinantes, beirando o insuportável, ao mesmo tempo em que o sistema de remuneração permanecia inalterado. A lógica de mobilização social que caracterizava o Grande Salto pautava-se na ideia de “incentivos morais”, expressa na máxima: “cada cidadão deverá ser camponês, operário e soldado”. Ou seja, cada cidadão deveria trabalhar ao máximo no sentido de contribuir para a construção do socialismo chinês.



Figura 10.2: Cartaz de propaganda divulgado em 1958 pelo governo da RPC para alavancar o Grande Salto Adiante. Nele, a produção de grãos era representada como foguetes sendo lançados ao espaço. Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:1958_農業大躍進.jpg

Somado a este ritmo de trabalho intenso, o quadro da produção agrícola começou a se alterar a partir de 1959, quando a boa colheita de grãos verificada em 1958 não se repetiu. Ao contrário, este ano foi marcado por uma série de desastres climáticos – secas em algumas regiões, inundações em outras – como não se via no país desde 1949. Além disso, a União Soviética cobrava caro pelos empréstimos e investimentos feitos na indústria pesada chinesa. Assim, se os investimentos neste setor continuavam a crescer espantosos 43,4% ao ano, as exportações de grãos para os soviéticos também cresciam intensamente, para viabilizar o pagamento das dívidas contraídas e comprar mais maquinaria pesada.

A consequência disto foi que a quantidade de grãos disponível para cada pessoa no campo despencou entre 1957 e 1961, de 205 quilos no primeiro ano, para desastrosos 154 quilos no último ano. Como resultado, uma fome generalizada tomou conta das áreas rurais da RPC, chegando a matar cerca de 20 milhões de camponeses entre 1957 e 1962. J. Spence dá-nos alguns dados expressivos: “Muitos outros [além dos 20 milhões] morreram pouco depois dos efeitos do Grande Salto – sobretudo crianças, enfraquecidas por anos de desnutrição crescente. Na China de 1957, a idade média dos que morriam era 17,6 anos; em 1963, caíra para 9,7”. Em suma, o Grande Salto e seu ritmo alucinante que havia sido proposto em nome do *fortalecimento da nação*, a estava devorando.

Em julho de 1959, quando os desastres naturais, o ritmo de trabalho intenso e a grande fome puseram em questão a euforia de 1958, Mao Zedong admitiria já alguns erros do Grande Salto, atribuindo-os, no entanto, à inexperiência dos quadros e ao idealismo de muitos na execução da política. Não obstante, independentemente dos erros – graves, que custaram milhões de vidas – a política implementada pelo Grande Salto foi, em muitos sentidos inovadora e estabeleceu rupturas importantes para compreendermos os caminhos seguidos pela RPC dali por diante. Bastaríamos citar, por exemplo, as mudanças no seio da própria estrutura familiar chinesa, implementadas a partir da adoção do sistema de comunas. Ali, a “emancipação” da mulher, associada à condição de trabalhadora, operária, resultou em novos arranjos familiares e em um sistema no qual o compartilhar das tarefas domésticas e da criação dos filhos representaram mudanças importantes na forte estrutura hierárquica e patriarcal que marcava a história chinesa, embora, é claro, o modelo de família nuclear continuasse sendo o principal.

Desse ponto de vista, o Grande Salto representou, apesar de seus graves problemas, uma arrancada contra estruturas e desafios de um passado secular que ainda permaneciam intocados naquela sociedade. De forma mais imediata, como você pode prever,

representou a definitiva ruptura chinesa com os modelos ditados pela União Soviética. Fato crucial para compreendermos a construção do socialismo na RPC ao longo do século XX.

O cisma sino-soviético

O planejamento e a implementação da política do Grande Salto, como você teve a oportunidade de observar, opunham-se de diversas maneiras ao modelo soviético de construção do socialismo, inicialmente adotado na RPC com apoio da União Soviética. O Grande Salto, entendido como uma tentativa maoísta desesperada de romper as limitações econômicas e reafirmar a centralidade da mudança social revolucionária opunha-se frontalmente ao modelo soviético mais preocupado em desenvolver a economia com uma mobilização social extremamente controlada pelo Partido.

É preciso não esquecer também que as políticas do Grande Salto foram já implementadas em um contexto de crescente desgaste das relações entre os dois países e este desgaste está relacionado – para além do que já discutimos, a respeito do progressivo abandono do modelo soviético pela RPC – ao contexto mais amplo do processo de desestalinização que marcou os anos 1950 na União Soviética.

Quando da morte de Stalin, em 1953, criou-se um clima inicial de incertezas e pessimismo quanto ao futuro do socialismo soviético. Mas, apesar da grande comoção, a sucessão de Stalin deu-se em clima de tranquilidade. Assim, ainda em 1953, Nikita Kruchev assumiu a liderança do PCUS e deu início a uma série de reformas. Muitas delas questionavam importantes aspectos da vida política e cultural soviética, ligados ao nome de Stalin.

O que se verificou, então, foi um lento processo de descentralização e abertura política. Mudanças importantes, com relação aos tempos de Stalin, marcados pela autoridade pessoal do líder e pelo *estado de exceção*. Em 1956, quando houve o XX Congresso do Partido Comunista, tais mudanças de rumo foram discutidas e assumidas pela maioria da sociedade. No entanto, o

evento mais importante que marcou os trabalhos do XX Congresso foi a leitura por Kruchev de um informe que continha graves denúncias de crimes cometidos por ordem de Stalin. O impacto de tais denúncias no mundo socialista foi imenso, deixando muitos seguidores do *Guia Genial*, como Stalin era chamado por seus simpatizantes, desorientados; incentivando dissidências em alguns países da Europa Oriental, como a Polônia e a Hungria e afetando, de alguma forma, todo o bloco socialista, no mundo inteiro. A China não ficou imune ao vendaval de denúncias que marcou o processo de desestalinização da União Soviética, aproveitando o momento para consolidar seu afastamento.

Na União Soviética, a desestalinização contribuiu para o avanço do processo de abertura política, o chamado *degelo* e consolidou a liderança de Nikita Kruchev, que no âmbito da política internacional adotou os preceitos de uma *coexistência pacífica* no que tange às relações com o bloco capitalista, particularmente com os Estados Unidos.

A nova política implementada por Kruchev foi, como você pode imaginar, muito mal vista pelos dirigentes chineses, inclusive porque eles não foram previamente consultados nem informados. Na China, temia-se que as denúncias de Kruchev contra Stalin, bem como o conseqüente processo de desestalinização, resultassem em um amplo ataque ao comunismo e às suas lideranças em todo o mundo, particularmente a Mao Zedong. Assim, quanto ao stalinismo, a RPC manteve como posição oficial a ideia de que os méritos de Stalin predominavam sobre seus erros, explicados pelo contexto histórico em que ocorreram. O informe secreto de Kruchev sequer foi divulgado na China.

Em 1957, Kruchev convidou Mao Zedong a visitar Moscou, quando das comemorações do quadragésimo aniversário da Revolução Russa. Foi a segunda e última visita de Mao ao exterior e à União Soviética. Em 15 de outubro, os dois países assinaram um acordo secreto no qual os soviéticos, segundo declararia mais tarde Mao, comprometiam-se em dar à China “uma amostra de

uma bomba atômica e dados técnicos sobre a sua manufatura”. No entanto, na medida em que avançava o projeto de *coexistência pacífica* com o Bloco Ocidental, Kruchev voltou atrás com relação à transferência de tecnologia atômica aos chineses. Tratava-se agora, segundo afirmara o secretário-geral no XX Congresso, de retomar o princípio leninista segundo o qual a “coexistência pacífica dos Estados com diferentes sistemas sociais sempre foi e continua a ser a linha geral da política externa de nosso país”.

É claro que esta decisão soviética prejudicava os planos da RPC em um momento delicado para o país, tanto no que se refere à dependência econômica da China com relação à União Soviética como também às relações internacionais. Assim, no que se refere às relações econômicas, a deterioração das relações com Moscou conduziram à retirada do apoio técnico soviético durante o verão de 1960 (retirada de 1.390 técnicos soviéticos da RPC) e, logo depois, ao fim definitivo deste tipo de ajuda. Este evento teve consequências graves sobre a economia chinesa, já fragilizada pelo fracasso do Grande Salto. Além disso, a assistência soviética era ainda crucial para numerosos projetos então em curso.

No que se refere às relações internacionais, durante algum tempo, a tensão entre os dois países deu-se de forma indireta, tornando-se pública em 1960, por ocasião de um Congresso do Partido Comunista Romeno, quando Kruchev e o representante chinês Peng Zhen enfrentam-se abertamente. Então, Kruchev acusou Mao de nacionalista, aventureiro e de cometer graves desvios. Respondendo, os chineses acusaram Kruchev de revisionismo.

Em uma reunião de oitenta e um partidos comunistas em Moscou, em novembro de 1960, os representantes da China estabeleceram discussões muito tensas com os soviéticos, bem como com a maioria das outras delegações, mas um acordo foi finalmente negociado, evitando a ruptura formal. No entanto as divergências ressurgiram no XXII Congresso do Partido Comunista Soviético, realizado em outubro de 1961. Nesta ocasião, o PCC enviou Zhou Enlai como representante. Na reunião, Kruchev desferiu pesadas críticas contra

a República Popular da Albânia, aliada chinesa, e voltou a atacar a figura de Stalin. Zhou Enlai entendeu os ataques como provocações diretas à RPC. Retirou-se do Congresso e voltou a Pequim.

A situação que então chegava ao seu limite ainda agravou-se com alguns episódios em 1962, que levaram à ruptura definitiva entre a União Soviética e a RPC. Mao não escondeu sua crítica à posição de Kruchev durante a crise dos mísseis cubanos, que qualificou como *capitulação*. Kruchev, por sua vez, replicou, alegando que a atitude defendida por Mao teria levado o mundo à guerra nuclear. No mesmo ano, os soviéticos apoiaram a Índia na sua breve guerra contra a China pela disputa de uma região fronteiriça no Himalaia.

Configurou-se, assim, a ruptura entre os dois países. Para os chineses, isto representou a recusa definitiva do modelo soviético e a opção por uma via própria de construção do socialismo.



Atende ao Objetivo 1

1.

O Grande Salto não é portanto uma política de desenvolvimento agrícola. Trata-se de uma concepção global cuja principal originalidade é a ênfase no campo (como espaço) e nos camponeses (como agentes sociais), tendo em vista o processo de construção do socialismo. Caracteriza-se também por uma visão de autonomia do poder local em oposição à tradição centralizadora típica do modelo soviético (Daniel Aarão Reis Filho. *A construção do socialismo na China*, p. 30).

O trecho anterior procura definir o que foi a política do Grande Salto Adiante, destacando algumas de suas principais características e ao mesmo tempo contrapondo-a ao modelo soviético adotado até então. Com base nele, bem como nos seus conhecimentos sobre

busca, por parte dos dirigentes chineses, de alternativas estratégicas para recuperar as perdas econômicas da nação e reerguer o ânimo do povo. Em 1962, Liu Shao-qi, que exercia o cargo de chefe de Estado, fez duras críticas ao modelo do Grande Salto. No mesmo ano, o primeiro ministro, Zhou Enlai apresentaria os “Dez pontos do Programa de Reajustamento”, no qual formulava alternativas para contornar os problemas gerados pelas políticas do Grande Salto. A ideia inicial era a retomada dos padrões centralizadores anteriores a 1958.

Não obstante, apesar das avaliações extremamente pessimistas dos principais dirigentes do PCC, Mao mostrava-se confiante, certo de que a China estava a caminho da recuperação econômica e continuava defendendo os pontos positivos do Grande Salto. Ainda assim, não se opôs, a princípio, a que as avaliações negativas a respeito daquele evento circulassem.

Dessa forma, entre 1962 e 1963, o Partido definiu uma política de compressão orçamentária para tentar estabilizar as perdas anteriores, sobretudo no campo. Contudo, entre os camponeses, as insatisfações permaneciam. Não se tratava, porém, apenas de queixas quanto à situação de penúria na qual muitos viviam, mas também a respeito dos frequentes abusos de poder dos funcionários do PCC. Estes foram, muitas vezes acusados também de corrupção. Segundo explica J. Spence, foi a “fome do Grande Salto que desencadeara essa corrupção; tendo recebido uma enorme autonomia local na tomada de decisões para cumprir cotas nacionais irrealistas, os quadros partidários ajustaram-se às condições de fome, protegendo-se e aos que estavam de seu lado, ao mesmo tempo em que confiscavam grãos dos mais fracos ou daqueles de que não gostavam”.

Como você pode imaginar, situações como estas deixaram os camponeses extremamente desacreditados do PCC e de suas políticas. A agricultura coletiva das comunas, por exemplo, foi muitas vezes acusada de má administração, o que, por sua vez, fazia com que os agricultores preferissem trabalhar em seus lotes privados.

Tal situação parece de fato ter alarmado os altos dirigentes da RPC, entre eles Mao Zedong, Zhou Enlai, Deng Xiaoping e Liu Shaoqi, a ponto de todos concordarem em levar a cabo um programa de reintrodução dos valores socialistas básicos na sociedade chinesa. Como você pôde acompanhar, a situação do mundo rural chinês, após o fracasso do Grande Salto, levou muitos chineses a certo “desencantamento” com relação, por exemplo, ao modelo das comunas, tão festejado em seus primeiros tempos, como a chegada definitiva do socialismo ao meio agrário. Para os dirigentes comunistas, era preciso “quebrar o cerco das tendências espontâneas favoráveis ao capitalismo no campo, através da mobilização e educação das massas rurais”. Configurava-se, nesse momento e a partir dessa premissa, o Movimento de Educação Socialista.

A nova política estava sintetizada no documento que ficou conhecido como os “Dez pontos de Maio de 1963” e previa a ampliação do trabalho ideológico nas áreas rurais através de campanhas maciças de esclarecimento a respeito do socialismo. A partir deste momento, muitos militantes seriam enviados ao campo para “aprenderem com os camponeses através do trabalho manual e para purificar a compreensão pelos camponeses da ‘linha de massa’”. Tratava-se, portanto, de uma política não apenas de revalorização dos valores socialistas, suposta e parcialmente negligenciados, mas também de uma política de expurgos dos quadros, considerados “desviantes”.

Sob este aspecto, é importante mencionar que o Movimento de Educação Socialista acabou levando para o campo os embates políticos que tomavam conta dos níveis mais altos da direção do país. Nesse sentido, é importante mencionar a experiência da Brigada de Taoyuan, na província de Hebei, onde Wang Guangmei, esposa de Liu Shaoqi dirigia um grupo de trabalho ligado ao Movimento de Educação Socialista. Wang permaneceu trabalhando na região, sem revelar sua identidade nem mesmo aos dirigentes locais entre 1963 e 1964. Os relatórios produzidos transbordavam condenações de “desvios capitalistas” dos mais diversos tipos em

Taoyuan, o que de uma certa forma comprometia quadros políticos que chegaram ao poder quando da revolução rural empreendida por Mao e consolidaram seu domínio durante o I Plano Quinquenal e o Grande Salto.

A partir de então, as relações entre Mao e Liu Shaoqi desgastaram-se de maneira crescente e as disputas entre ambos representavam pontos de vista que se diferenciavam apenas sutilmente, mas ainda assim, de forma crucial para compreendermos as formas a partir das quais o Movimento de Educação Socialista desenvolveu-se a partir desse período.

Liu acreditava que a correção dos abusos cometidos pelo PCC deveria ser tratada como assunto interno e, por isso mesmo, resolvido pelos próprios membros do Partido. Já Mao considerava que se o PCC havia demonstrado sinais de fraqueza e cometido erros graves, estes deveriam ser solucionados através de debates que deveriam envolver as “massas”. Assim, Mao acreditava que estava tentando desfechar uma campanha de fato *socialista*, que oporia efetivamente o proletariado à burguesia, enquanto seus inimigos apenas tergiversavam...



Liu Shaoqi

Liu Shaoqi foi um dos quadros mais importantes do PCC, desde sua fundação em 1921. Em 1942, tornou-se comissário político do Novo Quarto Exército. No mesmo ano, elaborou a ideia de “sinização do marxismo”, desenvolvida, mais tarde, por Mao Zedong. Foi eleito secretário-geral do PCC em 1943 e, em 1945, após o VII Congresso, tornou-se o segundo homem mais importante do partido. Liu foi eleito presidente do PCC, quando do segundo Congresso Nacional Popular, em 1959, substituindo Mao, que continuava, no entanto, exercendo o cargo

de chefe da Nação. Como observamos no texto, Liu opôs-se violentamente a Mao Zedong no período que sucedeu ao Grande Salto. Foi afastado do governo posteriormente, durante a Revolução Cultural, acusado de “desvios direitistas”. Aos olhos de muitos detratores da Revolução Cultural, Liu tornou-se uma de suas vítimas mais emblemáticas. Preso em 1967, ele foi destituído do Comitê Central do PCC em 1968 e constrangido a fazer sua “autocrítica”. Morreu na prisão em 1969. Foi apenas após a morte de Mao, em 1976, que as terríveis condições às quais Liu foi submetido durante a prisão foram reveladas. Colocado no isolamento em uma prisão de Kaifeng, província de Henan, morreu em decorrência de “negligências médicas” (diabetes não tratada e pneumonia). A partir de 1980, sua memória foi reabilitada durante o governo de Deng Xiaoping.



Figura 10.3: Liu Shaoqi.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Liu_Shaoqi#Conflict_with_Mao

A partir daí, intensificaram-se as disputas políticas, que se expressaram, principalmente, entre o PCC e o Exército de Libertação Popular (ELP). O ELP, dirigido por Lin Biao, desenvolveu um ativismo político de grandes proporções. Foi esta a principal instituição responsável pela formulação do culto à imagem de Mao Zedong, através da formação de numerosos grupos de propaganda e do lançamento, em todo o país, de milhões de exemplares do famoso *Livro Vermelho* de Mao Zedong. No início da década de 1960, enquanto os planejadores econômicos tentavam estabilizar a economia após as crises decorrentes do Grande Salto, no ELP, Lin Biao agia para criar uma imagem de Mao como um grande líder, através principalmente da edição e publicação de suas *citações*, ricas em apelos ao sacrifício, à autoconfiança e à manutenção do ímpeto revolucionário e da luta contínua. É claro que o culto à personalidade de Mao será potencializado pela Revolução Cultural Proletária, como veremos mais adiante; no entanto, é importante observar que ele nasce ainda no contexto das disputas que se estruturaram no início da década de 1960 entre o ELP e o PCC.

Este último, por sua vez, reivindicava para si a condição de vanguarda, conferida pela ortodoxia leninista, baseando-se no livro de Liu Shaoqi, *Sobre o aperfeiçoamento individual do comunista*, no qual procurava traçar o perfil do “quadro ideal”, com um misto de religiosidade e de stalinismo.

Enfim, os debates, muitas vezes contraditórios estabelecidos entre ELP e PCC revelavam as dimensões dos conflitos que abalavam a direção política da RPC durante os primeiros anos da década de 1960. As divergências se concretizariam em dois documentos, ambos de 1964. O primeiro deles, publicado em junho, inspirado por Mao Zedong, estabelecia uma série de critérios para se medir o sucesso do Movimento de Educação Socialista. A ênfase, como você pode supor, recaía sobre a necessidade de mobilização das massas e no processo de organização das Associações de Camponeses. Por outro lado, o segundo documento, publicado em setembro, baseava-se nas proposições de Liu Shaoqi e, diferente do primeiro,

concentrava-se na necessidade de fortalecimento dos aparelhos centrais e na importância do controle dos quadros locais.

Ao fim, consolidaram-se as posições defendidas pelo grupo de Mao Zedong e os critérios estabelecidos em junho de 1964 tornaram-se orientações a serem seguidas dali por diante. Assim, as ideias de mobilização das massas, defendidas por Mao e pelo ELP irão predominar no Movimento de Educação Socialista. De uma certa forma, a Grande Revolução Cultural Proletária surgiria como desdobramento, no campo das artes e da literatura, da aplicação de tais orientações no Movimento de Educação Socialista.

Desencadeando a Grande Revolução Cultural

A intensa campanha de “doutrinação” maoísta, desencadeada por Lin Biao no ELP, possui importância fundamental para compreendermos os primeiros movimentos da Revolução Cultural, nos anos 1960. Ela aponta para a enorme importância que o culto à imagem de Mao Zedong adquiriu na RPC naquele contexto. Ao mesmo tempo, ajuda-nos a compreender a dinâmica do grupo que se formou ao redor de Lin Biao e que teria importância fundamental no desenrolar do processo revolucionário.

Em torno de Lin Biao, destacavam-se determinados aliados que se tornariam figuras centrais no desencadeamento da Revolução Cultural. Dentre eles, Jiang Qing, terceira esposa de Mao Zedong, que então, começava a desempenhar papel cada vez mais ativo na política cultural da RPC. Jiang havia sido atriz em Shandong e Xangai, antes de se casar com Mao, em 1938. Manteve-se afastada da política até os anos 1960, quando então, declarou mais tarde, estava “profundamente perturbada com o conteúdo ‘tradicionalista’ ou ‘feudal’ de boa parte da arte chinesa contemporânea (...) e dispôs-se a fazer alguma coisa sobre esta situação”. Outro quadro que se tornaria importante no processo da Revolução Cultural era Kang Sheng, nome central do sistema de segurança nacional. Kang acreditava que a arte e a literatura chinesa deveriam voltar

a possuir uma visão mais “pura” da Revolução, inspirada nas fileiras operárias e camponesas. Mas foi em virtude de um artigo, publicado no segundo semestre de 1965, em Xangai, pelo jornalista Yao Wenyan, colega próximo de Jiang Qing, que o processo da Revolução Cultural foi deflagrado.

Yao publicou uma violenta crítica contra a peça *A destituição de Hai Rui*, do historiador e escritor Wu Han, especialista na história da dinastia Ming. Nessa peça, Wu retornava ao tempo dos Ming para fazer a crítica, contundente, de seu tempo. No artigo escrito por Yao, o escritor era acusado de “negar a premissa central do pensamento de Mao”, ou seja, que as “massas populares constituem a força motivadora da História”. Foi neste artigo, aliás, que apareceu pela primeira vez, o termo *Revolução Cultural*.

Assim, em torno da polêmica sobre a peça de Wu Han e da crítica elaborada por Yao Wenyan, surgiram dois grupos empenhados no debate a respeito da arte e de seu significado para a construção do socialismo chinês. O primeiro deles, chamado Grupo dos Cinco, organizava-se em torno do veterano, dirigente partidário e prefeito de Pequim, Peng Zhen, e embora aprovassem uma crítica a Wu Han, consideravam que a discussão deveria se restringir ao aspecto acadêmico. Estavam próximos de Liu Shaoqi e Deng Xiaoping.

Já o segundo grupo, articulava-se em Xangai, em torno de um seminário de estudos em que participaram Mao Zedong e Lin Biao. Estava sob orientação de Jiang Qing, que conduzia um fórum para discutir os propósitos políticos da literatura e das artes chinesas. O objetivo era a ampliação dos debates ao conjunto da sociedade. Além de arte e literatura, deveriam incluir também questões sobre a reforma do ensino e o combate aos “Quatro Velhos”: velhos hábitos, velha cultura, velhas ideias e velhos costumes. Propunham uma *purificação* radical da arte socialista chinesa.

Apesar dos esforços do Grupo dos Cinco no sentido de diluir os debates em torno do caso de Wu Han, tentando limitá-lo ao aspecto acadêmico, em lugar de tratá-lo como uma questão política, o grupo

de Xangai, liderado por Jiang Qing permanecia reunido e atuante. Em fevereiro de 1966, estavam organizados em grupos de leitura e apresentavam algumas conclusões as quais, ao fim, irão representar as linhas gerais do processo da Revolução Cultural.



Figura 10.4: Pôster chinês, de 1966 ou 1967, no qual se lê: “Destruir o velho mundo; construir um novo mundo”. Nele, um trabalhador, ou possivelmente um *guarda vermelho*, destrói o crucifixo, imagens de Buda e textos chineses clássicos com seu martelo.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Destroy_the_old_world_Cultural_Revolution_poster.png

Acreditavam que os escritos de Mao sobre cultura marcavam um “novo desenvolvimento da visão de mundo marxista-leninista”; afirmavam que, apesar da firme liderança do *Grande Timoneiro*, como Mao era chamado pelos seus correligionários, a China estava

ainda sob a “ditadura de uma linha antipartido e antissocialista sinistra”, que se opunha frontalmente ao pensamento de Mao. Esta linha, acreditavam, era uma combinação de ideias burguesas sobre literatura e arte. Não obstante, acreditavam que mesmo os “redutos mais inflexíveis” desta visão burguesa de cultura poderiam ser tomados e revolucionados. O ELP deveria ser o esteio deste processo e ajudaria a destruir “a fé cega na literatura clássica chinesa e estrangeira”.

Foi, portanto, a partir destas bases que se traçaram as linhas centrais da Revolução Cultural. A polêmica sobre as percepções a respeito de eventuais “desvios burgueses” em torno da arte e literatura chinesas configurava também disputas entre grupos diversos: ELP x PCC; maoístas x os grupos organizados em torno de Liu Shaoqi e Deng Xiaoping.

Não tardou para que os debates, que já ganhavam a imprensa oficial, tomassem também as ruas e atingissem o movimento estudantil. A base inicial foi Qinghua, Universidade de Ciências de Pequim. Ali, os métodos autoritários dos professores voltaram a ser questionados, os cursos, acusados de livrescos, a separação entre universidade e sociedade foi denunciada, criticada a exclusão de camponeses e operários do Ensino Superior, assim como a separação entre trabalho manual e intelectual... As tentativas de Liu Shaoqi e Deng Xiaoping de enviar “equipes de trabalho” aos *campi* com o objetivo de sufocar as manifestações não foi nada bem-sucedida. Ao contrário, a partir de então, mais professores e alunos aderiram às manifestações. Rapidamente, o movimento estendeu-se até as escolas secundárias de Pequim e esquadrões de estudantes receberam “braçadeiras” dos radicais da Revolução Cultural, declarando-os “guardas vermelhos”. Estava criada, assim, “a vanguarda de um novo movimento revolucionário”.



Os guardas vermelhos

Os guardas vermelhos, nome que remete à experiência da Guarda Vermelha Operária, formada em Petrogrado, no ano épico da Revolução Russa, eram grupos de jovens, homens e mulheres, cujas idades variavam entre 12 e 30 anos. A maior parte, no entanto, era composta por secundaristas. Eles portavam sempre uma braçadeira de tecido vermelho, sobre a qual figurava três caracteres em amarelos que formavam a expressão “guarda vermelho”. Eles tinham como função, “revitalizar” a sociedade chinesa, por oposição aos modelos ocidentais e soviéticos. Dentre suas muitas ações, constavam o confisco de bens de antigos capitalistas, mas principalmente, a divulgação do pensamento de Mao Zedong.



Figura 10.5: Três jovens guardas vermelhos, representados em um manual didático de Guangxi, em 1971.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Red_Guards_\(China\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Red_Guards_(China))

O movimento social foi imediatamente apoiado por Mao Zedong, em carta enviada a Lin Biao, em 7 de maio de 1966, na qual se formulava a crítica ao sistema de ensino vigente. A data,

7 de maio, ficaria conhecida mais tarde ao dar nome às escolas de reeducação dos quadros do PCC: Escolas 7 de Maio. Em outro documento, a circular de 16 de maio de 1966, apontava-se a necessidade de identificar e desmascarar os “agentes da burguesia infiltrados no PCC e mesmo nas suas instâncias dirigentes”.

Assim, o debate em torno da arte e literatura fora ampliado para temáticas mais gerais e transformava-se em um processo de crítica e expurgos dentro do PCC. A onda de expurgos aprofundar-se-ia entre o outono e o inverno de 1966. Neste momento, milhões de jovens foram estimulados pelos líderes da Revolução Cultural a demolir os velhos prédios das universidades, templos e objetos de arte de suas cidades que remetessem a qualquer tipo de manifestação artística, literária ou intelectual não revolucionária, burguesa... Foi também neste momento que os expurgos atingiram os níveis mais altos da hierarquia do PCC, com a destituição de Deng Xiaoping e Liu Shaoqi de seus cargos. Ambos e suas respectivas famílias foram constrangidos a fazer sua autocrítica pública e admitir seus “desvios burgueses”.

Ao mesmo tempo, o culto à personalidade de Mao ganhava proporções jamais vistas. Lin Biao defini-lo-ia como “o maior marxista-leninista de nossa época”. Os líderes da Revolução Cultural acreditavam, explica Daniel Aarão Reis, que as duras críticas, dirigidas ao PCC, poderiam desagregar politicamente a nação chinesa, o que só o culto ao pensamento e à personalidade do “Grande Timoneiro” seriam capazes de evitar. É nesse contexto que as guardas vermelhas ganham importância fundamental, na medida em que a fidelidade revolucionária ao grande líder da RPC eram os princípios básicos que fundamentavam a ação destes grupos.

J. Spence mostra-nos como agiam as Guardas Vermelhas, neste período crítico do processo revolucionário:

Os líderes da Revolução Cultural pediam um ataque abrangente contra os “quatro velhos” (...) mas deixavam para a Guarda Vermelha de cada local a iniciativa de aplicar estes termos. Na prática, o que acontecia era que depois de identificar os alvos mais simples, os guardas vermelhos, ansiosos por provar sua integridade revolucionária, voltavam-se contra qualquer um

que tentasse detê-los, contra quem tivesse educação ocidental ou negócios com ocidentais e contra todos os intelectuais que pudessem ser acusados de pensar de modo "feudal" ou "reacionário". As técnicas de humilhação pública tornaram-se cada vez mais complexas e dolorosas, com as vítimas forçadas a desfilar em praça pública com 'orelhas de burro' ou com cartazes autoincriminadores, pendurados no pescoço, recitar suas autocríticas diante de multidões zombeteiras (...).

Sensações de euforia, medo, excitação e tensão tomaram conta dos principais centros urbanos do país e, neste contexto, como você pode supor, a violência também aumentou bastante. Milhares de intelectuais foram espancados até morrer, ou morreram em consequência dos ferimentos, muitos foram enviados a campos de trabalhos forçados, ou de "reeducação" e outros ainda cometeram suicídio.

A Revolução Cultural viveria ainda um momento de radicalização em dezembro de 1966 e janeiro de 1967, quando amplos movimentos sociais, particularmente o movimento operário, "tomaram o poder" em Xangai (o período foi denominado como "tomada do poder de janeiro"). Então, pontos de uma agenda política radical foram colocados em pauta. Tratava-se agora de colocar em marcha a nacionalização completa de todas as indústrias, a eliminação de todos os lotes privados e de todos os vestígios da economia de mercado. A imprensa oficial conclamava à união operário-camponesa para derrubar os "detentores do poder nas fábricas, minas e áreas rurais". As Guardas Vermelhas, incumbidas de levar a cabo o processo, eram orientadas a não poupar ninguém. A ideia predominante era que, se em 1949 os dirigentes tiveram de se aliar aos centristas no processo de tomada de poder, o mesmo não era mais necessário em 1967 e "tudo que não se encaixava no sistema socialista e na ditadura do proletariado deveria ser atacado".

Durante alguns meses, as lutas entre estas facções paralisaram Xangai. Rapidamente, no entanto, as divergências entre as diversas organizações de jovens e operários começaram a aparecer,

refletindo as divisões no movimento de “tomada do poder”. Os antagonismos se intensificaram. Não obstante, já em fevereiro de 1967 a situação já havia sido controlada a favor dos líderes da Revolução e uma nova instituição apareceu: a Comuna Popular de Xangai, a qual, incorporando o nome revolucionário histórico, fez uma verdadeira *limpeza* no Partido, preparando-se, então, para “reforçar suas novas posições de liderança e forçar um retorno à obediência dos mesmos estudantes e trabalhadores que tinham procurado conduzir para uma nova era de liberdade”.



Filme: *Balzac e a costureirinha chinesa*

Baseado no romance homônimo de Dai Sijie, o filme é uma coprodução franco-chinesa de 2002 e dirigida pelo próprio autor do livro. A história passa-se em fins da década de 1960, quando, durante a Revolução Cultural, um grupo de jovens, acusados de reacionários, é levado para uma comunidade agrícola nas montanhas, para serem reeducados. Lá, os dois amigos Luo e Ma conhecem uma camponesa, neta de um famoso costureiro da região. Os três começam a andar juntos e debater ideias e modos de vida diversificados, até que encontram uma coleção de livros proibidos, entre eles os romances de Honoré de Balzac. *Balzac e a costureirinha chinesa* é uma crônica da vida na China durante a Revolução Cultural.

Um romance sobre a felicidade da descoberta da literatura, a liberdade adquirida através dos livros e a fome insaciável pela leitura, numa época em que as universidades foram fechadas e os jovens intelectuais mandados ao campo para serem “reeducados por camponeses pobres”. (Cf.: <http://www.editoras.com/objetiva/332-5.htm>).

Do incidente de Wuhan à morte de Lin Biao

O processo de tomada de poder em janeiro de 1967 assinalou um momento de radicalização da Revolução Cultural e, ao mesmo tempo, evidenciou a existência de facções distintas e por vezes antagônicas entre os guardas vermelhos. Confrontos entre o EPL e grupos considerados radicais espalharam-se por todo o país. Na primavera de 1967, o exército tinha prendido pelo menos quinhentos líderes da Guarda Vermelha.

O incidente de Wuhan talvez tenha sido o mais importante e é, ao mesmo tempo, muito expressivo das lutas que opunham EPL e radicais, representação do clímax – extremamente violento – daqueles anos de Revolução Cultural.

Em julho de 1967, na cidade industrial de Wuhan, grupos de trabalhadores, estimulados pelo exército e pelas autoridades locais, e facções da Guarda Vermelha enfrentaram-se. Os confrontos provocaram centenas de mortes e deixaram muitos feridos. Em julho, foram enviados a Wuhan dois membros do Comitê Central, Xie Fuzhi e Wang Li. Quando condenaram o comportamento do exército, um deles foi sequestrado do hotel por partidários do ELP e as tropas locais nada fizeram para resgatá-lo. Este episódio deu margem a novos surtos de violência e confrontos entre o EPL e grupos “rebeldes radicais”, ou ainda, entre facções rivais de estudantes e trabalhadores, algumas vezes com vítimas fatais. Outros episódios de grande violência foram registrados em Pequim e Cantão.

Em setembro, a situação havia se agravado de tal forma que, a maioria dos dirigentes, entre eles aqueles de visões mais diferentes, como Zhou Enlai, de um lado, e Lin Biao, de outro, concordaram que era preciso colocar um basta nos confrontos. Em 1968, a situação chegara a tal ponto que Mao viu-se pressionado a acabar com a Guarda Vermelha, a qual, segundo ele, havia “falhado em sua missão”. Então, o “Grande Timoneiro” ordenou que o EPL formasse comitês revolucionários em todas as províncias. Os muitos soldados membros da Guarda Vermelha foram mandados de volta ao campo

e os ativistas que os substituíram eram chamados agora de Rebeldes Revolucionários. Os métodos destes últimos não se diferenciavam muito daqueles a quem substituíram, no entanto, agora não mais havia o conflito generalizado.

A Revolução Cultural entrava, então, numa nova fase, quando Mao tentaria reestruturar o Partido e o Estado. O auge desse processo dar-se-ia em abril de 1969, com a realização do IX Congresso do PCC. Este tinha o objetivo de, segundo Daniel Aarão Reis, “reorganizar o aparelho partidário desmantelado pelo movimento de massas” e, ao mesmo tempo, assumir e consolidar algumas importantes conquistas da Revolução Cultural. Uma nova constituição para o Partido fora adotada, substituindo a que estava em vigor desde 1956. Seu texto enfatizava a importância do pensamento de Mao e a luta de classes como aspectos fundamentais da vida política e cultural da RPC. Lin Biao saiu do IX Congresso com sua posição de “camarada mais próximo de Mao Zedong” confirmada e consolidada.

Mesmo assim, a partir deste momento, abre-se um período de disputas de poder entre os membros mais importantes do comitê central. A disputa, a princípio *velada*, girava em torno de saber quem, no tempo devido, substituiria o já envelhecido camarada Mao. Lin Biao não conseguiria assegurar por muito tempo a posição de número 2 do partido. Entre 1969 e 1971, sua posição de liderança começou a se deteriorar, em razão, sobretudo, de Mao pretender limitar a participação de militares no governo, que vinha crescendo desde 1968. Além disso, é preciso destacar que, apesar de ter confirmado sua posição no IX Congresso, muito rapidamente as divergências entre Lin e Mao começaram a aparecer, particularmente a respeito de assuntos decisivos, como a reconstrução do PCC e a política internacional.

Em 1971, Lin Biao foi destituído de seu posto. Com ele, cairiam 11 dos 21 membros do Bureau Político. O PCC difundiu, ou deixou circular, uma série de notícias de difícil confirmação a propósito de expurgos, incluindo uma acusação segundo a qual Lin

estaria arquitetando um plano de tomada de poder que envolveria o assassinato de Mao Zedong e de uma série de outras personalidades políticas da RPC. A versão incluía uma suposta fuga de Lin em um pequeno avião que teria caído na Mongólia. Assim, de comandante do EPL, considerado pelos chefes da Revolução Cultural em seu auge o "esteio das esperanças do povo", Lin Biao tornou-se "agente do inimigo e da burguesia, há dezenas de anos infiltrado no PCC".

De acordo com Daniel Aarão Reis, o desaparecimento de Lin Biao e de seu grupo tinha razão de ser naquele contexto, uma vez que favorecia o processo de *normalização institucional*:

reconstituição do aparelho partidário, campanhas sistemáticas contra o "ultraesquerdismo", reafirmação do PCC enquanto única vanguarda política, reabilitação de centenas de quadros afastados durante a Revolução Cultural, entre os quais, Deng Xioping.

Não obstante, o destino sinistro de Lin Biao não deixou também de representar, de certo modo, um golpe também para o maoísmo. J. Spence cita depoimentos de dois camponeses a esse respeito bastante expressivos. Dizia o primeiro: "Eu me sentia fiel a Mao, mas aquele negócio do Lin Biao afetou meu pensamento". O outro, lembrava:

Quando Liu Shaoqi foi derrubado nós demos todo apoio. Naquela época, Mao Zedong foi elevado às alturas: ele era o sol vermelho e não sei que mais. Mas a história de Lin Biao deu-nos uma lição importante. Acabamos vendo que os dirigentes lá de cima podiam dizer hoje que uma coisa era redonda e amanhã que era chata. Nós perdemos a fé no sistema.

O depoimento é extremamente representativo. Indicava um movimento na sociedade de desencantamento com relação àquilo que havia sido, durante anos, uma das mais importantes bases do consenso social em torno da RPC: o culto à imagem de Mao

e o *maoísmo*. Indicava que, mais uma vez, o socialismo chinês precisaria buscar novos rumos. A morte de Mao Zedong aceleraria esse processo.

Das “Quatro Modernizações” à construção da “potência emergente”: o processo de abertura econômica na China

Redefinindo a Revolução: da morte de Mao Zedong à política das Quatro Modernizações

1976 foi um ano crucial para a RPC. Em janeiro, faleceu o primeiro-ministro e um dos líderes mais importantes da Revolução, Zhou Enlai, aos 78 anos, em decorrência do câncer contra o qual lutara durante os últimos quatro anos de sua vida. A comoção diante da morte do *velho camarada* foi imensa. Multidões tomaram as ruas próximas ao Grande Pavilhão do Povo, em Pequim, onde ocorreram as homenagens. Mao não compareceu. O responsável pelas homenagens e discurso público foi Deng Xiaoping, então vice-primeiro-ministro.

Em princípios de fevereiro, Hua Guofeng, então homem de confiança de Mao, foi nomeado primeiro-ministro interino, ao mesmo tempo que ataques contra Deng ganhavam as ruas. Praguejava-se contra aquele que era descrito como o “Kruchev número 2 da China” – o primeiro havia sido Liu Shaoqi.

A campanha tendia a crescer e tudo levava a crer que era orquestrada por Jiang Qing e seu grupo. Foi quando, em 4 de abril, milhares de pessoas reuniram-se em torno do memorial dos mártires da Revolução Chinesa para prestar homenagem a Zhou Enlai. Nos dias seguintes, uma nova multidão reuniu-se no memorial e descobriu que as homenagens do dia anterior haviam sido removidas pela polícia. Uma onda de protestos tomou conta de Pequim, sendo os

manifestantes violentamente reprimidos pelas forças de segurança do regime. Tais eventos fizeram com que as acusações contra Deng Xiaoping aumentassem ainda mais. Deng era acusado de tentar reverter o processo da Revolução Cultural e restaurar o capitalismo.

Ao mesmo tempo, a saúde de Mao tornava-se cada vez mais débil e Hua Guofeng consolidava-se como o eventual sucessor. Em 9 de setembro de 1976, quando Mao faleceu, a comoção nacional foi imensa. Declarou-se uma semana de luto e as homenagens oficiais louvavam seus grandes feitos, mas traziam também uma mensagem política direta: o elogio à capacidade de Mao de livrar a RPC das “linhas oportunistas de direita”, nas quais se inseria Deng Xiaoping.

Durante as cerimônias fúnebres, o chamado grupo de Xangai – a viúva de Mao, Jiang Qing, além de Wang Hongwen, Zhang Chunqiao e Yao Wenyan – assumiram posições de destaque. Não obstante, as aparências de unidade e entendimento político começariam a se desfazer ao longo do próprio mês de setembro, quando apareceram denúncias de que o grupo de Xangai teria falsificado importantes pronunciamentos de Mao. Seguiu-se a isso um golpe de estado, em 6 de outubro: Hua Guofeng, no comando das forças de segurança e da polícia política, apoiado pelos chefes militares do norte do país, tomou o poder e mandou prender os líderes do grupo de Xangai. Estes passaram rapidamente a serem chamados e conhecidos em toda a China como “a gangue dos quatro”. Foram acusados de articulação de complôs, espionagem, revisionismo, ações contra o interesse do Estado e os princípios do PCC. Como você deve se lembrar, foram exatamente os membros deste grupo que articularam as campanhas contra Liu Shaoqi e Lin Biao. Ironia da História, estavam eles agora sentados no banco dos réus, acusados dos mesmos “desvios” pelos quais haviam condenado os outros.

Não deixa de ser curioso notar que, não muito tempo após o golpe de Hua Guofeng e o afastamento da “Gangue dos Quatro”, Deng Xiaoping começava, aos poucos, a organizar seu retorno. Em 1977, as críticas que vinha sofrendo tinham praticamente cessado. Além disso, algumas campanhas populares e entre autoridades

importantes pedindo o retorno do “camarada Deng Xiaoping” tiveram lugar desde os primeiros meses daquele ano. Assim, quando do XI Congresso do PCC, em agosto de 1977, Deng volta a retomar a totalidade dos poderes que foram seus. A partir de 1978, cada vez mais a figura de Deng tenderia a ofuscar a de Hua Guofeng, que acabou destituído do cargo de primeiro-ministro em 1980 e do de presidente do partido em 1981.

É importante percebermos que os eventos que possibilitam o rápido retorno de Deng Xiaoping significam, antes de mais nada, a manutenção de uma política com a qual o dirigente identificava-se, qual seja, um programa geral modernizante do país. De fato, em 1976 são levadas a cabo importantes campanhas pelo aumento da produtividade e por uma estrita disciplina na produção. Além disso, não podemos perder de vista o que representava o retorno de Deng Xiaoping em termos políticos. Com efeito, a partir do XI Congresso, ocorreu o coroamento de um processo de retorno maciço dos ex-quadros, afastados durante a Revolução Cultural. Por outro lado, Deng personifica a predominância de uma nova política: as Quatro Modernizações”.

Compreender o que foi essa política é fundamental para entendermos o sentido do projeto de abertura que dá significado e de certa forma norteia as opções políticas da RPC, ao longo das últimas décadas do século XX. Podemos compreender a Política das Quatro Modernizações como uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo, que pretendia abarcar quatro aspectos decisivos da vida nacional:

- 1) *modernização da indústria;*
- 2) *modernização da agricultura;*
- 3) *modernização cultural;*
- 4) *modernização da defesa.*

As novas Políticas das Quatro Modernizações vieram à tona de maneira mais formal no Terceiro Pleno do Comitê Central do PCC, eleito pelo XI Congresso. Tal reunião ocorreu em fins de dezembro

de 1978, após sucessivos e importantes eventos tanto com relação à política externa como interna, que ajudam a compreender melhor a implementação das reformas. Assim, do ponto de vista externo, neste momento China e Estados Unidos anunciavam que a partir de janeiro de 1979 restabeleceriam relações diplomáticas plenas, ao mesmo tempo em que Deng Xiaoping ratificava o Tratado de Amizade Sino-Japonês e condenava a aliança entre União Soviética e Vietnã como uma ameaça à paz no Pacífico. No plano interno, definia-se a reabilitação de todos aqueles condenados erroneamente, desde a Campanha Antidireitista de 1957.

Neste contexto, o Terceiro Pleno declarava que, podendo ser considerada concluída e vitoriosa a luta contra Lin Biao e contra a Gangue dos Quatro, a ênfase do partido deveria recair sobre a “modernização socialista” a partir de 1979. Assim, na indústria, incentivou-se a absorção em larga escala de tecnologia sofisticada e a concentração do desenvolvimento em determinados polos.

Aqui, um dos aspectos mais interessantes a ser destacado foi a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). O grande desafio que a RPC enfrentava naquele momento era “adotar meios de implementar as Quatro Modernizações com mais rapidez e de tal forma que abrisse o país à comunidade financeira mundial”. A criação de “zonas especiais” que permitissem a cada província desenvolver seus recursos econômicos específicos parecia atender bem a estas demandas. Assim, ainda em 1979, foram criadas nas províncias de Guangdong e Fujian, quatro “zonas especiais para exportação” que, no ano seguinte, tiveram os nomes alterados para “zonas econômicas especiais”. As quatro zonas eram: Zhuhai, Shenzhen e Shantou no Guangdong e Xiamen, em Fujian.

Estas zonas propunham às empresas estrangeiras condições financeiras preferenciais, como por exemplo, baixos impostos, livre repatriamento de investimentos e de benefícios, o comprometimento com a construção de unidades industriais de acordo com os padrões dos investidores estrangeiros, estatuto de extraterritorialidade para os quadros que vinham trabalhar.

Em contrapartida, as ZEEs foram abertas a empresas de capital estrangeiro desde que aportassem tecnologias de ponta, garantindo sua transferência para os chineses. Também seriam obrigadas a exportar uma certa proporção de sua produção. Houve, a partir de então, um formidável afluxo de capitais estrangeiros que se tornou uma viga decisiva do processo das *Quatro Modernizações*. Tal afluxo se deu, no entanto, sob controle e regulamentação do Estado chinês, o que se mantém até os dias atuais.

Mais tarde, outras regiões, já sob outros nomes, desfrutariam dos mesmos benefícios, ao mesmo tempo em que as zonas puderam estender o território de aplicação da legislação especial. Além disso, outras zonas econômicas especiais foram criadas, como por exemplo, a importante zona do distrito de Pudong, em Xangai.



Figura 10.6: Vista do distrito financeiro de Pudong, em Xangai, “vitrine” da China moderna.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:2012_Pudong.jpg

As zonas de fato se constituíram em fator de sucesso na arrancada econômica chinesa. Nos primeiros anos, especialmente, a zona de Shenzhen, próxima de Hong Kong, prosperou imensamente. É claro que o novo ritmo de modernização impunha transformações

de ordens diversas no cotidiano das pessoas e, rapidamente, começaram a irromper casos de corrupção, utilização de mercado negro e mesmo aumento da criminalidade e da prostituição. Mas, de um modo geral, foram elas que moldaram o processo de modernização comercial e industrial da China nos anos 1980.

No que tange aos outros pontos essenciais das Quatro Modernizações, é importante destacar que para as áreas agrícolas, a política foi de restaurar o pacto da revolução agrária, empreendida entre 1949-1951, ou seja, sob o princípio de *descoletivizar* a agricultura, restabeleceu-se a propriedade camponesa familiar, com créditos especiais e contratos a longo prazo. Aqui, aqueles “pequenos lotes” de terra, frequentemente (mal)vistos pelos adeptos dos planos centralizados, criticados como *persistentes* “traços capitalistas” foram definidos pelo Terceiro Pleno como “necessários para a produção socialista” e, portanto, deveriam ser estimulados.

Já no âmbito da defesa, o processo de modernização baseou-se numa reorganização das Forças Armadas, com base em treinamentos e equipamentos sofisticados. As hierarquias, abolidas desde 1965, foram restabelecidas e as milícias populares perderam, aos poucos, sua importância, submetendo-se aos militares profissionais. Quanto à educação, desde 1978, são feitos planos para a criação de 88 “universidades-chave”, nas quais a admissão somente seria possível através da realização de exames rigorosos. Enfatizava-se a necessidade de formação de pessoal técnico. Muitos estudantes, especialmente aqueles dedicados às matemáticas e às engenharias foram enviados ao exterior para estudar, sobretudo aos Estados Unidos, após o anúncio de normalização das relações diplomáticas.

Por fim, é importante lembrar que o Pleno concluía sua apresentação das Quatro Modernizações, acrescentando que “todas as recomendações centrais tinham como premissa as realizações ‘indelévels’ do pensamento de Mao Zedong”. Admitiam, conforme nos aponta J. Spence, que Mao não estava isento de “todas as falhas e erros”. Não obstante, não se devia perder de vista o objetivo

central daquela empreitada modernizante: o povo chinês deveria integrar “os princípios universais do pensamento marxista-leninista-maoísta à prática concreta da modernização socialista e desenvolver esta última à sombra das novas condições históricas”.

Era esta a tônica da política das Quatro Modernizações: socialismo modernizante, mas sem prescindir da figura onipresente de Mao. Não tardaria para que os chineses clamassem por uma quinta modernização: a *democrática*.



O processo de abertura chinês e as relações internacionais: os casos de Taiwan e Hong-Kong

1 – Taiwan

Taiwan, chamada de Formosa pelos portugueses, é uma grande ilha situada a 160 km a leste do território chinês, agrupando ainda, sob sua jurisdição algumas dezenas de ilhas menores. Com 35.908 km quadrados, tem uma população de 23 milhões de habitantes (dados de 2011). Em 1949, para lá fugiram as tropas de Chiang Kai-shek, quando derrotadas pelo Exército Popular de Libertação/EPL. A Ilha, parte integrante da China, transformou-se, então, numa fortaleza, apoiada e sustentada pelos EUA, que lideraram, na ONU, a posição, vitoriosa, de atribuir a Taiwan (autodenominada República da China) a representação de toda a China. Esta situação perduraria até 1971, quando se normalizaram as relações entre EUA e a República Popular da China/RPC, o que conduziu, por exigência dos comunistas, à exclusão de Taiwan da ONU. Desde 1975, quando faleceu Chiang Kai-shek, houve uma tendência a melhorarem as relações entre a China Popular e Taiwan. A partir de fins do século XX

e inícios do atual século, intensificaram as relações econômicas e comerciais, assinando-se um tratado em que a RPC mantém a reivindicação de reintegração de Taiwan à China, mas por meios pacíficos. Taiwan é um dos chamados Tigres Asiáticos, com um PIB de 430 bilhões de dólares e um PIB per capita de US\$35.700 (dados de 2010).

2 – Hong-Kong

Hong-Kong (Xianggang em mandarim) situa-se na costa Sul da China, perto de Cantão, do lado oposto ao delta do rio das Pérolas. É uma ilha mas, política e juridicamente, o termo inclui a península de Kowlon, os chamados Novos Territórios e mais algumas dezenas de pequenas ilhas, num conjunto de 1.054 km quadrados e uma população de 7 milhões de habitantes, uma das mais altas densidades populacionais do planeta. Ocupada pelos ingleses pouco depois da Primeira Guerra de Ópio, em 1842, Hong-Kong transformou-se numa colônia, tendo sido ocupada pelos japoneses durante a II Guerra Mundial. Depois de 1949, os comunistas deixaram-na em mãos inglesas para assegurar uma “janela” para o mundo. A partir dos anos 1960-1970, Hong-Kong transformou-se num grande centro internacional do capitalismo financeiro, um outro “Tigre Asiático”. Foi reintegrado à China em 1997, mas manteve uma grande autonomia local (que não inclui assuntos de defesa e política externa), num esquema que os chineses chamam de “um país, dois sistemas”. Ou seja, enquanto na China continental permanece o socialismo com “cores chinesas”, em Hong-Kong perdura o sistema capitalista.



Atende aos Objetivos 1 e 2

2.

“O **PRESIDENTE MAO**, como sempre o chamamos, começou a invadir diretamente minha vida em 1964, quando eu tinha doze anos”. (...) Então, martelava-se “na cabeça das crianças que nossa primeira e única lealdade deveria ser para com Mao. Uma música popular dizia: ‘Papai está perto, mamãe está perto, mas ninguém está tão perto quanto o presidente Mao’”. (Jung Chang. *Cisnes selvagens: três filhas da China*, p. 321 e 329. Os grifos são do original)

O trecho em destaque, retirado do romance *Cisnes selvagens*, dá-nos a dimensão da centralidade que o culto à imagem de Mao Zedong adquiriu na RPC, particularmente no momento da Revolução Cultural Proletária. Com base no que estudamos até aqui, explique como se desenvolveu o processo da Revolução Cultural, bem como o porquê da importância do culto a Mao neste contexto.

Resposta Comentada

Aqui, você deve explicar o advento da Revolução Cultural como um desdobramento do Movimento de Educação Socialista que se espalhou pelo meio rural chinês nos primeiros anos da década de 1960. Deve considerar como o processo inicia-se, tendo em vista os objetivos de “salvar a arte e a literatura revolucionária” de seus “desvios burgueses ocidentais”, tendo

rapidamente a discussão ganhado os segmentos mais diversos da sociedade. Além disso, você deve levar em consideração os embates cada vez mais constantes entre o PCC e o EPL e o papel preponderante que Lin Biao e os dirigentes mais radicais da Revolução Cultural adquiriram nesta última instituição. Este aspecto é fundamental, pois é justamente do EPL que se organiza em proporções jamais vistas o culto à personalidade de Mao. Isto porque os defensores da Revolução Cultural acreditavam que as críticas crescentes às estruturas estatais e do PCC poderiam desagregar politicamente a nação. Sob este aspecto, o culto ao *Grande Timoneiro* cumpriria o papel de manter a unidade chinesa. Não se esqueça de mencionar o papel das Guardas Vermelhas neste processo, bem como a importância da manutenção do culto em momentos cruciais, como no momento da implementação das Quatro Modernizações.

Os anos 1980: prosperidade e busca de democracia

A década de 1980 marcou um período de intensas transformações na RPC. Em primeiro lugar, é importante destacar a realização do censo populacional de 1982, no qual se confirmou a previsão de alguns demógrafos: a China atingira a marca de 1 bilhão de habitantes. Chamava atenção no censo, em primeiro lugar, a juventude da população, e, como consequência, o imenso número de mulheres em idade reprodutiva: 80 milhões de mulheres tinham entre 20 e 30 anos e 125 milhões entre 10 e 20 anos. Tais dados alarmaram determinados planejadores, defensores de medidas enérgicas e urgentes de planejamento familiar.

Temia-se que, sem um controle rigoroso do crescimento populacional, a China consumiria os ganhos materiais que pudesse alcançar, da mesma forma como acontecia em outros países em desenvolvimento. O que os planejadores não previram, da mesma forma como aconteceu em outros países – a Índia é também, como veremos, outro exemplo expressivo – foi o crescimento impressionante da classe média e de seu poder de movimentação do mercado econômico chinês. De toda forma, cabe ressaltar que,

nos anos 1980, quando as políticas das Quatro Modernizações apenas começavam a ser implementadas, o estrondoso crescimento populacional era visto como uma ameaça.

Assim, desde 1979, foi lançada a “política do filho único”, que restringia os benefícios sociais às famílias com apenas um filho. Observou-se, neste contexto, um movimento de retardo dos casamentos e um avanço de interferências cirúrgicas (esterilização). Outra consequência foi a configuração de altos níveis de abandono de recém-nascidos – principalmente de meninas. Ainda assim, não se conseguiu impedir que, na década de 1980, o número de nascimentos aumentasse expressivamente. Em 1981, quando a Comissão de Planejamento Familiar verificou que quase 6 milhões de bebês haviam nascido em famílias que possuíam cinco ou mais filhos, o governo reforçou o controle da natalidade, ordenando a colocação compulsória de DIU em mulheres que já tinham um filho e a esterilização compulsória para o marido ou a esposa depois do nascimento de uma segunda criança. Hoje, a China precisa lidar com o processo inverso: o rápido envelhecimento de sua população, resultado não apenas das políticas de controle de natalidade, mas também do aumento da expectativa de vida.

O processo de modernização suscitava novos anseios em setores expressivos da sociedade. O aumento da renda levava a uma demanda insaciável por bens de consumo e pela construção de moradias. No final da década de 1980, estas demandas impulsionavam as taxas de inflação a níveis elevados, gerando um ligeiro recuo econômico e baixa no padrão de vida, sobretudo para as populações urbanas. Além disso, a ampliação do contato com o Ocidente, sobretudo em um momento no qual o bloco socialista era varrido por ventos democratizantes e a própria União Soviética vivia seu processo de abertura política, a *Glasnost*, fazia com que a demanda por uma “quinta modernização”, qual seja, a democrática, se fortalecesse.

Esse contexto acabou encorajando professores e estudantes, intelectuais e outros segmentos da sociedade a reforçar suas

demandas pela “quinta modernização”, um amplo movimento, chamado por muitos de “Primavera de Pequim”, uma referência e ao mesmo tempo tentativa de compreender as manifestações no quadro daquelas outras que tomavam conta do mundo socialista, na Europa do Leste e na União Soviética, ressalvadas suas especificidades. Os estudantes denunciavam a insegurança nos *campi*, a falta de oportunidades para muitos e os privilégios desfrutados pelos filhos de membros do PCC. Circulares, pedindo a liberação de presos políticos, também apareceram.

Os protestos de 1989 não foram as primeiras manifestações estudantis a que a década de 1980 assistiu na China. Antes, eles apareciam como desdobramento das manifestações de 1985/86, quando o então secretário-geral do Partido, Hu Yaobang, terminou destituído de seu cargo por permitir que as manifestações se espalhassem. Hu faleceu subitamente, em abril de 1989, vítima de um ataque cardíaco. Quando sua morte foi anunciada, muitos estudantes viram ali um caminho para reencaminhar as demandas por democracia, tal como havia ocorrido em 1985/86. Nos dias 16 e 17 de abril, multidões compareceram à praça Tian’anmen ou praça da Paz Celestial, em Pequim, para prestar suas homenagens a Hu Yaobang e reivindicar sua reabilitação política. Na noite do 21 de abril, véspera do funeral, cem mil pessoas dirigiram-se à praça Tian’anmen, em vigília. As primeiras manifestações pacíficas reuniram, principalmente, estudantes e intelectuais, que gritavam *slogans* pró-democracia e denunciavam a corrupção no governo.

As manifestações estenderam-se pelo mês de maio. Parecia que quanto mais o governo chinês tentava pressionar o movimento a se desmobilizar, mais ele crescia e espalhava-se, difundindo-se pela maioria das grandes cidades da China. Na capital, verificou-se uma série de grandes manifestações, concentradas na praça da Paz Celestial. As manifestações alcançaram tal magnitude que as autoridades chinesas declaram uma lei marcial, no final de maio de 1989, entregando ao Exército o controle da situação.

Na noite de 3 para 4 de junho de 1989, após semanas de protestos, os tanques do exército chinês esmagaram a revolta: o governo ordenou a repressão e autorizou o uso da força militar para reprimir qualquer tipo de protesto. A vitória esmagadora das forças chinesas sobre os manifestantes até hoje é conhecida como "o massacre da praça da Paz Celestial".



Figura 10.7: Famosa fotografia do massacre da praça Tian'anmen, em 1989. O destino do corajoso jovem que tentou parar os tanques permanece até hoje desconhecido.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/vi/0/0f/Tank_Man.jpg

O número de mortos e feridos no massacre é, ainda hoje, objeto de debate e controvérsias. Em 30 de junho de 1989, um relatório do governo chinês referia-se a "3.000 civis feridos e mais de 300 mortos". A Cruz Vermelha chinesa, por sua vez, afirmou que os resultados seriam 10.000 feridos e 2.600 mortos, enquanto a Anistia Internacional estimou em torno de 1.000 o número de mortos. Os Estados Unidos e várias outras organizações como a ONU, reivindicam da China, ainda hoje, informações completas e transparentes a respeito do massacre da praça da Paz Celestial.

Mais de vinte anos depois, a sangrenta repressão nunca foi questionada pelos líderes chineses. O massacre de 4 de junho é considerado ainda um assunto tabu na China. Nenhuma menção ao evento é permitida na imprensa sem aprovação do governo.

O governo da RPC, conquanto aprofundasse cada vez mais seu programa das Quatro Modernizações, continuava irreduzível, ao que parece, no que tange à realização da *quinta modernização*.



Deng Xiaoping

Secretário-geral do PCC em 1948, Deng foi também ministro das Finanças entre 1953 e 1954, constituindo-se em um dos “homens fortes” da Revolução. Durante a Revolução Cultural, foi violentamente atacado pelas Guardas Vermelhas e destituído do Comitê Central juntamente com Liu Shaoqi. Em 1967, foi constrangido a realizar publicamente a “autocrítica” de seus erros. Em meados da década de 1970, após o expurgo de Lin Biao, Deng retornou ao Partido e aproximou-se de Zhou Enlai, assumindo o cargo de vice-primeiro-ministro. Após a morte de Zhou, caiu novamente em desgraça, mas conseguiu ser reabilitado ainda uma segunda vez, retornando ao poder após a morte de Mao Zedong e a prisão da “Gangue dos Quatro”. Deng foi um dos principais articuladores da abertura econômica da China, foi também um grande defensor do chamado “socialismo de mercado”. Renunciou meses após o massacre da praça da Paz Celestial, enfraquecido pela repercussão internacional do episódio. Faleceu em 1997, em decorrência de uma infecção pulmonar.



Figura 10.8: Deng Xiaoping em 1979.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/>

File:Deng_Xiaoping.jpg

CONCLUSÃO

Os desafios do século XXI

Quando Mao Zedong anunciou a criação da República Popular da China, em 1949, a China encontrava-se em situação de extrema pobreza. Hoje, pouco mais de 60 anos depois, a China transformou-se na segunda nação industrial do mundo e também na segunda maior economia, tendo ultrapassado o Japão nesse aspecto, entre 2010 e 2011. Para chegar a esta posição, o país precisou projetar e elaborar um modelo de desenvolvimento específico.

A China é hoje a segunda potência econômica mundial. Sobretudo após a crise financeira de 2008, o país vem ocupando espaço cada vez mais central no cenário político e econômico mundial. Como vimos, a partir dos anos 1980, o comércio exterior

chinês cresceu exponencialmente. As exportações e importações progrediram em média 15% ao ano nos últimos 25 anos. A China, cujo peso no comércio mundial passou de 1% em 1980 para 10% em 2007, tornou-se o maior parceiro econômico para vários países da Ásia, notadamente o Japão, que lhe fornece 2/3 de suas importações e absorve a metade de suas exportações. Não obstante, cada vez mais, a China torna-se parceira econômica central para outros países além do continente asiático. Em 2009, por exemplo, tornou-se para nós, brasileiros, o maior parceiro comercial, superando os Estados Unidos. A recente criação dos BRICS, grupo de cooperação política e econômica internacional que reúne os chamados países emergentes – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – é uma das muitas, mas não a única prova do alargamento da influência econômica não apenas da China, mas desta nova realidade que os chamados *países emergentes* representam.

De acordo com Jean-Luc Domenach, a partir da ascensão de Hu Jintao em 2002, a ênfase dos investimentos tem recaído sobre a mutação tecnológica da economia chinesa e a construção de um poderoso – e numeroso – mercado interno. O processo vem se estabelecendo como vitorioso e as taxas de crescimento econômico chinesas assombram e fascinam o mundo.

Desde os anos 1980, os chineses definem sua economia como “socialismo de mercado”. Em linhas gerais, isto consiste em um sistema no qual o Estado, através das suas empresas e *holdings*, tem em mão os pilares básicos da direção da economia, como o setor bancário, a siderurgia, as telecomunicações, o transporte, o setor de energia e de exploração mineral.

É na conjunção entre critérios específicos de uma economia planejada com a economia de mercado que consiste a especificidade do desenvolvimento chinês. Não obstante, a grande diversificação da economia e a expansão extraordinária da sociedade de consumo naquele país vêm colocando algumas importantes questões:

A China pode ser considerada um país socialista? O que tem a ver o socialismo com um país que se utiliza do mercado como instrumento de determinação de preços e alocação de recursos? Pode existir uma economia de mercado socialista, expressão a partir da qual a China denomina seu sistema político-econômico?

Para além das questões estritamente econômicas, uma outra, de cunho político, também se coloca e diz respeito à tão aclamada – nos anos 1980, ao menos – *quinta modernização*. Esta questão continua em aberto. Uma das maiores economias do mundo mantém-se fechada do ponto de vista das liberdades democráticas, lançando mão de mecanismos como a rígida e abrangente censura. A intolerância com relação aos *dissidentes* políticos perpetua-se; o Partido procura manter-se enquanto instituição *intocável*; o valor atribuído à figura e ao pensamento de Mao, embora cada vez menos importante, permanece como elemento significativo da cultura política socialista chinesa. As inúmeras estátuas do “Grande Timoneiro”, espalhadas pelo país, parecem unificar, simbolicamente, o imenso território, lembrando um passado em comum.

Jonathan Unger, em um estudo sobre as bases sociais do regime autoritário chinês, explica que o desenvolvimento de uma classe média costuma ser pré-requisito básico para o pleno a florescimento da democracia e das instituições da sociedade civil. Não parece ser exatamente o caso chinês. A nova classe média chinesa, principal componente deste poderoso mercado interno em expansão é, ao contrário, de acordo com as pesquisas de Unger, a principal base de sustentação do regime autoritário atual. Esta classe média urbana, poderosa, que desenvolveu padrões de consumo *ocidentais*, parece, assim, não estar primordialmente interessada em certos padrões político-ideológicos, cultivados pelo Ocidente, e que dizem respeito a liberdades individuais e democráticas. A *quinta modernização*, aparentemente, ainda terá de esperar...

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Ao longo desta aula, acompanhamos o processo de construção do socialismo na China. Pudemos estudar os complexos processos de elaboração de um modelo socialista próprio, que buscou se diferenciar de outras experiências, ou, mais especificamente, do modelo soviético.

Com base no que estudamos nesta aula e considerando as características do socialismo chinês, caracterize as rupturas empreendidas a partir das Quatro Modernizações.

Resposta Comentada

Aqui, você deve, primeiro, explicar o contexto no qual se configurou a Política das Quatro Modernizações. Procure associá-la à conjuntura da morte de Mao Zedong e ascensão de Deng Xiaoping. É importante estar atento para as formas a partir das quais o lugar do pensamento de Mao foi redefinido, neste momento, na sociedade chinesa, sem, no entanto, que se desqualificasse ou descartasse por completo a figura do “Grande Timoneiro”, ainda muito importante para conferir unidade à nação chinesa, em um momento de profundas transformações sociais, políticas e econômicas. A seguir, é importante que você reflita a respeito das formas a partir das quais a implementação dessa política abriu, economicamente, a China para o mundo, ao mesmo tempo em que modernizou o país do ponto de vista tecnológico e, principalmente, como esta política contribuiu para a criação de um poderoso mercado – interno e externo – chinês. Explique a importância da criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) como forma

de dinamizar a economia nacional, como elas se organizavam e quais os setores privilegiados. É importante não esquecer o papel central e fundamental que o Estado ocupou neste processo, denominado por muitos de *socialismo de mercado*.

RESUMO

Nesta aula, você acompanhou os processos de construção do socialismo chinês, após 1949. Vimos como este processo deu-se, de início, em um movimento de sintonia com o modelo soviético, através, por exemplo, da adoção do paradigma de Planos Quinquenais e dos altos investimentos em indústria pesada. Além disso, estudamos a progressiva opção pela construção de um modelo socialista de características específicas, chinesas, através do Grande Salto Adiante e das divergências que conduziram à ruptura com relação à União Soviética, ainda em princípios da década de 1960. Vimos ainda os processos que levaram à implementação da Revolução Cultural Proletária, o fervor e o desencanto que, sucessivamente, esta foi capaz de suscitar. Procuramos entendê-la como mais uma etapa atravessada pela RPC na busca de um caminho próprio para a construção do socialismo. Por fim, estudamos o processo de abertura econômica da China, as tentativas de *desmaoização* do país e a chamada política das *Quatro Modernizações*. Procuramos compreender parâmetros do chamado “socialismo de mercado” chinês e os processos a partir dos quais a China se tornou uma das maiores potências mundiais do século XXI, cujo desenvolvimento encanta e inquieta o mundo.

Informação sobre a próxima aula

Nas próximas aulas, você entrará em contato com outras regiões do continente asiático. Você começará a estudar o subcontinente indiano e a Ásia Central, cujos processos históricos e sociais diferem bastante dos estudados até agora. Começaremos pela Índia, este outro “gigante asiático”. Estudaremos os inícios do processo de colonização britânico na região, as formas a partir das quais os ingleses estabeleceram-se na região e as reações e profundas transformações engendradas na sociedade indiana a partir deste contato.

Aula 11

A Índia entre
o Ocidente
e o Oriente:
colonialismo,
modernidade e
independência

Janaina Martins Cordeiro

Meta da aula

Apresentar um panorama do processo histórico de construção da sociedade colonial indiana, bem como dos acontecimentos que levaram à independência em 1947.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar de que formas se deu o *encontro* ou *choque* entre as culturas indiana e europeia, no contexto da experiência do Império nos séculos XVIII e XIX;
2. reconhecer como se realiza o processo de construção da *modernidade* na Índia, situado entre a ocidentalização e a manutenção de suas tradições culturais, bem como as especificidades de conceitos como o de *nacionalismo* no contexto histórico indiano, além de outros como o de *não violência* e *desobediência civil*.

Pré-requisitos

Disciplina História e Sociologia, principalmente as discussões sobre modernidade, modernização e secularização; Aula 1 de História do Oriente, particularmente o conceito de orientalismo.

INTRODUÇÃO

Quando você pensa na Índia, que imagens vêm à sua cabeça? Certamente pensamos em castas sociais, em pessoas que são – no sentido mais literal do termo – *intocáveis*; em animais sagrados – as numerosas vacas perambulando pelos espaços rurais e urbanos, entre o alheamento e a reverência. Podemos pensar, também, em suas danças e muitas cores; nas multidões que se espremem pelas ruas, em meio a um trânsito caótico, na miséria e nas fomes que assolaram diversas vezes o país. Também pode ser que você se lembre da profunda religiosidade e de alguns rituais tipicamente indianos, uma vez que práticas como a *ioga* se tornam cada vez mais populares no Ocidente.

Não obstante, a Índia é muito mais que estas *primeiras impressões*, muitas vezes caricaturais. Estamos falando, afinal, da segunda maior população do planeta e da maior *democracia do mundo*, com cerca de 1 bilhão, cento e oitenta e nove milhões de habitantes. Hoje, mais uma vez e como acontece há séculos, os olhos do Ocidente voltam-se para o subcontinente indiano com atenção. Mas, desta vez, de forma diferente:

Do país de multidões miseráveis, de grandes favelas e da não-violência, eis que a Índia se tornou depois de alguns anos, para as mídias ocidentais, o ‘escritório do mundo’, a pátria de ricos empresários, de jovens cientistas da computação e do cinema extravagante de Bollywood. Um país emergente que fascina, que inquieta também e que reivindica, então, seu lugar no jogo político internacional (LANDY, 2007).

É certo que a Índia não deixou de ser o país das *multidões miseráveis*. As grandes desigualdades sociais persistem; problemas básicos de infraestrutura, como habitação e saneamento ainda atingem grande parte da sua *superpopulação*; a situação de alguns grupos de organização tribal se degrada cada vez mais. Também os

problemas ocasionados em virtude do sistema de castas sociais se mantêm: embora a constituição de 1948 tenha abolido formalmente o sistema de castas, algumas delas e principalmente os *intocáveis*, que pertencem ao mais baixo nível de classificação social do sistema hindu e representam 16% da população indiana, continuam sendo vítimas de discriminação.

Além disso, embora sua população situada abaixo da linha de pobreza tenha diminuído consideravelmente nos últimos anos, pode-se contar ainda, oficialmente, 240 milhões de indianos vivendo em condições de extrema pobreza. Por outro lado, o país conta cerca de 53 mil milionários. As cem maiores fortunas do país concentram, sozinhas, 276 bilhões de dólares!

Não obstante, para além das profundas desigualdades, a Índia é uma potência em ascensão. Seu peso – no sentido mais literal do termo – demográfico e econômico são vistos cada vez mais como elementos de um potencial sucesso e não como um fardo a ser suportado. Assim, entre os muito ricos e os muito pobres, se delinea uma classe média poderosa, de cerca de 400 milhões de consumidores, com incrível poder de dinamizar não apenas a economia, mas também a vida cultural indiana.

E o que dizer da indústria cinematográfica local? Com mais de mil filmes produzidos por ano, Bombaim – que a partir de 1996 passou a se chamar Mumbai – é a capital mundial do cinema. É da contração entre o nome da cidade – Bombaim – e Hollywood que nasceu o nome da maior indústria cinematográfica do mundo: *Bollywood*, que produz duas vezes mais filmes que os Estados Unidos! Trata-se de filmes produzidos em sua maior parte em língua hindí – embora também encontremos aqueles falados em outros idiomas locais e voltados sobretudo para o mercado interno.

Enfim, economicamente, o país registra taxas de crescimento anual impressionantes, mesmo considerando a crise mundial de 2008 e a atual, em 2011. Assim, às vésperas do *crash* de 2008,

a Índia crescia a taxas anuais de 9,2%, caindo a 6,8%, entre 2008-2009, para retomar hoje um nada modesto crescimento de 7,2% ao ano. Estamos, como podemos notar, diante de uma *Índia gigante*, que emerge com força e poder e busca afirmar seu lugar, certamente importante, na nova ordem multipolar. Uma potência em franco desenvolvimento, cujas cores, sons, danças, religiosidade, economia e tecnologia fascina e encantam, mais uma vez – como há séculos –, o Ocidente.

Não obstante, alguns desafios se impõem ao gigante do sul asiático. Dentre eles, as dificuldades em constituir um padrão de desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Por exemplo, o Ganges, o rio sagrado dos hindus, chamado por eles de *Mãe Índia*, é também o rio mais poluído do mundo. Em Benares (também chamada Varanasi), por exemplo, uma das cidades sagradas do hinduísmo, localizada às margens do Ganges, as inúmeras campanhas de sensibilização da sociedade levadas a cabo por organizações não governamentais não impedem que cerca de cem mil ribeirinhos e peregrinos despejem cotidianamente seus dejetos, lavem suas roupas, se banhem ou joguem milhares de resíduos de cadáveres insuficientemente cremados nas águas *sagradas* do Ganges. Além disso, todo o esgoto produzido pela cidade é jogado permanentemente nas águas do rio. Como resultado, uma série de doenças endêmicas são transmitidas pelas águas do rio para as populações de numerosas cidades localizadas em suas margens.



Figura 11.1: O banho purificador dos hindus no Ganges, em Benares.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Benares_1.JPG

Também são prementes os esforços no sentido de superar as imensas desigualdades sociais que atingem a *maior democracia do mundo* e a tarefa de lidar com um país tão diversificado culturalmente. Estamos falando de uma Índia que reconhece oficialmente 18 idiomas diferentes e que possui mais de 1.600 línguas locais. Quanto à religião, 80% dos indianos praticam o hinduísmo. Entretanto, cerca de 16% são muçulmanos (uma das maiores populações muçulmanas do mundo, atrás apenas da Indonésia e do Paquistão), 2,3% cristãos, 2% sikhs, além de budistas, janistas, parsis e outras religiões minoritárias que representam cerca de 1,9% da população. Tal variedade nos dá uma medida da diversidade étnica, cultural e religiosa do país.

A Índia é uma *democracia secular* com grandes tradições e demandas religiosas. Não é possível desconsiderar os antigos conflitos entre hindus e muçulmanos que, entre outros motivos, estão na origem da partição de 1947, da qual resultou a formação da

Índia e do Paquistão. É também a importância de determinadas tradições no cotidiano do país que dificulta o avanço de políticas autossustentáveis, como aquelas relativas à despoluição do Ganges.

O país se defronta, portanto, com as complexas questões relativas à construção de um projeto de *modernidade* que precisa incorporar o *novo sem*, no entanto, desconsiderar o peso e as especificidades de suas tradições. É disso que trataremos neste capítulo e no seguinte.

A ideia é que possamos compreender determinados problemas caros à sociedade e cultura indiana ainda hoje: aqueles colocados pelo *encontro* ou *choque* entre o Ocidente e o Oriente. Dito de outra forma, trata-se de analisar a questão elaborada pelo escritor Pankaj Mishra: *como se modernizam povos com tradições de três milênios?* E, assim, tentar compreender como a Índia – e, mais adiante, também o Paquistão, o Afeganistão e o Vietnã –, países de tradições diferentes sob muitos aspectos, lidam com esta questão comum a todos. O importante será não perder de vista a ideia de que não existe um único modelo de *modernidade*. Ao modelo ocidental, apresentam-se alternativas diferenciadas de modernidade, uma das quais, representada de forma rica e complexa pela Índia.

Particularmente, nesta aula, a ideia é que possamos conhecer melhor a história da Índia contemporânea, a partir do século XVIII, quando se aprofundam os contatos com o Ocidente – sobretudo com a Grã-Bretanha, representada inicialmente pela Companhia Britânica das Índias Orientais, até a Independência, em 1947.

A dominação britânica: das intervenções da Companhia das Índias Orientais à coroação da rainha Victoria como imperatriz das Índias (1877)

No auge da expansão imperialista inglesa, em meados do século XIX, dizia-se que *o sol nunca se punha no Império Britânico*, tamanha a sua extensão. De fato, a Grã-Bretanha construiu, ao longo de séculos,

o maior império que o mundo moderno conheceu. A partir de determinado momento, a Índia, por sua riqueza, dimensões e importância estratégica passou a ser chamada de a joia do Império britânico.

A história da dominação britânica na Índia é antiga e está, indissociavelmente ligada, como veremos a partir de agora, à trajetória da Companhia Britânica das Índias Orientais. Mas o que exatamente foi a Companhia? Qual sua importância no quadro da expansão imperialista inglesa? E, principalmente, qual sua importância para nosso estudo sobre a sociedade colonial indiana?

Em 1600, a rainha Elizabeth I da Inglaterra concedeu o monopólio do comércio no oceano Índico a uma associação de comerciantes ingleses. Estava criada a Companhia Inglesa das Índias Orientais, que mais tarde passou a se chamar Companhia Britânica das Índias Orientais. A ideia era a de que esta companhia pudesse explorar o comércio das famosas especiarias indianas, à época fundamentais para a alimentação e economia da Inglaterra elizabetana. Aos poucos, a companhia foi se firmando em território indiano. Mas foi somente ao longo do século XVIII que esta empresa comercial conseguiu ampliar significativamente sua área de influência, inclusive vencendo os franceses nas disputas por possessões na região.

Na Índia, o século XVIII foi marcado ao mesmo tempo pela decadência do poder político e militar do Império Mogol (muçulmano), dominante por quase dois séculos em boa parte dos territórios da península indo-asiática, e pela ascensão de um outro império, o Marata, de origem hindu. A partir do início do século XVIII, podemos observar um declínio relativamente rápido dos muçulmanos mogóis e o rápido avanço dos maratas sobre toda a Índia central, de forma que, em 1758, como vemos no segundo mapa, já controlavam a maior parte do subcontinente indiano.



Figura 11.2: Em cinza, o Império Mogol em seu apogeu, em 1687.
Fonte: <http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Moghol.jpg>

Ora, os constantes e violentos enfrentamentos entre hindus e muçulmanos ao longo do século XVIII acabaram enfraquecendo a ambos e deixando a Índia dividida e carente de direção. A ideia de *unidade* e de *autoridade imperial* persistiu ainda por longo tempo e a maior habilidade política da companhia britânica em seus inícios consistiu em se aliar ao que restava desta autoridade imperial, ao invés de confrontá-la. Mas, na verdade, a *encarnação* – sobretudo *mogol* – do império, se desvanecera.

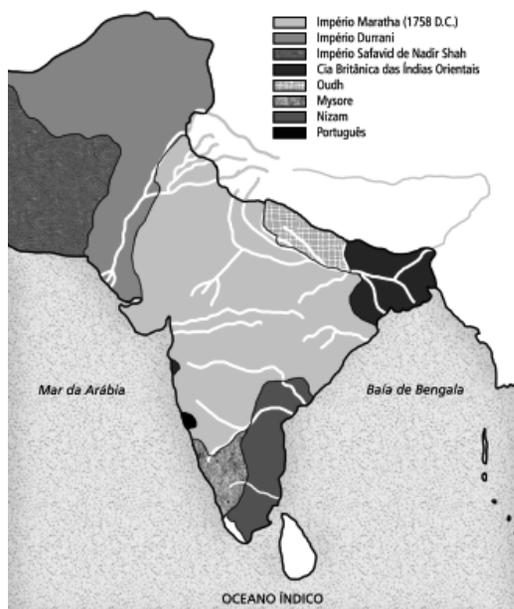


Figura 11.3: Em cinza-claro, os domínios do Império Marata, em 1758. A parte em cinza-escuro corresponde às possessões da Companhia das Índias Orientais.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:South_Asia_1758_AD.jpg

As investidas da Companhia das Índias Orientais

Como você deve ter percebido, os conflitos que marcaram o século XVIII no subcontinente indiano acabaram favorecendo o fortalecimento dos comerciantes ingleses na região. A partir de então, você verá que o processo que se desenvolveu por volta de fins do século XVIII e início do XIX foi o da formação e consolidação de alianças entre britânicos e maratas, principalmente, que ampliaram o comércio e a exploração da companhia britânica com relação às outras potências europeias presentes na região. Por exemplo, as sucessivas derrotas sofridas pelos franceses consolidaram o domínio inglês na região de Bengala e determinaram o fim das aspirações francesas na Índia.

Certamente, não podemos deixar de lado a complexidade e diversidade dos povos da península indiana envolvidos nas disputas. Estamos falando de longas batalhas e intensas negociações que longe de se limitarem às potências europeias e ao poderoso Império Marata, envolviam também mogóis, sikhs, afegãos... Como você pode imaginar, tais *alianças*, na maior parte das vezes, implicaram em sangrentas guerras, ocasionando perdas terríveis para todas as partes envolvidas. Mas também envolveram negociações estratégicas e a manutenção de determinados poderes e tradições locais.

Nababo

Quando começou a ser empregado, o termo era reservado aos imperadores mogóis. Contudo, à medida que determinadas regiões iam tornando-se independentes do Império Mogol, alguns dos soberanos de principados muçulmanos na Índia também passaram a ser denominados *nababos*.

Desde 1757, quando os britânicos retomaram Calcutá, capital do estado de Bengala, transformaram-na em uma região que, embora governada pelo **nababo**, passou a ser dominada militar, financeira e mesmo judicialmente pela Companhia das Índias, que usou o seu poder para arrecadar impostos e garantir aos seus comerciantes as possibilidades de expansão dos negócios em Bengala e em outras regiões. Neste momento, ainda não havia uma administração direta dos ingleses. A companhia não se tornara uma "rival política" dos indianos, e o *nababo* manteve os adornos e títulos mogóis.

Observar a consolidação do poder da Companhia Britânica das Índias Orientais na região de Bengala é fundamental para que

possamos compreender os primeiros passos para a formação da chamada *Índia britânica*. Contudo, os anos iniciais da administração da companhia na região foram caracterizados por sucessivos saques e pilhagens de todo tipo. Com o passar dos anos, o agravamento de tal situação levou a companhia a uma ameaça de colapso. Para evitá-lo, a coroa britânica passou a controlar oficialmente os negócios da companhia.

Este evento marcou, de certo modo, o começo da administração inglesa na Índia, embora ainda estivesse longe de tomar a forma de um governo direto. A partir de então, começava um período de expansão das áreas sob influência da Companhia das Índias Orientais. Guerras, disputas, intensas negociações entre ingleses, mogóis, maratas e sikhs se sucederam. Nos inícios do século XIX, a Companhia das Índias já tinha conquistado um terço do território do subcontinente e, em 1818, conseguia, após três guerras, submeter o outrora poderoso Império Marata que, então, dominava toda a Índia central.

Em 1848, finalmente, o último reino indiano independente, o Sikh, foi derrotado após duas sangrentas batalhas e anexado. Enfim, após cem anos de combate, os britânicos conseguiram estabelecer seu domínio por quase todo o subcontinente indiano. Este não foi um processo simples e não pode ser entendido como muitas vezes nós, ocidentais, temos tendência a imaginar, a partir de uma suposta *superioridade militar* britânica.

Aliás, devemos lembrar que a ideia da submissão dos povos indianos – ou antes, dos povos colonizados em geral – diante da *superioridade* militar e técnica dos europeus é no mínimo discutível. Ao analisarmos com atenção, percebemos que ela carrega em si própria a celebração do discurso iluminista europeu do século XVIII e um grande desprezo pela cultura do *outro* que, de certa forma, caracterizava a missão *civilizatória* da qual o homem do setecentos/oitocentos se achava imbuído. Os povos da Índia possuíam antiga cultura guerreira e lutaram, quase sempre, de igual para igual com os *invasores* ocidentais. Além disso, como um processo que levou

cerca de um século para tomar forma pode ser compreendido a partir de uma suposta relação superioridade/inferioridade bélica, dentre outras?

Assim, se quisermos compreender a experiência do império de forma complexa, é preciso tentarmos nos desvencilhar de uma visão *eurocêntrica* da História e buscar compreender como tal experiência aconteceu concretamente. Nesse sentido, é certo que muitas vezes os métodos de guerra europeus e sua disciplina militar lhes proporcionaram importantes vantagens. E foi a percepção destas vantagens que fez com que muitos príncipes indianos de meados do século XVIII buscassem apoio europeu contra seus inimigos internos. Dessa forma, precisamos compreender a Índia deste período como um espaço diverso cultural, religiosa e politicamente, que comportava simultaneamente impérios e reinos antagônicos entre si. O dominador inglês era, sob este ponto de vista apenas *mais um* estrangeiro dentre muitos que há séculos se revezavam naquele território. Portanto, alianças se formaram tendo em vista os diversos interesses em jogo.

E, sob este ponto de vista, ao menos até meados do século XIX, os ingleses da Companhia das Índias, embora sempre convictos da *superioridade do homem branco ocidental*, souberam conduzir seus negócios de forma que respeitasse determinados preceitos básicos do modo de vida indiano. Preservaram, por exemplo, a liberdade religiosa, incentivaram as manifestações artísticas e literárias. É certo também que à medida que avançava o século XIX e a forma de dominação ia ganhando contornos mais determinados no sentido de um governo direto, o processo de imposição da cultura ocidental se aprofundava. Não obstante, determinados limites sempre tiveram que ser respeitados.

Por outro lado, em muitos momentos o *cuidado* e a intervenção britânica foram demandados pelos indianos. Por exemplo, é curioso notarmos as queixas de um historiador muçulmano em princípios do século XIX que reclamava do *“alheamento inglês, de sua preocupação com seus próprios assuntos e por deixar-se rodear de bajuladores”* (SPEAR, 2001, p. 165). Considerar, pois, os diversos

grupos indianos não como atores passivos, mas sim como segmentos portadores de demandas, reivindicações e interesses próprios é fundamental para compreendermos como se desenvolveram as relações entre britânicos e indianos durante a experiência imperial.

A Revolta dos suboficiais e graduados (sipaios, 1857-1858) e o fim da Companhia das Índias Orientais

Quando os ingleses completaram a hegemonia da Índia, com a derrota dos maratas em 1818, a vasta região então sob seus domínios encontrava-se praticamente em ruínas, devastada por longos anos de sucessivas batalhas. Ao mesmo tempo, no quadro mais amplo da política imperial, a Índia deveria se adequar às necessidades da economia inglesa. Nesse sentido, as demandas britânicas, no auge da sua revolução industrial, operaram profundas transformações na economia indiana, que deveria priorizar a produção e o fornecimento de matérias-primas para a metrópole. A famosa indústria têxtil indiana conheceu neste momento um período de decadência, uma vez que o mercado interno local foi invadido pelos tecidos de Lancashire, reduzindo a Índia à condição de fornecedora de algodão bruto à Inglaterra.

O século XIX marcou também mudanças quanto à política de *colonização* da Índia. Assim, se o século anterior pode ser caracterizado por uma orientação no sentido de *governar de acordo com a tradição mogol e indiana em geral*, isto é, promovendo o comércio e ampliando os negócios da companhia e, ao mesmo tempo, garantindo a manutenção da ordem e das tradições locais, o século XIX foi marcado pelas tentativas de *evangelização dos pagãos* e da disseminação da cultura ocidental. Aos poucos, a ação dos missionários cristãos, empenhados em combater a *idolatria* e *salvar* almas *perdidas*, se tornava mais presente. Os ingleses, cada vez mais convictos da superioridade da sua cultura e da *estagnação* indiana, se empenhavam em levar as *luzes da civilização* àquela terra.

Aos poucos, a presença ocidental foi se fazendo cada vez mais forte. Uma lei de 1835, por exemplo, estabelecia que os *grandes objetivos do governo britânico devem ser a promoção da literatura e da ciência europeias*. Além disso, determinava que os recursos disponíveis deveriam proporcionar à população nativa o *conhecimento da literatura inglesa e da ciência por meio da língua inglesa*. Ou seja, aos poucos, o inglês começava a substituir o persa como língua oficial do Estado e dos tribunais superiores.

As medidas ocidentalizantes se processavam de forma complexa, e o encontro, ou o choque do Ocidente com a tradição indiana produzia uma sociedade e cultura novas. Diante deste quadro, o historiador Spear concluía: *“Assim, a sociedade indiana entrou na década de 1850 em um período de tensão que era inevitável quando o novo mundo do ocidente começou a se mesclar com o velho mundo oriental”*.

Ora, foi exatamente em decorrência destas transformações, que então se processavam em ritmo acelerado, que, em 1857, explodiu a *Revolta dos Sipaios*. Este era o nome dado aos soldados indianos que serviam nos exércitos da Companhia das Índias. Desencadeada por insatisfações internas, além de queixas relacionadas ao desrespeito religioso por parte dos ingleses para com os soldados – hindus e muçulmanos –, a revolta irrompeu violentamente. Em pouco tempo tomou todo o norte e parte do centro da Índia e se estendeu por mais de um ano, tendo sido controlada apenas em junho de 1858. Saques, pilhagens e violências de todo o tipo foram comuns de ambas as partes. Finalmente, os sipaios foram dura e publicamente punidos.

Alguns estudiosos do tema tenderam a ver neste motim uma primeira revolta independentista contra o domínio inglês, uma espécie de protonacionalismo. Não obstante, parece mais razoável tentarmos compreendê-la dentro do quadro de intensas transformações pelas quais a Índia passava naquele momento.

O caso dos sipaios é bastante expressivo do *espírito* da época: estes soldados – assim como outros segmentos da sociedade indiana –

encontravam-se fortemente divididos entre o espírito de lealdade ao exército e graves temores de casta e religião, afinal, eram estas as instituições que davam sentido às suas vidas. De acordo com Spear, “o verdadeiro motim teve motivos religiosos bem definidos. As rebeliões, quando tinham uma direção clara, voltavam-se para o passado, para os desaparecidos regimes mogol e marata”.

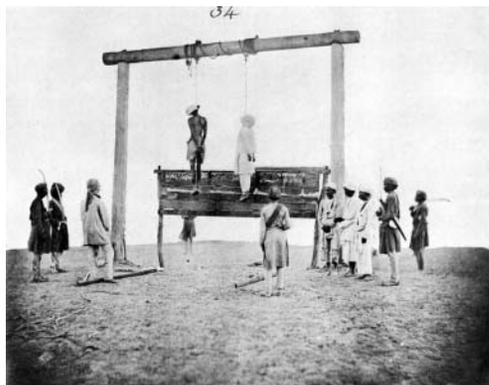


Figura 11.4: Sipaios enforcados.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5e/Indian_Rebellion_Hangings.gif.



O evento que desencadeou a Revolta dos Sipaios

Foi a recusa, por parte dos soldados do exército indiano, em utilizar os novos rifles Enfield, cujos cartuchos eram lubrificadas com gordura bovina e suína, impuras tanto para hindus como para muçulmanos. Os cartuchos foram substituídos rapidamente, mesmo assim, a ideia de que existia um complô contra as culturas antigas se espalhou. Tiveram início, então, os motins.

Em suma, a Revolta dos Sipaios é um marco fundamental para a compreensão dos processos de *modernização* e *modernidade* decorrentes da experiência imperialista. Propunha, de certa forma, um retorno ao passado mogol e marata – passados, aliás nada idílicos, muito ao contrário, marcados por disputas e conflitos intensos –, em busca de uma possível *idade de ouro indiana*, revelando as dificuldades de se lidar com o novo, mas ao mesmo tempo, mostrando que as mudanças eram irreversíveis.

A revolta produziu consequências importantes, sobretudo no que tange à reorganização da política inglesa com relação à Índia. Desde então, os ingleses mantiveram-se completamente afastados dos habitantes do país. Acentuou-se de forma bastante significativa a separação, espacial mesmo, entre colonizadores e colonizados. Os primeiros constituíram seus próprios clubes, áreas residenciais, enfim, todos estes espaços sociais nos quais não era tolerada a presença de indianos. Os contatos com os nativos eram puramente administrativos e bastante autoritários.

Uma série de reformas foram colocadas em marcha, primeiramente no exército, como era de se supor. Mas não apenas. A reorganização financeira também foi radical, reafirmando e reforçando o lugar da Índia no quadro de uma economia imperialista. Ao mesmo tempo, este período marcou o início da participação indiana nas estruturas superiores do governo. Contudo, uma das consequências mais significativas foi o fim, oficial e definitivo, da Companhia das Índias Orientais.



Passagem para a Índia

É uma coprodução anglo-americana baseada no romance homônimo de E. M. Forster. Neste filme de 1984, o diretor David Lean conta a história de conflito entre duas culturas, quando a britânica Adela Quested (Judy Davis) segue para a Índia para

encontrar o seu noivo. Ao conhecer o dr. Aziz (Victor Banerjee), um indiano que a leva para visitar as cavernas de Marabar, tudo parecia facilitar a integração de Adela à cultura local. No entanto, ao chegar às isoladas cavernas, a britânica alega ter sido violentada pelo dr. Aziz. Vencedor do Oscar de Melhor Atriz Coadjuvante, para Peggy Ashcroft, e de Melhor Trilha Sonora.

A partir de então, a coroa britânica assumia efetivamente a administração da Índia. A rainha Vitória tomou de forma muito séria a relação com seus novos súditos, o que, ao fim, se mostrou extremamente importante, na medida em que contribuiu para criar vínculos de identidade entre indianos e ingleses. Nos anos seguintes, estátuas da soberana foram erigidas por toda a Índia. A rainha era, de fato, reverenciada por seus súditos e, em 1877, foi coroada *imperatriz das Índias*.

A segunda metade do século XIX constituiu o apogeu do Império Britânico na Índia. Conquanto se evitasse a intervenção direta em determinados aspectos da vida social indiana – afinal, os ingleses haviam aprendido com os sipaios que determinadas atitudes não eram toleradas –, as obras públicas ganharam grande impulso. Data desta época a construção de grandes ferrovias, que deram à Índia a melhor malha ferroviária de toda a Ásia e foram cruciais para o desenvolvimento do comércio e da indústria. Foram realizadas também importantes obras portuárias. A educação superior avançou bastante neste período, embora não houvesse preocupação alguma com a alfabetização da população.

De toda forma, apesar das desigualdades que a administração vitoriana ajudou a aprofundar, a Índia britânica florescia. Os ingleses acreditavam, finalmente, estarem conseguindo levar um pouco de *civilização* aos *bárbaros* indianos. Ao mesmo tempo, muitos colonos sentiam-se fascinados pelos progressos promovidos e por uma nova

Índia, a Índia joia do Império britânico. “Os ingleses não apenas se consideravam superiores, como também viam reconhecida essa superioridade...”. (Idem, p. 217)



Atende ao Objetivo 1

1. Em 1883, o advogado, jurista e escritor inglês Fitzjames Stephen dava a seguinte definição para os princípios que regiam o governo britânico na Índia:

Essencialmente, um governo absoluto cuja base não é o consentimento, mas sim a conquista. O governo não representa os conceitos de vida e governo indígenas e nunca os representará, porque isso significaria idolatria e barbárie. Falava também na superioridade da raça conquistadora, de seus conceitos, instituições e princípios e de um governo que não possuía outra justificativa para sua existência que não sua superioridade (DANIÉLOU, 2003, p. 300).

Com base na citação anterior, bem como em seus conhecimentos sobre o assunto, explique a dinâmica do processo de colonização inglesa na Índia nos séculos XVIII e XIX, evidenciando as transformações ocorridas neste período.

Resposta Comentada

Aqui você deve analisar principalmente o sentido das transformações ocorridas na administração inglesa no território indiano. Repare que à medida que o poder da Companhia Britânica das

Índias Orientais vai enfraquecendo e o poder da coroa inglesa aumentando, há modificações na condução do *empreendimento colonial*. Este passa a ser visto não apenas a partir das perspectivas de ganho comercial, mas como uma *missão* mais ampla que envolve *levar a civilização* àquela região. Tal empreendimento é baseado principalmente na noção de *superioridade racial* e na *missão civilizatória do homem branco*.

O movimento nacional indiano: da fundação do Congresso Nacional Indiano (1885) à Primeira Guerra

Como você vem acompanhando, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a Índia sob domínio britânico passou por profundas transformações, decorrentes do contato entre sua própria cultura e a ocidental. Ao longo do século XIX, lentamente, crescia também o *sentimento nacional indiano*. É preciso, todavia, tomarmos cuidado quando falamos em *sentimento nacional* para o caso de determinados países, sobretudo aqueles cujo sentimento se formou sob a experiência do império.

De forma bastante resumida, para nós, *ocidentais*, é comum que relacionemos *nação* e *nacionalismo* a uma comunidade de pessoas e de sentimentos que partilham uma língua, um território e um passado comuns. No entanto, como pensá-lo para o caso de uma região como a Índia do século XIX e início do XX – um território fluido, sob dominação estrangeira, que abrigava línguas, passados e povos de tradições tão distintas? Principalmente, estamos falando de povos cujo componente religioso é fundamental para definir sua identidade, ou antes, suas *identidades*, no plural.

Dessa forma, o sentimento nacional em países que viveram a experiência colonialista, sobretudo na Ásia e na África não pode ser bem compreendido se o analisarmos a partir dos mesmos matizes europeus e americanos. O cientista político indiano Chatterjee, ao analisar o fenômeno nacionalista para o caso da Índia, afirma:

Segundo minha interpretação, o nacionalismo anticolonial cria seu próprio campo de soberania dentro da sociedade colonial, muito antes de iniciar sua batalha política contra o poder imperial. Ele o faz dividindo o mundo das instituições e práticas sociais em dois domínios, o material e o espiritual. O material é o domínio do 'externo', da economia e da política, da ciência e da tecnologia, um campo em que o Ocidente provou sua superioridade e em que o Oriente sucumbiu. (...) O espiritual, por outro lado, é um domínio 'interno', que traz as marcas 'essenciais' da identidade cultural. Quanto mais sucesso se obtém na imitação das aptidões ocidentais no campo material, maior a necessidade de preservar a singularidade da cultura espiritual. Esta fórmula é um traço fundamental dos nacionalismos anticoloniais da Ásia e da África (CHATTERJEE, 2010).

Assim, é fundamental compreendermos essa dinâmica para entendermos a complexidade do contexto colonial/colonialista e as especificidades do processo de formação do sentimento nacional indiano. Este, por sua vez, é forjado pela própria condição colonial e pelo processo de ocidentalização pelo qual passava a Índia, mesclado à necessidade – que se afirma à medida que este processo avança – de preservação de uma identidade supostamente *essencial*. Surge, então, uma terceira identidade, que não é mais hindu ou muçulmana. Tampouco ocidental, mas algo diferente, resultado do choque – e entrelaçamento – entre civilizações provocados pela dominação imperial.

Dessa forma, fruto deste contexto complexo, de avanço acelerado do processo de ocidentalização e de *resistência* a ele, é que toma forma o movimento nacional indiano. Difícil datá-lo, como demonstra Chatterjee. Não obstante, alguns estudiosos veem na fundação do Partido do Congresso Nacional Indiano, em 1885, um marco importante.

O avanço do processo de ocidentalização e a consequente expansão do ensino superior produziram uma classe superior

europizada, preocupada com a renovação religiosa e, ao mesmo tempo, com a preservação de suas tradições. Todavia, ao crescimento desta *nova classe média indiana* não correspondia o aumento de sua participação nos altos postos do governo, o que, por sua vez, produzia ressentimentos políticos cada vez maiores. Some-se a isto o já habitual desprezo cultural e racial europeu pelos indianos que, então, incomodavam mais que nunca. Assim, quando os dirigentes ingleses tentaram impedir a aprovação de uma lei que colocaria juízes indianos em posição de igualdade com os britânicos, tiveram início violentas agitações políticas que culminaram na primeira assembleia do Congresso Nacional Indiano, em Bombaim.

A princípio, o partido formava um corpo pequeno, de apenas 70 delegados, mas em 1900 já havia se espalhado por toda a Índia e, desde o início, constituiu importante foco de expressão de opinião das novas classes políticas indianas. Embora tivesse tomado posições no sentido de defesa de um partido – e mais tarde de um Estado indiano – laico, aberto a todas as religiões, o Partido do Congresso possuía, desde o início, uma clara maioria hindu. Considerava-se como expressão de uma *identidade indiana* que transcendia divisões de credo, religião, regionais ou linguísticas. Entretanto, poucos muçulmanos participaram do Congresso, o que fez com que ele fosse visto por muitos como um partido hinduísta, já que composto majoritariamente por hindus.

O fim do século XIX e o início do XX caracterizaram-se pelo afastamento progressivo entre as comunidades muçulmana e hindu, processo que culminou, de alguma forma, na violenta separação de 1947. De uma certa maneira, a formação do Partido do Congresso Nacional em 1885 expressou, simultaneamente, os problemas da comunidade hindu com os dominadores britânicos e com os muçulmanos. Assim, em 1906, os líderes muçulmanos optaram por uma organização à parte e criaram a Liga Muçulmana Pan-Indiana. Inicialmente, a Liga não reivindicava a separação dos muçulmanos com relação à Índia. Reclamavam a constituição de distritos eleitorais separados, de forma a fazer frente à maioria hindu, no que, aliás,

foram atendidos pelos ingleses em 1909, quando entrou em vigor a Lei dos Conselhos Indianos, ou Reforma Morley-Motim. Fruto do acirramento das posições políticas, além de atender às reivindicações da Liga Muçulmana, a lei também implementava a eleição direta para determinados postos da administração pública.

A Reforma Morley-Motim atendia às demandas tanto do Partido do Congresso como da Liga Muçulmana e acalmou as alas radicais de ambos os lados pelo menos até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914.

A guerra foi um divisor de águas importantes na história da Índia moderna. Podemos mesmo dizer que ela provocou uma revolução na consciência indiana, que, ao fim, se expressou na ascensão da liderança do Mahatma Gandhi. Sobretudo, a guerra provocou uma guinada no que diz respeito à condução dos assuntos políticos locais que passou, em definitivo, à liderança do Partido do Congresso Nacional. Mudou também – e isso possui importância central – a forma como os indianos viam a Inglaterra. De potência poderosíssima, rivalizando – do ponto de vista dos colonos – talvez, apenas com a Rússia, a Grã-Bretanha foi, em 1918, de acordo com expressão de Percival Spear, *derrubada de seu pedestal vitoriano* e não mais se recuperaria.

É preciso sublinhar que a Primeira Guerra constituiu um momento crucial na redefinição das políticas imperialistas de maneira geral. Significou, de certo modo, o *início do fim* destas políticas e uma mudança fundamental no cenário político internacional, com o enfraquecimento sem precedentes do poder da Europa, a Revolução Russa de 1917 e o surgimento dos Estados Unidos como potência internacional.

Para o caso da Índia, tais eventos tiveram importância fundamental, não apenas porque modificaram o *status* dos ingleses diante dos *súditos* indianos, mas porque demonstraram o respaldo internacional às suas ambições independentistas. Por exemplo, os apelos russos em nome da união das *nacionalidades oprimidas* e

a declaração dos Estados Unidos acerca da *autodeterminação dos povos* contida nos famosos 14 pontos do presidente Wilson, iam ao encontro das aspirações independentistas indianas, que então ganhavam força.

A guerra significou também o crescimento do sentimento nacional indiano, embora em um primeiro momento – em 1914 – a opinião na colônia tivesse tendido à lealdade aos ingleses. Assim, a princípio, cessou toda a oposição ao governo, os indianos apoiaram as resoluções de guerra e mais de um milhão de colonos foram recrutados. Tropas indianas lutaram na França, no Egito, no Iraque... Todavia, diante das misérias e da paralisação da economia local em função do esforço de guerra, a sociedade indiana passou de um estado de lealdade e vontade de ajudar à impaciência, exacerbação e expectativas de mudança.

Como qualquer demanda por autonomia era respondida pelos ingleses com um breve “*depois da guerra*”, em 1916, diante das desilusões indianas, segmentos mais radicais do Partido do Congresso se apoderaram de sua liderança e instituíram o chamado *Pacto de Lucknow* com os muçulmanos. O pacto visava conseguir o apoio muçulmano no que tange às reivindicações de autogoverno e foi fundamental no sentido de pressionar o governo britânico a elaborar uma declaração relativa à política para o pós-guerra.

A declaração veio, afinal, antes mesmo do fim do conflito, em 20 de agosto de 1917. Então, o secretário de Estado para a Índia, Edwin Montagu, anunciava:

A política do governo de Sua Majestade, com a qual está em completo acordo o governo da Índia, é a de uma associação cada vez maior dos indianos em todos os ramos da administração, e o desenvolvimento gradual de instituições de autogoverno, com vistas à realização progressiva de um governo responsável na Índia como parte integral do Império (SPEAR, 2001, p. 262).

O texto era, na verdade, bastante ambíguo, embora conciliador, e estabeleceu as bases da longa transição para um governo independente que, ao fim, somente se concretizou trinta anos mais tarde. Não obstante, prometia muito mais que qualquer indiano podia imaginar antes de 1914. De acordo com Spear, o fato de que a muitos a proposta pareceu pouca coisa demonstrava a *imensa mudança na opinião pública causada pelos anos de guerra*.

As lutas pela independência no entre-guerras: o papel do Mahatma Gandhi e as campanhas Satyagraha (verdade)

As promessas de maior autonomia, no entanto, somente começariam a ser executadas após o final da guerra. Em 1918, o novo vice-rei da Índia, lord Chelmsford, elaborou um documento que ficaria conhecido como Informe Montagu-Chelmsford, cujas principais propostas consistiam em uma série de reformas graduais, além da devolução da autoridade local às províncias (para muitos, tal medida preparava o caminho para o federalismo), a supressão das maiorias oficiais nas legislaturas, e a formação de uma **diarquia** que vigorou até 1935. Finalmente, o projeto se converteu em lei a partir de 1919. Esta entrou em vigor a partir de 1921.

Se o imediato pós-guerra foi marcado por intensas negociações nos meios políticos, a agitação social também era grande. Tal situação levou o governo inglês a sancionar a chamada Lei Rowlatt, que prolongava, em tempos de paz, as restrições à liberdade dos tempos de guerra. Oferecia ao poder a possibilidade de prender e julgar, arbitrariamente, aqueles que os ingleses consideravam os *agitadores sociais*. A lei fez aumentar os protestos. Estes culminaram em uma grande manifestação na cidade de Amritsar, no estado do Punjab, no norte do país, em 1920. O exército britânico reprimiu violentamente os manifestantes, em um episódio que ficou conhecido como *massacre de Amritsar* que, segundo estimativas oficiais, teria provocado 379 mortos e 1.200 feridos. O massacre, condenado em

Diarquia

É uma forma de governo na qual a chefia do Estado é partilhada entre dois governantes. No caso específico da Índia britânica, a diarquia funcionou como um sistema em que diferentes aspectos da administração pública, abrangendo vastas categorias da população, dependiam de ministros populares – indianos –, responsáveis perante as assembleias legislativas, enquanto a lei e a ordem, bem como as finanças, permaneciam em mãos de funcionários britânicos nomeados pelo governo imperial.

todo o mundo, inclusive em Londres, revoltou os indianos e lançou as bases para o movimento de *não cooperação* lançado por Gandhi em 1920. O movimento incluía renunciar aos postos oficiais, retirar-se das escolas governamentais e boicotar as próximas eleições para os conselhos regionais.

Embora as propostas de Gandhi tenham parecido demasiado exageradas para setores mais moderados da classe política, ganharam a sociedade, adquirindo mesmo um caráter *pan-indiano*, apoiado por hindus e muçulmanos.



○ mahatma

O título de *mahatma* – que em sânscrito significa *alma grande* – foi dado à Mohandas Karamchand Gandhi em 1915, quando retornou à Índia, vindo da África do Sul. Gandhi nasceu em um pequeno povoado chamado Porbandar, no estado indiano de Kathiawar, em 1869. De origem hindu, sua família pertencia à casta de comerciantes. Casou-se ainda jovem e logo em seguida foi enviado a Londres, onde obteve o título de licenciado em Direito. Esta temporada na Inglaterra produziu profundas transformações em sua vida. Lá, entrou em contato com as ideias liberais e cristãs e foi apresentado ao pensamento de Tolstói. Pela primeira vez sentiu de perto o racismo britânico. Quando se formou, seguiu para a África do Sul, onde permaneceu trabalhando como advogado por muitos anos. Lá, amadureceu seu pensamento, a partir de uma variedade de fontes cristãs, hindus e humanitárias.

Gandhi supunha que a *não cooperação* deveria provocar o despertar do povo, o qual deveria compreender a resistência ao governo britânico a partir de uma *rígida disciplina* e de manifestações acessíveis a todos, cotidianamente. No centro de sua doutrina estava a ideia de *não violência* ou *ahimsa*. Gandhi dizia que a violência era a expressão da falta de razão, do ódio, a antítese do amor. Este, por sua vez, era a essência do espírito, que permeia todo o universo. Dessa forma, deveria se fazer frente ao oponente – particularmente, o indiano deveria se opor ao inglês – através da razão e da súplica. À violência, os indianos deveriam responder não com mais violência, mas com resignação e persistência. O oponente seria assim derrotado pelo sofrimento, tolerado em nome de uma boa causa e de forma pacífica.

Gandhi uniu vários elementos do hinduísmo e de outros credos – o cristianismo, inclusive – de maneira bastante original. Ao mesmo tempo, seu poder de mobilização estava intimamente relacionado ao fato de que não se utilizava de imagens especificamente bramânicas ou sacerdotais, mas daquelas que apelavam imediatamente à sensibilidade do povo. Como bem demonstrava a imagem do homem sentado junto ao tear, confeccionando suas próprias vestes.

Em tudo aquilo que empreendia, não apenas projetava a questão vividamente diante dos olhos de seus eleitores, como também se esforçava por fazer-lhes sentirem-se moralmente superiores a seus oponentes, fisicamente mais fortes (SPEAR, 2001, p. 283).

Esta ideia possuía grande apelo no imaginário coletivo indiano, uma vez que colocava em questão o pressuposto fundamental da dominação britânica: a suposta *superioridade ocidental*.

Se o *ahimsa* era o aspecto mais notável do pensamento de Gandhi, ele era tão somente a expressão exterior de outro princípio: *satyagraha*, termo formado pela junção de duas palavras de origem hindu, *satya* – verdade – e *agraha* – constância, firmeza. O espírito *satyagraha* deveria permeiar toda a vida do homem e a *não violência* era sua forma de proceder.

Assim, a primeira campanha *Satyagraha*, realizada entre 1920 e 1922, terminou com a repressão ao movimento e a prisão de Gandhi em 1922. Condenado a seis anos de reclusão, o Mahatma cumpriu apenas 1/3 da pena e, em 1924, deu prosseguimento ao movimento de desobediência civil. Este ano, porém, marcou o fim do apoio dos muçulmanos ao movimento, temerosos de que uma dominação hindu viesse à tona a partir do movimento liderado por Gandhi.

No final dos anos 1920, Gandhi propôs uma campanha contra o aumento dos impostos cobrados dos indianos. Em 1930 este movimento ganhou nova força, quando o mahatma propôs o boicote ao imposto sobre o sal e deu início a uma marcha de mais de cem quilômetros entre as cidades de Sabarmati e Dândi. Lá, os manifestantes produziram seu próprio sal. O movimento se espalhou por todo o país e, ao longo do ano, mais de cem mil manifestantes haviam sido presos.



Figura 11.5: Gandhi, ao centro, e os *satyagrahis* – ou lutadores pela verdade –, em uma das mais conhecidas campanhas de desobediência civil: a *Marcha do Sal*. Realizada em 1930, foi uma manifestação conduzida de acordo com os princípios da *Satyagraha*.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Satyagraha>.

Em virtude da proporção tomada pela *Marcha do Sal*, o então vice-rei Lord Irwin propôs um acordo ao mahatma, que ficou conhecido como a *Trégua Gandhi-Irwin*. Gandhi suspendeu o movimento de desobediência civil, o qual, no entanto, foi retomado logo em seguida, em virtude do endurecimento das políticas inglesas adotadas a partir de 1932 pelo novo vice-rei, Lord Willingdon. Entre

1932 e 1933, Gandhi deu início a dois longos jejuns. Foi novamente preso em 1933 e, no ano seguinte, quando foi libertado, determinou um recuo temporário do movimento de desobediência civil.



Figura 11.6: Caricatura do início da década de 1930 intitulada *Dilema de Lord Willingdon*, sugerindo que a cada vez que o governo britânico colocava Gandhi na prisão, sua popularidade aumentava.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mahatma_Gandhi#A_.22Marcha_do_Sal.22

Com o fim do movimento de desobediência civil, Gandhi passou a dedicar-se a pequenos atos de desobediência individual, ao mesmo tempo em que se voltou para tentativas de reestruturar o Partido do Congresso Nacional. Neste momento, a vida política indiana passava por um intenso processo de radicalização. A desilusão com os resultados obtidos pelo movimento de não cooperação, o ressentimento causado pela repressão governamental e o ceticismo quanto às intenções inglesas favoreceu o crescimento de movimentos radicais, liderados então por Subash Bose e o jovem Jawarhalal Nehru.

Embora temesse que o extremismo dos jovens líderes fizesse retroceder os avanços adquiridos desde o fim da Grande Guerra, Gandhi os defendeu diante da *velha guarda* do partido e fez de Nehru seu sucessor político. Em 1936, Nehru foi eleito presidente do Partido do Congresso Nacional e reeleito para um segundo período, fato até então sem precedentes na história da Índia. Consolidava-se a liderança de Nehru.



As lideranças radicais

É importante chamar atenção para o fato de que, para além da liderança de Gandhi, o período entreguerras para a Índia marcou também a ascensão e o fortalecimento de lideranças radicais, com propostas e tendências alternativas ao *pacifismo* e à *não violência* do mahatma. Nos anos 1920, quando os jovens Subash Bose e Jawarhalal Nehru surgiram na cena política, por exemplo, ambos se autoproclamavam socialistas. Também data deste período a fundação do Partido Comunista Indiano (Communist Party of India – CPI). Por outro lado, há também o fortalecimento da liderança de Muhammad Ali Jinnah, na Liga Muçulmana (que estudaremos mais detalhadamente nas duas aulas seguintes). Mesmo antes, no início do século XX, a liderança indiana de maior expressão foi Bal Gangadhar Tilak (1856-1920). Qualificado de *extremista* por seus contemporâneos e de *pai da revolução indiana* por Nehru, Tilak era, antes de tudo, um *homem de ação*, que tinha fé no potencial de um movimento de massa. Decepcionado pelos resultados irrisórios dos métodos parlamentares, Tilak denunciava a “mendicância política” de seus críticos moderados e a conciliação com o dominador inglês. Apoiava em seus jornais o *swaraj*, ou seja, o autogoverno e passou a defender determinados atos de violência política por parte dos indianos.

A Lei de 1935, a II Guerra Mundial e a conquista da independência (1947)

A década de 1930 na Índia foi marcada, como você acompanhou, pela consolidação da liderança do Mahatma Gandhi. Mas, além disso, debates cruciais ocuparam a cena política local neste período. Os mais importantes dizem respeito à chamada *Lei de Governo da Índia*, que entrou em vigor em 1935. A *Lei de 1935* aprofundava, de uma certa maneira, as reformas de 1919.

Uma de suas principais características foi a implantação definitiva do sistema federativo, passo teoricamente importante para a criação de um Estado indiano unido, uma vez que implicava no reconhecimento das diferenças locais e dava às regiões importantes margens de liberdade. Além disso, a lei reconhecia a autonomia das províncias não somente com relação ao centro administrativo na Índia, mas também com relação à Inglaterra. A diarquia foi eliminada em favor de ministérios provinciais. O sufrágio provincial, todavia, continuava baseado na propriedade. Embora tenha sido ampliado para abranger trinta milhões de eleitores, isso não significou mais que a inclusão de apenas 1/6 da população adulta do país. De toda forma, há que se registrar, o número de votantes anteriormente não passava de seis milhões...



Gandhi

Em 1982 foi lançado o filme *Gandhi*, baseado na biografia escrita em 1954 por Louis Fischer, *Gandhi, his life and message for the world (Gandhi, sua vida e mensagem para o mundo)*. Dirigido por Richard Attenborough e estrelado por Ben Kingsley, a produção ganhou nove Oscars, incluindo Melhor Filme, Melhor Diretor, Melhor Ator e Melhor Roteiro Original.

A autonomia determinada pela lei criou uma dinâmica de fragmentação, fortalecendo autonomias locais e regionais, em particular, a dos muçulmanos, dificultando assim movimentos nacionalistas integrados e coesos. Ampliava as margens de manobra imperiais, adeptas do antigo lema romano, caro a toda dominação imperial: *divide et impera* (divide e governa).

Ao mesmo tempo, dizia-se da Lei de 1935 que ela constituía uma espécie de prelúdio da independência. A partir dela, a independência foi considerada tão somente uma questão de tempo. Não obstante, subsistiam problemas importantes, com os quais os indianos seriam confrontados nos anos seguintes. Por exemplo, a lei não foi capaz de evitar a violenta partilha que resultou na criação do Paquistão em 1947. Ao contrário, as pressões crescentes exercidas sobretudo por hindus, deixava muçulmanos cada vez mais desconfortáveis e desconfiados.

Os anos do entreguerras foram de rápido desenvolvimento na Índia, tanto do ponto de vista econômico – quando se acelerou o processo de transição de uma economia rural para uma industrialização cada vez mais presente – como do ponto de vista político. Também o sistema educacional se expandia, as mulheres apareciam expressivamente na cena política... Em fins dos anos 1930, a Índia havia dado um *grande salto adiante*. Tudo isso contribuía para um aumento da autoestima indiana, cada vez menos compatível com a situação colonial.

Foi então que explodiu a II Guerra Mundial. A princípio acreditava-se que o conflito não afetaria de forma muito efetiva a vida dos indianos. De fato, a mobilização foi muito menos expressiva que em 1914. Não obstante, a partir de 1941, à medida que a Guerra avançava e a Inglaterra ia ficando isolada, a indiferença se converteu em admiração.

Meses depois, quando os britânicos começaram a adiar todas as medidas relativas à transição do poder na Índia, a admiração deu lugar à desconfiança e mesmo a uma certa amargura. A Índia não

toleraria mais, como entre 1914 e 1918, respostas do tipo *depois da guerra*. Foi nesse contexto e, diante da ameaça de invasão japonesa na Índia, que, em 1942, Gandhi deu início à campanha *Quit Índia – Saíam da Índia –*, ameaçando dar início a outro movimento de desobediência civil.

As pressões deram resultados, obrigando os ingleses a prometerem que, assim que terminasse a guerra contra o Japão, o novo governo procederia aos arranjos necessários para colocar em funcionamento uma assembleia constituinte. A verdade é que, com o fim da Guerra, parecia chegar ao fim também o período de dominação colonial europeia. O continente encontrava-se devastado pelo longo conflito e, para além disso, os movimentos de descolonização e libertação nacional se espalhavam por todo o mundo colonizado.

Logo depois da Guerra, eleições na Inglaterra registraram ampla vitória eleitoral da esquerda trabalhista, o que confirmava a tendência a liberar, em alguns casos, os vínculos coloniais. Foi este o caso da Índia que, diante do aumento das tensões – cada vez mais violentas – entre hindus e muçulmanos, recebeu dos ingleses, em fevereiro de 1947 a promessa de que a transferência do poder ocorreria, no máximo, até junho de 1948.

A partir daí, começaram as negociações em torno da elaboração de um *plano de transferência de poder*. A Liga Muçulmana pressionava cada vez mais pela partilha, reivindicando a formação do Paquistão como um Estado independente. O Partido do Congresso, enfim, acabou cedendo às ambições separatistas dos muçulmanos, o que acabou gerando o rompimento entre Nehru e Gandhi. Este, partidário de uma Índia unida, recusava-se a aceitar as pressões pela criação de um Estado islâmico autônomo.

Finalmente, acordou-se em adiantar a data da entrega do poder para 14 de agosto de 1947. Dois Estados seriam criados: a Índia e o Paquistão.



Figura 11.7: Jawaharlal Nehru.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Jawaharlal_Nehru

Em 15 de agosto, a Índia tornou-se independente sob a direção de Jawaharlal Nehru. Em seu discurso, o Primeiro Ministro anunciava:

Aproxima-se o momento que se apresenta raramente na história, quando passaremos do velho ao novo, quando termina uma época e quando a alma de uma nação, calada por muito tempo, encontra expressão (SPEAR, 2001, p. 340).

Enfim, a Índia estava independente. Teria que lidar agora com sangrentos conflitos e guerras que se seguiram à partilha e à formação do Paquistão e com o início de uma disputa sem fim entre os dois Estados pela posse da região da Caxemira...



Atende ao Objetivo 2

2. Em sua autobiografia, Gandhi dizia:

Para ver face a face o Espírito da Verdade universal, que tudo permeia, o indivíduo deve amar a mais insignificante criatura como a si próprio. E um homem que quer chegar a isso não pode permanecer fora de nenhum campo da vida. É por isso que minha devoção à Verdade me levou ao campo da política. E posso afirmar, sem a menor hesitação e ainda assim humildemente, que aqueles que dizem que religião não tem nada a ver com política não sabem o que significa religião (MIGUEL, 2011, p. 92).

Explique os conceitos de *não violência* e os princípios do *Satyagraha* no pensamento de Gandhi e sua importância para a concretização da independência da Índia.

Resposta Comentada

Aqui você deve ser capaz de analisar os conteúdos principais do pensamento de Gandhi, demonstrando as causas do impacto que este provocou na sociedade indiana nos anos que antecederam à independência. É igualmente importante relacioná-los ao seu conteúdo religioso, bem como às pretensões de Gandhi de manter unido o país – lembre-se que Gandhi se opôs à partilha que deu origem ao Paquistão.

CONCLUSÃO

A Índia moderna – sua grandeza, desigualdades e conflitos – foi forjada no seio da experiência do império. Esta, no entanto, deve ser compreendida em sua forma complexa, superando as polarizações simplificadoras – as quais, raramente dão conta de expressar a riqueza das relações estabelecidas – entre colonizador e colonizado.

Ao longo do período que se convencionou chamar *Índia britânica*, a Índia esteve longe de ser somente britânica. Passou, isto sim, por profundas modificações: ocidentalizou-se, ao mesmo tempo em que viu agravarem-se antigos conflitos entre hindus e muçulmanos, agora, no entanto, sob novas roupagens, mesclando antigas tradições religiosas a modernas demandas em torno da construção de Estados Nacionais.

Nos anos que antecederam sua independência, a Índia deu ao mundo uma *doutrina* política original, a *não violência*, a qual, através de seu líder mahatma Gandhi, soube evocar a tradição indiana em benefício da emancipação política. Uma síntese interessante, bastante representativa da *modernidade* indiana.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Aqui, na verdade, o nacionalismo lança seu projeto mais poderoso, criativo e historicamente importante: criar uma sociedade ‘moderna’ que, não obstante, não seja ocidental. Se a nação é uma comunidade imaginada, então é nesse ponto que ela nasce. Nesse, que é seu campo verdadeiro e essencial, a nação já é

soberana, mesmo quando o Estado está nas mãos do poder colonial. Os textos convencionais, em que a história do nacionalismo começa a partir da disputa pelo poder político, perdem de vista a dinâmica desse projeto histórico (CHATERJEE, 2000, p. 231).

A partir do trecho acima, bem como das discussões propostas pela aula, faça uma pequena reflexão a respeito do processo de construção do nacionalismo indiano, sem dissociá-lo, evidentemente, da experiência do império.

Resposta Comentada

Aqui você deve ser capaz de compreender a experiência do império como algo complexo, a qual cria uma nova sociedade a partir do choque entre as duas culturas. Nesse sentido, a própria ideia de nacionalismo se difere da noção ocidental de nacionalismo, uma vez que precisa considerar o impacto produzido por tal experiência em todos os aspectos da vida da colônia ou ex-colônia. Dessa forma, o sentimento nacional indiano surge no seio do próprio império, reafirmando elementos da cultura local na mesma medida em que incorpora – adaptando – a cultura do colonizador, produzindo algo novo que não é mera cópia ou simulacro da cultura ocidental.



RESUMO

Nesta aula você conheceu melhor o processo de colonização britânica na Índia, desde meados do século XVIII até a independência em 1947. Vimos como a experiência do império foi complexa e como o choque ou encontro entre Ocidente e Oriente produziu uma terceira cultura, diferenciada e rica. Observamos as formas pelas quais a construção da modernidade na Índia precisou conjugar sempre aspectos fundamentais do processo de ocidentalização, fruto do contato cada vez mais intenso com a metrópole inglesa, sem abrir mão de suas tradições hindus e muçulmanas.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula você entrará em contato com as disputas políticas que marcaram o imediato pós-independência indiano; a construção da democracia no país, sobretudo a partir da elaboração da Constituição em 1950, os governos de Nehru e Indira Gandhi. Você vai estudar também algumas questões relativas à Índia contemporânea, aquelas que parecem opor uma Índia que brilha a uma Índia que grita – dos avanços econômicos e tecnológicos aos problemas da explosão demográfica e as disputas com Paquistão e China pela região da Caxemira.

Aula 12

A Índia republicana: da independência aos nossos dias

Janaina Martins Cordeiro

Metas da aula

Apresentar um panorama dos processos históricos da Índia pós-independência, tendo em vista suas especificidades internas; avaliar seu papel em contextos históricos distintos e sua importância na atual conjuntura internacional multipolar.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer os desdobramentos do processo de independência na Índia e a construção da *nação indiana* como uma proposta de modernidade alternativa ao modelo ocidental;
2. identificar a realidade da Índia contemporânea como consequência de seu desenvolvimento histórico e de forma complexa: sua ascensão econômica e política; a permanência das desigualdades sociais e o problema dos conflitos étnicos e religiosos.

Pré-requisitos

Disciplina História e Sociologia, principalmente as discussões sobre modernidade, modernização e secularização; Aula 1 de História do Oriente, particularmente o conceito de orientalismo; Aula 11 de História do Oriente.

INTRODUÇÃO

Os *países emergentes* são, hoje em dia, constantemente grandes manchetes nos jornais e objeto de grande interesse das mídias no mundo inteiro. Você talvez perceba que o Brasil, um desses países emergentes, se tornou cada vez mais importante no cenário internacional. Mas o Brasil não é o único. Há muitos anos o mundo vem acompanhando o crescimento espetacular da China e, mais recentemente, de países como a África do Sul, a Rússia, a Turquia, o México e, é claro, o nosso objeto de estudos, a Índia.

Este grupo de países pode ser definido, primeiramente, por sua arrancada econômica, como testemunha o peso crescente de alguns deles na economia mundial. Além disso, eles demonstram uma ambição política nova, por vezes ainda incerta, fundada em seu pulsante crescimento econômico. Alguns deles, com interesses políticos e econômicos comuns, vêm buscando ampliar o diálogo entre si. É o caso, por exemplo do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul – IBAS. Estabelecido em junho de 2003, o IBAS é um mecanismo de coordenação entre “três países emergentes, três democracias multiétnicas e multiculturais, que estão determinados a contribuir para a construção de uma nova arquitetura internacional, a unir voz em temas globais e a aprofundar seu relacionamento mútuo em diferentes áreas”, diz a nota do Itamaraty a respeito do Fórum. Portadores de demandas políticas comuns, como por exemplo, a questão dos subsídios agrícolas na Organização Mundial do Comércio (OMC) e o assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), estes países reivindicam um lugar de destaque no cenário político mundial.



Figura 12.1: Os chefes de Estado da Índia, África do Sul e Brasil, em reunião do IBAS, em 2007.

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6b/IBSA-leaders.jpg>

A Índia, um dos gigantes asiáticos, ao lado da China, chamada de *escritório do mundo*, tem se beneficiado das competências de sua classe média – dos trabalhadores dos *call centers* aos engenheiros de computação. Seu desenvolvimento econômico difere de modo geral dos demais países emergentes na medida em que reside na exportação de tecnologia e de serviços. Em comum com muitos destes países, a permanência das desigualdades sociais e o enorme dividendo demográfico – que na Índia só não é maior que o chinês, mesmo assim com previsões de superá-lo em breve.

A Índia contemporânea é um país complexo. Analistas franceses sugeriram uma imagem interessante para pensarmos o desenvolvimento da Índia nas últimas décadas: se os países do sudeste asiático são “dragões” ou “tigres” pode-se comparar a Índia a um *elefante*, pesado e avançando lentamente. Mas, seu peso demográfico e econômico aparece hoje mais como um elemento de sucesso que como uma carga. “O elefante começou a trotar – e quando um elefante trota...” Nesta aula nós vamos estudar um pouco sobre a Índia contemporânea. Vamos tentar compreender os

processos através dos quais ela entrou no século XXI como um *gigante* – ou um elefante – internacional e sonhando com a construção de uma *grande potência*. Tais processos – incluindo a permanência de seus conflitos e desigualdades – remontam aos idos de 1947, quando a Índia ficou independente e aos rumos tomados nos anos seguintes, no lento processo de construção da *modernidade indiana*. Mesmo o *sonho de grande potência*, comum atualmente no país, fazem lembrar os desejos de modernização e de industrialização de Nehru. Quando inaugurava novas e grandiosas obras, Nehru gostava de afirmar que aqueles eram *os novos templos da Índia*, de uma Índia que já nascia como *a maior democracia do mundo*. Vamos, portanto, tentar compreender um pouco melhor como se deu o processo de construção desta nação, da *maior democracia do mundo*, o *elefante asiático*.

A Índia no imediato pós-independência: da dolorosa partilha à nova Constituição

Hoje em dia, é comum abrirmos o jornal e nos depararmos com notícias a respeito das disputas entre Índia e Paquistão pela região da Caxemira. Mas você sabe quais são as causas desta disputa ou quando ela começou? Nesta aula e na próxima estudaremos os processos que deram origem aos conflitos entre Índia e Paquistão. Tais questões estão, como veremos, indissociavelmente relacionadas ao processo de independência da Índia com relação à Grã-Bretanha e às demandas da população muçulmana pela criação de um Estado independente, que então se concretizaram com a criação do Paquistão em 1947. Como você perceberá nesta e na próxima aula, é impossível dissociar as histórias recentes destes dois países. Alguns especialistas chegam mesmo a afirmar que em fins da Segunda Guerra Mundial, o verdadeiro problema da Índia era menos o de sua independência – que afinal acabaria vindo mais cedo do que tarde – do que o de sua *unidade*.

Como vimos na aula anterior, à medida que a Segunda Guerra Mundial se aproximava do fim e que a Grã-Bretanha articulava o plano de transferência de poder para a Índia, aumentavam as pressões da Liga Muçulmana – segundo maior partido do país e que vinha conseguindo cada vez maior popularidade – pela partilha e criação de um Estado majoritariamente muçulmano.

Assim, em março de 1946, o governo britânico enviou à Índia o lorde Mountbatten como vice-rei. Sua missão naquele momento era, principalmente, negociar a independência, fazendo o possível para manter a unidade do país. Não obstante, as eleições de novembro de 1945, com a vitória dos dois grandes partidos nacionais – o Congresso e a Liga Muçulmana – mostravam, primeiramente, que os destinos da Índia estavam antes nas mãos dos próprios indianos, e não mais dos ingleses. Mostrava também que as questões relativas à partilha não seriam resolvidas facilmente. Alguns dirigentes do Partido do Congresso, entre eles o próprio Nehru, subestimavam a força da Liga Muçulmana e, a princípio, não acreditavam e também não estavam dispostos a ceder às reivindicações separatistas. Todavia, a significativa votação que obteve a Liga Muçulmana demonstrava que as demandas do partido e do seu líder máximo Ali Jinnah eram, antes de tudo, expressão dos anseios de importantes segmentos da população muçulmana local.

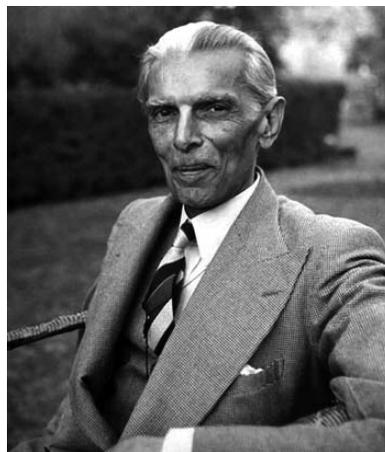


Figura 12.2: Ali Jinnah.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6e/Qaideazam_maj.jpg

Os enfrentamentos entre muçulmanos e hindus radicais se tornavam particularmente fortes, sobretudo no norte do país. Somente entre 1946 e 1947, mais de cinco mil pessoas foram mortas em conflitos entre hindus, muçulmanos e sikhs. Com os conflitos se ampliando, a Liga Muçulmana afirmando sua disposição em não ceder “nem uma polegada em sua demanda pelo Paquistão” e depois de ambos os lados terem rejeitado a última proposta de um acordo negociado do vice-rei lorde Mountbatten, o Partido do Congresso chegou à conclusão de que a partição era inevitável. Somente Gandhi manteve-se contrário à divisão da Índia. E, nesse sentido, a opção do Congresso e de Nehru pela partilha significou a ruptura entre este e Gandhi. O Mahatma, por sua vez, voltou ao seu trabalho de reconciliação *étnico-nacional* em Bengala e recusou-se a participar das celebrações pelo dia da independência em agosto de 1947.

Com o acordo entre Congresso e Liga Muçulmana, lorde Mountbatten deu prosseguimento à elaboração do plano de divisão da Índia. Este previa a existência de dois Estados independentes: Índia e Paquistão, criados a partir de critérios de pertencimento religioso. O primeiro, majoritariamente hindu; o segundo, majoritariamente muçulmano. É claro que isso criava problemas para outras etnias, sobretudo para os sikhs, bastante numerosos e que viram sua população no **Punjab** dividida ao meio pelo plano da partilha.



Os sikhs

Os sikhs são os praticantes do sikhismo. Fundado no século XV na região do Punjab, pelo guru Nanak, o sikhismo é habitualmente definido como uma síntese entre o hinduísmo e o islamismo. Possui, no entanto, especificidades que o particularizam com relação a ambas as religiões. Seita religiosa pacífica

Punjab

É uma região do subcontinente indiano, cujo nome significa “terra dos cinco rios”. Hoje a região compreende mais ou menos 150 milhões de habitantes, divididos entre o Paquistão e a Índia. O Punjab indiano, como vimos, foi dividido em três regiões. Já o Punjab paquistanês é a região economicamente mais importante do país. Nele reside mais da metade destes 150 milhões de punjabis: cerca de 90 milhões de habitantes.

em sua origem, os sikhs se transformaram pouco a pouco em uma comunidade militante organizada, pronta a combater em nome de sua fé. Nas primeiras décadas do século XX, o movimento separatista sikh ganhou força com o surgimento de novas lideranças políticas, como Akali Dal.

No momento da partição, em 1947, o Punjab foi dividido em dois. Os sikhs do Punjab indiano passaram a reclamar, a partir dos anos 1950, dentro do quadro institucional da união indiana, a criação de um estado autônomo sikh baseado em critérios religiosos e linguísticos. O Punjab possuía, então, 35% de sikhs e 62% de hindus. Nehru, nesse sentido, não fez qualquer concessão às demandas sikhs. Foi somente na segunda metade da década de 1960 que sua filha, Indira Gandhi atendeu às demandas e dividiu o Punjab em três estados: Himachal Pradesh, Haryana e Punjab, onde os sikhs tornaram-se, enfim, majoritários. Hoje, enquanto a população hindu da Índia chega a cerca de 80% do total e a de muçulmanos a 13%, a porcentagem de sikhs não passa dos 2%, mais ou menos como a de cristãos.

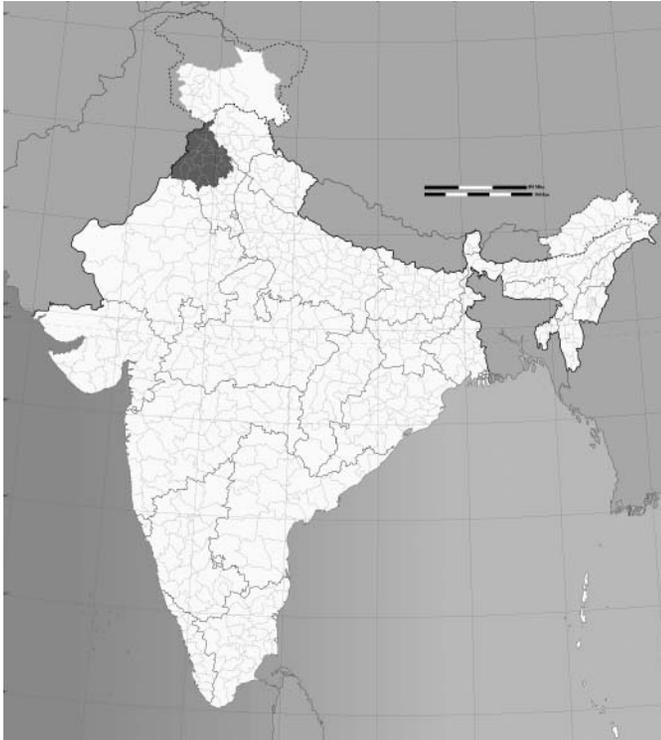


Figura 12.3: Localização do atual Punjab indiano no mapa da Índia.
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:India_Punjab_locator_map.svg

Na data prevista para a *transferência de poder* – 14 de agosto de 1947 –, os britânicos passariam a direção de ambos os Estados aos seus respectivos dirigentes, que se encarregariam da elaboração de suas Constituições. Antes da independência, cada província deveria escolher se aderiria à Índia ou ao Paquistão. O traçado das fronteiras foi confiado a uma comissão independente e o caso da Caxemira, Estado principesco *bi-religioso*, foi deixado para mais tarde. (Os conflitos entre Índia e Paquistão pelo controle da região da Caxemira serão estudados na nossa próxima aula.)

Entre 14 e 15 de agosto de 1947, ambas as independências foram efetivadas. Nehru foi escolhido primeiro-ministro indiano, enquanto Ali Jinnah, como veremos na próxima aula, tornou-se o primeiro governador-geral do Paquistão. Todavia, as grandes cerimônias que tiveram lugar tanto em Déli como em Karachi foram encobertas por novos derramamentos de sangue, ligados

ao deslocamento – forçado e/ou espontâneo – das populações muçulmanas e hindus. Esse gigantesco êxodo que teve início à medida em que as províncias foram definindo a qual Estado iriam aderir é um dos mais importantes de todo o século XX. Estima-se que um número entre 10 e 15 milhões de pessoas foram deslocadas. Destas, entre 300 e 500 mil morreram tentando cruzar as fronteiras – ora em direção à Índia, ora em direção ao Paquistão.

Após a partição, a população muçulmana da Índia passou a representar apenas 11% da população total do país. Antes de 1947, as estatísticas apontavam que cerca de 24% dos indianos eram islâmicos. Ainda assim, esta *minoría muçulmana* constitui hoje cerca de 140 milhões de *fiéis*. A Índia é, atualmente o país com a segunda maior população muçulmana do mundo, atrás apenas da Indonésia.

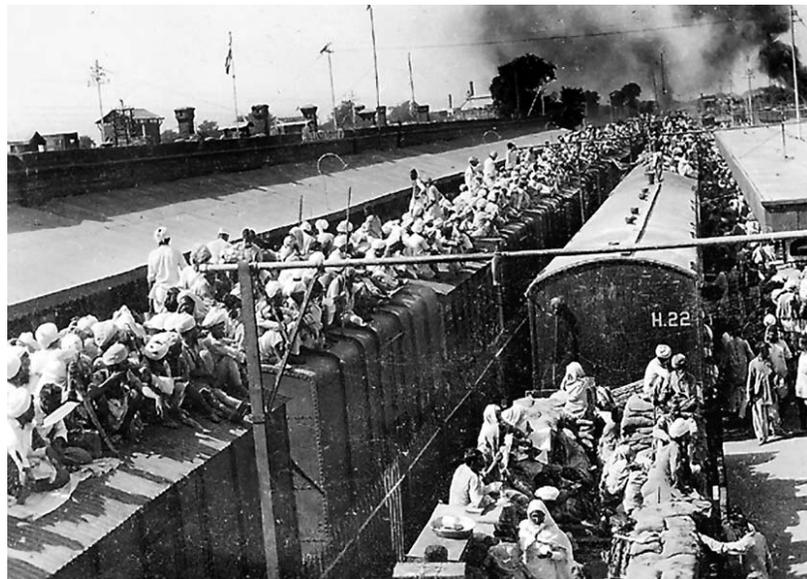


Figura 12.4: Estação ferroviária no Punjab. Muitas pessoas abandonaram todos os seus pertences e bens e atravessaram as fronteiras recém-estabelecidas.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Partion1.jpg>

Como você viu, Gandhi foi um dos poucos líderes que se opôs desde o início à divisão da Índia em dois Estados. Após o fim dos intensos movimentos populacionais e os massacres que se seguiram

à partição, o novo governo indiano se viu diante do problema de acomodar os refugiados que se aglomeravam em algumas cidades do norte do país. Em Déli, por exemplo, a situação foi uma das mais graves. Durante o outono de 1947, tal situação desencadeou uma crise na medida em que os refugiados que chegavam – a maioria hindu – iam ocupando não apenas pontos históricos da cidade a como também avançavam pelas ruas, chegando a ocupar mesmo algumas mesquitas. Os sentimentos comunitários afloravam, deixando o ambiente tenso.

Em 1947, em virtude da partilha do país, muitos distúrbios se verificaram nas grandes cidades da Índia e do Paquistão. Gandhi começou, então, a trabalhar em favor da reconciliação das comunidades, primeiro em Calcutá, depois no Paquistão Oriental (atual Bangladesh). Ele visitava a pé numerosas cidades devastadas. Aos poucos a situação foi se acalmando, mas em primeiro de setembro de 1947, em Calcutá, ocorrem novos tumultos. Gandhi se abrigou em um bairro muçulmano e, pressionado a se retirar pelos radicais hindus, avisou que jejuaria até que cessassem as violências.

Em outubro, o Mahatma chegou a Déli. Ali, a partir de janeiro de 1948, começou novo jejum para “proteger a vida, os bens e a religião dos muçulmanos”. O Mahatma estava preocupado com a decisão de deportar todos os muçulmanos para o Paquistão e assustava-o a incapacidade dos líderes políticos de se entenderem. Com seu jejum, Gandhi conseguiu o comprometimento de líderes de diferentes comunidades religiosas e, finalmente, o pagamento da indenização de 550 milhões de rúpias prometido ao Paquistão. No dia 18 de janeiro, na presença do embaixador do Paquistão, o Mahatma interrompeu seu jejum.

Contudo, a aproximação do Mahatma com os muçulmanos e a defesa que fazia de seus direitos naquele momento de fortes tensões acirraram os ânimos entre os radicais hindus. Para alguns grupos extremistas, Gandhi passou a ser visto como um *traidor do hinduísmo*. No dia 30 de janeiro, o *Grande Alma* foi assassinado com três tiros à queima-roupa pelo fundamentalista hindu Nathuram

Godse. A notícia mobilizou e comoveu toda a Índia. Pelo rádio, o primeiro-ministro Jawaharlal Nehru se dirigiu da seguinte forma aos seus conterrâneos:

Amigos e camaradas, a luz deixou nossas vidas, a obscuridade está em toda parte, e eu não sei o que lhes dizer e como lhes contar. Nosso dirigente bem amado, Bapu, como nós o chamávamos, o pai da Nação, não está mais entre nós. (...) nós não o veremos mais como nós o vimos todos esses anos, nós não poderemos mais lhe pedir conselhos ou consolação, e é um golpe terrível, não apenas para mim, mas para os milhões e milhões nesse país.

O país parecia prostrado diante do cadáver de Gandhi e da frieza do assassino que não resistiu à prisão, em razão, segundo ele próprio de seu “ardente desejo de exprimir diante de um tribunal os motivos” de seu ato. Como efeito imediato, a morte do Mahatma enfraqueceu os grupos radicais, considerados os grandes culpados pelo seu assassinato. Todavia, apesar do relativo ostracismo em que caíram naquele contexto específico, tais grupos nunca deixaram de agir e foram capazes de outros atentados espetaculares ao longo de todo século XX. Além disso, o atentado de Déli teve o efeito de fortalecer a figura política e o governo de Nehru, na medida em que a recuperação de sua imagem como o *principal herdeiro político* de Gandhi ganhava cada vez mais espaço, em que pese mesmo o então afastamento entre ambos.



Uma morte política premeditada

Nathuram Vinayak Godse, trinta e cinco anos, era redator-chefe do semanário pró-hindu *Mahasabha*. O assassino de Gandhi pertencia a uma família de brâmanes pobres e bastante tradicional. Nos anos 1930, chegou a participar das campanhas de desobediência civil lideradas pelo Mahatma. Mais

tarde, no entanto, aproximou-se do grupo radical Rashtriya Swayamevak Sangh (RSS, Organização Nacionalista Voluntária), um grupo fundamentalista hindu. O RSS, criado em 1925 em Nagpur, na província de Maharashtra, é a mais importante das organizações nacionalistas radicais hindus. Hoje, ela está ligada ao Vishva Hindu Parishad (VHP, Fórum Mundial Hindu), ao Bharatiya Janata Party (BJP, Partido do Povo Indiano) e à Shiv Sena (o Exército de Shiva), todos partidos hindus. Desde sua criação, a ideologia do RSS pouco mudou. Ele propõe o *Hindutya*, uma filosofia xenófoba e elitista, que prega a superioridade das altas castas. Estas organizações estimulam as violências entre as diversas comunidades religiosas, sob pretextos políticos. Em 6 de dezembro de 1992, a mesquita Babri, supostamente construída sobre o local de nascimento do deus hindu Rama, em Ayodhya, foi destruída por uma multidão de radicais hindus. O governo local do BJP não reagiu. Imediatamente após a destruição da mesquita, entre dezembro de 1992 e janeiro de 1993, novos tumultos e protestos banharam de sangue o país, deixando centenas de vítimas. Membros das organizações hindus radicais estavam envolvidos nos tumultos. A comissão Srikrishna, encarregada de estabelecer as responsabilidades destes trágicos acontecimentos foi dissolvida pelo governo do BJP de Maharashtra, apesar dos numerosos protestos. É desta política que Nathuram Godse era fiel seguidor e, de certa forma, um precursor. Godse não era um assassino louco que não sabia o que estava fazendo, como o próprio Nehru disse acreditar. Mais que qualquer um, Godse sabia por que matou Gandhi. Esta era a terceira tentativa de assassinato que o Mahatma sofria por parte dos nacionalistas hindus – a primeira

ocorreu em 1930. O atentado de Déli não era, portanto, uma aberração provocada por sentimentos que a partilha da Índia teria despertado. Mas, fruto de uma política, que ganhava espaço na Índia pré-independência, opondo-se à presença muçulmana. À medida em que os partidos representativos da minoria muçulmana ganhavam força, o nacionalismo radical hindu também se reforçava. A partilha da Índia fez apenas acirrar sentimentos de ódio e intolerância que já existiam e continuaram existindo no país.

O fim do ano de 1948 encontrou o governo do Partido do Congresso cada vez mais forte, após ter superado a crise da partilha e o problema dos refugiados. A *Índia independente* via-se agora diante da necessidade de resolver outros problemas, sobretudo aqueles que diziam respeito à redação de uma Constituição para o país.

Após quase quatro anos de trabalho, a Constituição finalmente ficou pronta em fins de 1950. Com 395 artigos, é a mais longa Carta do mundo e demonstra uma verdadeira preocupação em *ancorar* a democracia na vida cotidiana da população. Seja no nível político – criando instituições e organizando suas relações; social – tentando resolver o problema da exclusão das castas baixas e dos intocáveis; e religioso – esforçando-se para assegurar o melhor possível a coexistência entre as diversas comunidades.

A Constituição prevê para a Índia um regime parlamentar bicameral, herdado da *Lei de Governo da Índia*, de 1935, que você estudou na aula passada. Neste sistema, o presidente dispõe de uma autoridade moral, mas de pouco poder político. Ele nomeia o primeiro-ministro, que é, por sua vez, designado pelo partido ou coalizão que detém a maioria parlamentar. O primeiro-ministro é, de fato, o chefe do Poder Executivo. O grande avanço da Constituição

de 1950 com relação à Lei de Governo de 1935 é o estabelecimento do sufrágio universal. A partir de então, poderiam votar todos os indianos maiores de 21 anos (a partir de 1989, a idade eleitoral passou a ser 18 anos), homens e mulheres, sem distinções de casta ou religião. Se, em 1935, 41 milhões de indianos podiam votar, a partir de 1950, este número mais que triplicou: a Índia passou a possuir cerca de 171 milhões de eleitores. Desde então e até hoje, os indianos ostentam com orgulho o título de *maior democracia do mundo*.

Outro aspecto que merece destaque na Constituição indiana é a defesa dos direitos dos intocáveis e das baixas castas. O artigo 17 aboliu a *intocabilidade* e estabeleceu a igualdade entre estes *fora de castas* e o resto da população. O artigo 15, por sua vez, proíbe qualquer forma de discriminação baseada em critérios religiosos, casta, raça ou lugar de nascimento. Apesar do texto democratizante e conciliador da Constituição, a realidade da *maior democracia do mundo* é mais complexa: hoje, se os intocáveis são beneficiados por um sistema de cotas tanto nas universidades (onde 27% das vagas são destinadas às classes ditas *atrasadas*, das quais fazem parte os *intocáveis*), como nos postos administrativos, eles continuam sofrendo preconceitos e chegam mesmo a ter dificuldades em se empregar.

Por outro lado, um dos debates mais intensos que tiveram lugar durante a Constituinte foi aquele sobre as garantias do direito de propriedade. Desde 1947, Nehru queria propor compensações às “vítimas” das reformas agrárias levadas à cabo por diferentes governos regionais. O artigo 32 da Constituição confirma essa disposição de reconhecer a todo o indivíduo o “direito de recorrer à Corte Suprema para fazer respeitar os direitos fundamentais, dentre eles, o direito de propriedade e suas compensações”. Essa defesa da propriedade parecia, no entanto, difícil de conciliar com as expectativas de mudança social que a sociedade indiana esperava e o novo governo se propunha realizar.

A Índia sob a dinastia Nehru-Gandhi

A história da Índia e, principalmente, a história do Partido do Congresso durante a segunda metade do século XX está indissociavelmente ligada à família Nehru. Na verdade, se voltarmos um pouco no tempo, veremos que antes mesmo da ascensão de Jawaharlal Nehru como primeiro-ministro em 1947, seu pai Motilal Nehru, importante advogado do Norte da Índia, foi um dos primeiros ativistas pró-independência e líder do Partido do Congresso nos anos 1920.

No pós-independência, após o longo governo de Nehru, até 1964 – quando de sua morte –, foi sua filha Indira Gandhi que assumiu, em 1966, o cargo de primeiro-ministra, no qual permaneceu também até sua morte em 1984 (há neste período um pequeno interregno, entre 1977 – quando perdeu as eleições para Morarji Desai – e 1980, quando foi reeleita). Indira foi sucedida por seu filho, Rajiv Gandhi, que exerceu um mandato de 5 anos, até 1989. Em 1991, em plena campanha eleitoral, Rajiv Gandhi foi assassinado por extremistas tamis. Em 1998, sua viúva Sonia Gandhi, de origem italiana, aceitou assumir formalmente a presidência do Partido do Congresso e, em 2004, o levou de novo à vitória nas eleições gerais. Não assumiu, no entanto, o cargo de primeiro-ministra em virtude das polêmicas em torno de sua nacionalidade. Permaneceu, porém, no cargo de presidente nacional do Partido do Congresso, para o qual foi reeleita pela quarta vez consecutiva em setembro de 2010.

Como você pode notar, desde a primeira eleição de Nehru em 1950, foi sempre um membro de sua família que esteve à frente do Partido do Congresso. Este como veremos, nem sempre esteve no poder – embora estivesse na maior parte do tempo –, mas se manteve como um dos mais expressivos partidos políticos da Índia. É por esse motivo que muitos especialistas costumam chamar, com certa ironia, este período da história da Índia – ou antes do Partido do Congresso – de *dinastia Nehru-Gandhi*.



Os Nehru-Gandhi

No início de 1940, Indira, filha de Jawaharlal Nehru, tinha então 23 anos e voltava à Índia após anos de estudos em Oxford, Inglaterra. Foi quando resolveu casar-se com Feroze Gandhi – nenhum parentesco com o Mahatma –, assíduo frequentador da mansão dos Nehru. O pai de Indira registrou seu protesto contra o que ele considerava “a pressa absurda de um casamento” e pressionou muito sua filha através de amigos e parentes para que ela desistisse do casamento. Os protestos do pai não resultaram. Em 1942, Indira se casou com Feroze e adotou seu sobrenome, passando a chamar-se *Indira Gandhi*. Foi dessa forma que o sobrenome Gandhi entrou para a família Nehru e, definitivamente, para a história do Partido do Congresso.



Figura 12.5: Jawaharlal Nehru, primeiro-ministro da Índia (1947-1964).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Jawaharlal_Nehru_1949.jpg



Figura 12.6: Indira Gandhi, primeira-ministra da Índia (1966-1977; 1980-1984).

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Indira2.jpg>

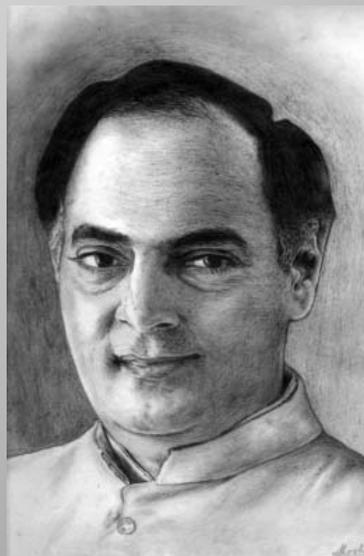


Figura 12.7: Rajiv Gandhi, primeiro-ministro da Índia (1984-1989).

Fonte: <http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Rajiv-Sapta.jpg>



Figura 12.8: Sonia Gandhi, presidente nacional do Partido do Congresso (1998...).

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Gandhisonia05052007.jpg>

A Índia pós-independência e o governo Jawaharlal Nehru (1950-1964)

Quando a Índia ficou independente, Jawaharlal Nehru tornou-se quase *naturalmente* o primeiro-ministro do país. O governo e a liderança de Nehru devem ser estudados partindo de um quadro bastante complexo, tanto do ponto de vista interno, da conjuntura e das demandas específicas da Índia, como do contexto internacional pós Segunda Guerra. Neste último caso, de um modo geral, o fim do conflito marcou o enfraquecimento político, econômico e militar das potências europeias. Emergiu da Segunda Grande Guerra uma ordem mundial bipolarizada, marcada pelas disputas políticas e ideológicas – e militar, em algumas regiões do mundo – entre as duas *superpotências*: Estados Unidos e União Soviética. Tinha início o longo período de uma multifacetada *Guerra Fria*.

Em parte uma decorrência da nova ordem bipolar e do quadro geral de decadência política e econômica da Europa no pós-guerra, mas sobretudo em razão dos processos históricos particulares dessas regiões, as décadas de 1950 e 1960 conheceram inúmeras e diferenciadas lutas de libertação nacional que colocaram fim ao *império colonial europeu* na Ásia e na África. A contestação que há muito vinha sofrendo a dominação do Velho Mundo nessas regiões se intensificou durante a guerra. Nesse sentido, a independência da Índia em 1947 foi apenas a primeira de uma série de outras lutas de libertação nacional que se seguiram.

No plano interno, como nós estudamos na primeira parte da aula, a história da Índia caracterizou-se pelas lutas – sangrentas em muitos momentos – que resultaram da partilha do país e da criação do Paquistão, pelo aumento do radicalismo hindu que culminou na morte do Mahatma e pelas necessidades concernentes à criação de uma Constituição que regesse a vida política e social do novo país.

É dentro deste quadro complexo – interno e externo – que devemos compreender o governo e a figura política de Nehru. Quando entrou para o Partido do Congresso ainda em fins dos anos 1920, Nehru liderava a ala mais radical e à esquerda do partido. Dizia-se, nesta época, um socialista. Embora em seguida tivesse se decepcionado com o modelo socialista soviético, esta decepção não o impediu de adotar algumas medidas inspiradas neste modelo, como a de uma economia basicamente controlada pelo Estado e a adoção dos Planos Quinquenais como forma de modernização do país.

Muitos analistas tendem a vê-lo como um *ocidentalizado*, filho de uma certa *aristocracia indiana anglicizada*, educado em Cambridge; *sua* Constituição, inspirada nos modelos ocidentais, em conformidade com as concepções políticas e étnicas da Europa, teria sido a responsável pela abolição de todas as estruturas tradicionais da sociedade hindu. Seguindo este raciocínio, o indianista Alain Daniélou concluiu: “Nehru foi, antes e principalmente, um tirano”.

Não é incomum essa visão a respeito de Nehru e nem de outros líderes terceiro-mundistas daquele momento. No entanto, é preciso cuidado para não simplificar demais tais definições, em função mesmo das ricas nuances do projeto político de Nehru – suas falhas, mas também suas conquistas, suas relações com a sociedade – e, sobretudo, tendo em vista as particularidades do contexto da descolonização e da emergência do *terceiro-mundismo* como uma proposta alternativa à ordem bipolarizada da Guerra Fria.

Na verdade, tanto o papel como o pensamento político de Nehru têm sido interpretados no e pelo Ocidente de diferentes formas: à direita e à esquerda, liberais e marxistas, todos têm sua visão a respeito do líder indiano. Todas, no entanto, concordam que Nehru foi, antes de tudo, um *ocidentalizador* da Índia, obcecado pela modernidade industrial do Ocidente. Uma visão *liberal* quanto ao papel de Nehru, tende a tratar sua ideologia política como uma mera derivação do pensamento político europeu pós-iluminista. Nada ali seria original ou autônomo. Já os marxistas não vêm no pensamento político de Nehru uma expressão da “luta violenta entre as classes sociais”, visando o estabelecimento do socialismo.

Ambas as visões, ao fim, relegam o pensamento e o governo de Nehru a mero simulacro – mal-acabado – do Ocidente. Isso porque nos dois casos, apesar dos esforços e da suposta fixação de Nehru pela modernidade ocidental, a Índia jamais seria, do ponto de vista dos liberais e/ou marxistas europeus, verdadeiramente *moderna*, considerando-se como referência, é claro, seus próprios projetos de modernidade. O que se ignora tanto na crítica liberal como na socialista é que a *modernidade* não é apenas ocidental, nascida do iluminismo europeu e suas derivações.

O cientista político Thomas Pantham, por exemplo, entende o pensamento político de Nehru como uma *estranha mistura* de liberalismo, marxismo e ‘gandhismo’ dotado de um radical impulso transformador, em sentido contrário, no entanto, à modernidade ocidental. Desse ponto de vista, o projeto *nehruiano* para a Índia é bastante original.

Não se trata de fazer a defesa ou a condenação do governo de Nehru, mas de compreender as nuances de seu projeto político para a Índia e suas especificidades. Ou seja, trata-se de tentar compreender seu projeto como desdobramento da experiência imperialista no que ela tem de mais rico e original, justamente no ponto em que ela se mostra capaz de criar uma cultura – e um projeto político – que se caracteriza principalmente pelo *hibridismo* de suas propostas. Sob este aspecto, a discussão reside menos nas tentativas de caracterizar Nehru como um *ocidentalizado* e *ocidentalizador* da Índia ou em até que ponto o novo país conservaria sua *cultura original*, apartada do Ocidente. Não se trata disso. Trata-se, antes, de pensar todas as principais referências que compõem o projeto político de Nehru – liberalismo, socialismo, gandhismo, nacionalismo terceiro-mundista – como algo ao mesmo tempo original e inserido na lógica de seu tempo.

Nehru via importantes diferenças socio-históricas entre a Índia e o *Ocidente moderno*. Ele admirava os avanços científicos, tecnológicos e industriais deste e lamentava sua ausência naquela. Sem os devidos investimentos nestas áreas, o povo indiano, segundo ele, permaneceria pobre, atrasado e subjugado. Assim, com apoio da maior parte do seu partido e, desfrutando de imensa popularidade, a Índia pós-independência se tornou para Nehru, segundo a expressão de Pankaj Mishra, seu “laboratório particular”, onde colocaria em prática suas ideias: uma economia controlada pelo Estado e pela industrialização. Desta forma, no que tange à economia, a administração de Nehru foi muito pouco influenciada por sua formação liberal: o setor público comandava a economia, e o país não experimentaria novamente, segundo o governo, nenhum tipo de subserviência aos difusos interesses ocidentais. Em 1950, foi criada a Comissão Nacional de Planificação e, em 1951, entrou em vigor o primeiro Plano Quinquenal.

Este primeiro plano enfatizou especialmente a produção agrícola, com o objetivo de liberar a Índia da dependência de abastecimento externo. Ao mesmo tempo, tiveram início os grandes

programas de energia elétrica e de irrigação de grandes vales e construções de represa. Em 1956, teve início o segundo plano, cujo alvo foi a produção industrial. O plano era muito ambicioso e a ideia era aumentar os ganhos nacionais na indústria em 25%. Assim, Nehru acreditava estar construindo um *novo país* e, sintomaticamente, denominava as novas fábricas e represas – que eram inauguradas em ritmo frenético – de *os novos templos da Índia*. Em 1961, se iniciaria um terceiro plano que não havia ainda sido concluído quando Nehru faleceu em 1964.

Outro aspecto essencial da administração de Nehru e, crucial também para compreendermos a fundo seu projeto político, diz respeito à sua posição de liderança quanto à opção pelo *não alinhamento* dentro do quadro da Guerra Fria. Em março de 1947, antes mesmo da independência, em agosto, Nehru havia reunido em Nova Déli uma Conferência para Relações Asiáticas, que conclamava os países da região a se unirem na *luta contra o imperialismo*. É dentro deste contexto, de amadurecimento de uma posição comum no que tange às lutas de libertação nacional, bem como à posição dos países recém-independentes diante da nova ordem internacional bipolar, que, em abril de 1955, os dirigentes de 29 países africanos e asiáticos se reuniram em conferência na pequena cidade de Bandung, na Indonésia. Para Maria Yedda Linhares, estes países:

Pronunciavam-se pela neutralidade e pelo socialismo, mas declarando-se contra o Ocidente, ou seja, os Estados Unidos e a União Soviética. Comprometiam-se em ajudar a libertação dos povos subjugados. Era o *espírito de Bandung*, que perdeu por mais de uma década até ser diluído diante das dificuldades enfrentadas pelos novos países (...).



Figura 12.9: O Gedung Merdeka foi o local onde se realizou a Conferência de Bandung, em 1955.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Gedung.Merdeka.jpg>

A Conferência foi de extrema importância para o processo de descolonização, exaltando os direitos fundamentais dos povos colonizados e sua força de resistência contra a dominação europeia. Ali também se definiram os parâmetros da política de *não alinhamento* que mais tarde seriam confirmados pela Conferência de Belgrado, na Iugoslávia, em 1961, e que regeu a política externa indiana por cerca de vinte anos.

As sucessivas vitórias eleitorais e seu longo governo, fizeram do pandit Nehru uma figura adorada em toda a Índia e respeitada no mundo. Sua popularidade era imensa. Não obstante, já no fim da década de 1950 e início da de 1960, sua administração encontrava-se relativamente desgastada. Seu desejo de mesclar medidas socialistas e capitalistas, criando para a Índia um *socialismo democrático*, embora tivesse obtido sucessos incontestáveis, reforçou as tendências a uma administração burocratizada e lenta, resultando em graves problemas de corrupção, com os quais a Índia sofre ainda hoje. Após ter conduzido o Partido do Congresso à vitória nas eleições de 1957, seu governo foi objeto de numerosas críticas. A eleição de sua filha, Indira Gandhi como presidente do Partido, em 1959, resultou em acusações de nepotismo.

Em 1962, Nehru venceu mais uma eleição, mas desta vez, com uma maioria bastante reduzida em favor dos partidos de oposição, desde o Bharatiya Janata Party, de direita, ao Partido Socialista e o Partido Comunista Indiano. Em 1963, sua saúde apresentava sinais de desgaste. Em 1964, ele sofreu um ataque cardíaco e veio a falecer na manhã do dia 27 de maio. Seu corpo foi cremado, de acordo com os rituais hindus nas margens do rio Yamuna. Na ocasião, centenas de milhares de indianos que não puderam se aproximar das margens do Yamuna lotaram as ruas de Déli, em luto.



Atende ao Objetivo 1

1. Em seu livro sobre história da Índia no século XX, o historiador Jacques Poucheпадass descreve Nehru da seguinte forma:

Nehru é um aristocrata por nascimento e cultura, um brâmane, filho de um grande advogado ocidentalizado, educado em Harrow e Cambridge, ele nunca deixou a alta sociedade... Nehru é impulsivo e, de certo ponto de vista, um romântico, com certo charme, bondade e gosto simples, embora ele seja também sensível à estética... Suas explosões de raiva são famosas (In: DANIELLOU, 2003, p. 328-9).

Com base nos seus conhecimentos sobre o processo de independência da Índia e sobre o governo de Nehru, faça uma breve análise do trecho citado, tentando compreender o projeto político de Nehru a partir da interseção entre *Ocidente* e *Oriente* que, de uma certa forma, o marcava.

Resposta Comentada

Nesta atividade, você deve analisar principalmente a complexidade do projeto político de Nehru, que mesclava uma Constituição de inspiração democrático-liberal com algumas medidas inspiradas em uma determinada leitura do socialismo soviético, como por exemplo, a organização da economia a partir dos planos quinquenais e uma forte intervenção do Estado. Ao mesmo tempo, Nehru não descuidou das tradições culturais e religiosas indianas. Embora tenha sido muitas vezes acusados de uma excessiva ocidentalização do país. Assim, tentando inseri-lo na dinâmica de seu tempo. É importante tentar pensar suas propostas para além da questão da **ocidentalização** e buscar compreendê-las também a partir das especificidades que a dinâmica da descolonização e da emergência do **terceiro-mundismo** imprimiu ao seu pensamento político.

Indira Gandhi: herdeira de Nehru?

Quando Nehru faleceu, os indianos não consideravam sua filha Indira Gandhi propriamente como sua *herdeira política*. Embora tivesse se filiado ao Partido do Congresso em 1938 e se tornado sua presidente em 1959, Indira era vista na Índia como uma espécie de *apêndice* do pai. Era ela quem o acompanhava às viagens ao exterior e a responsável pelas recepções a políticos e personalidades estrangeiras em visita à Índia na casa dos Nehru. Sua rápida ascensão ao posto de primeira-ministra apenas dois anos após a morte de Nehru surpreendera a todos na Índia, embora parecesse inevitável, se vista retrospectivamente.

Em 1964, assumiu o cargo de primeiro-ministro da Índia Lal Bahadur Shastri, um discreto membro do Partido do Congresso que se filiou ainda muito jovem. Dois anos depois, Shastri faleceu repentinamente após assinatura de um acordo de paz com o Paquistão. Na época, suspeitou-se de envenenamento, mas nada ficou comprovado. De acordo com Pankaj Mishra,

depois da morte inesperada de Shastri em 1966, os chefes do Partido se viram incapazes de confiar em algum outro líder supremo, e acabaram elevando uma Indira aparentemente maleável à posição de primeira-ministra da Índia.

Indira rapidamente superou estas expectativas e, após o fracasso do Partido do Congresso nas eleições nacionais de 1967, trabalhou para reverter o quadro político difícil que parecia se apresentar. Declarou-se, então, socialista e se aproximava aos poucos da União Soviética. Assumiu o compromisso de “destruir a influência funesta que, segundo ela, os grandes proprietários de terras e os homens de negócios tinham sobre o Congresso”. Seu *slogan* político, “Expulsar a pobreza”, a fazia cada vez mais popular e, rapidamente, os indianos passaram a chamá-la de *mãe da Índia*. Suas habilidades de falar às multidões se destacavam; dirigia-se cada vez mais e com sucesso às mulheres e percorria os interiores mais afastados da Índia para escutar a população.

Nos primeiros anos da década de 1960, Nehru implantou um sistema agrícola com plantações de alto rendimento que transformou a Índia em um país autossuficiente na produção de alimentos. Indira incentivou e ampliou este programa, que ficou conhecido como *Revolução Verde* e a fez muito popular entre os produtores e trabalhadores rurais. Além disso, a primeira-ministra nacionalizou bancos e companhias de seguro, bloqueou privilégios governamentais e anunciou diversos programas para erradicação da pobreza. Em 1971, quando da rápida vitória sobre o Paquistão na terceira Guerra Indo-paquistanesa pela independência de Bangladesh, Indira Gandhi ganhou fama mundial e passou a ser vista como uma espécie de *libertadora de Bangladesh*.

Enfim, durante os primeiros anos de seu governo, a primeira-ministra desfrutou de uma popularidade praticamente incontestável. Nas eleições de 1971, encarnando a imagem de uma mulher forte e utilizando amplamente o lema “Expulsar a pobreza”, conquistou apoio expressivo entre as baixas castas e as populações mais pobres. No decorrer da década de 1970, no entanto, seus discursos ficaram mais autoconfiantes e sua personalidade autoritária mais evidente. A divisão que se verificou no Partido do Congresso quando das eleições de 1967 – entre uma ala conservadora e uma socialista, pró-Índira – acentuava-se com o passar dos anos, e as denúncias de corrupção contra a primeira-ministra e sua família aumentavam em proporções jamais vistas. As denúncias de corrupção que se tornaram lugar-comum no início dos anos 1970 se combinaram ao aumento desenfreado da inflação e do custo de vida. As secas sucessivas que assolavam o mundo rural, somadas a um burocratizado sistema de distribuição, fizeram com que os alimentos escasseassem.

Por toda a Índia, o Partido do Congresso começou a perder resultados nas eleições locais. Os protestos contra os bolsões de fome e miséria e contra a corrupção começaram a ganhar o país. Estudantes e trabalhadores do campo e das cidades saíram às ruas do país sob a liderança de Jayaprakash Narayan, um velho idealista gandhiano. A oposição à Índira crescia, mas ela preferia atribuir o aumento dos protestos a uma “conspiração patrocinada pela CIA”. Diante deste cenário e sob acusações de mal uso da máquina eleitoral, Índira Gandhi declarou o *estado de emergência* na Índia em 25 de junho de 1975.

Desde então e até março de 1977, quando o estado de emergência foi revogado, Índira passou a concentrar grande poder em suas mãos: podia – e o fez – suspender as liberdades pessoais e controlar a oposição; utilizar força policial para prender os opositores do regime e controlar os protestos nas ruas. Os principais líderes da oposição foram imediatamente detidos, organizações políticas estranhas ao governo foram colocadas na ilegalidade. Com a situação nas ruas sob controle, Índira tratou de seguir

com seu programa político. Não obstante, tanto interna quanto externamente – em 1973 temos a primeira crise do petróleo –, o quadro econômico era grave. A primeira-ministra adotou, então, medidas econômico-financeiras que tinham por objetivo fazer crescer a produção industrial e agrícola. Todavia, naquele momento, o apelo de Indira ao combate à pobreza não se mostrou tão eficaz quanto em seus primeiros anos.

A popularidade da filha de Nehru estava visivelmente desgastada. O estado de sítio foi renovado continuamente, a cada seis meses, até março de 1977, quando foram realizadas eleições. Indira e o partido do Congresso sofreram então uma derrota estrondosa para o Partido Janata, nacionalista hindu. Os janatas fizeram o primeiro governo não congressista da história da república indiana.

Quando deixou o cargo de primeira-ministra, os *dias difíceis* pareciam inevitáveis para Indira Gandhi. Todavia, como observa Mishra, a coalizão oposicionista que chegou ao poder nas eleições de 1977 e suas lideranças gananciosas tentavam processar Indira por seus diversos excessos durante os anos do estado de sítio. Não obstante, “a falta de jeito só fez com que ela aparecesse como vítima”. Papel, aliás, que a filha de Nehru adotou com devoção: transformada em uma *indiana comum*, ela viajava pela Índia pedindo perdão e atraindo a atenção de milhões de indianos que a saudavam respeitosamente. Ao abandonar o poder, Indira reconquistou, aos poucos, sua popularidade. Trinta e quatro meses após ter sido derrotada, ela retornou ao governo, eleita com votação triunfante.

O início dos anos 1980 marcou para a Índia a intensificação dos movimentos nacionalistas extremistas, tanto entre hindus como entre a população sikh. No Punjab, o filho mais velho de Indira, Sanjay Gandhi, e o Partido do Congresso promoveram a liderança de Jarnail Singh Bhindranwale, um extremista sikh, com o objetivo de frear o crescimento do principal partido sikh da região, o Akali. Ora, não tardou para que o discurso de Bhindranwale resultasse em um tipo de fundamentalismo a favor da proteção da identidade sikh que

ele e seus partidários julgavam ameaçadas pelo que denominavam um “Estado hindu imposto pela força à comunidade sikh”. Ou seja, os radicais sikhs, a princípio patrocinados pelo próprio Partido do Congresso, se voltaram contra eles. De acordo com Mishra,

as mortes a esmo de hindus pelos homens de Bhindranwale no Punjab deram oportunidade à senhora Gandhi de manter acesa uma histeria nacional a respeito das diversas ameaças à ‘unidade e integridade’ da Índia.

Em 1984, quando Bhindranwale e seus homens ocuparam o Templo Dourado em Amritsar, o lugar sagrado mais importante para os sikhs, Indira decidiu tomar o local e acabar com a ocupação. A invasão, mal organizada, resultou na morte de diversos militantes sikhs e do líder do movimento, Bhindranwale, além do massacre de dezenas de peregrinos inocentes e da profanação de muitos locais sagrados. Os sikhs não perdoaram o massacre. Quatro meses depois, em 31 de outubro, Indira Gandhi foi assassinada por dois de seus próprios guarda-costas. Ambos eram sikhs em busca de vingança.



Figura 12.10: O Templo Dourado, em Amritsar, local sagrado do sikhismo.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Golden_Temple_3.jpg

De Rajiv a Sonia Gandhi: ainda a supremacia do Partido do Congresso?

Rajiv Gandhi foi escolhido primeira-ministro pelo Partido do Congresso apenas algumas horas após o assassinato de sua mãe. Dois meses depois, ele venceu as eleições, graças, em grande parte à comoção causada pela morte de Indira. Também nas eleições parlamentares, o Partido do Congresso foi amplamente vitorioso, obtendo 401 das 508 vagas do parlamento indiano.

Durante seu mandato, Rajiv Gandhi rompeu com a política socialista pró-URSS tão cara à sua mãe. Tratava-se de uma conjuntura de decadência da URSS, à qual se seguiria seu colapso em 1991. O primeiro-ministro, então, colocou em marcha um plano de liberalização da economia indiana e de aproximação com os Estados Unidos. Tal política atingiria seu ápice nos primeiros anos da década de 1990, quando a Índia passou por profundas reformas liberais e obteve expressivos empréstimos junto ao FMI e ao Banco Mundial.

Como veremos mais detalhadamente a seguir – e como os assassinatos de Indira e do próprio Rajiv Gandhi deixam claros – o início dos anos 1980 marcou uma espécie de radicalização dos movimentos étnicos na Índia, para além das já antigas questões entre hindus e muçulmanos. Rajiv Gandhi assumiu o governo justamente em um período em que as tensões étnicas dividiam o país com muita intensidade, após o massacre do Templo Dourado e do assassinato de sua mãe.

Entre julho de 1987 e março de 1990, a Índia interveio na guerra civil que opôs o governo do Sri Lanka e os independentistas tamis do grupo Tigres da Libertação do Tâmil Eelam (TLE), uma organização armada separatista do nordeste deste país. Rajiv Gandhi colocou suas tropas à disposição do governo local para restabelecer a ordem e impedir a secessão tâmil. A intervenção indiana neste conflito conduziu, em 1991, ao assassinato do então ex-primeiro-ministro, em plena campanha eleitoral. No dia 21

de maio, Rajiv Gandhi partiu para o sul do país, onde cumpriria compromissos eleitorais em Tâmil Nadu. Diante de uma multidão considerável, uma jovem tâmil se aproximou do filho de Indira Gandhi e em seguida detonou uma série de explosivos escondidos em sua cintura.

Da mesma forma que sua mãe, Rajiv Gandhi foi assassinado por grupos fundamentalistas representantes de minorias étnicas. Os dois trágicos assassinatos que atingiram a família Gandhi em um espaço de tempo tão curto não deixa de ser, de certa forma, decorrência do tipo de rancor nacionalista em muitos aspectos cultivado pela política implementada durante o governo de Indira Gandhi. Durante a crise no início da década de 1980 que levou à brutal repressão aos sikhs no Templo Dourado, a imprensa indiana repetia a todo momento insinuações da primeira-ministra a respeito das tendências “antinacionais” dos sikhs e dos muçulmanos da Caxemira. Pankaj Mishra explica que “os nacionalistas hindus devem seu rápido e sangrento progresso em parte a esse frenesi antiminorias que Indira desenvolveu durante seus últimos anos no poder”.

Logo após a morte de Rajiv, sua esposa, Sonia Gandhi, de origem italiana, foi conclamada pelo Congresso a tomar para si os rumos do partido e continuar a *dinastia Nehru-Gandhi*. Sonia, no entanto, rejeitou em um primeiro momento assumir este papel, em virtude mesmo dos questionamentos e do mal-estar que sua origem estrangeira causava para determinados setores da oposição, sobretudo em um país que parecia, cada vez mais, um caldeirão étnico pronto a explodir.

Somente em 1998, Sonia Gandhi aceitou assumir oficialmente o partido que ela dirigia mais ou menos a distância desde a morte de seu marido. Nas eleições de 2004, o Partido do Congresso conseguiu elegê-la primeira-ministra, apesar da campanha feroz do BJP, partido então no poder. Os nacionalistas hindus mais radicais associavam sua candidatura como o “retorno dos estrangeiros” ao governo da Índia e, muitas vezes, a chamavam de agente do Vaticano. Uma vez eleita, Sonia Gandhi preferiu não assumir o

cargo de primeira-ministra, deixando-o, por prudência, ao sikh Manmohan Singh, o pai das reformas econômicas que estudaremos a seguir e primeiro chefe de Executivo não hindu da história da Índia republicana.

A viúva de Rajiv Gandhi é ainda hoje a presidente nacional do Partido do Congresso. Em 2010, foi eleita a segunda mulher mais influente do mundo.

Da Índia que brilha à Índia que grita: as múltiplas faces da Índia contemporânea

“Índia shining – a Índia que brilha.” Este era o *slogan* da campanha eleitoral de 2004 do Bharatiya Janata (BJP), Partido do Povo Indiano, de tendência nacionalista hindu, que estava no poder desde 1998. Certamente o *slogan* era eficiente do ponto de vista de um partido que pretendia exaltar os feitos do seu último mandato para conquistar um novo. Este *embelezamento* da realidade, esta *Índia brilhante* é bastante representativa da imagem que o país vem tentando construir nas últimas décadas. Embora não corresponda inteiramente à complexa realidade indiana.

De forma resumida, a Índia contemporânea pode ser, de alguma maneira, definida pelo *slogan* da Índia que brilha e, ao mesmo tempo, por seu extremo oposto: é também uma *Índia que grita*. Se temos, de um lado o processo pulsante de construção de um *gigante econômico*, que faz os indianos sonharem com as possibilidades de uma *grande potência* e um florescimento tecnológico e cultural que encham os olhos dos ocidentais; por outro lado questões cruciais que dizem respeito não apenas às grandes disparidades econômicas e sociais, mas também à permanência dos preconceitos de castas e aos rancores étnicos-religiosos, são problemas que rondam ainda este *elefante que trota* com potência cada vez maior no cenário político e econômico internacional.

Da aproximação com os Estados Unidos aos sonhos de *grande potência*

Como nós vimos no início da aula, em 1955, a Conferência de Bandung marcou a entrada dos países do então chamado *Terceiro Mundo* no cenário político internacional. A Índia de Nehru foi uma das principais lideranças nesse sentido e a ideia do *não alinhamento* definiu a política externa indiana até o início da década de 1970, quando o apoio dos Estados Unidos ao Paquistão na guerra pela independência de Bangladesh, bem como as preferências políticas de Indira Gandhi, marcaram uma virada pró-União Soviética.

No final da década de 1980, com o início do processo de desintegração do bloco socialista soviético, a Índia foi, aos poucos, redefinindo sua posição estratégica e diplomática no plano internacional. Embora os primeiros parceiros indianos nesta nova ordem mundial que começava a ganhar contornos nítidos fossem Rússia e Europa, os Estados Unidos foram, rapidamente, se tornando os principais parceiros internacionais indianos. Sobretudo porque, no início da década de 1990, a Índia encontrava-se à beira da falência.

Assim, fatores de ordem geopolítica e econômica se conjugavam para favorecer a aproximação entre Índia e Estados Unidos. Em 1991, a Índia assinou um programa de ajustes estruturais com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial, pelo qual o país obteve crédito junto a tais organismos internacionais em troca da liberalização de sua economia. Foi a partir daí que tiveram lugar as reformas liberais que deram novo fôlego à economia indiana.

De fato, desde a década de 1980 que o modelo econômico fortemente centralizado adotado por Nehru e seguido por Indira Gandhi mostrava graves sinais de desgaste. A economia encontrava-se fortemente burocratizada e as denúncias de corrupção assolavam a Índia. Certamente, os créditos do FMI que abundaram no país a partir de 1991 favoreceram sua inserção no processo de globalização, sob o mesmo modelo que podemos observar, por

exemplo, na Ásia Oriental: as tarifas alfandegárias declinavam pouco a pouco e os obstáculos à entrada de multinacionais estrangeiras no país foram diminuindo rapidamente. Mas, a rigor, esta liberalização não mudou grande coisa até o início dos anos 2000. A inserção da Índia no comércio mundial, bem como os investimentos estrangeiros permaneceram, até então, medíocres. Assim, o componente da reforma de 1991 ao qual é preciso atribuir antes de qualquer coisa a aceleração do crescimento econômico indiano a partir da década 1990 é puramente interno e deve-se ao sucesso que o país obteve ao investir no mercado interno e nas capacidades de consumo da classe média.

Nesse sentido, o fundamental da retomada das relações com os Estados Unidos reside menos nos pesados empréstimos do FMI quando das reformas liberais da década de 1990, mas em outros dois aspectos: primeiro no que tange às relações internacionais e à posição estratégica da Índia no sul da Ásia, que se tornou cada vez mais importante para os norte-americanos; segundo a importante *diáspora de cérebros* indianos em direção aos Estados Unidos, favorecendo o que se convencionou chamar na Índia de um *desenvolvimento pelo exílio*.

No que tange às relações diplomáticas entre Estados Unidos e Índia, a visita do presidente americano Bill Clinton em 2000 pode ser considerada um marco importante. Ela aconteceu dois anos depois dos testes nucleares indianos que fizeram reascender as tensões com o Paquistão e um ano antes da retomada das violências na Caxemira. Depois da invasão americana do Afeganistão em 2001, Índia e Estados Unidos se aliaram diante de um – na verdade dois – inimigos comuns: o islamismo e o Paquistão. Os Estados Unidos acusavam este último de ser a base dos *talibãs* do Afeganistão – o que ficou, de certa forma, comprovado após a captura e morte de Osama Bin Laden em 2 de maio de 2011, na cidade paquistanesa de Abbottabad. Os indianos, por sua vez, denunciavam o apoio do Paquistão aos movimentos terroristas da Caxemira, que atravessavam as fronteiras para realizar atentados em solo indiano.

E não se engane quem pensar que a disposição indiana em uma aliança contra o islamismo fosse obra somente do governo nacionalista hindu do BJP. Os atentados terroristas de 2008 em Mumbai, atribuídos a grupos fundamentalistas muçulmanos, reforçaram as convicções da Índia – então novamente sob governo do Partido do Congresso – da importância da *luta contra o terrorismo*, alardeada e defendida aos quatro cantos do globo pelos Estados Unidos após o 11 de setembro.



Os atentados terroristas de Mumbai em 2008

São uma série de dez ataques coordenados por grupos fundamentalistas islâmicos que tiveram lugar em Mumbai, capital financeira e maior cidade da Índia, entre os dias 26 e 29 de novembro de 2008. 173 pessoas, dentre elas pelo menos 26 estrangeiros, foram mortas e 312 feridas. O grupo fundamentalista era composto por 10 militantes treinados no Paquistão, sem apoio direto do governo, sendo que 9 entre eles foram mortos e 1, capturado. Todos os ataques, à exceção de um deles, foram realizados na região sul da cidade: na estação ferroviária central, onde o número de mortos – mais de 50 – foi o mais alto, em dois hotéis de luxo, em um restaurante turístico, em um hospital localizado próximo à região da comunidade judaica e na sede da polícia local. O grupo Moudjahidines du Deccan, relativamente desconhecido, reivindicou a autoria dos ataques, mas certas mídias atribuíram os atentados ao Lashkar-e-Toiba, grupo islâmico baseado no Paquistão.

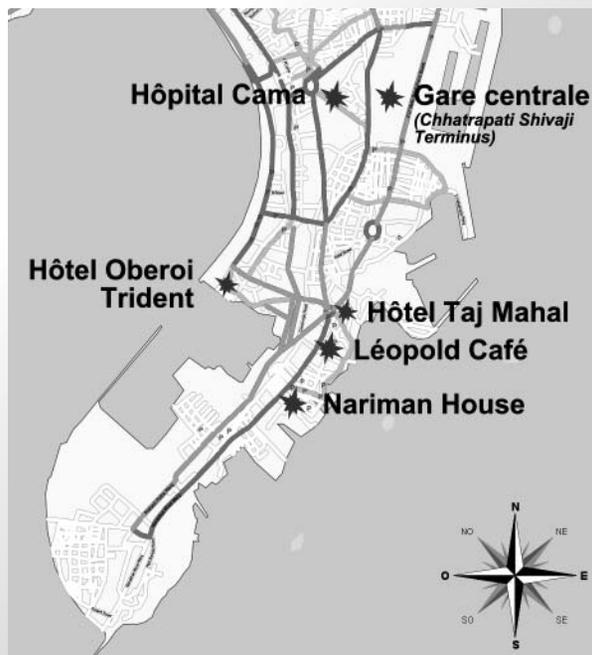


Figura 12.11: Mapa dos atentados de 2008 em Mumbai.
Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:2008_Mumbai_attacks-fr.svg

Se para os Estados Unidos a Índia aparece no continente asiático como um aliado estratégico e diplomático de peso, a diáspora local em direção aos Estados Unidos possui importância central para o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico indiano. Isso porque um dos fatores essenciais do desenvolvimento indiano está relacionado ao desenvolvimento do setor de serviços. Ora, em geral, a “elite” destes setores de serviços e alta tecnologia – setor responsável por cerca de 10% do PIB indiano – é formada por pessoas de castas elevadas empobrecidas – brâmanes, principalmente – com nível de educação bastante alto e frequentemente desprovidas de qualquer capital que não o intelectual. Muitas delas, portanto, escolhem emigrar em razão da diminuição de oportunidades – atribuídas por muitos às políticas de cotas para as baixas castas, sobretudo no sul do país – e pela atração exercida pelo Ocidente.

A Índia vive, já há algumas décadas, um verdadeiro êxodo *de cérebros* em direção ao Ocidente e aos Estados Unidos, principalmente. Visto a princípio como algo extremamente negativo, esta *fuga de crânios* tende, cada vez mais, a ser vista como um investimento a longo prazo. Os indianos obtiveram sucesso considerável nos Estados Unidos, onde eles eram mais de dois milhões no início do século XXI. O recenseamento norte-americano de 2000 demonstra que, entre estes indianos que migraram, há uma minoria modelo de grande peso com renda per capita bem superior à média nacional e nível de educação excepcional. Os estudantes indianos constituem o maior grupo de estrangeiros nos *campi* universitários estadunidenses. Muito presentes nos setores de informática, estes imigrantes de excelência contribuem imensamente para o desenvolvimento das empresas indianas, seja ao retornar ao seu país para trabalhar, seja através da criação de filiais em todo o mundo.

A Índia na atual ordem multipolar: a nova potência diante de velhos problemas

Não faz muito tempo que a Índia figurava como mais um dentre os muitos países pobres do mundo, *vítima* de um processo de colonização cruel que a teria condenado ao subdesenvolvimento, ao autoritarismo de líderes carismáticos e aos cada vez mais constantes escândalos de corrupção; no início dos anos 1990, antes que o FMI injetasse crédito em sua economia, esteve a um passo de falir. Hoje, a Índia recusa ajuda internacional – tendo mesmo corrido em socorro dos seus vizinhos quando da tsunami de 2004 – e apresenta certas características de *potência mundial*.

O desenvolvimento econômico indiano, que até as crises mundiais de 2008 e 2011, apresentava taxas de crescimento próximo aos 10% anuais – atualmente a média fica entre 6 e 7%, ainda assim bastante impressionantes – diferencia-se daqueles verificados na maior parte dos países em desenvolvimento na

Ásia, inclusive da China. Se a maior parte destes países construiu seu processo de expansão econômica baseado na exportação massiva de bens manufaturados produzidos à baixo custo por mão de obra pouco qualificada, e em geral contando com injeção massiva de capitais estrangeiros, a Índia seguiu um caminho bastante diferenciado.

Possuidora de um enorme mercado interno potencial, concomitante às reformas liberais de 1991, a Índia realizou expressivos investimentos nas capacidades de consumo de sua numerosa e ascendente classe média. É esta poderosa classe média, ao fim uma realidade antiga na Índia, a responsável pela sustentação e ampliação do mercado interno indiano. Além disso, como os casos dos *cérebros exilados* que vimos no item anterior demonstram bem, o crescimento de determinados mercados indianos – sobretudo o de ciência e tecnologia – se baseia no alto investimento em mão de obra *qualificada*, diferentemente do que ocorreu na maior parte dos países asiáticos, onde a mão de obra pouco qualificada e barata serve de atrativo para as grandes multinacionais do Ocidente.

Não obstante, a Índia também atrai – e cada vez de modo mais significativo – os capitais estrangeiros. E, ultimamente, o país tem exportado também muitos investimentos. A Índia não é, portanto, um país onde as empresas estrangeiras se instalam para se aproveitar dos baixos preços de mão de obra. Ao contrário, ela também expande seus investimentos para fora de seu próprio território e instala sucursais na América e na Europa. A firma Mahindra, por exemplo, monta seus tratores nos Estados Unidos, numa recente e curiosa inversão.

É preciso, no entanto, chamar atenção para um aspecto do processo de desenvolvimento econômico indiano: embora a tendência geral seja estabelecer uma ruptura drástica entre as reformas liberais de 1991 e a economia fortemente dirigida pelo Estado que era a base do modelo nehruniano – seguido e ampliado sob uma *capa* socialista pró-União Soviética por Indira Gandhi –, a verdade é que o processo de desenvolvimento verificado na Índia atual é tributário, sob muitos aspectos, o modelo adotado ainda nos

anos 1950 por Nehru. O próprio crescimento da classe média – a maior parte dela ainda hoje empregada pelo serviço público – é um desses principais aspectos, mas não o único. Considere-se também a reforma agrária – ainda que parcial – iniciada por Nehru e, principalmente, sua admiração visível pelos processos de industrialização e modernização ocidentais.

Enfim, quando Manmohan Singh, afirmou no início dos anos 1990 que recebeu do então primeiro-ministro a “missão de pensar grande”, não se tratava propriamente de uma novidade. Isso porque, de certa forma, tal missão estava já enraizada no imaginário coletivo de expressivos segmentos da população e, pode-se dizer, fazia já parte da ambição nehruniana de construir uma *Índia moderna*.

Assim, cada vez mais, a Índia se coloca no cenário mundial como um país grande, uma potência que se reivindica internacionalmente como tal. Não obstante, esta *nova potência* emergente se defronta ainda com antigos problemas. Por exemplo, mesmo com todos os investimentos, o setor de informática não representa mais que 2% do PIB indiano e não emprega mais que 0,3% da população ativa do país.

As desigualdades sociais são ainda abissais. Apesar de um índice de crescimento econômico que, entre 2006 e 2007, chegou ao seu auge – 9,4% –, conta-se ainda cerca de 240 milhões de indianos vivendo abaixo da linha da pobreza. As desigualdades regionais são também imensas. Um indiano de Bihar – um dos estados mais pobres do país – ganha 4 vezes menos que um indiano do Punjab, onde a terra é mais fértil. O setor informal tem enorme peso na economia do país, empregando 9 em cada 10 indianos.

A pobreza atinge os grandes centros que crescem desordenadamente, sem uma rede de transportes públicos adequada e sem uma estrutura de habitação eficiente, o que favorece o crescimento desenfreado de favelas. Além disso, o problema da superpopulação ainda é grave. Apesar de vir passando por um processo de desaceleração, os índices de fecundidade permanecem

elevados, sobretudo no centro e no norte do país. As altas taxas de mortalidade infantil fazem com que os casais mantenham uma média de dois filhos para estarem certos de que pelo menos um deles sobreviverá e possa em seguida alimentar os pais, quando ficarem velhos. Isso porque a maior parte da população não conta com qualquer tipo de plano previdenciário.

Enfim, em um país cada vez mais orgulhoso de sua condição de *potência*, onde muitos o definem como a *Índia que brilha*, o crescimento econômico não parece beneficiar justamente as classes mais necessitadas.



Filme: Quem quer ser um milionário?

É uma coprodução anglo-americana de 2008, dirigida por Danny Boyle. Conta a história de Jamal Malik, um jovem pobre de origem muçulmana das favelas de Mumbai. Jamal tem 18 anos e está prestes a experimentar um dos dias mais importantes de sua vida. Visto pela TV por toda a população, ele está a apenas uma pergunta de conquistar o prêmio de 20 milhões de rúpias na versão indiana do programa *Who wants to be a millionaire?* No entanto, no auge do programa, a polícia prende o jovem Jamal por suspeita de trapaça. A questão que paira no ar é: como um rapaz das ruas pode ter tantos conhecimentos? Desesperado para provar sua inocência, Jamal conta a história da sua vida na favela – onde ele e o irmão cresceram –, as aventuras, os enfrentamentos com gangues e traficantes etc. Vencedor de 8 Oscars e 4 Globos de Ouro, o filme é um interessante retrato da Índia contemporânea, seu processo de modernização e a ascensão da classe média; a corrupção e o autoritarismo de algumas instituições e os conflitos e desconfianças de que ainda são vítimas as minorias muçulmanas.



Figura 12.12: Cartaz de divulgação do filme.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SMillionairePoster.jpg>

Modernidade e radicalismos étnicos: os movimentos nacionalistas radicais

Nas eleições nacionais de 1998, o partido nacionalista hindu BJP – Bharatiya Janata Party (Partido do Povo Indiano) – finalmente chegou ao poder. Uma vitória que os nacionalistas hindus esperavam há muito tempo. O partido nasceu em 1980 em seguida ao desmantelamento da coalizão do Partido Janata, que encarnava até então a oposição ao Partido do Congresso. No entanto, foi somente após a morte de Indira Gandhi que os radicais hindus conseguiram estender seus votos para além do seu eleitorado tradicional – as altas castas e os meios de comerciantes hindus – e se aproximar das classes mais baixas e intermediárias, as quais preferiam ainda, os Gandhi.

Durante cinco anos, até 2004, o BJP governou graças a uma coalizão de partidos regionais. Atal Bihari Vajpayee, principal nome do partido e primeiro-ministro, impôs uma linha moderada e aprofundou as reformas econômicas liberais de seus predecessores. Mas fracassou no que tange às promessas feitas aos trabalhadores rurais. Na campanha eleitoral de 2004, o BJP reivindicava o *brilho* da Índia *potência emergente* como parte de sua herança. Para os nacionalistas do partido, a imagem evocada de uma *Índia que brilha* servia ao mesmo tempo para exaltar os sentimentos nacionalistas e religiosos dos hindus e suas aspirações econômicas. De fato, com o crescimento acelerado da economia e a expansão da classe média urbana, a Índia certamente *brilhou*, mas os frutos do crescimento não se fizeram sentir nas áreas rurais mais pobres. Sem surpresa, estes setores da população votaram em 2004 pelo retorno do Partido do Congresso, que voltou ao poder com uma eleição consagrada.

Hoje, os nacionalistas hindus atuam contra o que eles consideram uma ameaça à existência do hinduísmo: os muçulmanos. A ameaça terrorista, que se traduz por ataques direcionados nas grandes cidades indianas, e também a ameaça social. Pois, os muçulmanos, deixados à margem das instituições políticas e econômicas, demandam serem incluídos no mesmo esquema de cotas que beneficiam os hindus *fora de castas* ou de castas baixas. Certamente, os nacionalistas hindus se opõem a isso absolutamente. Na verdade, a ideologia nacionalista hindu é impregnada por um sentimento que nega *tudo o que não é hindu*. A escolha de um inimigo é extremamente importante e, nesse sentido, o *ódio étnico* não é dirigido somente aos muçulmanos. Por exemplo, durante as eleições de 2004, não era raro ouvir partidários e eleitores do BJP chamarem a candidata da oposição Sonia Gandhi, de origem italiana, de *agente do Papa*, demonstrando também a intolerância contra a minoria cristã.

Todavia, foi num contexto de luta contra os muçulmanos que o nacionalismo hindu ganhou força e se enraizou na sociedade paralelamente ao desenvolvimento do nacionalismo islâmico ainda

nos anos 1920. Em 1925, brâmanes da região de Maharashtra fundaram na cidade de Nagpur uma milícia hindu, o Rashtriya Swayamsevak Sangh (RSS) – Organização Nacionalista Voluntária –, que nasceu militando por uma Índia unificada e negando, portanto, aos muçulmanos a possibilidade de criar um Estado próprio. A milícia nacionalista foi proibida em dois momentos particulares: em seguida ao assassinato de Gandhi em 1948 e durante os dois anos em que vigorou o estado de sítio imposto por Indira Gandhi, entre 1975 e 1977. Hoje, alguns analistas acreditam que, apesar das constantes tentativas de instrumentalizar a *ameaça islâmica*, a RSS encontra-se em pleno declínio em uma Índia que aspira com cada vez maior intensidade à *sociedade de consumo* e à abertura cultural.

Ora, um partido que utilizou como lema de sua campanha eleitoral a ideia de uma *Índia que brilha* não parece se considerar insensível aos desejos de ascensão econômica de sua população. Tampouco consideram o discurso nacionalista hindu incompatível com o crescimento econômico e a entrada definitiva da Índia na sociedade de consumo. Ao contrário, a campanha eleitoral de 2004 demonstra bem como os nacionalistas do BJP procuraram reivindicar o crescimento econômico da Índia como parte de sua obra política, ao mesmo tempo em que reforçavam o discurso radical contra os *inimigos* do hinduísmo.

Também é importante lembrar que as violências contra as minorias étnicas não diminuíram na medida em que o país ascendia econômica e politicamente no cenário internacional. Ao contrário, o ataque mais violento sofrido pela comunidade muçulmana desde a partição de 1947 ocorreu em fevereiro de 2002, quando os hindus retaliaram violentamente o incêndio planejado por muçulmanos ao vagão de um trem ocupado majoritariamente por hindus. No dia seguinte ao incêndio, os ataques às comunidades muçulmanas tiveram lugar em vinte e seis cidades do estado de Gujarat e se estenderam por mais de 1.200 pequenas cidades. Lojas e moradias de muçulmanos foram saqueadas e incendiadas, moradores torturados e massacrados, mulheres violentadas... violências que se

prolongaram por mais de um mês e fizeram mais de 2 mil mortos e deslocaram 125 mil muçulmanos de suas residências, que foram alojados em acampamentos improvisados.

A questão da tolerância étnica e religiosa e da convivência da maioria hindu com as diversas minorias indianas permanece como questão a ser resolvida. Uma mancha que impede que o brilho da Índia seja verdadeiramente radiante.

CONCLUSÃO

O processo de construção da modernidade indiana no pós-independência é extremamente rico. Situa-se entre as tentativas de *modernização* a partir de modelos ocidentais e a problemática envolvendo as complexidades étnico-religiosas tão específicas daquela região. Do trauma da partição em 1947 que resultou na formação do Paquistão à intensificação dos discursos e ações dos grupos nacionalistas radicais, o convívio pacífico entre hindus, muçulmanos, sikhs, cristãos e outras minorias permanece uma questão a ser resolvida.

Ao mesmo tempo, o expressivo – e para alguns surpreendente – desenvolvimento econômico recente da Índia, que a situa como uma das mais importantes potências emergentes do mundo atual, é bastante representativo da construção de uma proposta de *modernidade alternativa* aos modelos ocidentais que vem se mostrando bem-sucedida. Apesar, é claro, da permanência de determinados problemas sociais. As grandes desigualdades entre ricos e pobres, por exemplo, ainda estão longe de serem solucionadas.

Enfim, apesar do domínio quase *dinástico* da família Nehru-Gandhi, a Índia ostenta orgulhosamente o título de *maior democracia do mundo*. E não se pode menosprezar o peso de suas instituições democráticas em função da permanência desta dinastia. Mesmo

porque, apesar dos ares *aristocráticos* e *ocidentalizados* de Nehru, ou dos arroubos autoritários de Indira, os Nehru-Gandhi somente se mantiveram e se mantêm no poder em função de sua capacidade de despertar ainda a simpatia e o apoio populares.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Com base nas discussões propostas pela aula, faça uma breve análise do processo de ascensão econômica da Índia a partir dos anos 1990, tentando relacioná-lo com o processo de desenvolvimento histórico do país no pós-independência.

Resposta Comentada

Nesta questão, é importante você discutir as bases do recente desenvolvimento econômico da Índia, relacionando-o com as reformas liberais a partir de 1991. Tente analisar a emergência deste projeto liberal nos anos 1990 com a falência do modelo proposto por Indira Gandhi, nos anos 1970/80, que esteve muito ligado a um modelo soviético do qual Indira se aproximou bastante. Este modelo entrou em crise em meados dos anos 1980 e deixou a Índia quase à beira da falência. Nesse sentido, não é por acaso que a emergência das propostas liberais tenham vindo à tona justamente no momento de crise final do modelo soviético do qual Indira havia se aproximado. Lembre-se que 1991, ano das reformas liberais na Índia, é também o ano que marca o fim da União Soviética. Além disso, é importante você analisar alguns processos

específicos da Índia contemporânea, por exemplo, a grande indústria dos *softwares* a baixo custo e a questão da *fuga de cérebros*. Como essa emigração massiva de mão de obra qualificada foi vista, a longo prazo, como algo positivo para a economia indiana?

RESUMO

Nesta aula, você aprendeu um pouco mais sobre a formação da Índia contemporânea, desde seu processo de independência, em 1947, até os dias atuais: os traumas da partilha que levou à formação do Paquistão e ao assassinato do Mahatma Gandhi; o lento processo de construção da democracia implementado por Jawaharlal Nehru e o estabelecimento de uma sólida supremacia do Partido do Congresso através do que podemos chamar de uma verdadeira *dinastia* Nehru-Gandhi; a construção da Índia *potência* econômica e política e a persistência de graves problemas sociais.

Informação sobre a próxima aula

Na nossa próxima aula, aprofundaremos os estudos sobre a formação do nacionalismo muçulmano ainda no contexto do florescimento dos movimentos pró-independência na Índia na década de 1920. A partir da compreensão do surgimento destes movimentos e de suas demandas, estudaremos o processo de formação do Paquistão, sua constituição como Estado independente, as guerras contra a Índia pela posse da Caxemira, o papel do Paquistão no mundo contemporâneo e as complexas relações com o Ocidente.

Sites consultados

<http://www.bibliomonde.com/livre/pourquoi-tue-gandhi-»-6565.html>

<http://www.pondichery.com/26yf/Inde/MeurtreGandhi.html>

<http://perspective.usherbrooke.ca/bilan/servlet/BMEve?codeEve=14>

<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/forum-ibas>

Aula 13

O Paquistão entre tradições e modernidades

Janaina Martins Cordeiro

Meta da aula

Apresentar um panorama do processo histórico de formação do Estado paquistanês em 1947 e as especificidades do processo de construção daquela nação, considerando o processo de partição com relação à Índia, as disputas pela posse da Caxemira e o papel do islamismo no Estado e na sociedade.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar o processo de formação da *nação paquistanesa*, levando em consideração as demandas que estiveram na origem da *ideia do Paquistão*, bem como a grande diversidade étnica, linguística e religiosa que compõem o país;
2. reconhecer o papel do Paquistão no atual cenário internacional: as disputas com a Índia pela posse da Caxemira; o apoio aos Estados Unidos em sua declarada *guerra contra o terror* e as ambivalências nascidas desta aliança.

Pré-requisitos

Disciplina História e Sociologia, principalmente as discussões sobre modernidade, modernização e secularização; Aula 1 de História do Oriente, particularmente o conceito de orientalismo; Aulas 11 e 12 de História do Oriente.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Paquistão tem aparecido com cada vez maior frequência e importância no cenário político internacional. Desde os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, e a consequente declaração de guerra por parte dos americanos ao Afeganistão, passando pelo assassinato da ex-primeira-ministra e então líder da oposição Benazir Bhutto em 2007, o país não deixa as manchetes dos jornais.

Mas o que você sabe a respeito deste país espremido entre o norte da Índia, o Afeganistão, o Irã e a China? Talvez você se lembre de notícias sobre as intermináveis guerras travadas contra a Índia pela posse da Caxemira. Certamente, em maio de 2011, você ouviu muitas notícias, envolvendo o país por ocasião da captura de Osama Bin Laden, nas proximidades de Islamabad, capital do país, e seu posterior assassinato por agentes do serviço secreto americano.

No entanto, apesar da grande proliferação de notícias a seu respeito nos últimos anos, o Paquistão continua sendo um país desconhecido para nós brasileiros. Ou, muitas vezes, visto a partir de uma *ótica ocidental*, muitas vezes redutora de sua complexa realidade. Desde o processo de construção territorial, após a traumática partição com relação à Índia, em 1947, até a complexa diversidade étnica que convive em seu território, passando pelas disputas intermináveis com os indianos pela posse da região da Caxemira, pelo desejo de se tornar potência nuclear e pelo apoio aos Estados Unidos quando este declarou *guerra ao terror*, em 2001, conhecemos muito pouco a história do Paquistão.

Trata-se, no entanto, de um país extremamente complexo e diverso, etnicamente. Com uma população de aproximadamente 187 milhões de habitantes, o Paquistão é o sexto país mais populoso do mundo. Possui hoje o que poderíamos chamar de economia semi-industrializada, que desde 2001 vem passando por um ambicioso plano de reformas, apoiadas pelos Estados Unidos e pelo

Fundo Monetário Internacional (FMI). Resumidamente, as reformas pretendem acelerar o processo de abertura dos mercados, através da adoção de medidas liberalizantes, e deviam, a princípio, permitir a construção de uma dinâmica positiva para a integração do país, no quadro de uma economia internacional globalizada.

No entanto, o poderio econômico paquistanês é marcado ainda por numerosas deficiências e, definitivamente, não constitui um dos fatores-chave da importância internacional do país. Esta pode ser atribuída, antes, à sua condição de potência nuclear, bem como à posição geográfica privilegiada que ocupa do ponto de vista estratégico e militar na região, desde os tempos da Guerra Fria, como veremos, sobretudo em razão do seu apoio já antigo aos Estados Unidos na região.



Figura 13.1: Vista noturna do centro financeiro de Karachi, maior cidade, principal porto e metrópole econômica do Paquistão.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Karachi_City_view_towards_port.jpg

Assim, se nos últimos anos as reformas liberais e o dinheiro injetado na economia local pelos Estados Unidos resultaram em um expressivo crescimento da economia – traduzido no aumento

dos investimentos em áreas, como a construção civil, a indústria manufatureira, os transportes e as comunicações –, os frutos deste crescimento permanecem muito mal divididos. A renda média anual por habitante não ultrapassa os 800 dólares e a situação social do país mantém-se bastante problemática: um em cada dois habitantes é analfabeto e um terço da população vive no limiar da pobreza.



Figura 13.2: Esgoto a céu aberto em favela de Karachi.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/1/12/Karachi_Slum.jpg

Do total de sua população, cerca de 95% são muçulmanos. O país é uma República Islâmica, o que significa que, desde a publicação da primeira Carta Constitucional, em 1956, os cidadãos paquistaneses devem organizar suas vidas de acordo com os preceitos do islamismo. Dessa forma, como você pode imaginar, o Islã é um dos principais – se não o principal – elemento que conforma

a *identidade nacional paquistanesa*. Não imaginemos, porém, que tal identidade é una e coesa, baseada que está em sentimentos e vivência religiosa comuns. Ao contrário, o Paquistão é caracterizado pela extraordinária diversidade de vertentes islâmicas que habitam seu território.

O *pai fundador* do Paquistão, Muhammed Ali Jinnah, sonhava criar um Estado forte, que repousasse sobre o princípio de “uma nação, uma cultura, uma língua” e, poderíamos acrescentar, “uma religião”. O Paquistão está, no entanto, ainda hoje longe de corresponder a este princípio. Desde sua fundação, em 1947, a população do país vive múltiplas divisões, tanto do ponto de vista étnico, como religioso e linguístico. De acordo com Pankaj Mishra, “muito cedo na história do Paquistão seu mito de fundação foi rompido: uma religião compartilhada não conseguiu resolver o problema de como pessoas, vindas de ambientes étnicos e linguísticos diferentes, deveriam viver juntas”.

De forma resumida, é isto que vamos estudar nesta aula: as bases que deram forma ao *mito de fundação* do Estado paquistanês. Ou seja, vamos tentar compreender quais demandas estiveram na origem das propostas de criação de um estado majoritariamente muçulmano, separado da *Índia hindu*; bem como as dificuldades e as heranças que resultaram da criação de um país que já nasceu sob o signo da diversidade étnica e linguística, mas agarrando-se ao islamismo como elemento de coesão da nação.

A emergência do nacionalismo islâmico e a formação da Liga Muçulmana

Como estudamos na Aula 11, o fim do século XIX na Índia se caracterizou por profundas transformações, tanto do ponto de vista político como social. Este período marcou o início de um processo de intensificação das insatisfações indianas com relação ao domínio britânico que, de certo modo, expressou-se de forma muito significativa na fundação do Partido do Congresso, em 1885.

É neste momento também que as relações entre hindus e muçulmanos passam por um processo de violento desgaste e, a partir daí, ambas as comunidades – seus interesses, suas formas de organização política – tenderam a se afastar umas das outras.

Especificamente para os muçulmanos do subcontinente indiano, o século XIX significou um período de renovação interna, o qual por sua vez também não se fez de maneira homogênea. Neste momento, a liderança de Sayyid Ahmad Khan foi de suma importância para o movimento islâmico da Índia. Hoje considerado o *pai espiritual* do Paquistão, Khan acreditava na compatibilidade da fé com a modernidade e sustentava que o islamismo indiano deveria estar em harmonia com o Ocidente. Baseando-se nestes pressupostos, fundou em 1875 a escola de Aligarh, que se converteu em um importante centro do que poderíamos chamar de *modernismo muçulmano*.

Dez anos após a fundação de Aligarh, o surgimento do Partido do Congresso significou para os renovadores muçulmanos, de certa forma, uma ameaça. Khan costumava dizer que “um governo democrático significa um governo das maiorias e um governo das maiorias na Índia significaria um governo hindu”. Interessante observar que, mesmo a corrente *ocidentalizadora* do islamismo indiano pensava sua *modernidade* sem uma necessária ligação com a democracia. Ao contrário, percebendo esta como uma ameaça latente à *unidade islâmica* frente a um hinduísmo cada vez com maior tendência a absorver as minorias.

Nesse sentido, como lembra Peter Demant (2004, p.125), embora o Partido do Congresso nunca tivesse se declarado abertamente um partido hindu – ao contrário, fazia questão de apresentar-se como um partido laico, “expressão de uma nacionalidade indiana que transcendia divisões sectárias” – poucos muçulmanos participaram dele e, com o passar dos anos, ele foi se tornando cada vez mais um partido composto essencialmente por hindus.

Em virtude disso, as lideranças muçulmanas passaram a reivindicar o estabelecimento de distritos eleitorais separados, como forma de garantir o sucesso eleitoral da *minoría* muçulmana. Nos primeiros anos do século XX, as demandas nesse sentido consolidaram-se e o surgimento da Liga Muçulmana em 1906 é bastante expressivo do amadurecimento das formas de organização da comunidade muçulmana. A princípio, a Liga não possuía objetivos separatistas, estes apenas se tornaram reivindicação da comunidade islâmica da Índia, a partir da década de 1930.

Por hora, cabe destacar que, em seus primeiros anos, a Liga Muçulmana foi muito bem acolhida pela administração britânica, na Índia. A ideia subjacente era mesmo alimentar os antagonismos entre as duas comunidades étnico-religiosas mais numerosas e importantes politicamente do país em um momento no qual o domínio inglês sofria fortes contestações, com a formação de dois importantes partidos – o Congresso e a Liga Muçulmana.

O período da Primeira Guerra Mundial marcou acontecimentos extremamente importantes para a história da Índia e, particularmente, para a Liga Muçulmana. De modo mais amplo, para a Índia, o conflito mundial significou um período de relativa união e cooperação entre congressistas e dirigentes da Liga Muçulmana, que se manteve até o fim da Guerra, quando Gandhi conseguiu que alguns importantes membros da Liga unissem-se a ele em seus protestos de desobediência civil em prol da independência.

Especificamente no caso da Liga Muçulmana, foi em 1916, por exemplo, que emergiu à presidência da organização a liderança de Muhammad Ali Jinnah. Advogado, de formação britânica, Jinnah entrou em 1906 para o Partido do Congresso e somente aderiu à Liga Muçulmana, em 1913. A princípio, defendia a cooperação entre muçulmanos e hindus, sobretudo no que tange às reivindicações de libertação do domínio britânico. Foi sob a liderança de Jinnah e de membros radicais do Partido do Congresso que se processaram as negociações que resultaram no Pacto de Lucknow (1916), pelo qual o Partido do Congresso e a Liga Muçulmana, juntos, demandavam

a independência da Índia aos britânicos. Como você estudou na Aula 11, o pacto foi fundamental no sentido de pressionar o governo britânico a elaborar uma declaração relativa à política britânica para a Índia no pós-guerra.



Figura 13.3: Muhammad Ali Jinnah, presidente da Liga Muçulmana e, mais tarde, primeiro chefe de Estado do Paquistão.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Jinnah_port.jpg

Todavia, o convívio relativamente amistoso entre Congresso e Liga Muçulmana que predominou durante a Guerra não se sustentou por muitos anos. Da mesma forma, os conflitos entre ambas as comunidades – hindus e muçulmanos – intensificaram-se no entre guerras, alimentando, dos dois lados, as tendências separatistas e a certeza da impossibilidade de conviver com o *outro*. Para os segmentos da Liga Muçulmana que defendiam o trabalho conjunto com o Partido do Congresso em defesa de uma *plataforma nacional*, o estopim que levou ao fim da aliança com os congressistas veio em 1928, quando Motilal Nehru apresentou seu projeto de constituição

para a Índia, o qual rejeitava a manutenção dos distritos eleitorais separados, demanda antiga – e, em muitas regiões, vitoriosa – da Liga Muçulmana. Neste momento, os muçulmanos, que desde a época da Guerra tinham perdido o apoio inglês, viram-se agora, mais uma vez sem possibilidades de manter a aliança com o Partido do Congresso.

Assim, logo no início da década de 1930, a Liga Muçulmana, ao contrário do que tinha feito anteriormente, decidiu não aderir ao movimento de desobediência civil, retomado na época por Gandhi. Nesse momento, no entanto, o Partido do Congresso conheceu um momento de grande crescimento político. As eleições de 1937, por exemplo, foram consagradoras. Assim, na medida em que o Congresso consolidava-se como principal liderança política indiana, os temores entre os muçulmanos de uma *dominação hindu* também se reforçavam.

Foi também neste período, precisamente no ano de 1930, que a ideia de uma *pátria islâmica* separada da Índia apareceu pela primeira vez. Partiu do poeta muçulmano Mohamed Iqbal que, diferente do islamismo *anglicizado* que floresceu em fins do XIX, falava de uma religião dinâmica, cujo segredo era o progresso da alma até a *liberdade*. Estas ideias, evocadas em prosa e verso, deram novo ânimo aos muçulmanos. Segundo Peter Demant, até 1945, a Liga conseguiu conquistar um apoio quase unânime entre o eleitorado muçulmano. Muito desse apoio vinha certamente do carisma de seu líder, Ali Jinnah, mas sobretudo, da *identidade islâmica* evocada pela Liga. Uma identidade, construída muito em virtude do receio de cair sob dominação hindu.

As eleições de 1937 – para as quais Jinnah propôs uma aliança com o Partido do Congresso, que obteve estrondosa vitória, enquanto a Liga conseguiu apenas vitórias localizadas – marcaram a definitiva ruptura entre Jinnah e os congressistas. Diante da vitória, o Congresso negou-se a aceitar a coalizão e somente ofereceu postos administrativos aos signatários da Liga, baseado em acordos individuais. A partir deste momento, a Liga Muçulmana considerou

impossível a aliança com os congressistas e reforçou publicamente o argumento de que o “islamismo indiano era uma nação separada que nunca poderia aceitar o governo dos hindus”.

Em 1938, a demanda por um território nacional, separado da Índia, tornou-se política oficial da Liga Muçulmana. Peter Demant chama atenção para o fato de que, em sua origem, o projeto de constituição de um Estado islâmico independente refletia um

conceito de Paquistão secular, sustentado por uma elite intelectual, majoritariamente de educação ocidental, que enfatizavam o aspecto político da questão muçulmana – denominador comum de uma comunidade muito fragmentada, cuja prioridade tornou-se a segurança política (2004, p.126).

A palavra nova, *Pakistan*, refletia, na verdade, demandas antigas e um “sentido profundo de diferenciação.



A origem do termo *Pakistan*

Em 1933, o advogado nacionalista muçulmano do Punjab, Choudhri Rahmat Alí, divulgou um panfleto intitulado *Agora ou nunca: nós devemos viver ou perecer para sempre?*, no qual defendia a criação de um Estado muçulmano independente no norte da Índia e cunhava o termo Paquistão – *Pakistan*, em inglês. Em seu panfleto, Alí explicava:

Pakistan é, ao mesmo tempo uma palavra conhecida nos idiomas persa e urdu. É composto por letras, tomadas dos nomes de todas as nossas Pátrias do sul asiático: P de Punjab; A de afegãos; K de Kashmir; S de Sindh, *Paks*, portanto. Note-se, por fim, que em urdu, *pâk* quer dizer “puro” e *stan* é o sufixo persa que designa “país”. Ou seja, *Paquistão* também pode significar “país dos puros.

A partilha da Índia e a formação do Estado paquistanês

Você estudou na Aula 12 que o processo de independência da Índia, em 1947, deu origem a dois diferentes Estados: a República da Índia e a República Islâmica do Paquistão. Originalmente, o território paquistanês foi formado por duas regiões separadas por cerca de 1.600 quilômetros de terras indianas (veja o mapa a seguir): o Paquistão Ocidental e o Paquistão Oriental, sendo sua primeira capital, a cidade de Karachi, na porção oeste do país. O Paquistão Ocidental, sob hegemonia do Punjab, – cujo território foi dividido entre os dois novos países – era formado também pelas províncias de Sind, Baluchistão e outros estados menores da Fronteira Noroeste. Já a parte Oriental, sob domínio da província de Bengala, como veremos mais adiante, declarou sua independência em 1971, em uma guerra violenta que deu origem a um novo país: Bangladesh.



Figura 13.4: As duas regiões que, em 1947, compunham o território do Paquistão. Em 1971, o Paquistão Oriental tornou-se independente, passando a se chamar Bangladesh.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Pakistan_before_the_Bangladesh_War_in_1971.jpg

Assim, em 15 de agosto de 1947, o sonho da *pátria islâmica* tornou-se realidade para os muçulmanos do subcontinente indiano. Ali Jinnah foi nomeado governador-geral do novo país. No entanto, cedo os problemas relativos aos processos de construção da nação apresentaram-se. O Paquistão era, enfim, uma *realidade territorial* concreta, não obstante, o *sentimento nacional* seria ainda mais difícil de se constituir e dar-se-ia a partir de bases bastante específicas. O islamismo, que esteve na origem da *teoria das duas nações*, apresentava-se como o *cimento* que deveria unir o novo país. Não obstante, este *cimento*, aparentemente homogêneo, era extremamente diverso e precisaria lidar com suas próprias diferenças.

Após a partição, chegou ao novo país uma grande diversidade de povos que tinha em comum somente a prática de um islamismo também bastante multifacetado. Além disso, não podemos esquecer a centralidade dos massacres que se sucederam à partição, em decorrência do intenso deslocamento populacional de hindus e muçulmanos entre Índia e Paquistão. No Punjab, por exemplo, a província mais atingida pelo gigantesco êxodo populacional, um terço de seus habitantes foi deslocado de maneira espontânea ou forçada. A crueldade dos massacres assombra ainda hoje as imaginações. Dessa forma, para a população paquistanesa – e também indiana, obviamente – a partição permanece como um dos fatos centrais do século XX e condiciona de maneira direta, em grande parte, a identidade e a política dos Estados que se originaram deste evento tão brutal. Como pensar, então, os processos de construção da nacionalidade em um país cujo evento central que marca o nascimento da nação está ligado ao deslocamento de cerca de quinze milhões de pessoas e ao massacre de mais de meio milhão?

O islamismo como instrumento de unidade nacional

Muhajir é o termo árabe que designa *imigrante*. No Paquistão, ele foi muito utilizado para se referir aos muçulmanos que imigraram após a partição e decidiram se instalar definitivamente no novo

país. A maior parte dos signatários da Liga Muçulmana que foram os principais arquitetos e defensores da *ideia do Paquistão*, era, portanto, *muhajirs*, os quais, embora minoritários e sem qualquer vínculo local, diferente dos punjabis ou bengalis, formaram majoritariamente o primeiro governo paquistanês.

Os *muhajirs* da Liga Muçulmana, após a morte de Ali Jinnah, empenharam-se na construção de um Estado que repousasse sobre os preceitos do islã. Este Estado deveria ser forte e centralizado, para, desta forma, conseguir controlar e transcender as diferenças étnicas e culturais que o caracterizavam e, ao mesmo tempo, ser capaz de criar um sentido de *unidade nacional*.

A princípio, Jinnah, um homem de formação ocidental, que começou sua carreira política no Partido do Congresso, sonhava poder confinar a religião o máximo possível à esfera privada. Não obstante, sua morte repentina em 1948, vítima de tuberculose, fez com as propostas de criação de um Estado laico fossem abandonadas. Afinal, não tinha sido o Paquistão criado para ser a *Pátria dos muçulmanos da Índia*? Ganharam força, então, as tendências à formação de uma República Islâmica. Jinnah é ainda hoje reverenciado como *Qaid-i-Azam* – o *grande líder* – e fundador do Paquistão. Todavia, seu projeto de nação foi abandonado e, a partir de 1948, todos os dirigentes que o sucederam reclamaram – ainda que por vias diferentes – o islã como forma de legitimar o novo Estado.

A primeira constituição do país, em 1956, previa que o Paquistão era uma República Islâmica e, portanto, os paquistaneses deveriam organizar suas vidas, a partir dos preceitos desta religião. O general Ayub Khan, que tomou o poder em 1958, fez constar na nova constituição de 1962 que as leis do Estado não deveriam contradizer a *charia*. Nos anos 1970, o governo civil de Zulfukar Ali Bhutto estabeleceu os fundamentos do que viria a se transformar em uma ampla política de islamização da sociedade e do Estado paquistaneses. O general Zia, que liderou o golpe de estado que depôs Bhutto em 1977, por sua vez, ampliou ainda mais este

processo, atribuindo-lhe características fundamentalistas. Chegou mesmo a prometer introduzir o Alcorão como constituição, mas morreu antes de completar tal projeto (DEMANT, 2004, p.128). Durante os mandatos de Nawaz Sharif (1990-1993 e 1997-1999), uma emenda constitucional passou a prever que era dever do Estado aplicar a **charia**.

Como você pode concluir, se estes homens promoveram o islã de forma tão fundamental, era porque no quadro de uma nação que foi forjada para *proteger e abrigar todos os muçulmanos do subcontinente indiano*, era preciso construir uma *nação islâmica* que pudesse transcender as diferenças regionais, étnicas e culturais que marcavam o novo país.

Assim, o Paquistão é um país cuja quase totalidade da população é muçulmana, mas esse país é também caracterizado pela extraordinária diversidade de islãs presentes ali. Existem na região graves oposições entre xiitas e sunitas e, mesmo no seio da comunidade sunita, são expressivos os desentendimentos entre as suas diversas tendências, divididas, grosso modo, entre reformistas e tradicionalistas. Enfim, ao longo de sua curta história, a política levada a cabo pelo Paquistão vem buscando – muitas vezes de forma autoritária – cruzar o fosso que separa sunitas dos outros segmentos do islamismo, como os membros da seita Ahmadi e os xiitas.

Diversidades de povos e tensões étnicas

O Paquistão foi inicialmente uma criação dos *muhajirs*. Em 1951, no entanto, eles representavam apenas um quinto da população do Paquistão Ocidental e pouco mais de 2% da população do Paquistão Oriental. Imediatamente após a criação do Paquistão, a influência deste grupo na política e na sociedade paquistanesa era, no entanto, largamente superior ao seu peso demográfico. Nos primeiros anos da independência, eles eram beneficiários de uma certa mítica que lhes atribuía um papel de certa forma heroico, na medida em que eles foram capazes de abandonar suas vidas

Charia

É a representação de uma série de normas sociais e culturais do islamismo. O termo árabe, utilizado em contexto religioso, significa *o caminho para respeitar a lei de Deus*. A *charia* codifica aspectos da vida pública e privada dos muçulmanos, os quais consideram este conjunto de regras como a emanação da vontade de Deus. Em suma, a *charia* é a via traçada por Deus para que os homens possam viver na terra de acordo com sua vontade.

Este caminho é igualmente constituído pelas crenças e pela espiritualidade, mas também pelo direito.

anteriores para *construir* o Paquistão. Dessa forma, em um primeiro momento, estes *muhajirs*, inventores do Paquistão, dominaram o Estado, através da Liga Muçulmana.

Quanto aos muçulmanos do Punjab, embora tenham se mostrado por muito tempo reticentes à ideia da criação do Paquistão, desde sua fundação eles conservaram o poder que detinham anteriormente em sua província e buscaram estendê-lo ao restante do país. Eles representavam pouco mais de um quarto de toda a população do Paquistão, de acordo com o censo de 1951, no entanto, formavam 80% dos efetivos do exército e ocupavam 55% dos postos da administração pública. Assim, ao lado dos *muhajirs* que detinham posições importantes na vida pública do país e, particularmente, no poder Executivo, os punjabis possuíam papel determinante no governo do Paquistão dos anos 1950. Estes grupos, todavia, possuem culturas bastante distintas, bem como divergências do ponto de vista político e dos interesses econômicos.

Em razão de suas dificuldades de integração territorial e social, os *muhajirs* foram aos poucos perdendo posições de poder, situação que se concretizou de maneira mais definitiva com o golpe de Estado de 1958, quando o general do Punjab, Ayub Khan, tomou o poder. Não é coincidência que a partir de 1960, a capital do país tivesse se transferido de Karachi para Islamabad, cidade especialmente construída para ser capital, localizada no coração da província do Punjab. Tal situação para os muçulmanos imigrantes tornou-se irreversível em 1971, quando da guerra de secessão do Paquistão Oriental, afinal, neste momento, os punjabis passaram a representar cerca de 60% da população total do Paquistão e continuavam dominando postos importantes, tanto na administração pública como no exército.

Em 1971, contudo, foi um *sindh*, o civil Zulfukar Ali Bhutto, que sucedeu no governo a ditadura do general Khan, o que de uma certa forma, trouxe os *sindhis* para o centro das disputas políticas do país e contribuiu para dar força e coesão ao movimento nacionalista *sindh*, que ganhou contornos de radicalização, quando

Os *sindhis* são um grupo étnico originário da província de Sindh, no Paquistão. O Estado é delimitado a oeste pelo rio Indo e pela província do Baluchistão, ao norte pelo Punjab e ao sul pelo mar da Arábia. Atualmente, os *sindhis* que vivem no Paquistão praticam várias religiões, dentre elas o islamismo, o zoroastrismo, o hinduísmo, o sikhismo e o cristianismo.

da deposição, condenação e posterior execução de Bhutto, em 1977. Após passar por um período de grande repressão, a eleição para o cargo de primeira-ministra de Benazir Bhutto, filha de Zulfukar, acalmou os ânimos dos nacionalistas sindhis, que deixaram de lado, então, suas exigências independentistas. Então, foram as minorias do Baluchistão e os pachtuns – grupo etnolinguístico que, no Paquistão, habita a província da Fronteira Noroeste – que conheceram um momento de *febre nacionalista*, fortemente reprimidos pela ditadura, então no poder, do general Muhammad Zia-ul-Haq.

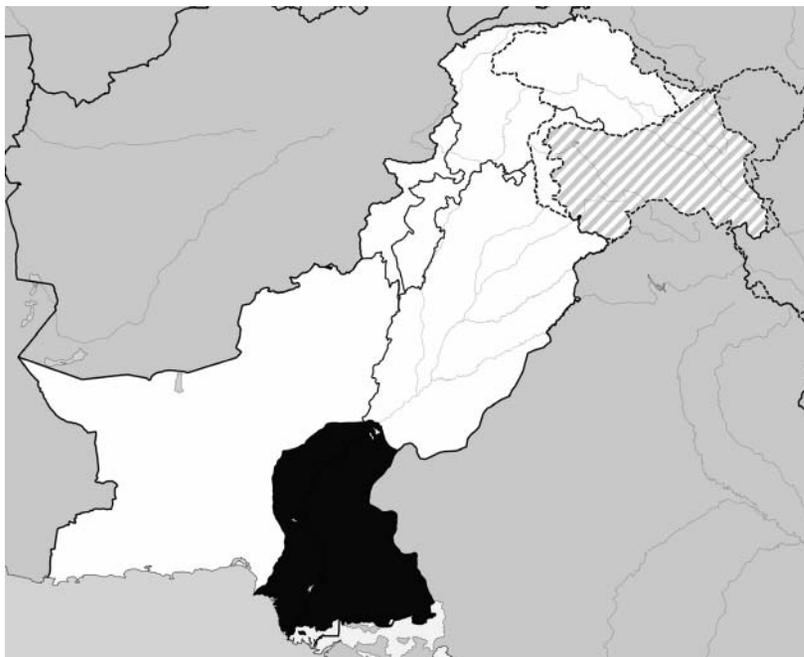


Figura 13.5: Em destaque no mapa do Paquistão, a localização da província de Sindh.

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/File:Sindh_in_Pakistan_\(claims_hatched\).svg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Sindh_in_Pakistan_(claims_hatched).svg)

Enfim, como você pode notar, são diversos os grupos étnicos que conformam a identidade cultural e nacional – extremamente múltipla – do Paquistão. Cada um destes diferentes grupos defende seus interesses particulares. Esta situação muitas vezes conduziu a numerosas tensões, levando o país a grande instabilidade política.

A independência de Bangladesh: a identidade bengali antes da identidade islâmica

Até 1971, quando teve início a guerra de independência de Bangladesh, ex-Paquistão Oriental, a região “sofreu discriminação pelo irmão um pouco menos pobre e politicamente predominante” (DEMANT, 2004, p.130). Um dos exemplos mais expressivos nesse sentido foi a repressão por parte dos dirigentes paquistaneses ao idioma bengali, falado predominantemente na região.

Assim, desde 1947, sob impulso dos *muhajirs*, o urdu foi promovido à categoria de língua oficial do Paquistão – Oriental e Ocidental –, embora o inglês tivesse se mantido como o idioma da elite e, portanto, do Estado. Numerosos esforços foram, então, empreendidos no sentido de divulgar e *enraizar* o urdu naquele país que abrigava culturas tão distintas. Certamente que tais iniciativas foram levadas adiante sob protestos de determinados grupos étnicos e linguísticos. Tal foi o caso da região de bengala Oriental, então Paquistão Oriental, cujo idioma, o Bengali, possuiu extrema importância no contexto de construção da *identidade bengali* desde o século XIX.

Nesse sentido, os paquistaneses orientais, no momento mesmo da partição propuseram que o bengali fosse escolhido como língua oficial nas instituições de ensino, justiça e administração pública, no Paquistão Oriental. Dado o peso demográfico daquela região – 56,4% da população declarava que o bengali era sua língua materna em detrimento de 3,37% que afirmavam ser o urdu seu idioma de origem –, esta reivindicação linguística mostrava-se absolutamente legítima. Foi, no entanto, rejeitada pelo governo central do Paquistão.

A recusa em aceitar o bengali como idioma oficial na porção oriental do país esteve, de certa forma, na origem do movimento independentista bengalês, liderado pelo sheik Mujibur Rehman, da Liga Awami. O movimento separatista reclamava a falta de representação bengali no governo central do Paquistão, bem como

no exército e nos postos importantes da administração pública, além do desequilíbrio de receitas em favor da porção ocidental do país. Em 1971, após a repressão ao movimento independentista bengalês pelo exército do Paquistão que fez entre 1 e 3 milhões de vítimas, Bangladesh – termo que significa *nação bengali* – adquiriu sua independência graças à intervenção de forças indianas no conflito.

De uma certa forma, a sangrenta guerra de independência de Bangladesh – conhecida também como *Terceira Guerra Indo-Paquistanesa* – e a separação das duas metades do Paquistão simbolizava o fracasso das tentativas de unidade nacional, baseada no Islã. Os bengaleses, bem como outros grupos étnicos, preferiram antes afirmar sua identidade linguística e cultural, em face do poder central, dirigido pelos punjabis, nesta época. A ideia original de um país unificado pela *fé no islamismo*, reunindo todos os muçulmanos do subcontinente indiano sucumbiu diante dos sentidos de reconhecimento etnolinguísticos.



Atende ao Objetivo 1

1.

Até o século XVIII, o islã constituía presumivelmente apenas um dos elementos da identidade daqueles indianos que pertenciam a um dos múltiplos ramos do islã indiano. Até 1947, completou-se um realinhamento coletivo acerca dos símbolos do islã, como centro desta suposta essência coletiva. Qual islã, porém? Sobre este ponto não havia consenso (DEMANT, 2004, p. 123).

A partir do trecho citado, bem como das discussões propostas na aula, elabore um texto, discutindo os problemas relativos ao processo de construção de uma *suposta identidade paquistanesa islâmica*, a partir de 1947.

Resposta Comentada

Aqui você deve ser capaz de analisar o projeto de construção do Paquistão, baseado na ideia da necessidade de uma *nação islâmica* para os muçulmanos do subcontinente indiano em detrimento da diversidade étnica e linguística que compõe o novo país. Tente explicar a importância que os muçulmanos que migraram para o Paquistão, após a partilha que deu origem ao novo país, os *muhajirs*, tiveram nos primeiros anos para a construção da identidade muçulmana paquistanesa e como aos poucos eles foram perdendo espaço. Se possível, analise também a independência de Bangladesh (até então, Paquistão Oriental) como um evento simbólico no qual a identidade local – bengali – sobrepôs-se à identidade muçulmana que o Estado paquistanês supunha como identidade *universal* para todos os povos do Paquistão.

Caxemira: a impossível paz

A Caxemira é uma região a noroeste do subcontinente indiano, que faz fronteira ao mesmo tempo com Índia, Paquistão e China. Desde o século XIX, era mais um dentre os muitos estados principescos da Índia, sob domínio britânico. No momento da independência, seu governante hindu acabou aderindo à Índia, apesar de sua população majoritariamente muçulmana – 77%, segundo dados do censo de 1941.

Para Nehru, a adesão da Caxemira à Índia reforçava, de alguma forma, seus desejos de um país comprometido com a democracia, o *secularismo* e o socialismo (MISHRA, 2007, p. 126).

Todavia, os paquistaneses contestaram veementemente a adesão da Caxemira à Índia e invadiram a região. A guerra durou mais de um ano e foi extremamente sangrenta. O cessar-fogo veio somente em 1949, com a intervenção da Organização das Nações Unidas (ONU). Então, os exércitos de ambos os países retiraram-se e uma *linha de controle* foi criada, dividindo a Caxemira em duas partes: dois terços do seu território formavam o Estado da federação indiana de Jammu-Caxemira; enquanto o terço restante ficou sob administração do Paquistão. O território paquistanês compreende Azad Jammu-Caxemira (chamado *Jammu-Caxemira livre* pelos paquistaneses) e os territórios do Norte.

A ONU definiu que um plebiscito deveria ser realizado, para que a população da Caxemira fizesse a opção pelo Paquistão ou Índia, mas esta última jamais permitiu que o plebiscito se realizasse. Dezesete anos após a primeira guerra indo-paquistanesa, em 1965, eclodiu um segundo conflito entre Índia e Paquistão pela Caxemira. Desta vez, a guerra foi declarada pelo Paquistão que acreditava poder tirar partido de uma aparente fragilidade indiana após sua derrota para a China, em 1962. Esta passava, então, a reivindicar da Índia a posse de determinados territórios da região de Aksai Shin e os territórios ao longo de sua fronteira comum.



A entrada da China nas disputas, envolvendo a Caxemira

Em 1962, a China avançou em território indiano, a partir da fronteira tibetana. A China reivindicava, então, a posse dos territórios de Aksai Shin, porção oriental da Caxemira. Desde meados dos anos 1950, os chineses buscavam construir uma rota militar para garantir melhor comunicação entre a região de Xinjiang e o Tibete que passava por Aksai

Shin. A Índia descobriu tardiamente a construção desta rota, o que levou ao conflito sino-indiano de 1962. As pretensões chinesas sobre esta sub-região da Caxemira são fundadas em questões de continuidades topográficas. O território controlado pelos chineses é, na verdade, praticamente inabitado, mas importante ligação entre o Tibete e a China. Após o rápido conflito com a Índia em 1962, os chineses instalaram-se em Aksai Shin e impõem-se, desde então, como um terceiro combatente na Caxemira.

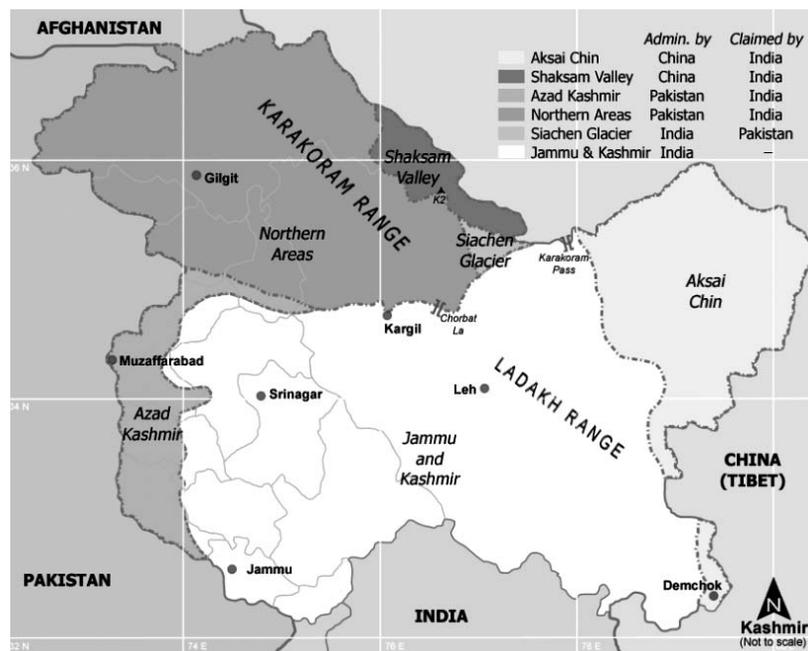


Figura 13.6: Mapa da Caxemira com as divisões entre Índia, Paquistão e China. Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Map_Kashmir_Standoff_2003.png

Todavia, os paquistaneses subestimaram a capacidade de recuperação do exército indiano. Contando com apoio soviético, a Índia rapidamente derrotou o Paquistão. A guerra terminou com

negociações, conduzidas pela União Soviética e a assinatura de tratados de paz pelos dois países no Tajiquistão, que reconduziram a Caxemira à situação anterior à guerra.

A Terceira Guerra indo-paquistanesa, como vimos, ocorreu em 1971 e não envolveu a Caxemira, mas sim a insurreição do Paquistão Oriental e a independência de Bangladesh. Deste conflito, no entanto, resultou um acordo diplomático extremamente importante, o “Acordo de Shimla”, em 1972, pelo qual Índia e Paquistão concordavam que qualquer disputa bilateral, incluindo a Caxemira, deveria ser resolvida no mesmo nível, ou seja, sem intervenção internacional.

Este tratado está na origem da atual posição de Nova Delhi no que se refere aos conflitos da Caxemira. Baseando-se em suas definições, a Índia recusa qualquer internacionalização da questão, envolvendo os territórios em disputa. Considera também que a resolução da ONU que se seguiu à partição tornou-se ultrapassada pelo próprio Acordo de Shimla. O plebiscito previsto pela ONU também continua sendo rejeitado pela Índia que alega terem os povos da Caxemira aderido à Índia através de “um plebiscito cotidiano” e pela participação nas eleições. Por outro lado, o Paquistão continua reivindicando uma mediação internacional para o conflito, uma vez que este é por natureza de interesse internacional e não pode ser resolvido apenas no âmbito bilateral. Os paquistaneses demandam igualmente a aplicação do direito internacional no que tange à resolução da ONU que exige que a população da Caxemira seja consultada.

De toda forma, se com o passar dos anos os Acordos de Shimla serviram para consolidar posições antagônicas entre Índia e Paquistão, imediatamente após sua assinatura, as relações entre ambos os países conheceram um período de relativa estabilidade. Falava-se mesmo em *espírito de Shimla*. Em 1999, no entanto, eclodiu uma *quarta guerra indo-paquistanesa*, conhecida também como Crise de Kargil.

O conflito teve início quando militantes da Caxemira paquistanesa, apoiados pelo exército deste país, ultrapassaram a linha de controle que separa a porção territorial paquistanesa da indiana, avançando sobre a região de Kargil, lado indiano da linha de controle. Esta ação colocou fim às tentativas de acordo ensaiadas pelos dirigentes de ambos os lados, a partir de 1998. A Índia reagiu violentamente à invasão paquistanesa, utilizando inclusive ataques aéreos. A tentativa do Paquistão de recolocar em xeque a situação da Caxemira foi condenada pela comunidade internacional. Na época, os Estados Unidos exerceram forte pressão e conseguiram a retirada de militantes e do exército paquistanês. O recuo do poder civil diante das pressões internacionais quando da crise de Kargil foi, ao fim, uma das razões do golpe de Estado militar que levou o general Pervez Musharraf ao poder, em outubro de 1999.

Enfim, é importante destacar que as disputas em torno da Caxemira possuem grande importância na medida em que os três países envolvidos – Índia, China e Paquistão – possuem armas nucleares. O desenvolvimento do programa nuclear militar da Índia ganhou grande impulso após a derrota sofrida para a China em 1962 e a ascensão deste país à condição de potência nuclear dois anos depois. O Paquistão, por sua vez deu início ao seu programa nuclear com fins militares em resposta aos testes indianos. Análises mais otimistas consideram que a ascensão do Paquistão à mesma condição dos outros dois países beligerantes podem necessariamente levar ao estabelecimento de algumas medidas de contenção das violências na Caxemira. Todavia, outros especialistas alertam contra o otimismo exagerado, sublinhando que o desenvolvimento nuclear de Índia e Paquistão não elimina o risco de uma escalada descontrolada ou mesmo da má instrumentalização política das forças nucleares.



“O nascimento do Paquistão nuclear”

O desenvolvimento de armas nucleares pelo Paquistão foi, desde sua origem, um tema polêmico. As causas deste empreendimento estão ligadas, primeiro, ao desenvolvimento de arsenal nuclear pelos vizinhos indianos. Assim, em 1957, ou seja, aproximadamente 10 anos após o desenvolvimento do programa nuclear civil indiano, o Paquistão criou sua comissão de energia atômica. No entanto, um programa nuclear com fins militares somente foi desenvolvido entre 1971, após a derrota para a Índia na guerra de independência de Bangladesh, e 1974, quando os indianos fizeram seu primeiro teste nuclear pacífico. O lançamento do programa nuclear militar paquistanês marcou uma degradação das relações com os Estados Unidos que se opunham ferozmente à iniciativa. Em 1998, foram feitos os primeiros testes nucleares no Paquistão, marcando internacionalmente o nascimento do *Paquistão nuclear*. A estes ensaios, no entanto, seguiram-se graves sanções financeiras estadunidenses, as quais agravaram a situação econômica do Paquistão.

O desenvolvimento do arsenal nuclear paquistanês deu-se sobretudo em oposição aos testes indianos. No entanto, não se deve desconsiderar que o Paquistão foi o primeiro país muçulmano a desenvolver este tipo de armamento. De fato, o desenvolvimento da *bomba paquistanesa* foi percebido como a finalização da *bomba islâmica*, tão desacreditada pelos Estados Unidos. Uma série de países islâmicos anunciou seu apoio ao programa nuclear paquistanês. O Afeganistão – cujo regime Talibã havia sido amplamente apoiado pelos paquistaneses desde sua ascensão em 1994

– chegou mesmo a declarar que uma *agressão contra o Paquistão seria considerada uma agressão contra o Afeganistão*. A arma nuclear tornou-se, portanto, uma via particularmente útil que permitiu ao Paquistão ser reconhecido como uma força maior no cenário internacional.

O Paquistão e as relações internacionais

Como você pôde observar no item anterior, no que se refere às relações internacionais, desde sua fundação foi de extrema importância para o Paquistão assegurar sua *sobrevivência*, diante do vizinho indiano. Mas, para além disso, é preciso não perder de vista que a organização do Estado paquistanês deu-se no quadro muito marcante do nascimento e acirramento das oposições políticas e ideológicas da Guerra Fria. Nesse sentido, na medida em que a Índia pendia para a União Soviética – apesar da política oficial de não alinhamento nos anos 1950 –, o Paquistão tornou-se aliado dos Estados Unidos. A aliança tornou-se política oficial em 1954, quando ambos os países assinaram um acordo de defesa mútua, o que significou para o Paquistão o acesso massivo a armamentos americanos de todo tipo. Para os Estados Unidos, o acordo estava ligado ao interesse de bloquear o avanço soviético na região. Já para o Paquistão, significava uma espécie de salvaguarda contra a *ameaça indiana*, a qual, apesar da oficialidade da política de *não alinhamento*, mostrava-se simpática à União Soviética – e, a partir dos anos 1970, optou por uma política externa claramente pró-soviética.

Uma **potência islâmica** contra a ameaça comunista?

Após a guerra de independência de Bangladesh, o Paquistão, dirigido por Zulfukar Ali Bhutto, colocou em marcha uma estratégia de expansão em direção à Ásia Central com objetivo de criar uma vasta zona de influência *pan-islâmica* face à Índia e ao *império soviético*. O Islã, que foi, como vimos, essencial para a concretização da *ideia do Paquistão* e para as tentativas de mantê-lo unificado, foi mais uma vez o instrumento maior da estratégia paquistanesa para estender sua influência na região e, principalmente, para garantir o controle sobre os grupos *jihadistas*, que afinal, tornaram-se sua principal arma na política externa.



Jihad

É um termo árabe que significa “exercer uma força” ou “tentar”. No Corão, a expressão *al-jihad bi anfousikoum* (“lutar com sua alma”) é equivalente à expressão *al-jihad fi sabil Allah* (“fazer um esforço no caminho de Alá”). O conceito de *jihad* tem mudado constantemente, o que impede toda tentativa de definição fixa, em favor de interpretações sucessivas, muitas vezes concorrentes entre os círculos intelectuais muçulmanos. O Islã possui quatro tipos de *jihad*: “pelo coração”, “pela língua”, “pela mão” e “pela espada”. A *jihad* pelo coração, também nomeada “Grande *jihad*”, convida os muçulmanos a combater com o objetivo de alcançar a evolução espiritual pessoal e também social. Portanto, numerosos sábios muçulmanos interpretam a *jihad* como uma luta em um sentido espiritual.

O sentido mais conhecido do termo, no entanto, é o da *jihad pela espada* ou “Pequena *jihad*”. Ela tem servido de argumento a diferentes grupos muçulmanos fundamentalistas, ao longo da história, para legitimar suas guerras contra outros grupos muçulmanos ou não muçulmanos. *Jihadista*, portanto, é o termo utilizado para definir os *soldados* que lutam este último tipo de *jihad pela espada*.

A estratégia de expansão islâmica reforçou-se sob o regime ditatorial do general Zia (1977-1988). Este, que foi inicialmente diretor do Serviço de Inteligência paquistanês, o ISI, tomou o poder em 1977 e impôs uma lei marcial, baseada na ideia de um *Estado islâmico* em oposição ao conceito de *Estado-Nação*.

O nascimento da revolução islâmica no Irã e a invasão do Afeganistão por tropas soviéticas, em 1979, fizeram do Paquistão o principal aliado dos Estados Unidos na região. Os interesses de ambos os países confluíam para um inimigo comum naqueles tempos de Guerra Fria: a União Soviética. O Paquistão, lutando contra ela, pretendia – tanto do ponto de vista externo como interno – reforçar sua identidade nacional a partir da exaltação da *Jihad*. Os Estados Unidos, por sua vez, desejavam impedir o avanço do bloco soviético na região.

Neste período, o Paquistão recebeu dos Estados Unidos cerca de 3,2 milhões de dólares somente em 1981 e mais de 7,2 milhões no total durante toda a década de 1980. Em 1981, recebeu também um empréstimo de 1,6 milhão de dólares do FMI e investimentos massivos da Arábia Saudita. Os investimentos desta última, por sua vez, tinham como objetivo rivalizar com o Irã que sonhava exportar sua revolução islâmica para a numerosa *minoría* xiita do Paquistão.

Tais ajudas favoreceram o desenvolvimento da estratégia de expansão da influência paquistanesa na região, sobretudo no Afeganistão. Os empréstimos que afluíram principalmente dos Estados Unidos possibilitaram, de uma só vez, a modernização do exército paquistanês e o financiamento da guerrilha no Afeganistão contra os soviéticos (a guerra entre o Afeganistão e a União Soviética será estudada na nossa próxima aula.). Assim, devidamente armado e financiado pelos governos estadunidenses, o Paquistão organizava e treinava os *jihadistas* – que vinham não apenas do Afeganistão e Paquistão, mas também de países como a Arábia Saudita, Iêmen e Jordânia – e, ao mesmo tempo, controlava os grupos que operavam no Afeganistão. Mesmo após a morte do general Zia, em 1988, a derrota desastrosa da União Soviética no Afeganistão, em 1989, ou durante o período democrático, quando da alternância governamental entre Nawaz Sharif (1990-93; 1997-99) e Benazir Bhutto (1988-90; 1993-96), o Paquistão continuou sua política com relação ao Afeganistão de sustentação de grupos tribais não nacionalistas, como os *pachtuns*, que habitam a fronteira entre os dois países, sobretudo os talibãs, a partir de 1994.

O 11 de setembro de 2001 e seus efeitos sobre a política externa paquistanesa

Em 13 de janeiro de 2002, o então ditador paquistanês Pervez Musharraf anunciou, em um discurso transmitido pela televisão para todo o mundo, que as *organizações terroristas extremistas* não seriam mais toleradas em seu país e que o Paquistão posicionava-se claramente como um aliado dos Estados Unidos na *luta contra o terrorismo internacional*.

Este discurso foi particularmente bem acolhido pelos Estados Unidos e percebido por muitos como o início da cooperação entre Paquistão e Estados Unidos. Pervez Musharraf, que chegou ao poder em 1999 através de um golpe de Estado contra o então presidente Nawaz Sharif, passou de *mero ditador* não reconhecido

pelos Estados Unidos a grande aliado em pouquíssimos anos. No quadro da política externa paquistanesa, a aliança com os Estados Unidos significou naquele momento, uma possibilidade de conter o avanço indiano que, após os atentados contra o Parlamento em Nova Delhi, em dezembro de 2001, atribuídos a grupos islâmicos, passou a se colocar como aliado indispensável na atual conjuntura de *guerra contra o terrorismo*, já que *vítima* dos mesmos problemas estadunidenses.

A Índia alegava ainda os problemas do terrorismo na Caxemira, sustentado pelo Paquistão como argumento que a colocava como aliado indiscutível contra o *terrorismo islâmico*. Os indianos propuseram, então, aos Estados Unidos uma aliança na luta que os dirigentes norte-americanos tinham recém-declarado contra o *terror*. A preferência dos Estados Unidos, no entanto, por privilegiar a aliança com o Paquistão, sobretudo após o discurso de Musharraf, em janeiro de 2002, foi percebida como uma recusa à proposta de cooperação indiana e, portanto, uma grande vitória para os paquistaneses.

Os frutos da aliança com os Estados Unidos cedo começaram a aparecer: o Paquistão, outrora acusado pelos próprios dirigentes norte-americanos de ser um viveiro de radicais islâmicos, tornou-se um grande *beneficiado* dos atentados de 11 de setembro. A decisão de Musharraf de se tornar um aliado dos Estados Unidos contra o regime Talibã do Afeganistão, até então amplamente sustentado e financiado pelos governos paquistaneses, foi rapidamente recompensado: dívidas foram anuladas, a dívida externa foi rebaixada a 33% do PIB, créditos abundaram no país, as restrições comerciais foram suspensas e uma preciosa ajuda militar fez-se presente.

Não obstante, algumas posições paquistanesas, sobretudo no que se referia às ações de grupos radicais na Caxemira, permaneciam permeadas de ambivalências. No discurso que proferiu em janeiro de 2002, Musharraf afirmava que o Paquistão sempre sustentou politicamente os *movimentos de libertação* da

Caxemira, mas, assumiam, então, compromisso de não fornecer nenhum tipo de ajuda a grupos *terroristas* e a garantir que nenhum “ato de terrorismo seria permitido em nome da Caxemira”. Apesar das promessas, um atentado na Caxemira indiana em maio de 2002 agravou as tensões entre os dois países, que resultou em um aumento das violências nas fronteiras.

Por fim, a posição aparentemente ambígua, adotada por Musharraf diante do *terrorismo internacional* em 2002, revelava, na verdade, sua coerência quando pensamos nela a partir de uma estratégia de expansão da influência internacional do Paquistão na região, sem no entanto, ceder aos seus interesses particulares. Nesse sentido, a retirada do apoio, relativamente antigo, aos talibãs e sua afirmação como um ator indispensável para os Estados Unidos na *luta contra o terror*, não significou qualquer modificação no que se referia à sustentação de grupos islâmicos radicais na Caxemira. A *luta contra o terror* empreendida pelo Paquistão ficaria restrita ao Afeganistão.



Figura 13.7: Os então presidentes do Paquistão e dos Estados Unidos: Pervez Musharraf e George W. Bush, em 2006.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:2006_Musharaff_at_the_White_House.jpeg

Assim, em sua busca por um papel de peso no cenário internacional, o Paquistão conseguiu conquistar algum sucesso, posicionando-se ao lado dos Estados Unidos. Não obstante, nos últimos anos, o aumento das acusações de que o país faria *jogo duplo* entre os Estados Unidos e alguns grupos radicais da região – o que de certa forma seria confirmado pelas declarações que se seguiram à captura de Osama Bin Laden próximo a Islamabad, em maio de 2011 – serviram aos poucos para arrefecer a aliança entre os dois países.

Ao mesmo tempo, há alguns anos, os paquistaneses já não se mostravam mais tão seguros sobre as intenções dos Estados Unidos com relação ao seu país. Nesse sentido, de *aliado incontestado*, passou-se a verificar com cada vez mais frequência um certo sentimento *antiamericano* entre a população paquistanesa. A expressão *talibanização* do Paquistão, comum desde o envolvimento deste em favor do Afeganistão na guerra contra a União Soviética (1979-89), vem se mostrando cada vez mais comum e contribuindo para o arrefecimento das relações entre Paquistão e Estados Unidos.



O Paquistão e a morte de Osama Bin Laden

No dia 2 de maio de 2011, o mundo acordou com a notícia de que Osama Bin Laden, líder do grupo fundamentalista Al Qaeda e responsável pelos atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, estava morto. Procurado por quase uma década nas montanhas do Afeganistão, Bin Laden foi encontrado em Abbotabad, cidade localizada a apenas 60 quilômetros da capital do Paquistão, Islamabad. As autoridades paquistanesas, aliadas dos Estados Unidos na guerra contra o terror, contradiziam-se a respeito do assunto. O presidente Asif Ali Zardari

garantiu que as forças do Paquistão não participaram na operação em que foi morto Bin Laden e que seu país seja, talvez, a maior vítima do *terrorismo internacional*. No entanto, fontes dos serviços de informação paquistaneses dizem que esta não teria sido possível sem a sua colaboração. Quando das prisões que se seguiram às mortes de Bin Laden e pelo menos mais quatro companheiros seus, uma de suas esposas presas declarou ter vivido pelo menos 5 anos ao lado de Bin Laden, em Abbotabad. Esta declaração levava ao inevitável questionamento: como o *terrorista*, considerado *inimigo número 1 da América*, pôde viver tanto tempo, “sem ser incomodado” em plena zona urbana paquistanesa?

O conselheiro da Casa Branca para o combate ao terrorismo, John Brennan, declarou poucas horas após ter sido anunciada a morte de Bin Laden que considera “inconcebível” que o líder da Al-Qaeda não tenha tido um sistema de apoio no interior do Paquistão. Por outro lado, o presidente paquistanês seguia afirmando que “o Paquistão tinha tantas razões para desprezar a Al-Qaeda como qualquer outra nação – a guerra contra o terrorismo é a guerra do Paquistão tal como é a da América”.

Enfim, a questão permanece em aberto, embora tenha servido para arrefecer a aliança entre Estados Unidos e Paquistão, e trazer para o centro das discussões o passado paquistanês de colaboração com o regime Talibã. Todavia, se é para lembrar o passado paquistanês, por que não discutir também o passado recente estadunidense, quando seus governos ajudaram a armar e treinar as jovens milícias talibãs contra a União Soviética? Acesse os sites:

http://www.publico.pt/Mundo/paquistaneses-contradizem-se-sobre-a-operacao-bin-laden_1492523

http://www.lemonde.fr/mort-de-ben-laden/article/2011/05/07/ben-laden-aurait-vecu-au-pakistan-pendant-7-ans_1518540_1515627.html

<http://pt.euronews.net/2011/05/02/bin-laden-morto-no-paquistao/>



Atende ao Objetivo 2

2.

A "talibanização do Paquistão" foi uma expressão que ouvi muitas vezes. Era uma nova forma de se referir a problemas que tinham se iniciado muitos anos antes, em 1979, na verdade quando as tropas soviéticas entraram no Afeganistão e os Estados Unidos reagiram, armando afegãos anticomunistas com a ajuda do ditador militar do Paquistão, o General Zia-ul-Haq (MISHRA, 2007, p. 303).

Com base no trecho e em seus conhecimentos sobre o assunto, escreva um pequeno comentário a respeito do papel do Paquistão no âmbito das relações internacionais, sobretudo no que tange às alianças com os Estados Unidos em diferentes contextos.

Resposta Comentada

Nesta questão, você deve ser capaz de discutir as estratégias adotadas pelo Paquistão no sentido de se firmar como ator importante no cenário político internacional. Discuta a expressão “talibanização do Paquistão”, tendo em vista as tentativas de *avanço* estratégico do Paquistão na região da Ásia Central – particularmente no Afeganistão – para tentar conter o avanço comunista na região, durante o período da Guerra Fria. Nesse contexto, explique as alianças entre Paquistão e Estados Unidos. É fundamental também compreender o apoio e treinamento dado pelo governo paquistanês aos guerrilheiros afegãos contra os soviéticos. A proximidade que este treinamento criou entre o exército paquistanês e os soldados talibãs é importante para compreender a fragilidade da aliança entre Paquistão e Estados Unidos, após 11 de setembro de 2001.

CONCLUSÃO

A história do Paquistão mistura-se de maneira praticamente indissociável da história da Índia. Não se trata, porém, de mero apêndice do *gigantesco vizinho*. Ao contrário, os muçulmanos do subcontinente indiano, mesmo antes da independência, sempre proclamaram suas diferenciações não apenas de credo, mas também políticas e culturais com relação à Índia majoritariamente hindu. A construção do Estado paquistanês fez-se baseada em uma suposta *identidade islâmica*, que não tardou a se mostrar insuficiente diante da complexa realidade étnica, cultural e linguística daquela região.

A opção pelo Estado islâmico, no entanto, associada a uma tradição política que valoriza a guerra, tem levado o país a situações sucessivas de instabilidade política, tanto no plano interno – em que os golpes de Estado sucedem-se – como externo – em que as

diversas guerras com a Índia pela posse da Caxemira, bem como o envolvimento com os guerrilheiros afegãos desde 1979 e continuado após a ascensão política dos talibãs em 1994 – são prova de um estado de beligerância contínuo.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

O título da nossa Aula é *O Paquistão entre tradições e modernidades*. Pensando em tudo o que estudamos a respeito da história deste país, discuta o processo de fundação do Estado paquistanês e alguns aspectos de sua história recente, tendo em vista este *duplo*, nem sempre antagônico, entre *tradição e modernidade*.

Resposta Comentada

Nesta questão, você pode analisar as relações entre o Ocidente e o Oriente, a partir do processo histórico paquistanês, analisando como um Estado islâmico relaciona-se com a modernidade ocidental e a partir das referências externas e da manutenção de suas características particulares, constrói sua própria *modernidade*, diferenciando-se do modelo ocidental sem, no entanto, conseguir ignorá-lo.

RESUMO

Nesta aula, você aprendeu um pouco mais sobre o contexto político e as demandas sociais que estiveram na origem da ideia de divisão da Índia e da fundação de uma *pátria muçulmana* separada. Ao mesmo tempo, estudamos os processos de fundação do Estado do Paquistão, bem como as especificidades da *construção da identidade paquistanesa*, concebida principalmente a partir do islamismo. Vimos também as intermináveis disputas com a Índia pela posse da Caxemira, a ascensão do Paquistão como potência nuclear e a controversa aliança do país com os Estados Unidos, tanto no contexto de Guerra Fria como na atual conjuntura da *guerra contra o terrorismo internacional*.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, nós estudaremos os processos de construção da modernidade nos países da Ásia Central (Cazaquistão, Quirguistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e Uzbequistão) – as independências políticas com relação à União Soviética, no início dos anos 1990, e a construção das nações no mundo, pós-Guerra Fria. Estudaremos também outro país que, embora não seja incluído geograficamente no grupo das nações que compõem o conjunto denominado Ásia Central, mantém com essa região estreitas ligações históricas e que vem ganhando cada vez maior destaque no cenário político internacional contemporâneo: o Afeganistão.

Aula 14

*Do grande
jogo à guerra
contra o terror:
o Afeganistão e
a Ásia Central
no mundo
contemporâneo*

Janaina Martins Cordeiro

Metas da aula

Apresentar a Ásia Central como objeto de estudos: as controvérsias que envolvem suas limitações, a grande extensão territorial e diversidade étnica e cultural que a compõem; o panorama histórico da região que envolve as cinco ex-repúblicas islâmicas da União Soviética (Cazaquistão, Quirguistão, Uzbequistão, Tadjiquistão e Turcomenistão) e o Afeganistão, ao longo dos séculos XIX e XX.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar a complexidade dos processos históricos, relativos à região estudada: sua rica cultura e diversidade étnica e a importância no quadro do estudo do imperialismo russo no século XIX e soviético, no século XX;
2. analisar as especificidades do processo de construção da *modernidade* em regiões de fortes tradições religiosas em contato, por exemplo, com outras *modernidades*, como foi o caso da Ásia Central e do Afeganistão com relação à União Soviética.

Pré-requisito

Disciplina História e Sociologia, principalmente as discussões sobre modernidade, modernização e secularização; Aula 1 de História do Oriente, particularmente o conceito de orientalismo; Aula 11 de História do Oriente.

INTRODUÇÃO

Observe atentamente o mapa do continente asiático abaixo:



Figura 14.1: O mapa inclui alguns países que são considerados *transcontinentais*, como Rússia e Turquia, cujos territórios abrangem tanto o continente europeu como asiático.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Asia-pt.svg>

A partir da análise do mapa, como você definiria a Ásia Central? Seria possível defini-la exclusivamente a partir de critérios, como localização geográfica? Que outros critérios você considera importantes para a definição de uma região geográfica?

Pois bem, o tema da nossa aula – a Ásia Central – possui essa controvérsia fundamental no que tange à sua própria definição geográfica, cultural, étnica e linguística. Quais países a compõem? Quais são as fronteiras físicas, culturais e étnicas que poderiam delimitar a chamada Ásia Central? As controvérsias têm razão de ser. Afinal, trata-se de um tema ainda pouco estudado – seja por geógrafos, historiadores, antropólogos, ou cientistas sociais. Certamente, este quadro vem se alterando em virtude da gradual

importância que a região vem adquirindo no cenário internacional após o colapso da União Soviética, em 1991, e a ascensão do regime Talibã no Afeganistão, em 1994. Este último, aliás, como veremos, somente é considerado como um país pertencente à Ásia Central em suas definições mais abrangentes.

Para além do relativo desinteresse tradicional pela região, é importante destacarmos sua imensa diversidade cultural, étnica e religiosa – além da fluidez das fronteiras e da tradição nômade de parte de sua população – como elementos que dificultaram uma definição histórica precisa da Ásia Central como sub-região bem delimitada. De acordo com Peter B. Golden, no passado, os laços clânicos, tribais, locais e religiosos foram os primeiros componentes identitários da região. Para locais de expressiva tradição nômade, delimitações políticas sempre foram um aspecto menor. O controle sobre determinada população, este sim, trazia o controle territorial. Neste sentido, é importante não desconsiderar a tradição nômade que remonta pelo menos ao século VI da era Cristã, se quisermos compreender melhor a região.

Mas, afinal, de que países estamos falando, quando nos referimos à Ásia Central? A primeira vez que o termo foi utilizado para designar uma região determinada e precisa do globo foi em 1843, pelo geógrafo Alexander Von Humboldt. Não à toa, a definição surgiu na Europa apenas um ano após o fim do que ficaria conhecido como a I Guerra Anglo-Afegã (1839-1842). Este conflito, como você estudará adiante, surgiu em virtude das rivalidades entre russos e ingleses, as duas grandes potências imperialistas da época, na região. Era o início do *Grande jogo* entre russos e britânicos pelo domínio da região a noroeste do subcontinente indiano. Neste momento, a Rússia czarista havia completado o domínio das estepes do atual Cazaquistão e dava início à sua *marcha para o sul*, avançando em direção ao *Turquestão Ocidental*, mais tarde chamado também de *Turquestão russo*, região que compreende territórios dos atuais Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tajiquistão e Turcomenistão.

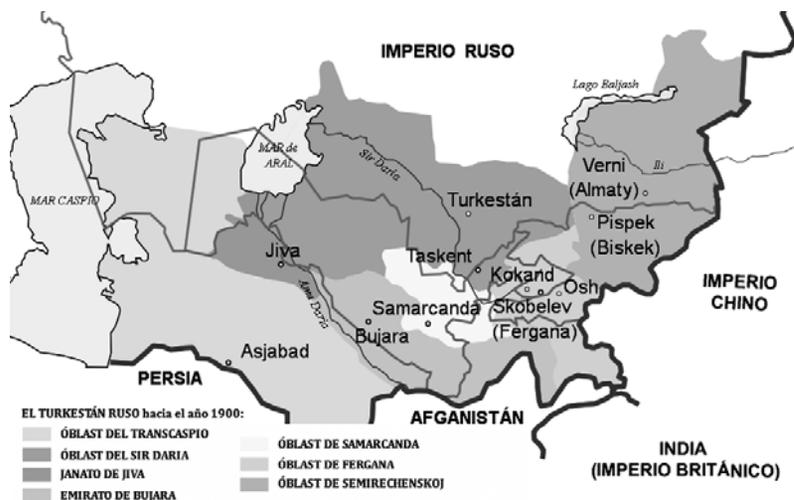


Figura 14.2: As fronteiras do Turquestão russo em 1900.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Turquestão_Ocidental

Preocupados com o avanço russo em direção ao Afeganistão e, conseqüentemente com sua aproximação em relação às Índias Britânicas, os ingleses decidiram atravessar a fronteira afegã e invadir o país. Saíram derrotados. O Afeganistão, até o fim do século XIX, transformar-se-ia aos poucos em uma espécie de *Estado-tampão* entre os Impérios Russo e Britânico e a Ásia Central tornava-se, definitivamente, peça fundamental do referido *grande jogo*, disputado entre as duas grandes potências, atraindo assim a atenção dos observadores europeus.

Assim, em virtude da dominação russa nos séculos XVIII e XIX, e posteriormente soviética, no século XX, a Ásia Central é frequentemente identificada ao que era antes o *Turquestão russo* ou às cinco repúblicas islâmicas da União Soviética, hoje independentes: Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Tajiquistão e Turcomenistão. Definições mais estritas sequer incluem o Cazaquistão no que se convencionou chamar *Ásia Central*. Isso porque, durante o período soviético, os russos distinguiam o que eles chamavam de *Middle Asia* – literalmente, “Ásia do Meio” – como sendo somente as outras quatro repúblicas – Uzbequistão, Quirguistão, Tajiquistão e Turcomenistão – do Cazaquistão. Não obstante, com o fim do bloco

soviético em 1991 e a independência dos cinco países, a definição anteriormente utilizada de *Middle Asia* tendeu a ser superada em benefício de um conceito que abrangesse também o Cazaquistão, em virtude das semelhanças culturais, étnicas, históricas, além da proximidade geográfica entre eles. Esta é, atualmente, a definição mais usual da expressão *Ásia Central*.

Não é a única, no entanto. Muitos estudiosos alegam que as cinco ex-repúblicas soviéticas islâmicas não formam mais que a *Ásia Central Ocidental*. As políticas soviéticas determinaram não apenas os nomes, como também as fronteiras dos Estados que formam essa região, tentando, pela primeira vez na história, ligar territórios delineados política – e em alguns casos artificialmente – a grupos étnicos e linguísticos específicos. Não obstante, se tomarmos como referência a religião e a cultura islâmicas, poderíamos incluir também a província autônoma de Xinjiang, na China, cujo grupo étnico predominante é o Uigur, mas que abriga também outras minorias turco-islâmicas, guardando, portanto, semelhanças do ponto de vista étnico-cultural com a *Ásia Central Ocidental*.



Figura 14.3: Localização da Região Autônoma do Xinjiang, na China.
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:China_Xinjiang.svg

Alguns estudiosos falam mesmo de uma cultura *turco-persa*, que caracterizaria os povos que vivem entre o rio **Amu Dária** e Xingiang. Assim, a região de Xinjiang, que faz fronteira ao norte com o Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Afeganistão, é muitas vezes chamada de *Ásia Central Oriental*.

Ao sul, poderia ser incluído na Ásia Central, o Afeganistão, ligado aos seus vizinhos do Norte pelo idioma e etnias comuns, uma espécie de *microcosmos* desta grande mistura.

Mas há ainda outras definições. A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), por exemplo, define a Ásia Central a partir de critérios eminentemente físicos, como o clima, por exemplo. Utiliza, portanto, fronteiras muito mais alargadas. De acordo com a definição da Unesco, a Ásia Central inclui, além das cinco ex-repúblicas soviéticas e o Xinjiang, a Mongólia, o Tibete, o nordeste do Irã, as províncias da Fronteira Noroeste e do Punjab paquistanês, bem como algumas regiões da Caxemira, controladas tanto pela Índia como pelo Paquistão.

Amu Dária é o rio mais extenso da Ásia Central. Percorrendo uma área de aproximadamente 2400 quilômetros, o rio corta as cinco repúblicas islâmicas da ex-União Soviética, servindo de fronteira entre o Tajiquistão e o Afeganistão. Na Antiguidade, este rio era considerado o limite entre os Impérios Persa e Turco.



Figura 14.4: A região mais escura do mapa indica a definição soviética mais estrita da Ásia Central, que inclui apenas o Uzbequistão, Quirguistão, Tajiquistão e Turcomenistão. Contornado pela linha escura, além dos 4 primeiros países, temos também o Cazaquistão, conformando, assim, a definição mais usual da Ásia Central. Por fim, na área maior, o subcontinente está representado de acordo com a designação da Unesco.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Central_Asia_borders4.png

Enfim, como você pôde ver, a Ásia Central, como uma sub-região da Ásia é um campo de estudos ainda em processo de constituição e, principalmente entre os pesquisadores *ocidentais*, um objeto relativamente novo. Para nós, brasileiros, praticamente desconhecido. A grande diversidade de povos, culturas, etnias, religiões e idiomas que caracterizam os povos da região contribuem no sentido de agregar sempre maior complexidade a quaisquer tentativas de delimitação, de resto, sempre redutoras da rica realidade.

Nesta aula, no entanto, precisaremos escolher entre uma destas muitas definições da Ásia Central. Escolheremos aquela que os estudiosos consideram a mais usual atualmente, ou seja, a que reúne as cinco repúblicas islâmicas da ex-União Soviética: Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão, Turcomenistão e Tajiquistão. Povos que, em sua maior parte, além de possuírem em comum a cultura e religião muçulmanas, têm em comum uma história recente de dominação russa e soviética, nos séculos XVIII, XIX e XX. Compartilham também um passado distante comum, encravados entre os Impérios Persa e Turco, cujas heranças conformam ainda hoje, aspectos importantes da *identidade local*.

Em função da crescente importância no cenário político atual, acredito que seja também fundamental incluir no nosso estudo o vizinho mais ao sul das cinco repúblicas em questão, qual seja, o Afeganistão. Para além da centralidade que o país passou a ter após o 11 de setembro de 2001, sua história recente – e também a mais antiga – cruza-se em diversos momentos e sob diversas formas com as do antigo *Turquestão Ocidental* e Cazaquistão. Foi o Afeganistão, por exemplo, o *palco* do *Grande jogo* entre os Impérios Russo e Britânico, no século XIX, disputando a supremacia na Ásia Central e norte do subcontinente indiano.

Em suma, estudaremos nesta aula os processos de construção da modernidade nos países da Ásia Central e Afeganistão, desde os séculos XVIII e XIX, quando começou a expansão czarista e as disputas entre Rússia e Grã-Bretanha, na região. Também é

fundamental compreender a situação da região durante o período da Guerra Fria e depois do desmantelamento da União Soviética: a invasão do Afeganistão pelas tropas soviéticas em 1979 e a desastrosa derrota dos comunistas; as independências políticas das cinco repúblicas com relação à União Soviética, no início dos anos 1990, e a construção das nações no mundo, pós-Guerra Fria; a ascensão do regime Talibã no Afeganistão, os atentados de 11 de setembro e a posterior invasão norte-americana. Enfim, como você verá no decorrer da aula, nosso *desconhecimento* sobre a região é incompatível com sua crescente importância no mundo contemporâneo.

O grande jogo: a Ásia Central entre as grandes potências coloniais

Graças à sua posição geográfica, a Ásia Central foi, desde muitos séculos, atravessada por grandes rotas de comunicação entre a Europa e a Ásia, notadamente pela Rota da Seda, certamente a mais famosa delas, que ligava comerciantes da Europa à China, em busca da valiosa mercadoria, cujo segredo de fabricação somente os chineses detinham. Essa situação privilegiada permitiu que muitas cidades da Ásia Central adquirissem grande riqueza, tanto cultural quanto econômica. Desde a Antiguidade, a região caracterizou-se pela presença de diversos Impérios que a dominaram, desde a Dinastia Tang ao Império Tibetano, passando por Mongóis, Persas e Turcos. No século VIII, o Islã começou sua expansão pela região e logo se tornou a principal fé da maioria da população, embora o budismo permanecesse forte no leste.

Como você pode ver, há séculos a Ásia Central caracteriza-se pelo emaranhado de impérios e povos que a compõem.

Estrategicamente fundamental na Antiguidade, como meio de ligação entre a Europa e a Ásia, seu papel alterou-se, ao longo do tempo. A partir do século XV, por exemplo, com o desenvolvimento das tecnologias marítimas, a Rota terrestre da Seda tendeu a declinar,

em benefício da utilização de rotas marítimas para o Oriente. Todavia, mesmo nos tempos modernos e contemporâneos, a Ásia Central continuou possuindo grande importância internacional, sobretudo se pensarmos no contexto de expansão imperialista dos séculos XVIII e XIX.

Este período marcou, para os europeus, o avanço imperialista em direção aos continentes asiático e africano. Neste contexto, uma das principais nações que se constituíram como *grande potência imperialista* foi a Rússia czarista. A expansão imperialista russa teve início por volta dos primeiros anos do século XVIII, sob o reinado de Pedro, o Grande. Em fins do século XIX, o Império Russo possuía uma extensão que abrangia quase 1/6 da superfície da terra e somente o Império Britânico era capaz de rivalizar com este *gigante*. Além dos territórios da atual Federação Russa, a Rússia dominava os países bálticos, a maior parte da Ucrânia, a Bielorrússia, a Bessarábia (atual Moldávia), o Cáucaso, o Grão-Ducado da Finlândia e uma parte importante da Ásia Central. Sem contar, é claro a colonização russa das Américas, no Alasca, vendido aos Estados Unidos, em 1867.

Na Ásia Central, o domínio russo estabeleceu-se em dois estágios: primeiro, a conquista das estepes do Cazaquistão, entre 1715 e 1854; em seguida, o domínio sobre o restante da região, de 1865 a 1881. No início do século XVIII, as estepes da Ásia Central eram predominantemente controladas pelas tribos cazaques e eram utilizadas como áreas de pastagem por estes povos, ainda majoritariamente nômades criadores de gado. Os cazaques estavam divididos em três hordas – ou confederações – principais que dominavam diferentes regiões das estepes e as quais estavam quase sempre em guerra entre si: a Grande Horda, a Horda do Meio e a Pequena Horda.

Em 1715, o czar Pedro, o Grande, invadiu as estepes cazaques e fundou a primeira fortificação na região, em Omsk. Rapidamente, uma série de cidades fortificadas foi estabelecida: Koriakovsk (depois, Pavlodar, 1720), Orenburg (1743) e muitas outras. Hoje, as cidades de Omsk e Orenburg localizam-se do lado

russo da fronteira, enquanto Pavlodar é uma cidade cazaque. A presença russa acentuou ainda mais as diferenças entre as diversas tribos locais e enfraqueceram as três hordas principais, tornando-as mais vulneráveis aos recorrentes ataques uzbeques. Para se protegerem, as diversas hordas aceitaram firmar acordos de proteção com os russos, o que aumentava a dependência, embora não necessariamente significasse uma convivência pacífica com o novo invasor. Os russos, por sua vez, aceitaram esta *submissão voluntária* das várias tribos locais, ao mesmo tempo em que estabeleciam novas fortalezas militares e começavam a distribuir terras entre camponeses e **Cossacos**, como forma de garantir o povoamento russo da região.

Cossacos – É o nome dado a um grupo de populações da Europa Oriental e de partes do continente adjacentes à Ásia. Durante muitos séculos, os cossacos constituíram tribos nômades de camponeses que queriam fugir dos impostos, do serviço militar ou de contratos de servidão. A partir do século XV, fixaram-se no sudoeste da Rússia, entre o Mar Negro e o Mar Cáspio, e também no Ural, no Turquestão e na Sibéria.

Suas comunidades eram organizadas em uma espécie de democracia militarista, que lutava para defender suas fronteiras ou ajudar outras regiões a se proteger de invasores. Com o passar do tempo, o governo russo reduziu sua autonomia e eles se transformaram em regimentos de soldados. No século XIX, os cossacos desempenharam papel importante na expansão russa, servindo a diversos czares.

Gradualmente, os russos foram aumentando o controle sobre os cazaques e, no século XIX, sob os reinados dos czares Alexander I (1801-1825) e Nicolau I (1825-1855), depuseram os governos locais, começando pelo do soberano da Horda do Meio, em 1822, e terminando com a destituição do **Khan** da Grande Horda, em 1848. Estava completo o domínio das estepes cazaques.

Com as estepes cazaques sob firme controle, os russos voltaram seus interesses para as regiões mais ao sul do Cazaquistão. Os especialistas elencam uma série de eventos diferentes e complementares para explicar o avanço russo na Ásia Central. Alguns mencionam o problema da escassez de algodão que a Guerra Civil nos Estados Unidos, entre 1861 e 1865, gerou para o

Khan – É o título atribuído aos soberanos mongóis que reinaram na China, na Mongólia e em algumas nações das estepes da Ásia Central.

Império Czarista. A falta deste material teria acelerado a necessidade do domínio da região, sobretudo do fértil Vale de Fergana, que compreende parte dos atuais territórios do Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão. Do ponto de vista dos povos da região, é preciso considerar os diversos conflitos internos, opondo as numerosas tribos locais, como fatores do enfraquecimento da região. Nesse sentido, muitos líderes tribais buscaram apoio nas diversas potências estrangeiras interessadas na região. Da mesma forma que os cazaques fizeram no século XVIII, os líderes locais foram buscar ajuda e proteção nos Impérios Chinês, Britânico e Russo, principalmente nos dois últimos. Assim, russos e britânicos davam início ao seu lento movimento em direção à Ásia Central.

Os russos tinham interesse em conquistar os mercados da Ásia Central, garantindo as rotas de comércio por terra para a Pérsia e a Índia e, ao mesmo tempo, tentar parar o avanço britânico em direção à região. É principalmente a partir das preocupações com o avanço da Grã-Bretanha que deve ser compreendida a colonização czarista da Ásia Central. Sobretudo porque no século anterior, os britânicos conseguiram avançar de Bengala até o Afeganistão e ameaçavam, portanto, atingir os domínios russos. Os czares esperavam evitar que o Afeganistão se transformasse em uma colônia ou protetorado britânico e, dessa forma, facilitar o acesso inglês à Ásia Central.

As disputas por influência entre russos e britânicos na Ásia Central ficaram conhecidas como o *grande jogo*, já que envolvia as duas maiores potências imperialistas da época. Os estrategistas britânicos previam que os russos avançariam pelo Afeganistão e a Pérsia, ameaçando, assim, os interesses econômicos e comerciais ingleses, no Oriente Médio e nas Índias. Os russos, por sua vez, viam os enormes benefícios comerciais, militares e estratégicos que o domínio da Ásia Central podia lhes trazer.



Figura 14.5: Caricatura inglesa do século XIX, representando o dirigente afegão entre o urso russo e o leão britânico. Abaixo, a legenda: "Salve-me dos meus amigos".

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Great_Game_cartoon_from_1878.jpg

As rivalidades entre São Petersburgo e Londres levaram à Guerra Anglo-Afegã, de 1839 a 1842, a qual resultou na derrota inglesa. Desde meados da década de 1820, as instabilidades políticas no Afeganistão preocupavam os interesses britânicos na região. Em 1837, os britânicos constataram que os russos forneciam ajuda militar às forças persas que cercavam a região de Herat, próximo às fronteiras do Afeganistão com a Pérsia e o Turquestão russo. Além disso, os britânicos desconfiavam da *inabilidade* e do real compromisso afegão no sentido de conter a influência militar e comercial russa.

Foi nesse contexto que teve início a Primeira Guerra Anglo-Afegã, cujo objetivo era substituir o soberano daquele país por outro, de confiança dos ingleses. Dessa forma, o poder do soberano ficava, evidentemente, condicionado ao apoio militar britânico. Não obstante, apesar dos triunfos iniciais dos ingleses e seus aliados, a resistência afegã organizava-se e impôs importantes derrotas aos britânicos, que foram expulsos de Cabul, ainda no início de 1842.

Canato ou *khanato* é uma região político-administrativa governada por um *Khan*. O Canato de Kokand foi um estado independente na Ásia Central que existiu entre 1709-1876, quando foi conquistado pelos russos, em uma área hoje dividida entre os territórios do Uzbequistão, Tadjiquistão e Quirguistão.

Na segunda metade do século XIX, a Rússia prosseguiu em suas conquistas e colonização da Ásia Central. Em 1865, atacou a cidade murada de Tashkent, uma das mais importantes da região. Em 1867, após concretizar a conquista de toda a região do **Canato** de Kokand, Tashkent foi transformada em capital do Turquestão, administrada por um governador-geral, indicado pelo czar. Rapidamente, as mudanças originadas da colonização britânica fizeram-se sentir: fortificações militares foram construídas para além dos muros de Tashkent, novas avenidas foram abertas. Os colonos e mercadores russos chegavam em massa. Em 1871, foi construída também em Tashkent a primeira Igreja Ortodoxa Russa do Turquestão. Por volta de 1881, os russos completaram o controle da região.

Neste momento, com as fronteiras do Império Russo na Ásia Central, beirando o norte do Afeganistão, as rivalidades com os britânicos voltaram a se intensificar. Assim, em 1878, tropas inglesas invadiram novamente o Afeganistão, na Segunda Guerra Anglo-Afegã. Dois anos depois de intensos conflitos, os afegãos impuseram uma derrota somente parcial aos britânicos, pois se os primeiros conseguiram manter sua soberania nacional, tiveram de deixar os assuntos da política externa nas mãos da Coroa Britânica. Todavia, este segundo conflito serviu para estabelecer os limites entre os dois impérios. Assim, o *grande jogo* que havia começado com uma distância de 1500 quilômetros entre os dois *jogadores* terminou com apenas 25 quilômetros, separando os Impérios Britânico e Russo. Daqui por diante, o Afeganistão tornou-se oficialmente um Estado-tampão, separando os territórios das duas potências, embora os britânicos tivessem conseguido estabelecer sua supremacia em muitas regiões do país.

Identidade muçulmana e domínio czarista

No fim do século XIX, o avanço imperialista das potências ocidentais na Ásia e na África deu origem a numerosos discursos de legitimação, utilizando argumentações políticas, econômicas, mas também culturais e científicas. Governantes, colonos, missionários e exploradores desenvolveram vasta literatura de exaltação da *missão civilizadora* dos brancos em todo o *mundo não civilizado*. A Rússia Imperial não ficou fora desta grande corrente europeia e desenvolveu também discursos de legitimação, justificando seu avanço na Ásia Central.

Desde os anos 1860, paralelamente à conquista do Turquestão, emergiu na Rússia uma corrente intelectual que buscava justificar o avanço na Ásia, como a realização da missão civilizadora russa e a libertação dos *irmãos arianos do sul* da dominação turco-mongol. O pan-eslavista Mikhail Pogodin (1800-1875) justificava da seguinte forma a dominação russa na Ásia: “Nós temos ainda a metade da Ásia diante de nós, a China, o Japão, o Tibet, Bukhara, Khiva, Kokand e a Pérsia. Nós temos e devemos estender por todos esses territórios nosso domínio e transportar até lá o elemento europeu, a fim de que Jafé seja glorificado diante de seus irmãos”.

A legitimação da colonização fazia-se, portanto, a partir de referências bíblicas: Jafé, filho mais novo de Noé e pai de todos os europeus, segundo o Antigo Testamento, deveria ser glorificado – através do domínio russo – em toda a Ásia.

Não obstante, este modelo de colonização, comum entre todas as potências imperialistas da época, encontrava grande resistência em comunidades de fortes tradições religiosas. Os povos da Ásia Central eram bastante diversificados entre si, do ponto de vista étnico e também dos costumes. Tinham em comum, no entanto, o forte sentimento religioso e eram majoritariamente muçulmanos, identidade, aliás, que os povos da região faziam questão de sublinhar. Eram povos que, talvez em razão mesmo das enormes

diferenças culturais, regionais e étnicas que os caracterizavam, reconheciam-se primordialmente através do islamismo. Conceitos de identidade étnica não possuíam qualquer significado para eles. Tampouco os de pertencimento territorial, uma vez que em algumas regiões ainda era forte a tradição nômade. Reconheciam-se, antes de tudo, como muçulmanos. Somente depois se reconheciam como habitantes de uma dada cidade ou região.

Quando os russos concluíram a conquista do Turquestão, encontraram regiões de rica tradição islâmica, monumentos históricos herdados do período áureo do domínio muçulmano e cidades que funcionavam como eminentes centros de estudos islâmicos. O debate entre os conquistadores a respeito de *russificar* ou não as novas regiões então sob domínio era intenso e antigo na Rússia Imperial. A princípio, a administração russa preferiu evitar qualquer interferência no modo de vida das populações, cujo cotidiano estava organizado a partir da lei islâmica, a *sharia*. Esta decisão, inclusive, permitiu, de certa forma, consolidar o Império Russo na região. E, se por um lado o número de igrejas ortodoxas na Ásia Central se multiplicasse, por outro lado, os muçulmanos encontravam relativa tranquilidade para continuar praticando sua religião e manter seus costumes e tradições.

Não obstante, com o passar dos anos, o domínio czarista fez-se mais presente e, aos poucos, os russos introduziram uma série de leis, completamente estranhas ao universo cultural, político e social da região e ao cotidiano daquelas populações, muito embora, a decisão predominante tivesse sido no sentido da não *russificação*.

O contato e as transformações culturais decorrentes da experiência imperialista, no entanto, resultam sempre em importantes transformações e assimilação cultural por parte de ambas as partes. Rapidamente, o contato dessa região relativamente pobre, de antigas tradições clônicas e forte religiosidade com o *ocidente moderno*, resultou na formulação de propostas modernizantes, as mais diversificadas e de particularidades interessantes. O domínio russo em si – este *terceiro continente* entre a Europa e a Ásia – já

produzia interessantes especificidades, nesse sentido. Some-se a isto a riqueza cultural e o histórico entrecruzamento de Impérios que aquela região viveu, ao longo dos séculos. Todavia, as principais propostas de construção da modernidade, no quadro do domínio russo, elaboradas pelos líderes locais, baseavam-se sobretudo em reflexões que visavam compreender o impacto da colonização ocidentalizante para as tradições islâmicas da região.

Nesse sentido, destacaram-se duas escolas de estudos islâmicos, a dos Qadims (“Precursores”) e a dos Jadids (“Inovadores”). A primeira, baseava-se fortemente na hierarquia islâmica e defendia a estrita aplicação da *sharia*. Enquanto a segunda propunha inovações, tendo em vista um mundo em processo de rápidas transformações, as quais eram percebidas a partir de uma perspectiva predominantemente ocidentalizante. Não significava, no entanto, que os Qadims não fossem sensíveis à mudança. Ao contrário, estas eram inevitáveis do ponto de vista de qualquer experiência imperialista, para ambos os lados, colonizados e colonizadores. Buscavam-na, todavia, a partir da reafirmação das estruturas do islamismo. Suas bases sociais eram amplas e diversificadas. No entanto, o tipo de oposição que propunham ao governo russo surtia pouco efeito e os constantes apelos à *jihad* contra o imperialismo czarista não resultou em amplas revoltas, mas apenas em conflitos localizados.

Já os Jadids, embora preservassem a educação islâmica, possuíam também formação em línguas e culturas ocidentais, o que lhes proporcionava maior familiaridade com as práticas políticas e a burocracia, instituída pelos russos. Eram, em geral, intelectuais deste grupo que conseguiam ascender à administração local e a postos na burocracia, instituída pelo Império Russo. Contudo, faltava-lhes o acesso aos fiéis, em geral simpatizantes das tendências Qadims. Os Jadids empreenderam reformas importantes, sobretudo no que tange à educação, introduzindo, juntamente com a instrução religiosa, o ensino de russo e das *ciências modernas* em suas escolas. Ao mesmo tempo, adotaram trajés ocidentais e

aos poucos introduziram a escrita latina, sem contudo, abandonar completamente a árabe. Em suma, os processos de construção da modernidade para os grupos Jadids passavam pela incorporação de determinados valores ocidentais. Os Jadids diziam ser a dominação russa um *mal necessário*. Essa forma de ver e viver a experiência imperialista, embora seja bastante representativa das ambivalências que a marcaram, rendeu aos Jadids considerável rejeição por parte de uma população de tradições tão específicas.

Entre 1900 e 1903, a Rússia passou por um grave período de recessão econômica, agravada mais tarde pela derrota na guerra contra o Japão de 1904 a 1905. As dificuldades econômicas rapidamente se espalharam por todo o Império e a insatisfação com o governo russo atingiu amplos segmentos da população do Turquestão. Sobretudo entre os trabalhadores urbanos, mas principalmente do campo, era grande a insatisfação com a rápida deterioração das condições de trabalho e de vida. Foi neste contexto que os Jadids, liderados por Abdul Rashid Ibrahimov, convocaram uma conferência pan-islâmica. Cerca de 120 delegados Jadids reuniram-se e estabeleceram uma Aliança Muçulmana, reivindicando participação política, liberdade de expressão para os muçulmanos e o fim do confisco de suas propriedades e a transferência para russos ou outros colonos eslavos. Durante a segunda reunião, realizada em 1906, os líderes Jadids decidiram transformar a Aliança Muçulmana em partido político, o Partido Muçulmano, com manifesto eleitoral próprio.

Em 1910, o **Emirado de Bucara** testemunhou grandes violências entre sunitas e xiitas, do que resultou o enfraquecimento do tradicional domínio Qadm e a simultânea ampliação das bases políticas Jadids. Tal processo foi relativamente rápido e, em 1914, os Jadids contavam já com o apoio da maior parte dos intelectuais muçulmanos da região.

Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, o Império Russo encontrava-se à beira de grandes convulsões políticas e sociais. Quando a guerra efetivamente começou, um novo período de

○ **Emirado de Bucara**, até 1785 denominado Canato de Bucara, foi um estado centro-asiático de língua majoritariamente persa, cuja capital era a cidade de Bucara, mas que abrigava também **Samarcanda**, importante cidade da Rota da Seda e proeminente centro de estudos islâmicos. Ambas as cidades localizam-se hoje em território uzbeque.

depressão econômica, altas inflações e pesados encargos de guerra atingiram novamente o Império, desta vez em proporções jamais vistas. Respondendo às exigências impostas pelo conflito, o Czar Nicolau II ordenou o alistamento dos muçulmanos do Turquestão, até então dispensados do serviço militar e aumentaram os impostos sobre a produção rural. Tais medidas mostravam-se muito impopulares. Além disso, aos povos da Ásia Central não agradava uma guerra contra os alemães e, principalmente, contra seus aliados turcos. A Ásia Central possuía uma longa história de proximidade e identidade cultural que a ligava aos turco-otomanos, os quais possuíam também enorme influência como guardiães dos lugares sagrados islâmicos. Definitivamente, aqueles povos não se mostravam dispostos a lutar pelo então decadente Império Russo e contra seus *irmãos islâmicos* da Turquia.

Foi nesse contexto que os líderes Jadids conseguiram apoio dos seus adversários Qadms e dos chefes tribais cazaques e quirguizes para a elaboração de uma plataforma política antirrusa. Juntos, eles convocaram um congresso clandestino em 1916, em **Samarcanda**. Do congresso, veio a decisão de organizar uma insurreição armada contra a administração czarista no Turquestão e os líderes religiosos convocaram a sociedade para uma *jihad* contra o czar. Os nômades cazaques e quirguizes levantaram-se em julho de 1916. Os demais povos os seguiram.

As revoltas de 1916 na Ásia Central foram dos mais violentos levantes anticoloniais que a região viveu e estendeu-se por todo o território. Os rebeldes destruíram centros administrativos, quartéis da polícia e assassinaram representantes locais da administração russa. Como de hábito, a repressão czarista foi brutal e envolveu exército, polícia e tropas cossacas. Milhares de pessoas foram mortas, presas ou forçadas a abandonar suas terras. Apesar disso, no entanto, muitas organizações revolucionárias continuaram suas atividades políticas até 1917.



Atende ao Objetivo 1

1.

“Desde o século XVI, pelo menos, instaurou-se a divergência entre dois programas nos centros de decisão do Estado czarista. De um lado, a tentação assimilacionista da política de russificação, tudo homogeneizar segundo padrão único, ditado pelo centro, ou melhor, por um lugar que se arvorasse como centro. (...) De outro, a política de coexistência de culturas e tradições diferentes, fundada na exigência da submissão política e militar, mas respeitando identidades adquiridas (...)” (DANIEL AARÃO REIS, 2002, p. 25).

O trecho acima analisa o debate que se instaurou no centro da administração czarista no que tangia às tentativas de russificar ou não as áreas conquistadas e anexadas ao Império. Com base no que você já estudou até agora e pensando especificamente no caso da Ásia Central, responda:

- a) Qual alternativa prevaleceu no caso da administração russa para a Ásia Central?
- b) Como as comunidades islâmicas locais reagiram ao domínio russo?

Resposta Comentada

a) Aqui você deve ser capaz de identificar o que o texto quer dizer por *política de russificação* e tentar aplicar o conceito para o caso que vimos estudando, a Ásia Central no século XIX. Observe que, de um modo geral, prevaleceu a tendência à *não russificação*. Mas tal política

não foi homogênea. Na maior parte das vezes, os czares respeitaram as crenças e religião locais, fundamental para a identidade daqueles povos. No entanto, aos poucos, a cultura russa foi se tornando importante elemento para participar do jogo político. A compreensão do idioma e da escrita russa fez-se presente e, nos centros administrativos mais importantes, a cultura russa fazia-se presente de diversas formas.

b) Nessa questão, você deve refletir a respeito das ambivalências que a dominação czarista despertou na região. Concentre-se particularmente nas diferenças entre os grupos Qadims e os Jadids. As formas a partir das quais um deles optou pela manutenção das formas tradicionais de educação e de práticas sociais e religiosas, enquanto os outros optaram por um movimento de modernização, adotando o ensino do russo etc. é bastante representativa das diferentes maneiras através das quais o domínio czarista foi recebido na Ásia Central.

A Ásia Central sob domínio soviético

As sucessivas derrotas, sofridas pela Rússia czarista, durante a Grande Guerra, fizeram aumentar as insatisfações locais contra o Imperador. Neste contexto, a Revolução Russa de fevereiro de 1917 resultou na abdicação do czar Nicolau II e na proclamação da República. O novo governo não trouxe, no entanto, estabilidade ou melhorias para o cotidiano das comunidades e dos diversos povos que viviam sob o Império Russo. Mais que isso, manteve o país em uma guerra que se tornava cada vez mais indesejável para a sociedade. Além disso, as reformas colocadas em marcha neste momento foram bastante limitadas. Foi nesse contexto que as propostas dos bolcheviques ganharam destaque. Os *vermelhos* falavam em retirar a Rússia da guerra e em realizar profundas transformações políticas e econômicas, incluindo reformas na administração colonial. Em outubro, eles tomaram o poder em São Petersburgo, abolindo o Governo Provisório e autodeclarando-se como o único poder legítimo no país.

Os bolcheviques enfrentaram oposição de muitos grupos políticos dentre aqueles que dominavam a administração colonial e que se dividiam entre partidários do Governo Provisório e monarquistas. Estes últimos apoiavam o retorno de Nicolau II ao poder e a restauração da Monarquia e diziam-se preparados para lutar, tanto contra os partidários do Governo Provisório Republicano como contra os bolcheviques. Assim, nos meses que se seguiram à tomada do poder pelos bolcheviques, o principal centro administrativo da Ásia Central, Tashkent, transformou-se em um grande campo de batalhas, entre as diferentes forças políticas da região.

Depois da abdicação do czar, o Governo Provisório estabeleceu sua autoridade na Ásia Central, em abril de 1917, através do Comitê Executivo do Turquestão. Após a ascensão dos bolcheviques, seus partidários locais trataram rapidamente de organizar eleições para os Conselhos Operários (os *soviets*) na maior parte das grandes cidades da região, com o soviete de Tashkent, agindo como *Conselho Central*. Assim, ficou estabelecida a autoridade bolchevique na região. Contudo, na maior parte das pequenas cidades e das regiões afastadas dos grandes centros, sobretudo nas estepes cazaques, principalmente nas regiões dominadas pelos cossacos, as forças monarquistas mantiveram-se no poder.

A maior parte das elites da Ásia Central foram fortemente hostis aos *bolcheviques ateus*. Todavia, é importante destacar que expressivos setores da intelectualidade local apoiaram os *bolcheviques*. Os grupos revolucionários, na maior parte dos centros urbanos, organizaram seus seguidores com grande energia e assumiram as velhas estruturas administrativas. Em algumas regiões, sobretudo naquelas de fortes tradições clônicas e tribais, as populações tenderam inicialmente a apoiar os seus respectivos líderes locais, expressão do peso que estas organizações tribais e suas relações de interdependências possuíam na forma como os povos do Turquestão organizavam suas vidas, ainda nos primeiros anos do século XX.

Como você pode perceber, a revolução polarizou profundamente a Ásia Central. Divididos entre suas antigas tradições e uma revolução que, para os mais religiosos, destruiria os laços religiosos de suas comunidades, mas que, para muitos, libertaria a região do despótico e decadente domínio czarista.

A escalada para a guerra civil foi rápida. Rifles e revólveres tornaram-se, frequentemente, os métodos utilizados para resolver desentendimentos de todo tipo. Diferentes grupos políticos começaram a lutar entre si, resultando em uma brutal guerra civil. O fim do Império Czarista fortaleceu também as expectativas de enfraquecimento da Rússia Imperial e forneceu grande impulso aos sentimentos anticolonialistas, nacionalistas e pró-independência na região. Os movimentos pan-islâmicos e panturcos também ganharam força. Muitos intelectuais locais envolveram-se cada vez mais nas discussões sobre o “futuro do Turquestão”, sua cultura e sociedade no quadro da nova ordem soviética.

Da Guerra Civil à “construção” soviética da Ásia Central

A Revolução Bolchevique desencadeou e reforçou uma série de insatisfações que vinham ganhando força dentro do Império Russo ao longo de décadas: do conflito social aos nacionalismos; das divergências interétnicas e intertribais às profundas diferenças urbano-rurais, todas estas questões ganhavam força na conjuntura de crise vivida pela Rússia. Uma vez no poder, os bolcheviques tiveram de solucionar muitas destas insatisfações. Além disso, encontraram resistências de grupos diversos em toda a região. Para controlar a situação, não hesitaram em recorrer ao *Terror Vermelho*, que resultou em prisões e mortes massivas contra todos os seus oponentes, os quais, em retaliação, respondiam com mais terror.

Entre fins de 1917 e os primeiros meses de 1918, os bolcheviques estabeleceram grandes fortalezas em Tashkent e em alguns outros centros urbanos. Em outras regiões, no entanto,

enfrentaram pesada resistência imposta por diferentes grupos: monarquistas, cossacos e em alguns casos, grupos comprometidos com a questão da libertação nacional desafiaram os bolcheviques nas estepes cazaques. Ao sul de Tashkent, grupos nacionalistas e líderes tribais também lutaram contra os bolcheviques.

Enfim, em meados de 1918, as forças hostis aos bolcheviques controlavam entre 70% e 80% dos territórios da Ásia Central. A escalada da Guerra Civil e a intensidade das lutas aumentavam em ritmo acelerado. Em muitos casos, a população local formava suas próprias milícias, as quais frequentemente eram dirigidas por ambiciosos comandantes, líderes tribais ou, às vezes, simples aventureiros. Tais milícias ficaram conhecidas como *basmachi* – do turco, *basma*, “assalto”. Os *basmachi* lutaram contra os bolcheviques ou contra os representantes do Exército Branco e, às vezes, combateram ambos.

Entre 1918 e 1919, os bolcheviques estiveram quase todo o tempo na defensiva na Ásia Central e foram expulsos de muitos territórios disputados. Gradualmente, no entanto, a situação começou a se alterar e os bolcheviques foram, aos poucos, conquistando os povos do Turquestão. A princípio, a *renovação de forças* deveu-se menos aos méritos militares, mas de estratégias que ganharam as mentes e os corações de expressivos segmentos da sociedade: prometeram colocar um ponto final na guerra civil, conduzir reformas econômicas e sociais que incluíssem redistribuição de terras e água. Assim, em abril de 1918, o Congresso dos Sovietes do Turquestão declarou o estabelecimento da República Soviética Socialista do Turquestão, com centro em Tashkent e, aos poucos, os bolcheviques foram conquistando toda a região. Em 1919, pode-se dizer que houve uma drástica mudança da situação a favor do Exército Vermelho.

Contudo, os movimentos populares continuaram impondo sua resistência até 1921 e em algumas regiões, até 1922. A guerra civil na Rússia foi um dos conflitos mais devastadores de sua história. No caso da Ásia Central, a guerra continuou por muitos anos distante da Federação Russa e destruiu economicamente a região.

Entre 1920 e 1924, o governo soviético instituiu uma série de mudanças políticas que culminaram na criação das repúblicas soviéticas da Ásia Central, mais ou menos com os limites que conhecemos hoje. A delimitação dos Estados-Nação teve início sob o contexto devastador da guerra civil. O conceito soviético de “autodeterminação nacional” baseava-se no Manifesto do Partido Bolchevique, o qual prometia romper com as políticas de discriminação étnica czaristas. O fortalecimento das identidades nacionais, bem como dos movimentos de libertação nacional, durante o Império Russo, foram elementos fundamentais no sentido de reelaborar estas políticas.

Desde o início da Primeira Guerra, pode-se perceber o crescimento do número de centro-asiáticos que se envolveram pela primeira vez, nos processos políticos e de governança. O rápido florescimento da *intelligentsia* local significou também o surgimento ou o fortalecimento de novas ideias políticas, do nacionalismo ao liberalismo; do movimento pan-turco ao comunismo. Em resposta, os soviéticos discutiram uma série de modelos a partir dos quais implementariam sua política de nacionalidades. Ao final, as ideias acolhidas foram aquelas que os próprios líderes da Ásia Central defendiam, ou seja, a que supunha a divisão da região a partir de critérios étnicos, que se mostraram, afinal, bastante vagos.



Movimento panturco

O panturquismo foi um movimento nacionalista, nascido no século XIX, que buscava reforçar os laços entre os povos de fala turca da Ásia e da Europa, inicialmente com o objetivo de suscitar a união turca em torno de um mesmo Estado. O conceito foi popularizado pelos Jovens Turcos, partido político revolucionário que nasceu em fins do século XIX e tomou o poder, em 1909. A exacerbação de

seus princípios nacionalistas e os desejos de construir um Estado turco homogêneo, do ponto de vista étnico e religioso, acabaram resultando no genocídio armênio, de 1915.

O panturquismo, da forma como foi concebido e concretizado pelos Jovens Turcos, acabou sendo rejeitado e combatido pela Turquia kemalista, a partir da década de 1920. Muito embora o discurso dos kemalistas se apoiasse também nas ideias nacionalistas em nome da formação do *jovem Estado Nação turco*, este o fazia de maneira distinta, evocando o princípio da *laicidade* do Estado.

Em 1924, a República Soviética Socialista do Turquestão foi abolida, dando lugar a novos Estados nacionais. Até 1926, as autoridades soviéticas completaram esta controversa política de *construção de fronteiras* para a Ásia Central. Em algumas regiões, em geral naquelas de populações tradicionalmente diversificadas do ponto de vista étnico, a delimitação territorial foi bastante difícil e encontrou resistências. As autoridades em Moscou acreditavam que as novas fronteiras possuíam um papel meramente simbólico, uma vez que toda a região continuava unida, agora não mais sob o manto do Império czarista, mas em razão da integração e cooperação política e social que prevalecia dentro da União Soviética. As dificuldades que este processo encontrou, no entanto, estão na origem de um problema fundamental que a União Soviética enfrentou desde a Revolução e que foi um dos fatores cruciais para o processo de desagregação do bloco soviético em 1991: a incapacidade de lidar com a grande diversidade étnica e com o peso dos movimentos nacionalistas dentro da União Soviética.



Os soviéticos e a “reconstrução” da paisagem cultural da Ásia Central

É conhecido o processo de russificação pelo qual passaram as repúblicas soviéticas sob domínio de Moscou. Também é famoso o hábito soviético de intervir não apenas no passado – o que remete a uma anedota comum entre os russos, segundo a qual a Rússia é o único país cujo passado é imprevisível. Mas também, os soviéticos intervinham constantemente nas paisagens culturais e urbanas à sua volta. Na Ásia Central, não foi diferente. Muitas velhas cidades, de antigas tradições, foram renomeadas de acordo com o gosto dos governantes soviéticos. A capital quirguize, por exemplo, Bishkek, passou a se chamar Frunze, em homenagem ao general do Exército Vermelho e herói da guerra civil, Michael Frunze; Khujand, a segunda maior cidade do atual Tajiquistão, cuja fundação remete à Antiguidade alexandrina, foi rebatizada em 1939 e passou a se chamar Leninabad. Em homenagem ao outro líder soviético, a capital do Tajiquistão, Duchambé, passou a se chamar Stalinabad, a partir de 1929.

Uma vez redefinidas as fronteiras, uma série de medidas foram tomadas no sentido de consolidar o poder soviético na Ásia Central: primeiro, todos os partidos políticos que não o Partido Comunista foram proibidos. Este passava, como nas demais repúblicas soviéticas, a ser o centro de todo o poder, administração e governança. Tudo passava pelo partido. Embora tivesse incorporado determinados segmentos da intelectualidade local ao governo, desde 1920, os bolcheviques proibiram líderes tribais e ex-oficiais czaristas de ocupar qualquer posição no governo ou no partido. O debate político, sobretudo aqueles relativos à construção das novas fronteiras nacionais foi completamente banido das esferas do poder.

No que tange às transformações econômicas empreendidas na Ásia Central, os líderes soviéticos acreditavam que somente quando as nações estivessem unidas por interesses econômicos comuns é que elas poderiam superar seu *atraso*. Nesse sentido, o governo central em Moscou enviou pesados recursos à região, esperando assim, construir economias modernas e diversificadas. Para acelerar o crescimento econômico local e fazer uso efetivo destes investimentos, o governo soviético introduziu o sistema dos Planos Quinquenais, que priorizavam os investimentos em grandes indústrias, sobretudo a pesada, grandes maquinários e a produção agrícola em larga escala, tudo, certamente, controlado pelo Estado.

Quanto à *sovietização* dos campos, é importante destacar que o processo de coletivização forçada encontrou grandes resistências na Ásia Central, como de resto, o foi em toda a União Soviética. Todavia, a peculiaridade das regiões que compunham o antigo Turquestão russo reside no fato de que em uma região de forte tradição islâmica, o direito à propriedade privada da terra era algo que remetia ao sagrado. Além disso, em regiões de antigas tradições de pastoreio, como as estepes cazaques e quirguizes, o processo foi ainda mais sofrido. Pois significou um duplo golpe: primeiro contra um modo de vida e tradições de séculos. Os camponeses tiveram de trocar seus *yurts* por casas de tijolos; de pequenos proprietários, passaram a assalariados de fazendas estatais; muitas vezes era necessário desfazer-se de seus rebanhos, que eram também coletivizados.

Enfim, o processo de sovietização das repúblicas islâmicas da Ásia Central não foi simples. Se o fim do czarismo trouxe expectativas de transformações sociais e alguns chegaram mesmo a sonhar com o fim do domínio russo, o que ocorreu com a ascensão dos soviets foi o estabelecimento de um domínio de novo tipo. Nos anos da guerra civil, a concretização do domínio comunista fez-se de forma bastante violenta, as tentativas de imposição do *ateísmo de Estado* afastava a maioria islâmica dos soviéticos. Nos anos que se seguiram, conquanto esta política tivesse sido levada a

Yurts – são tendas circulares, utilizadas tradicionalmente pelos pastores mongóis e também de algumas regiões da Ásia Central. Possuem estrutura interna de madeira, com parede raramente ultrapassando a altura de um homem e teto ligeiramente abobadado, possuindo apenas um cômodo.

cabo de forma incisiva na União Soviética – com grande quantidade de igrejas ortodoxas, mesquitas e sinagogas fechadas e muitos religiosos perseguidos –, na Ásia Central a campanha *antirreligiosa* foi conduzida cautelosamente. Era, de certa forma, a condição para que os soviéticos se mantivessem na região.

Afeganistão (1979-1989): o Vietnã soviético

Em 1907, ainda no contexto das disputas imperialistas que marcaram o século XIX e os primeiros anos do XX, os russos concordaram oficialmente, através da Convenção de São Petersburgo, que o Afeganistão ficaria fora de suas áreas de influência na Ásia Central. Com o fim da Primeira Guerra, o sistema imperialista, sendo seriamente contestado e as nações europeias com o prestígio em baixa, em 1919, os afegãos declararam sua independência total, o que provocou uma terceira invasão inglesa. Após muitos conflitos e negociações, ainda naquele ano, os britânicos concordaram com a autonomia afegã. A monarquia nacional, finalmente exercia o controle sobre o território e os negócios locais.

No entanto, desde então, o país viveu um longo período de instabilidades políticas de todo o tipo. Assassinatos de líderes políticos e golpes de Estado sucederam-se. Desde 1933, o Afeganistão foi governado pelo rei Zahir Sha. Durante seu reinado, importantes reformas liberais foram realizadas, fazendo-se sentir, principalmente, na capital Cabul: uma universidade foi criada em 1956; a imprensa era considerada livre; as mulheres podiam aparecer sem véu, desde fins dos anos 1950, e candidatarem-se a cargos públicos, a partir de 1965, benefício instituído pela Constituição liberal promulgada em 1964.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Afeganistão procurou manter uma política de neutralidade e, imediatamente após o conflito, nos primeiros anos da Guerra Fria, optou por uma perspectiva de não alinhamento. Foi em 1953, quando assumiu como Primeiro Ministro, Mohammed Daud Kahn, que as relações com a União

Soviética começaram a se estreitar. Ao longo da década de 1960, é possível notar um crescimento sensível da influência comunista no exército e na burocracia. Não por acaso, o Partido Popular Democrático do Afeganistão, ligado a Moscou, foi fundado em 1965. Em 1973, Daud já havia sido demitido do cargo de Primeiro Ministro há dez anos e então comandou, com apoio soviético, um golpe de estado que colocou fim à Monarquia afegã e instaurou a república, tornando-se o primeiro presidente do país.

De acordo com Pankaj Mishra, com apoio soviético, Daud começou a perseguir muçulmanos radicais, muitos dos quais acabaram presos e assassinados por motivos ideológicos. No entanto, quando o novo presidente, preocupado com o crescente poder dos comunistas, tentou livrar-se deles, foi deposto e em seguida assassinado, em 1978. Neste mesmo momento, os comunistas tomaram o controle pleno do governo em Cabul. Em 1979, o exército soviético invadiu o Afeganistão sob a justificativa de que precisavam “proteger a revolução comunista”, ameaçada pelas disputas entre as diversas facções locais e manter a calma na Ásia Central.

Durante dez anos, esta guerra devastou o Afeganistão. No espaço de apenas alguns meses, somente em Cabul, 12 mil pessoas consideradas anticomunistas foram mortas. Outras milhares foram assassinadas nas áreas rurais. Famílias inteiras deixaram o país, buscando asilo no Paquistão ou no Irã.

Uma viva resistência nacional constituiu-se contra o ocupante soviético, que não esperava tal reação. Muitos islamitas radicais, que já se encontravam exilados no Paquistão tinham, desde 1978, dado início a uma guerra de guerrilha contra os comunistas. Também nas regiões mais afastadas de Cabul, diante da agressiva campanha de reforma agrária e doutrinação marxista que emanava da capital, foi expressivo o número de aldeões que promoveram *jihad*s contra os soviéticos. Ao mesmo tempo, a guerra provocou forte comoção entre as comunidades islâmicas de todo o mundo. Particularmente, a resistência oferecida pelos afegãos às tentativas de reformas anti-islâmicas que os comunistas tentaram empreender teve especial impacto entre as repúblicas soviéticas da Ásia Central.



Figura 14.6: Afegãos cruzam a fronteira paquistanesa em 1985.

Fonte: http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Afghan_Muja_crossing_from_Saohol_Sar_pass_in_Durand_border_region_of_Pakistan,_August_1985.png

Durante os três primeiros anos, a ofensiva soviética estendeu-se por todo o Afeganistão, destruindo o país, mas, ao mesmo tempo, desgastando os invasores: os soviéticos perderam 2/3 de seus aliados afegãos. Simultaneamente, a resistência local, apoiada e armada pelos Estados Unidos, a partir do Paquistão tomava progressivamente o controle da maioria do território.

Em tempos de Guerra Fria, o Afeganistão parecia mais uma vez ser o *palco* de um *grande jogo*. Desta vez, no século XX. Desta vez, como mais um dentre os muitos palcos da Ásia e da África onde as duas superpotências enfrentaram-se: os soviéticos, através de seus tanques e seus aviões que bombardeavam os interiores do país, onde a *jihads* era mais forte; os Estados Unidos, através do Serviço Secreto Paquistanês (ISI), armando dezenas de milhares de islâmicos radicais que, mais tarde, deram origem aos talibãs.

Não se pode esquecer, contudo, que a guerra do Afeganistão desenvolveu-se em um contexto de profunda crise da União Soviética. Assim, à medida que as *jihads* tornavam-se mais efetivas e os

Estados Unidos conseguiam fazer com que poderosos armamentos chegassem às mãos dos *ihadistas*, os soviéticos perdiam terreno, rapidamente. Não conseguiam mais competir, em termos de tecnologia bélica com os americanos. Em 1986, por exemplo, perderam o controle do espaço aéreo afegão. Dessa forma, em fevereiro de 1988, Mikhail Gorbachev à época Secretário-Geral do Partido Comunista Soviético, decidiu retirar suas tropas do Afeganistão. A trégua tornou-se efetiva um ano mais tarde, em 15 de fevereiro de 1989. Derrotadas, as tropas russas retiraram-se.

O bloco soviético amargava dura derrota em um terrível momento de crise. Muitos diziam que o Afeganistão foi, afinal, o *Vietnã soviético*, em referência à catastrófica derrota impingida aos norte-americanos na década anterior pelos vietnamitas. O fiasco soviético no Afeganistão, de certa forma, agravou a crise na qual o país e suas repúblicas satélites estavam imersos já há alguns anos e que levaria, em 1991 à desagregação definitiva. Quanto ao Afeganistão, após a retirada soviética, mergulhou em três anos de guerra civil que, ao fim, culminou com a ascensão dos Talibãs ao poder.



Figura 14.7: Tropas soviéticas deixam o Afeganistão, em 1989.

Fonte: <http://fr.wikipedia.org/wiki/Fichier:Evstafiev-afghan-apc-passes-russian.jpg>

O colapso da URSS e a independência das cinco repúblicas islâmicas

A partir de 1985, com a posse de Mikhail Gorbachev como Secretário-Geral do Partido Comunista da União Soviética, teve início uma série de reformas que, sintetizadas pela *perestroika* e pela *glasnost*, tinham como objetivo reformar a economia soviética e, ao mesmo tempo, promover uma abertura política, no país. Conclamando a sociedade ao debate público, ampliando suas margens, instituindo maior liberdade de expressão, tratou-se de um amplo processo de *democratização* da sociedade soviética que, a princípio não tinha como objetivo o fim do socialismo, apenas sua *reestruturação* – palavra pela qual se pode traduzir o termo russo *perestroika* –, mas que está, de certa forma, na origem dos caminhos que levaram à desagregação do bloco soviético, em 1991.

Ao mesmo tempo, este processo de democratização levou a confrontos políticos entre defensores e opositores das reformas e, simultaneamente, à retomada dos discursos nacionalistas. A verdade é que desde os primórdios da Revolução, o Estado teve de lidar com a grande variedade de povos, línguas e religiões que compunham as repúblicas da União Soviética. Agora, no contexto de crise que se configurava, as contradições nacionais ganhavam forte expressão. Nesse sentido, o questionamento da legitimidade das instituições soviéticas crescia rapidamente nas repúblicas satélites, sobretudo nas regiões marcadas por fortes tensões sociais e conflitos étnicos.

Nesse sentido, as repúblicas da Ásia Central, da mesma forma como muitas outras regiões da União Soviética, assistiram ao aumento expressivo dos conflitos interétnicos. Em alguns casos, as revoltas resultaram em violências extremas, que custaram centenas, quando não milhares, de vidas. O primeiro deles ocorreu em 1986, na então capital do Cazaquistão, Alma Ata. A causa imediata das insatisfações que levaram os manifestantes às ruas e que mais tarde se transformou em um levante de reivindicações também étnicas,

foram as ordens, vindas de Moscou, para substituir o líder cazaque Dinmuhammed Kunayev pelo indicado de Gorbachev, o russo Gennady Kolbin.

O levante cazaque foi violentamente esmagado pelas forças de repressão soviéticas: centenas de pessoas deixaram as ruas presas, alguns foram mortos e outros tantos feridos. Estes eventos levaram a uma forte polarização étnica entre cazaques e russos, acirrando os desejos separatistas no Cazaquistão. Os protestos que tiveram lugar em Alma Ata possuem importância para além do âmbito mais restrito da Ásia Central. Ele foi o primeiro de uma série que se seguiram nas mais diversas repúblicas da União Soviética que buscavam afirmar suas identidades locais. Assim, em 1987 houve conflitos na Estônia; em 1988, tiveram início as disputas entre armênios e azerbaijanos pelo controle de uma região fronteiriça, o Alto Karabach; no mesmo ano, o Parlamento da Estônia proclamava a supremacia da legislação local sobre as leis soviéticas; a Lituânia, após violentos conflitos iniciados em 1989, foi o primeiro país a proclamar sua independência da União Soviética, em 1990.

Na Ásia Central, uma série de conflitos veio à tona: em 1989, a capital do Turcomenistão, Asgabate e outras importantes cidades do país presenciaram violentos motins de cunho étnico-nacionalista. Alguns especialistas sublinham a presença de *slogans* extremistas que tiveram um impacto extremamente negativo e contribuiu para criar uma atmosfera tensa, especialmente entre as minorias étnicas. No mesmo ano, na região de Fergana, no Uzbequistão, conflitos étnicos entre uzbeques e minorias de origem turca. Em 1990, houve protestos no Tajiquistão e Quirguistão, e em ambos os casos os conflitos possuíam fundamentações étnicas.

Enfim, a identidade muçulmana ressurgia com força, questionando e enfraquecendo o já debilitado domínio soviético na região. Assim, no quadro da crise soviética do fim da década de 1980, as correntes internas que desejavam a desagregação da União Soviética consolidavam-se e os movimentos independentistas ganhavam impulso no seio das repúblicas islâmicas da Ásia Central.

Em 31 de agosto de 1991, o Quirguistão declarou sua independência. Seguiram-se imediatamente as declarações do Uzbequistão (1 de setembro), Tajiquistão (9 de setembro), Turcomenistão (27 de outubro) e Cazaquistão (16 de dezembro).

Os processos que culminaram nas independências de cada país guardam especificidades relacionadas aos seus respectivos passados históricos. De um modo geral, podemos dizer que todos estes países entraram em suas vidas independentes em contextos de sérios conflitos étnicos e assistiram a intensos movimentos de emigração.

O Cazaquistão, por exemplo, era historicamente o país de maior diversidade étnica da região. Viviam ali cazaques, russos, ucranianos, uzbeques, alemães, tártaros, entre outros. Desde 1991, um número elevado de russos e alemães deixaram o país. Mesmo no Uzbequistão, um dos países mais homogêneos em termos étnicos – cerca 80% de sua população era de origem uzbeque – o êxodo de russos após a independência foi intenso, em virtude das tensões étnicas e de incertezas com relação ao futuro das minorias étnicas locais. Em termos econômicos, as disparidades entre uns e outros eram imensas: enquanto o Turcomenistão possuía enormes reservas de gás natural e significativas reservas de petróleo, que despertava especulações a respeito de suas possibilidades de se tornar o *Kuwait da Ásia Central*, o Tajiquistão aparecia como o Estado mais pobre da região. A taxa de crescimento de sua população era uma das mais altas de toda a União Soviética.

Por fim, mesmo se as vias adotadas no sentido de democratizar o Estado e passar de uma economia planificada para uma economia de mercado se diferenciavam em cada país, é preciso notar que mesmo aqueles que adotaram verdadeiras – e extremamente violentas – ditaduras, como o Turcomenistão e o Uzbequistão, passaram por reformas liberais importantes: privatizações, florescimento do espírito de empresa e abertura de capitais aos parceiros regionais e internacionais.



Figura 14.8: Os estados independentes da Ásia Central Soviética com suas fronteiras desenhadas.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Central_Asia_-_political_map_2008.svg

Madrassas: o termo, em árabe, significa *escolas*, de qualquer tipo – laicas ou religiosas. Não obstante, no Ocidente, o termo é em geral traduzido como sendo necessariamente uma *escola islâmica*. É este o caso das *madrassas* nas quais os afegãos estudaram durante seu exílio paquistanês.

Deobandi: é o termo utilizado para designar uma escola de pensamento sunita, muito presente na Ásia do Sul – inicialmente na Índia, onde nasceu, mas atualmente presente sobretudo no Paquistão e Afeganistão.

Afeganistão: da ascensão do regime Talibã à invasão estadunidense

Durante a guerra contra os soviéticos, milhões de jovens afegãos foram educados em *madrassas* da zona tribal paquistanesa. Lá, eles foram influenciados por uma escola de pensamento *deobandi*, que propunha o retorno a *um islamismo justo e respeitando os princípios muçulmanos*, próximo daquilo que teria existido nos tempos do profeta Maomé, segundo seu guia espiritual.

Esta proposta de *retorno a um islamismo original e puro*, não corrompido pelo contato com o Ocidente está na base do pensamento e formação do grupo Talibã, uma milícia sunita de etnia *pashtun*, majoritária no Afeganistão. Quando os soviéticos retiraram-se do país, as milícias talibãs estenderam suas atividades sobre o território do país. Este é um momento complicado para

o Afeganistão, que se viu mergulhado em sangrenta guerra civil, opondo o governo comunista – que resistia, apesar da derrota de seus apoiadores soviéticos – aos diversos grupos *jihadistas* que dominavam o interior do país. A guerra civil estendeu-se por anos e, a rigor, ainda persistia quando da invasão estadunidense em 2001. Isso porque, embora os talibãs dominassem a grande maioria do território e tivessem tomado Cabul desde 1996, havia focos de resistência no nordeste do país.

Os talibãs forneciam voluntários aos grupos *jihadistas*, mas tiveram, a princípio, um papel apenas secundário na guerra civil. O grupo recebia apoio do serviço de inteligência paquistanês, o ISI e de importantes corporações que usavam o transporte por via terrestre entre o Paquistão e a Ásia Central. Por estes últimos, o Talibã era visto como um meio para colocar fim ao banditismo comum nas rotas, utilizadas por seus caminhões.

No contexto da guerra civil, em 1992, diversos grupos *jihadistas* tomaram Cabul, colocando fim ao agonizante governo comunista local. A situação estava, no entanto, longe de se estabilizar: os diversos grupos *jihadistas* brigavam pelo poder, quando em abril um destes grupos, a Aliança do Norte estabeleceu oficialmente uma República Islâmica, no Afeganistão. Seu domínio, no entanto, não durou muito. A partir de fins de 1994, os talibãs tornaram-se cada vez mais fortes. Em apenas alguns meses, o grupo já tinha o controle da metade sul do país e, em fevereiro de 1995, seus guerrilheiros aproximam-se de Cabul e de Herat, cidade estratégica, próxima à fronteira com o Irã. Enfim, Herat foi tomada em setembro de 1995 e, um ano depois, em 27 de setembro de 1996, Cabul caiu sob controle talibã.



Figura 14.9: Situação do Afeganistão em 1996: em destaque, o território controlado pelos talibãs em 1996; ao norte, as regiões ainda sob domínio de outros grupos *jihadistas*.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:1996afghan.png>

Durante os anos que se seguiram à tomada do poder, os talibãs possuíam real apoio popular, sobretudo – mas não unicamente – de parte das populações *pashtuns* do sul e do leste do país. Os afegãos estavam cansados da longa guerra travada contra os soviéticos e da sangrenta guerra civil que se seguiu e deixou mais de um milhão de mortos. Muitos acolheram bem estes líderes religiosos que organizavam seu discurso e pensamento em torno de ideias, como ordem e segurança. As restrições morais, a rigor, não mudaram muito nos interiores, onde as mulheres já usavam a burca e onde a maioria delas não trabalhava e nem ia às escolas.

Nas grandes cidades e principalmente em Cabul, a situação mudou radicalmente. Ali, as mulheres tinham conquistado há décadas o direito de estudar e trabalhar. No fim dos anos 1970, o

governo comunista estabeleceu que as pessoas deveriam se vestir com trajes *ocidentais*, uma tentativa de *abrir* o país. Quando os talibãs tomaram o poder, muitas advogadas, médicas e uma série de mulheres, devidamente empregadas nos diversos setores da vida pública, tiveram de abandonar suas profissões e voltar aos lares, escondidas agora, sob o peso de uma burca. A proibição do trabalho para as mulheres foi especialmente grave para as famílias que não possuíam homens que pudessem trabalhar. Muitas destas pessoas acabaram relegadas à mendicância.

No plano internacional, o governo Talibã somente foi reconhecido por três estados: Paquistão, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Em sentido contrário, outros países próximos, como Rússia, Índia, Irã e as repúblicas da Ásia Central, desconfiados do novo regime, passaram a apoiar seus adversários internos, especialmente a Aliança do Norte, grupo *jihadista*, porém de orientação distinta dos Talibãs. Rapidamente, o país tornou-se o lugar ideal para as ações da *Brigada 055*, comandada por Osama Bin Laden, realizar suas atividades. A rigor, este grupo ajudou os talibãs na repressão de dezenas de comunidades xiitas no Afeganistão e facilitou o avanço sobre os grupos que resistiam no norte e oeste do país. Ali no Afeganistão, Osama Bin Laden encontrou as condições ideais para treinar células de sua organização fundamentalista Al-Qaeda.

A rigor, Bin Laden tinha contatos próximos com os *jihadistas* afegãos, desde o início da invasão soviética, quando viajou para o país e colocou-se à disposição de grupos islâmicos para ajudar na luta contra os comunistas. Apesar das controvérsias, existem muitos indícios dos contatos estabelecidos entre Bin Laden e os americanos na época da guerra contra os soviéticos. A partir de 1998, uma série de atentados contra embaixadas estadunidenses na África, atribuídos à Al-Qaeda fizeram de Bin Laden o *inimigo número 1 dos Estados Unidos*. Três anos depois, após os atentados de 11 de setembro ao World Trade Center e ao Pentágono, os Estados Unidos exigiram do regime Talibã que entregassem Osama Bin Laden e demais membros

da Al-Qaeda. Diante da recusa dos talibãs, os Estados Unidos declararam *guerra ao terror* e invadiram o Afeganistão.

Assim, entre outubro e novembro de 2001, os Estados Unidos, contando com a contribuição militar da OTAN e de outras nações, como Reino Unido, França e Canadá, entraram em guerra contra o regime Talibã no Afeganistão. O objetivo da invasão, segundo declarou o governo George W. Bush, era capturar Osama Bin Laden, destruir a Al-Qaeda e derrubar o regime Talibã, que protegia as células da organização, presentes no país.

O ataque inicial destituiu os Talibãs do poder, permitindo a instauração de um governo provisório, dirigido por Hamid Karzai, monarquista e de origem *pashtun*, de acordo com o que foi estabelecido pela Conferência de Bonn, em dezembro de 2001. A reunião de Bonn, na Alemanha, contou com a participação de diversos grupos afegãos, dentre eles representantes de exilados do regime Talibã, com o objetivo de estabelecer as bases da transição política no país.

Apesar do revés inicial, no entanto, os talibãs engajaram-se em uma pesada guerrilha contra as Forças Internacionais de Assistência e Segurança (ISAF), que agrupam os exércitos sob comando da OTAN. Desde 2006, as forças armadas talibãs retomaram posições e encontram-se bastante ativas, em algumas regiões do país. Em 2011, completados dez anos de guerra, as dificuldades de se alcançar a paz ainda são grandes. Do lado dos Estados Unidos, a possibilidade de uma vitória também não parece clara. Em 2008, no contexto da campanha eleitoral norte-americana, as críticas internas à presença militar no país aumentaram. O então candidato democrata Barack Obama criticava a ocupação norte-americana, tanto no Iraque como no Afeganistão.

Em dezembro de 2009, no entanto, depois de eleito, Obama anunciou para o início de 2010 o envio de mais trinta mil soldados ao Afeganistão, em uma tentativa de contra-atacar o avanço talibã.

O envio de mais soldados, no entanto, tão somente fez aumentar a insatisfação entre os cidadãos estadunidenses, que não viam mais sentido em uma guerra tão longa e mesmo de objetivos discutíveis. Não obstante, o reforço enviado por Obama teria sido necessário, segundo o discurso oficial da Casa Branca para garantir aos EUA uma derrota menos desonrosa. Após a morte de Osama Bin Laden em maio de 2011, Barack Obama acelerou o plano de retirada dos soldados do Afeganistão. Uma vez morto o *inimigo número 1 da América*, a guerra parece fazer ainda menos sentido para os cidadãos estadunidenses. Assim, em meio à pressão do Congresso e da opinião pública, o presidente confirmou que o reforço militar, enviado em 2010, será retirado até setembro de 2012. Ainda de acordo com o esforço de retirada, anunciado pelos Estados Unidos, 10 mil soldados devem retornar aos EUA até o fim de 2011, enquanto outros 23 mil ao longo de 2012.

A *guerra contra o terror* empreendida pelos Estados Unidos contra o regime Talibã já causou cerca de 12 mil mortes entre a população civil. Os custos totais do conflito chegam a centenas de bilhões. Apesar de a OTAN e o presidente americano, Barack Obama, terem estabelecido uma retirada gradativa até 2014, o retorno dos soldados ocidentais a seus países de origem não parece garantir o fim dos conflitos internos e das mortes. No Afeganistão, apesar dos reveses sofridos pelos Talibãs, eles se mantêm fortes. O governo de oposição, sustentado pelos Estados Unidos e pela OTAN de Hamid Karzai, que se encontra já em seu segundo mandato, tem se mostrado fraco e impopular. O futuro do Afeganistão parece incerto. Ficam as perguntas. Dentre elas talvez, a mais fundamental seja: quando este país, em situação de guerra e/ou guerra civil, quase ininterruptas desde 1979, encontrará, definitivamente, a paz?

CONCLUSÃO

O fim do século XX e o início do século XXI colocaram desafios diversos às cinco repúblicas islâmicas da ex-União Soviética e ao Afeganistão. De formas diferentes, todos se relacionam ao fim do domínio soviético na região da Ásia Central e à questão da construção de alternativas de modernidade nestes países que vivem um contexto de pluralidade étnica bastante específico e, cuja importância da religião para a organização de seu universo cotidiano é crucial.

Assim, o Afeganistão, através da emergência do regime Talibã, voltou-se para o passado em busca de uma alternativa para o presente. Os *ihadistas* talibãs, frutos dos contornos específicos que os embates da Guerra Fria ganharam na região, advogavam a necessidade de um *retorno às origens* do islamismo. Em busca de uma suposta *pureza religiosa*, declararam guerra ao Ocidente e ao país que parecia sua expressão mais exata: os Estados Unidos. Justo aqueles que, vinte anos antes, tinham fornecido armas e sustentado convictamente a guerrilha *ihadista* contra os comunistas. Em um certo sentido, os acontecimentos atuais no Afeganistão são desdobramentos da infeliz e sangrenta disputa empreendida pelas antigas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, que à época, não tiveram qualquer pudor em incentivar os fundamentalismos religiosos em seu proveito.

Já as cinco repúblicas islâmicas, ex-satélites soviéticos, enfrentam ainda hoje problemas interétnicos e disputas territoriais em grande parte decorrentes das políticas de nacionalidade e divisão territorial arbitrárias, adotadas pela União Soviética, ainda na década de 1920.

Hoje, em cada um dos Estados independentes da Ásia Central, nascidos do desaparecimento da União Soviética, em 1991, o novo discurso oficial emprega-se, de formas diversas, no sentido de condenar o regime precedente. No entanto, as

frequentes declarações de mudança e de renovação, da mesma forma como os discursos sobre a elaboração de uma *via nacional específica* de desenvolvimento, não devem iludir os observadores quanto ao peso das *permanências*, ainda fortes. Se certas reformas foram empreendidas, ao longo das duas décadas transcorridas desde a independência, elas se mostram, todavia, insuficientes para se desfazer completamente do sistema político-econômico que prevaleceu durante décadas, apesar dos esforços reformistas dos chefes de Estado – reais ou aparentes.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

“Para muitas pessoas instruídas em sociedades pré-modernas, o Comunismo oferecia um modo tanto de alcançar o Ocidente como de resistir a ele; e essa ideologia encontrava um poderoso e muitas vezes generoso patrocinador na União Soviética. Mas os empréstimos apressados e mal adaptados do Comunismo soviético – a noção simplista, por exemplo, de que os afegãos eram povos feudais que deviam ser transformados em proletários – na maior parte das vezes impunham novos tipos de dores e traumas em uma sociedade tão tradicional como o Afeganistão; e ajudavam a empurrar o país ainda mais para longe do mundo moderno” (Pankaj Mishra, p. 359).

Com base no trecho acima e nas discussões propostas pela aula, explique de que formas, no caso afegão, o Comunismo ofereceu “um modo tanto de alcançar o Ocidente como de resistir a ele”.

Resposta Comentada

Nesta questão, você deve analisar o quadro político afegão de meados da década de 1970 e, sobretudo, o contexto no qual se desenvolveu a guerra entre o governo comunista, apoiado pela União Soviética, e os diversos grupos *jiadistas*, entre 1979 e 1989. Explique em que sentido se davam as políticas supostamente *modernizantes* soviéticas, suas tentativas de doutrinação antirreligiosa e as resistências impostas pelas comunidades islâmicas, sobretudo nas regiões mais afastadas da capital Cabul, a esse tipo de discurso.

RESUMO

Nesta aula, você aprendeu um pouco mais sobre uma região ainda pouco estudada, mas de importância cada vez maior no cenário político internacional. A Ásia Central é ainda hoje objeto de controvérsias entre os especialistas no que tange à sua própria definição, como espaço geográfico, histórico, cultural e étnico. Analisamos algumas destas definições, desde as mais amplas até as mais restritas, para, desta forma, realizarmos a nossa própria delimitação do tema que, neste caso, recaiu sobre o Afeganistão e as cinco repúblicas islâmicas da ex-União Soviética: Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão.

Estudamos o papel desta região estrategicamente fundamental – entre a Europa e a Ásia – no quadro das disputas imperialistas do século XIX entre Rússia e Inglaterra. A seguir, compreendemos melhor em que termos se deu a anexação das cinco repúblicas na órbita soviética, até seu processo de independência, em 1991. Por

fim, analisamos o quadro atual do Afeganistão, desde a ascensão dos talibãs em 1996 até os desfechos – ainda em aberto – da *guerra contra o terror* convocada pelos Estados Unidos, após os atentados de 11 de setembro.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, nós vamos estudar os processos históricos que deram origem ao Vietnã contemporâneo. Desde o colonialismo francês do século XIX às guerras de libertação nacional, travadas no pós-Segunda Guerra, bem como a longa guerra contra os Estados Unidos que culminou com a derrota deste último; o Socialismo vietnamita, suas contradições e tensões; o Socialismo de mercado e a aproximação com a Associação dos Países do Sudeste Asiático/ASEAN.

Sites consultados

<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/quem-foram-os-cossacos>

<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/apos-dez-anos-da-guerra-do-afeganistao-eua-buscam-saida-honrosa/n1597260160774.html?gclid=CLX04-iz5qwCFZGx7Qod9xCcKA>

Aula 15

Vietnã:
do colonialismo
às guerras
do tempo presente

Janaina Martins Cordeiro

Meta da aula

Apresentar um panorama da história recente do Vietnã e seu processo de libertação nacional, bem como a influência desse processo na formação do Vietnã contemporâneo.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar as formas a partir das quais a trajetória das lutas de libertação nacional se confundiu com a história do Partido Comunista do Vietnã, ao longo do século XX;
2. reconhecer o multifacetado processo de construção do socialismo vietnamita a partir, principalmente, da segunda metade do século XX.

Pré-requisitos

Disciplina História e Sociologia, principalmente as discussões sobre modernidade, modernização e secularização; Aula 1 de História do Oriente, particularmente o conceito de orientalismo.

INTRODUÇÃO

Você certamente já ouviu muito a respeito do Vietnã. A famosa guerra entre este pequeno país asiático e a poderosa potência estadunidense é amplamente relatada em artigos, livros, reportagens e seu significado é comumente resgatado para exemplificar a vulnerabilidade dos mais fortes. No cinema, as referências são das mais variadas: desde as aventuras do *Rambo* ao aclamado suspense de guerra *Apocalypse Now*, as referências – nos Estados Unidos, principalmente – à guerra são muitas.

No entanto, como você pode imaginar, a história do Vietnã não se resume à história da guerra travada contra os Estados Unidos. Assim, abre-se uma série de questões sobre esse país, já que para além da guerra, muitas vezes, esgotam-se as referências. E é sobre essas questões que você vai se debruçar nessa aula.

O Vietnã é, atualmente, um país com quase 90 milhões de habitantes que desponta como um pequeno Tigre Asiático, mantendo um regime socialista de mercado. Embora sua história no século XX seja marcada por constantes ocupações estrangeiras, o país conseguiu manter sua língua, cultura e identidade próprias. Hoje, o país chama a atenção do mundo por sua alta taxa de crescimento econômico, que se mantém relativamente estável, mesmo durante a grave crise asiática do fim dos anos 1990 e a crise mundial, no fim dos anos 2000. A recente crise do euro causou menos de 2% de queda na sua economia.

Graves problemas persistem, evidentemente. Décadas de guerra e de dependência soviética arrasaram o país, que só conseguiu reunificar-se há menos de 40 anos. E justamente pela existência de tantos problemas é que o crescimento do Vietnã impressiona a tantos.

Com uma economia planificada, fortemente controlada pelo Estado, o Vietnã atrai investidores com o equilíbrio do seu crescimento e é o destino de muitas empresas que encontram na

sua população uma mão de obra relativamente barata. E apesar da relativa liberalização econômica, que vem aumentando a cada ano, o Vietnã prossegue, reafirmando o socialismo como política de governo e mantém forte seu Estado.

Nesta aula, você vai compreender como foi possível ao Vietnã superar as graves e sucessivas crises, oriundas de décadas de guerra e de *guerras dentro da guerra*. Vai compreender de que forma o país resistiu ao colapso soviético e rompeu o isolamento econômico e diplomático, conservando-se uma nação socialista.

Para tanto, nas páginas seguintes você terá um breve panorama da história recente do Vietnã, desde a colonização francesa até a unificação e reconstrução do país, e verá como o Vietnã hoje desponta como uma das economias que mais cresce no mundo.

Colonialismo francês e resistência

Como você pôde ver nas aulas anteriores, uma das características marcantes da segunda metade do século XIX foi a rápida e intensa expansão imperialista europeia em direção à Ásia e à África. Países como Inglaterra e França, na condição de potências industriais, voltaram-se para África, Ásia e Oceania, visando expandir seu mercado consumidor, ao mesmo tempo em que podiam explorar matéria-prima, energia e mão de obra. Nesse sentido, para compreender as consequências do imperialismo europeu na formação do Vietnã é importante que você conheça a Indochina e a importância do seu posicionamento geográfico para os interesses europeus.

A região conhecida como Indochina é composta pelo Camboja, Laos e Vietnã e está localizada geograficamente no sudeste asiático. O Vietnã, que você pode observar na **Figura 15.1**, tem seu território dividido em três regiões histórico-geográficas: Tokin, ao norte; Anam, ao centro e Cochinchina, ao sul.



Figura 15.1: Vietnã destacado no sudeste asiático.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Bandovietnam-final-fill-scale.svg>

O povoamento dessa região remonta às migrações chinesas do séc. III a. C. O território foi um anexo do império chinês até 938, quando conquistou a independência e iniciou um movimento de expansão para o sul que duraria séculos. Ao longo desse tempo, o Vietnã viveu outros momentos de dominação, chinesa e mongol, e voltou a recuperar a independência.

No século XIX, no auge da expansão imperialista europeia, perseguições a missionários da *Sociedade das Missões Estrangeiras de Paris* serviram de pretexto para que a França promovesse uma intervenção militar no território da Indochina. Ao longo desta aula, vamos analisar o contexto histórico desse acontecimento, assim como suas consequências para o Vietnã.

Missionários integrantes da *Sociedade das Missões* cumpriam o *desígnio* de propagar o catolicismo e fomentar a formação de um clero nativo em diversas partes do mundo “não cristão”, incluindo o sudeste asiático, desde o século XVII.

A presença dos missionários no território, entretanto, enfrentou problemas e a história da *Sociedade das Missões* no Vietnã foi marcada por constantes expulsões, assédios e eventuais execuções. Sendo assim, você pode imaginar que a *ameaça contra a cristandade* não era uma novidade no Vietnã ou na Indochina, o que não impediu, contudo, que a execução de dois padres fosse o pretexto para a investida francesa no país, iniciada em 1858.

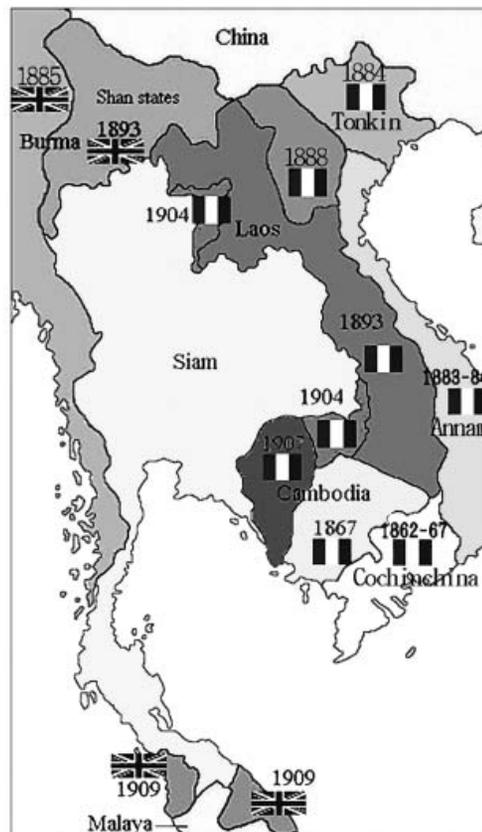


Figura 15.2: Cronologia da penetração francesa na Indochina.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:French_Indochina_expansion.jpg

A penetração francesa no território vietnamita começou pela Cochinchina, como podemos observar na **Figura 15.2**. Ao contrário do que supunham os europeus, no entanto, o processo foi caracterizado por uma forte resistência entre os nativos e a ocupação do território concluiu-se apenas em 1884. Embora a monarquia vietnamita tenha muitas vezes negociado e aproximado-se dos conquistadores franceses, que em troca lhe concediam a manutenção de seus privilégios, a resistência popular foi intensa até pelo menos 1898. Sentimentos anticoloniais, que mais tarde formariam a base do *nacionalismo* vietnamita, intensificaram-se durante e após a I Guerra Mundial, mas os levantes e esforços em prol da independência não foram vitoriosos nessas ocasiões.

O domínio francês foi marcado, por um lado, pela desapropriação de terras camponesas, pela contenção restritiva do desenvolvimento de uma burguesia local e pela exploração de mão de obra nativa e barata. Cerca de 20 mil trabalhadores foram empregados nas minas, nos seringais e nas fábricas. Outros milhares na construção de ferrovias e rodovias, necessárias para fazer escoar a produção. Nos campos, a produção agrícola foi direcionada para a exportação, sobretudo de chá e tabaco. Por outro lado e de forma diferente do que aconteceu na Índia britânica, por exemplo, pouco ou nenhum investimento foi feito, por parte da metrópole francesa, em obras de infraestrutura e saneamento, da mesma forma como a saúde e a educação não receberam atenção.

Formou-se assim, nas colônias indochinesas, uma classe trabalhadora numerosa – e estrategicamente localizada no território. Ao mesmo tempo, a elite intelectual local tinha acesso às ideias modernas que circulavam pela Europa e entravam no território com traduções chinesas. A junção desses elementos, como você verá adiante, seria crucial para o florescimento dos primeiros movimentos anticoloniais no Vietnã.

Resistência anticolonial: nacionalismo, marxismo e a fundação do Partido Comunista Indochinês

Se os primeiros movimentos de resistência anticolonial ao longo do século XIX e de luta pela liberdade foram sufocados pela dominação francesa, pode-se dizer que o início do século XX alterou significativamente este quadro. Assim, você verá que antigos sentimentos reacenderam, adaptados aos *novos tempos*. A I Guerra Mundial – e os apelos nacionalistas que ela foi capaz de despertar – e, ao mesmo tempo, a influência da Revolução Russa de 1917 foram eventos fundamentais que inspiraram as lutas de libertação nacional que então seriam desencadeadas no Vietnã, contra os colonizadores franceses.

Camponeses, proletários e uma pequena burguesia intelectualizada foram os agentes dessa transformação. Dentre estes intelectuais, destaca-se a figura de Ho Chi Minh (Nguyen Sinh Cung ou Nyguyen Ai Quoc), fundador do Partido Comunista da Indochina (PCI). Em 1927, no sul da China, país em que resistentes indochineses estavam exilados, foi criado também o Partido Nacionalista do Vietnã (Vietname Quoc Dan Dang – VNQDD),

engajado na tarefa de derrubar a autoridade colonial sob a égide do nacionalismo.

Embora com projetos políticos e estratégias de ação distintas, essas duas organizações tiveram a oportunidade de se unir contra o inimigo comum: o imperialismo francês. O próprio PCI, antes comprometido com a revolução socialista, em um curto espaço de tempo percebeu a forte demanda nacionalista e adaptou a experiência russa à realidade vietnamita.



Figura 15.3: Ho Chi Minh em 1946.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Ho_Chi_Minh_1946_cropped.jpg

A II Guerra Mundial e suas implicações: a luta pela liberdade, contra o fascismo, e a Revolução Anticolonial

A II Guerra Mundial inaugura uma nova e importante fase para a resistência vietnamita. A posição geográfica da Indochina, estratégica para o conflito, insere a luta pela liberdade do Vietnã em um conflito de dimensões e implicações ainda maiores, e a luta anticolonial torna-se também uma luta antifascista.

Com a derrota francesa para a Alemanha em 1940, foi estabelecido o governo colaboracionista em Vichy, no sul da França. Nesse mesmo ano, a metrópole, então sob ocupação nazista, permite que o Japão, aliado da Alemanha, ocupe militarmente o Vietnã e tenha liberdade para usar exércitos e bases militares vietnamitas, assim como os recursos energéticos e a produção agrícola para seus próprios fins.

As consequências foram trágicas. Os vietnamitas viveram um período de exploração e brutalidade extremas, e insurreições eclodiram por toda parte. Ainda assim, França e Japão acreditavam poder disputar entre si a simpatia da população, e enquanto a primeira promovia uma propaganda que lembrava aos vietnamitas sua própria história de resistência ao Japão, a segunda procurava vender a imagem de uma Ásia harmoniosamente unificada. Como você pode imaginar nenhuma política coerente a uma ou outra propaganda foi posta em prática, de forma que ambas contribuíram para reforçar o nacionalismo vietnamita.

O VNQDD, aliado natural dos nacionalistas chineses, estava internamente enfraquecido. Sua ação não encontrava adesão popular e, se acaso o Guomintang pretendesse formar uma liga antijaponesa, precisaria incluir nela o PCI. Dessa forma, em 1941, Ho Ai Quoc deixa a China rumo ao Vietnã, onde reorganiza as bases comunistas e alia-se a movimentos sociais organizados para formar a Viet Minh: a Liga para a Independência do Vietnã.

O Viet Minh, a partir da propaganda política e do treinamento paramilitar, instalou-se em diversas partes do país e misturou-se aos camponeses e também aos operários. Enquanto isso as duas potências que então ocupavam o Vietnã, a França e a Japão, exigiam cada vez mais da colônia. A partir de 1942, houve um aumento significativo dos impostos e a produção agrícola foi destinada a atender as demandas desses dois países. Como consequência, cerca de 2 milhões de vietnamitas morreram durante a *grande fome* de 1944. Nesse cenário desolador, o Viet Minh cumpriu importante papel: construiu abrigos para a população, estocou alimentos, abriu escolas de alfabetização e de treinamento guerrilheiro, enquanto nas cidades as greves eclodiam.

Os levantes anticoloniais desencadearam fortes represálias por parte dos invasores. Vilas inteiras foram bombardeadas ou incendiadas, populações foram massacradas e milhares de prisioneiros foram executados. Portanto, como você pode perceber, conforme a administração francesa e a presença japonesa iam brutalizando e pressionando a população, o Viet Minh ia conquistando sua simpatia, sua adesão, ao mesmo tempo em que acionava importantes sentimentos coletivos, não apenas relacionados à luta anti-imperialista e à questão da libertação nacional, mas destas vistas como possibilidade de construção do *novo*.

O Fim da II Guerra: a primeira independência e a fundação da República Democrática do Vietnã

Você analisou como a II Guerra Mundial conferiu contornos especiais à luta pela independência no Vietnã. Agora você verá que tanto quanto no começo, a posição estratégica da Indochina tornou o território um importante palco também após o fim do conflito.



Figura 15.4: Bandeira do Vietnã.

Em março de 1945, as tropas japonesas atacaram e expulsaram os franceses da Indochina e declararam a independência do Vietnã. No entanto, como você pode supor, ao declarar o Vietnã independente – com relação aos *franceses* –, os japoneses não estavam propriamente preocupados com a autonomia do povo vietnamita. Ao contrário, este evento insere-se em um contexto complexo, que envolvia ao mesmo tempo, uma tentativa de controlar o avanço do PCI nas lutas de libertação nacional, consolidar a posição do Japão como potência asiática e, ainda, marcar posição na Guerra Mundial diante da França, agora livre do domínio nazista.

O governo instituído pelo Japão, mesmo tendo os vietnamitas Bao Dai como imperador e Tran Trong Kim como primeiro-ministro servia aos interesses japoneses, e setores fundamentais da administração estavam sob o controle direto deles. Em todo o território eclodiram revoltas e, em maio de 1945, foi criado o Exército de Libertação do Vietnã, liderado pelo Viet Minh, que empreendeu uma série de ataques a partir dos quais se foram ampliando as áreas libertadas.



Figura 15.5: Bao Dai.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a6/%E4%BF%9D%E5%A4%A7%E7%9A%87%E5%B8%9D_%E5%9D%90%E5%83%8F.jpg

O desfecho da II Guerra, com a derrota das nações do Eixo, seguida do lançamento das duas bombas atômicas sobre o Japão, obrigou o país a entregar o governo a Bao Dai e a voltar-se para os conflitos dentro de seu próprio território. Você não pode se esquecer, no entanto, de que se tratava de um governo pró-Japão e, embora recolhidas em seus quartéis, as tropas japonesas ainda permanecem no Vietnã.

Nesse contexto, o Viet Minh criou um governo provisório que tinha Ho Chi Minh como presidente. A adesão social ao movimento culminou na abdicação de Bao Dai e na proclamação da República Democrática do Vietnã (RDV), em 30 de agosto de 1945.

A República Democrática do Vietnã e o contra-ataque francês

Como você deve ter em mente, esses acontecimentos tiveram lugar no conturbado contexto do fim da II Guerra Mundial, e a RDV, apesar da vitória árdua, encontrava-se em uma situação muito delicada. Chineses haviam entrado no território pelo norte, atendendo aos seus próprios interesses ao reforçarem o VNQDD e aos interesses do imperialismo norte-americano, de que eram aliados no plano internacional. Ingleses invadiram pelo sul, libertando prisioneiros de guerra e fragilizando o poder do Viet Minh na região.

Havia ainda os milhões de vietnamitas desolados pela fome e os outros milhões já mortos em virtude dela. E não nos esqueçamos do VNQDD, que, embora enfraquecido internamente, se comparado com o Viet Minh, ainda representava uma força com um projeto político distinto para o Vietnã e contava com o apoio dos chineses.

Apesar disso, o governo provisório presidido por Ho Chi Minh tentou articular as providências necessárias à reestruturação do país com o contexto inflamável que se apresentava. Embora ainda guiado por ideais marxistas, dissolveu o partido como forma de agregar os nacionalistas e obter consenso nacional e empreendeu uma tímida reforma agrária, como forma de sanar o problema da fome sem atirar os conservadores.

"E a França?", você deve estar se perguntando. A França pretendia a todo custo restabelecer seu domínio colonial, mas imediatamente após a II Guerra, o país encontrava-se debilitado demais para iniciar uma reconquista. A solução, a princípio, foi recusar-se a reconhecer o governo de Ho Chi Minh mesmo após este vencer com quase 90% dos votos as eleições de janeiro de 1946.

Ainda nesse mesmo ano, contudo, a sorte francesa começou a mudar. Os chineses, que haviam ocupado o norte do Vietnã, cederam este território à França em troca de benefícios, ao mesmo tempo em que tropas francesas ocuparam as principais cidades da Cochinchina.

Ho Chi Minh aceitou a ocupação do norte em troca do reconhecimento da República Democrática do Vietnã (RDV), que surgia, então, como Estado livre, mas não autônomo, integrado à União Francesa. Não faz parte desse acordo a Cochinchina, que ganhou um governo provisório, criado pela França. A harmonia, no entanto, era apenas aparente: o VNQDD, que apesar da votação irrisória foi contemplado com cadeiras na Assembleia Constituinte na RDV, boicotou a diplomacia do Viet Minh no norte, promovendo atentados contra os franceses. Como consequência, o Viet Minh atacou e dissipou o VNQDD e isolou política e economicamente os territórios ocupados pelos franceses.

A guerra franco-vietnamita

Você deve se lembrar que a RDV foi reconhecida como um Estado livre pela França, mas não como um Estado autônomo. Dessa forma, a França procurava adaptar-se ao neocolonialismo à moda inglesa e concedia ao Vietnã uma liberdade relativa, cuja condição era, em última instância, a sujeição deste governo aos interesses franceses. E a RDV procurou seguir à risca essa condição, como forma de evitar o confronto.

No entanto, isto se tornou inevitável em outubro de 1946, quando a França exigiu participação nos lucros no único imposto que o governo cobrava. A RDV negou, o que resultou na ofensiva francesa que bombardeou e ocupou Haiphong. Teve início então a guerra franco-vietnamita. Estradas, ferrovias e pontes foram destruídas pelo Viet Minh, cidades foram evacuadas e as populações refugiaram-se nos campos: era a já tradicional tática de guerrilha vietnamita.

Os Estados Unidos intervieram, trazendo de volta o imperador exilado Bao Dai e assim a França reconheceu a independência do Vietnã, que não incluía a Cochinchina. Podemos dizer que, a partir da interferência norte-americana, o conflito começava a ganhar mais

o tom das disputas que caracterizariam os anos da Guerra Fria e menos o de disputas imperialistas.

Você deve estar se perguntando como, em um país com forte tradição nacionalista e no qual, durante um curto espaço de tempo, tantos episódios foram protagonizados pela mobilização popular, um governo pôde instituir-se tão rapidamente pela força. Evidentemente, no entanto, Bao Dai não retornaria ao poder se também ele e o projeto político por ele representado não contassem com o apoio de diversos setores da sociedade, sobretudo no sul ou, ao menos, não representasse algum *conforto* e melhores expectativas de futuro do que aquelas sintetizadas pelos comunistas.

É importante também que você contextualize esses acontecimentos para além da Indochina e, desse ponto de vista, a nova ordem *bipolar* da Guerra Fria adquiria enorme importância. Assim, a Fundação da República Popular da China, em 1949, representou um primeiro golpe contra os interesses norte-americanos, na Ásia. No Vietnã, o governo de Bao Dai prosseguia sendo auxiliado e ao mesmo tempo controlado pelos franceses, que insistiam na manutenção de estruturas coloniais.

Em 1950, China e União Soviética reconheceram a República Democrática do Vietnã, enquanto os Estados Unidos auxiliavam os franceses com recursos militares e financeiros para que o avanço das lutas de libertação nacional fosse contido. Como você pode imaginar, a Ásia Oriental tornou-se um destacado palco no cenário da Guerra Fria.

As baixas francesas tornaram-se uma constante e o Viet Minh ocupou as zonas libertadas, empreendendo políticas de Estado que solidificaram a sua base camponesa. Foi criado, então, o Partido dos Trabalhadores do Vietnã (Lao Dong), uma continuidade do extinto PCI que propunha o alargamento da base social da revolução vietnamita.

Em 1951, a França pediu auxílio aos EUA, que enviou armamentos a Bao Dai e iniciou seu processo gradual de intervenção direta no território. É muito interessante você perceber, como já

mencionamos, a “transferência” da guerra: aos poucos, a guerra deixava de ser de *libertação nacional* contra os domínios franceses para se tornar uma disputa por áreas de influência em um contexto de Guerra Fria. Assim, o interesse dos norte-americanos no conflito aumentava, enquanto diminuía a popularidade da guerra entre a opinião pública francesa.

Em julho de 1953, aconteceu a Conferência de Genebra, da qual participaram a República Democrática do Vietnã, o Reino do Vietnã, os Estados Unidos, França, Inglaterra, Camboja, Laos, República Popular da China e União Soviética. Nela ficou estabelecido um acordo de cessar fogo, além de uma divisão temporária do Vietnã, que deveria durar até 1956, ano para o qual estavam previstas eleições para um governo unificado. Com a divisão, ao norte estaria o Viet Minh, com seu projeto político socialista, e ao sul o reino chefiado por Bao Dai, ocupado por forças francesas e de orientação capitalista neocolonial.

Descontentes com os acordos de Genebra, dada a popularidade do Viet Minh e o sucesso das independências no Laos e no Camboja, os Estados Unidos não mediram esforços para marcar sua presença no território. Ngo Dinh Diem, um político de educação ocidental, foi escolhido primeiro-ministro de Bao Dai por imposição norte-americana e, em 1954, foi criada, também por iniciativa dos Estados Unidos, a Organização do Tratado da Ásia do Sudeste (OTASE), que garantia a intervenção na Indochina pelos países integrantes. As eleições de 1956 que unificariam o país, acordadas na Conferência de Genebra, não aconteceram, assim como os presos políticos não foram libertados. Ao contrário, o governo Bao Dai/Diem empreendeu uma cruzada anticomunista no sul, dizimou a resistência e investiu em propaganda internacional que legitimava o regime apesar dos acordos de 1953 não serem respeitados. Como você pode imaginar, esses acontecimentos estão em concordância com a política norte-americana durante a Guerra Fria.

Também o governo do Viet Minh foi influenciado pelo desenrolar da Guerra Fria. Desde a morte de Stalin e o fim da

Guerra da Coreia, em 1953, a orientação das potências socialistas era evitar o confronto militar com os Estados Unidos, de forma que a política de Ho Chi Minh em relação à pressão de Diem no norte e ao descumprimento dos acordos de Genebra foi caracterizada pela não ação. O governo do norte contava ainda com problemas internos: as tentativas de industrialização não chegaram a concluir-se e as de reforma agrária foram, em muitos aspectos, infelizes, gerando insatisfação popular e insurreições camponesas.



Atende ao Objetivo 1

1. William J. Duiker, na sua biografia sobre o líder vietnamita Ho Chi Minh, escreve que: *"a questão não é se ele era um nacionalista ou um comunista. À sua maneira, ele era os dois ao mesmo tempo"*.

Explique como e por que o nacionalismo vietnamita encontrou no comunismo sua forma de expressão.

Resposta Comentada

Aqui é interessante que você considere ao mesmo tempo o contexto mais amplo que envolveu as então colônias europeias a partir da I Guerra Mundial e, principalmente, a partir do fim da II Guerra, em 1945. Tente levar em consideração a emergência e a importância das lutas de libertação nacional nestes países, as quais, em muitos deles, resultou na percepção do socialismo como instrumento de libertação contra a dominação imperialista. Também a emergência do terceiromundismo pós-II Guerra tem aí importante papel. Não esqueça de mencionar as especificidades daquela região: o impacto da Revolução Russa na Ásia Oriental e a Revolução Chinesa em 1949 como partes de um amplo contexto que, de alguma forma, tiveram repercussões centrais no Vietnã. Além disso, não deixe de mencionar o contexto interno: a luta contra o colonialismo francês e, a partir de certo momento, também contra a invasão japonesa; as fortes resistências, desde muito, impostas aos invasores. Todos são aspectos fundamentais que ajudam a compreender a associação das lutas de libertação nacional ao socialismo.

A Guerra Civil no sul e a Frente Nacional de Libertação

A pressão norte-americana sobre a resistência no sul estendeu-se até a França. Em 1955, um plebiscito derrubou a monarquia de Bao Dai que foi então substituída por uma república, chefiada por Diem, que, apoiado pela Central de Inteligência Norte-Americana (CIA), perseguiu não apenas a base do Viet Minh, mas também os conservadores que apoiavam os franceses. No ano seguinte, o monarca teve de abandonar o território juntamente com os franceses, que perderam de vez a influência na região para os norte-americanos.

A violência aumentou a partir de 1956 e foi marcada pela perseguição política e de minorias étnicas e religiosas. O aparato repressor do Estado realizava massacres, expropriações, torturas, censura e execuções. Dessa forma, mesmo grupos antes colaboracionistas viram-se perseguidos e insurreições isoladas

começaram a se alastrar pelo sul. No entanto, a resistência só se tornou organizada em 1960.

Esta década, aliás, inaugurou uma nova atitude. Em dezembro, uma ampla frente, formada por diversos partidos e movimentos organizados, fundou a Frente Nacional de Libertação do Vietnã do Sul (FNL). A FNL apropriou-se de diversas práticas e estruturas deixadas pelo Viet Minh, mas, ao contrário deste, procurava se infiltrar no Estado para combatê-lo por dentro. Para essa Frente, a RDV significava o *verdadeiro Vietnã*, que derrotou os franceses pela luta revolucionária, enquanto o sul era visto como um herdeiro da administração colonial.

Como você viu anteriormente, o governo chefiado por Diem no sul do Vietnã era controlado pela política norte-americana. Sendo assim, você pode imaginar que quando esse governo começou a perder popularidade, perdeu também o apoio, já que os interesses norte-americanos não estavam mais assegurados. Dessa forma, embora a repressão contra a FNL tenha sido encabeçada taticamente pelos EUA, quando suas consequências foram o apoio popular à guerrilha e o desprestígio de Diem, em 1963 a CIA apoiou um golpe militar para depor o ditador, que foi, então, assassinado.

Nesse momento, a situação no sul já se encontrava crítica e a FNL controlava mais da metade do território. Os EUA recorreram a uma propaganda que procurava angariar legitimidade no âmbito internacional, ao responsabilizar o Viet Minh pelos fracassos no sul. Apesar da propaganda, no entanto, a presença norte-americana no sul reforçava internamente a causa nacional, assim como a presença francesa na era de Bao Dai o fizera, dificultando a conquista da legitimidade para o governo de Saigon. A esse fato você pode acrescentar o de que o governo Viet Minh não contava com tropas das potências socialistas para apoiá-lo, apresentando-se, portanto, como um governo genuinamente vietnamita, ao contrário do sul. Perdendo vertiginosamente o controle do sul, os EUA voltam-se para o norte.



Figura 15.6: Ngo Dinh Diem.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9b/Ngo_Dinh_Diem_-_Thumbnail_-_ARC_542189.gif

A Guerra do Vietnã

Como você pôde ver no item anterior, a situação no sul representava um verdadeiro pesadelo para os EUA, que optaram por avançar com a guerra para o norte como forma de evitar a derrota que já se anunciava. O pretexto: armas chinesas e soviéticas encontradas com os resistentes do sul teriam sido fornecidas pela RDV e, logo, era preciso cortar o mal pela raiz. O ataque começou em fevereiro de 1965, ano em que cerca de 25 mil G1s (soldados norte-americanos) desembarcaram na região. Em 1968, esse número havia subido para 600 mil! Como você pode perceber, portanto, a maior potência militar capitalista do pós-guerra investiu pesado contra o Vietnã, que até pouco tempo antes era considerado de forma secundária no complexo cenário político internacional que marcou as primeiras décadas do pós-guerra.

E quais eram as motivações dos EUA? Por que isso aconteceu? Em primeiro lugar, os norte-americanos acreditavam que podiam: a vitória era tida como certa. Depois, como você viu anteriormente, havia os interesses na Ásia oriental. E, além disso, submeter um Estado revolucionário poderia neutralizar as revoluções terceiro-mundistas na região e reforçar a autonomia norte-americana internamente, entre seus próprios aliados. E, além disso, seria um bom exemplo de força aos adversários de Guerra Fria, os soviéticos.



A guerra no cinema

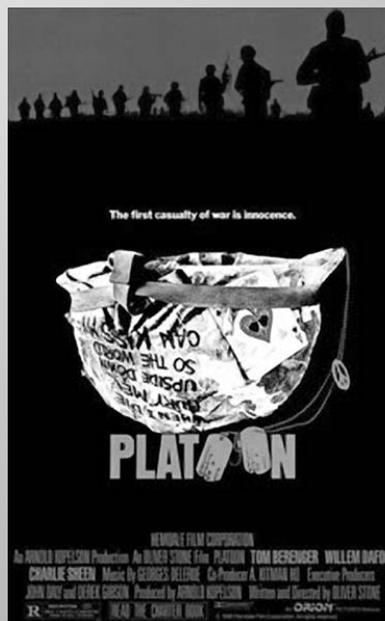


Figura 15.7: Destroyer B-66 e quatro aeronaves F-105 norte-americanas bombardeando a RDV.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Bombing_in_Vietnam.jpg

O cinema retratou exaustivamente o conflito entre EUA e Vietnã. Existe uma longa lista de filmes que trata do tema sob as mais variadas perspectivas. E como a maior parte deles são produções norte-americanas, é interessante observar como as disputas de memória e as batalhas ideológicas podem ser ilustradas com esses filmes.

Em 1979, o diretor Francis Ford Coppola lançou *Apocalypse Now* e, em 1986, Oliver Stone lançou *Platoon*. Ambos apresentam em seus filmes uma crítica à política bélica norte-americana e à ideologia capitalista, ao representarem a carnificina, a loucura e a violência da guerra. Em uma linha completamente oposta, Ted Kotcheff lançou, ao longo dos anos 1980, a série de filmes *Rambo*, produções que reafirmam a ideologia capitalista e a força militar estadunidense, ao retratar um soldado dos Estados Unidos que, sozinho, luta contra os vietnamitas comunistas sanguinários.



Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/
File:Platoon_posters_86.jpg](http://en.wikipedia.org/wiki/File:Platoon_posters_86.jpg)



Figura 15.8: Camponeses vietnamitas suspeitos, detidos pelo exército norte-americano em 1966.

Fonte: <http://en.wikipedia.org/wiki/File:Communistvillagers1966.jpg>

E se a vantagem numérica e tecnológica dos EUA era indiscutível, o que saiu errado? Como essa guerra tornou-se um insólito episódio de vitória do mais fraco?

Ora, vimos anteriormente que a mera presença norte-americana configurou-se num elemento que deslegitimava a empreitada. Um amplo movimento organizado de resistência, que contava com forte adesão social já atuava há tempos no território. O envolvimento da população na resistência, inclusive, foi fundamental. Milícias populares foram responsáveis pelo abate de inúmeros aviões e o faziam com qualquer arma que estivesse à mão.

Além disso, os EUA estavam preparados para uma guerra clássica, à moda ocidental, enquanto a FNL, assim como a RDV, estavam habituadas à tática da guerrilha, já bastante praticada em

seu próprio território e que conheciam bem. Território este que, aliás, causou muitos transtornos aos soldados americanos, não habituados ao clima, ao terreno, aos insetos e aos densos matagais onde se viam embrenhados.

Não obstante, nações socialistas ajudaram os vietnamitas a modernizarem suas tropas. Portanto, além dos ataques noturnos e às retaguardas, dos túneis, das arapucas e armadilhas, a RDV e a FNL contaram com o auxílio de artilharia antiaérea, mísseis e alguns caças. Ainda assim, nada se comparava ao poderio militar dos Estados Unidos e não serviria como desculpa para a derrota norte-americana. Além disso, as milícias populares tiveram um papel protagonista na guerra.

Como você deve estar imaginando, a guerra apresentou aos EUA dificuldades e intempéries no mínimo imprevistas. E em janeiro de 1968 a *ofensiva do Tet*, desencadeada pela FNL, representou um marco do conflito.

A ofensiva do Tet consistiu num ataque simultâneo às principais cidades e bases militares norte-americanas do Vietnã do Sul. A resistência vietnamita sofreu uma espetacular baixa, durante e após a ação, mas ainda assim esta é considerada a maior derrota estratégica dos Estados Unidos, que teve sua vulnerabilidade no território escancarada pela FNL.



Presidentes norte-americanos durante a Guerra do Vietnã

- John F. Kennedy (1961-1963).
- Lyndon B. Johnson (1963-1969).
- Richard Nixon (1969-1974).
- Gerald Ford (1974-1977).



A ofensiva do Tet, 1968, e os protestos pacifistas norte-americanos

A Guerra do Vietnã, a primeira guerra da era moderna, com ampla cobertura midiática e televisiva, principalmente, esteve no centro dos protestos que marcaram os protestos estudantis e pacifistas durante o intenso ano de 1968, em todo o mundo. Particularmente, nos Estados Unidos, país envolvido no conflito, as repercussões foram bastante expressivas. A ofensiva do Tet, especificamente, e a confrontação pela primeira vez com a possibilidade da derrota, marcou uma importante virada na opinião pública estadunidense. Os protestos contra a guerra, até então restritos a grupos específicos da sociedade, particularmente entre os meios da contracultura jovem, ganharam a sociedade que, então, passou a exigir, massivamente, a retirada das tropas norte-americanas do Vietnã.

A vietnamização do conflito

Os Estados Unidos viram-se obrigados a repensar sua posição no Vietnã por diversas razões. A ofensiva do Tet havia chocado todas as forças conservadoras e, internamente, diversos setores questionavam a utilidade da guerra. Como vimos acima, a Guerra do Vietnã estava na pauta de diversas das manifestações do *ano quente* de 1968. E, nos Estados Unidos, mesmo aqueles que não estavam tão interessados na autonomia dos povos, preocupavam-se com o orçamento norte-americano, que então se encontrava ameaçado com as despesas de uma guerra sem fim.

Em 1969, Richard Nixon foi eleito presidente nos EUA e iniciou sua política de vietnamização do conflito, que consistia basicamente em retirar gradualmente os soldados norte-americanos, prometendo auxílio financeiro e tecnológico ao governo do sul.

Nesse mesmo ano, a FNL começou a criar nas áreas libertadas o Governo Revolucionário Provisório da República do Vietnã do Sul (GRP). O que antes era apenas a perda de popularidade da guerra, no território dos EUA, começou a se agravar e as Forças Armadas norte-americanas passaram a ser acusadas pela opinião pública mundial de cometer uma série de atrocidades contra as populações locais. Ainda assim, Nixon continuou procurando uma *saída honrosa*, razão pela qual recorreu à diplomacia, manobrando Pequim e Moscou para pressionarem a RDV. Em 1972, a República Democrática do Vietnã atacou violentamente os exércitos oficiais do sul e os EUA tiveram de intervir. Apesar dos protestos pela paz se alastarem pelo mundo, os bombardeios norte-americanos continuaram a assolar o norte vietnamita. A RDV, apoiada pela União Soviética, revidou à altura. Diante do enfraquecimento de Washington, os EUA foram obrigados a retomar as negociações. Em 1973, foram assinados em Paris os acordos de cessar-fogo e uma orientação foi dada ao Vietnã: é mais sábio não tratar os EUA como vencidos.

Nos acordos, ficava estabelecida a retirada das tropas norte-americanas e o reconhecimento dos dois exércitos e das duas administrações do Vietnã do Sul: a GRP e o governo de Saigon, presidido por Van Thieu. Homens de confiança dos EUA, no entanto, permaneceram como colaboradores de Saigon, que prosseguiu não libertando presos políticos e atacando zonas da GRP. A renúncia de Nixon em 1974, no entanto, resultou no abandono dos exércitos de Thieu, por falta de recursos e apoio interno.

A RDV e a FNL empreenderam então a batalha pela unificação do país e, em 30 de abril de 1975, alcançaram seu objetivo e cruzaram, com tanques e soldados, os portões do palácio presidencial. Era o fim da guerra que os vietnamitas chamam de

“guerra americana”, que matou cerca de 58 mil norte-americanos e 3 milhões de vietnamitas.



Vietcongs

A propaganda norte-americana apelidou os militantes da FNL de *vietcongs*. A expressão significa, literalmente, *comunistas vietnamitas*. Seu uso tinha como objetivo desmoralizar internacionalmente a resistência como uma ação isolada de grupos comunistas, sem adesão social.



Atende ao Objetivo 2

2. Em 2005, o Vietnã comemorou, em cerimônias oficiais, o aniversário da vitória sobre os Estados Unidos. Na ocasião, Luu Van Kien, membro do comitê de organização do Ministério da Cultura afirmou que “As cerimônias terão o objetivo de reavivar o patriotismo e o orgulho nacional dos vietnamitas, particularmente das jovens gerações”. Na mesma ocasião, o especialista em Vietnã John Hopkins disse que “A vitória de 1975 justifica a linha política do partido e do Exército durante os 30 anos de guerra. A vitória contra a agressão estrangeira também representa uma fonte de legitimação para o PCV”.

Com base nesses comentários e no que você leu ao longo da aula, explique de que forma a história o Partido Comunista do Vietnã confunde-se com a história da guerra e que papel essas histórias têm na comemoração.

Resposta Comentada

Aqui é interessante que você analise a dinâmica entre os movimentos de libertação nacional, a formação do Partido Comunista do Vietnã e a fundação da República Socialista do Vietnã. Na sua análise, procure considerar de que forma a consolidação de um regime político esteve ligada à trajetória de emancipação daquele povo, bem como de que formas a vitória militar imposta à nação mais poderosa do mundo ajudou a consolidar o regime socialista no Vietnã. Tente compreender estas questões a partir das especificidades do contexto da Guerra Fria e da forte oposição entre capitalismo e socialismo que marcou o mundo durante este período.

Reconstrução e unificação

Como você deve imaginar, décadas de guerra arrasaram o território e a população vietnamita. Além disso, a divisão política do país gerou uma divisão social, resultado das diferentes orientações econômicas dos dois projetos políticos desenvolvidos.

No sul, os problemas eram enormes. Nas décadas anteriores, o processo de ocidentalização havia gerado um forte deslocamento dos campos para as cidades, praticamente inexistia a agricultura e o sul importava alimentos. Essa numerosa população urbana ficou estagnada após a saída dos norte-americanos, pois a maior parte das atividades econômicas dependia da presença estrangeira. Eram milhares de pessoas dedicando-se ao tráfico, à prostituição, ao crime e outras milhares dependentes dos donativos norte-americanos.



Figura 15.9: 35 refugiados vietnamitas resgatados em 1984.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:35_Vietnamese_boat_people_2.JPG

No norte, a guerra havia abalado, sobretudo, a indústria e o sistema de transporte. A agricultura também foi fortemente atingida com os bombardeios químicos, que inutilizaram muitas zonas rurais.

A paz, portanto, trouxe consigo novos desafios aos vietnamitas.

Em 1976, os partidos trabalhistas do norte e do sul uniram-se e criaram o Partido Comunista do Vietnã. No mesmo ano, foram realizadas eleições e a Assembleia votou pela unificação, de forma que foi fundada a República Socialista do Vietnã. Mas, apesar da unificação política, duas sociedades, com duas economias, continuavam a existir. No norte, a socialização da economia havia sido iniciada há décadas e assim prosseguia. Mas no sul era difícil, como você pode imaginar, “convencer” uma população habituada

à lógica da sociedade de consumo, das benesses do socialismo e da economia planificada.

Diante desse problema, o Estado evitou a radicalização: empreendeu políticas de reeducação política enquanto fortalecia a administração como forma de orientar a economia.

No fim dos anos 1970, enquanto ainda procurava resolver os inúmeros problemas internos, o Vietnã viu-se envolvido em mais uma crise externa. Um golpe no Camboja instituiu a República Democrática do Kampuchea, governo que empreendeu uma política violenta e xenófoba.

E como o Vietnã envolveu-se nisso? A República Democrática do Kampuchea contestava determinadas regiões na fronteira entre os dois países, chegando mesmo a exigir do Vietnã a devolução de determinados territórios. Além disso, boa parte dos expulsos e refugiados de Kampuchea exilaram-se no Vietnã, onde fundaram a Unidade Nacional do Kampuchea para a Salvação Nacional (FUNKSN), com o apoio do governo vietnamita.

Em 1978, o Vietnã interveio no Camboja, invadindo o território com 200 mil soldados, e com o apoio da FUNKSN, derrubando o governo. Isso piorou as relações com a China, aliada do Camboja, que chegou a invadir brevemente o Vietnã no ano seguinte. Não obstante, com a intervenção soviética no conflito, os chineses acabaram recuando.

Isolado no seu território e atacado por seus vizinhos, o Vietnã recorreu à União Soviética, fortalecendo os laços de dependência. Interessante percebermos como os conflitos na península indochinesa neste momento opuseram, mais uma vez, União Soviética e República Popular da China, países rivais desde a ruptura sino-soviética na década anterior. E se os problemas com a unificação do território já eram grandes desafios, dada as diferenças entre os dois polos e o legado da guerra, eles eram agravados com o isolamento e a dependência da União Soviética.



A ditadura de Pol Pot no Camboja

Saloth Sâr, mais conhecido como Pol Pot – codinome que acabou adotando quando de sua ascensão ao poder no Camboja –, foi o dirigente político e militar dos Khmers Vermelhos. Estes, por sua vez, compunham um movimento político e militar comunista, de inspiração maoísta, no Camboja, durante os anos 1960 e 1970. Em fins da década de 1960, a guerra que os Estados Unidos empreendem contra o Vietnã chegou, finalmente, ao Camboja. Então, os comunistas do país impuseram forte oposição ao governo do marechal Lon Nol, originado de um golpe de estado dado em 1970 com apoio da CIA e do Vietnã do Sul.

Em 1975, Saloth Sâr, à frente dos Khmers Vermelhos, toma finalmente o poder no Camboja, adotando para si próprio o título de "o irmão número um" e preferindo, a partir de então, ser chamado de Pol Pot. Foi com este nome que passou à história, como um dos mais terríveis ditadores dentre os muitos que o século XX conheceu. Pol Pot governou o Camboja durante quatro anos e, neste período, perpetrou diversos crimes contra a humanidade. O regime foi implacável, tendo atingido particularmente a população urbana e os intelectuais. Prisões estatais foram criadas em todo o país, sendo o S-21, localizado em Phnom Penh, capital do país, o mais temido dentre todos os centros de detenção do período. Por ali, estima-se terem passado, entre 1975 e 1979, mais de 20.000 prisioneiros, incluindo muitas crianças. Apenas sete sobreviveram. Os internos eram, em seguida, levados para campos de execução, onde eram mortos. Um deles, o de Choeung Ek, 17 km a sudoeste de Phnom Penh, é agora um memorial onde estão os restos mortais das numerosas vítimas do regime.

O Vietnã experimentou avanços, é verdade. Apesar dos desastres naturais que arrasaram as colheitas e fizeram muitas vítimas no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, o país avançou na educação e empreendeu uma reforma agrária, visando equilibrar, ainda que parcamente, a agricultura.

No entanto, a reforma no sul encontrava muitos problemas. A tentativa de deslocar populações para o campo, a estatização de alguns setores comerciais e os campos de reeducação política, assim como os surtos de fome, levaram muitas pessoas a deixar o país.

Essas pessoas ficaram conhecidas como *boat people*, porque fugiam em embarcações precárias. Quase 1 milhão de pessoas deixaram o Vietnã entre o fim dos anos 1979 e início dos 1980, gerando uma profunda crise humanitária e também diplomática, já que a imprensa internacional apresentou-os como perseguidos políticos. Muitos foram enviados a campos de refugiados em países como: Malásia, Tailândia, Filipinas, Indonésia e Hong Kong, onde, segundo relatos de alguns *boat people*, as condições de trabalho eram terríveis.

A crise dos anos 1980: o fim da Guerra Fria e do apoio soviético

Os anos 1980 marcaram o progressivo desengajamento da União Soviética em relação às nações socialistas. E você pode imaginar de que forma isso repercutiu no Vietnã. Ainda desestabilizado economicamente, sofrendo de surtos de fome, isolado na Indochina, criticado internacionalmente, o país dependia profundamente do apoio soviético.

Diante da enorme crise que se apresentava, o VI Congresso do Partido Comunista decidiu, em 1986, pela reforma. Com essa decisão, o governo vietnamita antecipava-se à queda da União Soviética e ao colapso do Leste Europeu, pois adaptava, em parte, sua economia planificada às demandas de uma economia de mercado, mantendo, todavia, o forte papel e a orientação do Estado.

Assim como a China, o Vietnã adotou o chamado *socialismo de mercado* (lembremos do que estudamos na Aula 10, a respeito do processo de abertura da economia chinesa), adaptando seu sistema econômico às transformações econômicas que viriam a assolar as nações socialistas no fim da Guerra Fria.

Doi Moi

As reformas empreendidas pelo governo ficaram conhecidas como Doi Moi, que apropriadamente significa “renovação”. Com o Doi Moi, a iniciativa privada foi autorizada e mais tarde incentivada. Os planos de coletivização da indústria e da agricultura foram abandonados. As empresas estatais ganharam relativa autonomia em relação ao núcleo administrativo do Estado e medidas econômicas, visando ao controle da inflação, começaram a ser tomadas.

Você deve estar se perguntando se tudo correu bem. Sobre tudo no fim da década de 1980, o Estado teve de tomar medidas drásticas para controlar a inflação e a desvalorização da moeda prejudicou profundamente quem vivia de salário fixo, provocando falências, o que naturalmente gerou profundo descontentamento. Além disso, a corrupção era um grave problema para a administração pública e, com o objetivo de solucionar o problema, ondas de demissões desestabilizavam o seu bom funcionamento.

As reformas no Vietnã, aliadas à retirada das tropas do Camboja em 1989, melhoraram a imagem internacional do país. Seus efeitos não foram sentidos imediatamente, e quando finalmente a URSS caiu, as reformas tiveram de ser aceleradas. A reforma, no entanto, abriu caminhos diplomáticos para romper o isolamento, agravado pela crise soviética, e funcionou como uma solução econômica no momento em que o apoio da URSS deixou de existir e as nações socialistas sucumbiram ante a crise econômica.

As reformas econômicas foram acompanhadas de um fechamento político. Desde o início de sua implementação efetiva, em fins dos anos 1980, a cúpula do governo rejeitou o multipartidarismo.

São permitidas as candidaturas de elementos independentes, mas não a existência de outros partidos, além do PCV.

Enquanto o mundo socialista vinha abaixo, no início dos anos 1990, arrastado pelo fim da URSS, o socialismo prosseguiu sendo reafirmado no Vietnã. E por quê? Como o Vietnã conseguiu manter seu regime político?

As reformas Doi Moi permitiram que o Vietnã rompesse o isolamento e adaptasse sua economia ao mercado, o que diminuiu consideravelmente a pressão internacional. Além disso, seu modelo político e econômico em muito se assemelha ao da China, que é uma enorme nação militarizada e industrializada, muito importante no jogo internacional, como você já estudou. A existência de um “paradigma chinês” auxilia e, de alguma forma, legitima os limites das reformas vietnamitas, que da mesma forma que a chinesa, não passa pelo processo de redemocratização do Estado, limitando-se à abertura econômica.

Quanto às condições internas, você pôde perceber ao longo desta aula que o socialismo não foi imposto no Vietnã por forças externas. Nasceu de uma demanda social e a luta pela sua implementação se confundiu em muitos aspectos com a luta pela libertação nacional, envolvendo profundamente toda a sociedade. Além disso, os comunistas vietnamitas habilmente adaptaram os ideais marxistas à sua realidade, às suas necessidades e à sua tradição. A base revolucionária do Vietnã e de muitos países asiáticos que passaram por essa experiência era camponesa e a revolução desenrolou-se, baseada no campo e na terra. Isso significa que os valores tradicionais dessa sociedade não foram eliminados na pauta revolucionária como aconteceu em muitos casos. Ao incorporar e envolver a sociedade no projeto revolucionário, a revolução tornou-se uma demanda social, atendia às necessidades da população. Isso explica a forte adesão social aos movimentos políticos durante os períodos de ocupação.

O Vietnã contemporâneo

A República Socialista do Vietnã, como o próprio nome diz, é um Estado socialista e de partido único. Sua constituição assegura o papel central do PCI e o secretário-geral do partido participa diretamente do Estado. O presidente da República é chefe de Estado e comanda as forças armadas, enquanto o primeiro-ministro é chefe de governo e preside o ministério.

Como você viu anteriormente, o processo de abertura econômica foi acompanhado por algumas tentativas de abertura política, ao que o Estado respondeu com acirramento e reafirmação do socialismo, de forma que o Vietnã fulgura como uma das poucas nações socialistas ainda existentes.

Você se lembra que no início da aula falamos que o território do Vietnã era dividido entre as regiões norte, centro e sul? Pois bem, essa divisão milenar deu-se em função das diferenças geográficas, mas nos dias de hoje ela persiste em virtude da economia e da política. E o que isso quer dizer?

Ora, você viu anteriormente que, quando o país foi unificado, tornaram-se gritantes as diferenças entre o norte e o sul. No norte, o regime socialista existia há décadas e a sociedade era predominantemente agrária, enquanto no sul havia ocorrido um processo de ocidentalização capitalista. Após a unificação, essas características influíram nos investimentos no Estado para cada uma dessas regiões.

No norte, onde o socialismo está enraizado, a liberalização econômica é muito restrita, ao mesmo tempo em que lá está o centro político do país. O sul, ao contrário, é mais populoso, urbanizado e vivencia o socialismo há menos tempo, de forma que lá o Estado resolveu desenvolver uma política econômica mais arrojada e é onde se concentram mais da metade dos investimentos financeiros.

Assim você percebe que o Estado conseguiu tirar proveito das diferenças entre as duas regiões para conciliar economia e política.

Onde o regime é tradicionalmente mais sólido, a economia é menos liberal e está o centro político. Já no sul, onde os ideais socialistas são menos sólidos e a população já tem um histórico de consumo capitalista, está o centro econômico e financeiro do país. Quanto ao centro, é a área menos povoada, tradicionalmente. Em virtude disso, tornou-se o alvo de fortes investimentos estatais, que visam forçar a população a ocupar a área.

A coerção do Estado ainda é forte e denúncias de perseguição política são constantes. Da mesma forma, as políticas governamentais causam descontentamento na população, que se vê forçada a ocupar áreas inóspitas do país.

Na década de 1990, o Vietnã prosseguiu crescendo. Avanços na educação, na saúde e no combate à pobreza são evidenciados em relatórios de instituições internacionais.

Houve melhorias também do ponto de vista das relações internacionais: em 1989, o país retirou suas tropas do Camboja e, desde 1992, retomou relações diplomáticas com a China, quando um pacto de cooperação econômica e partidária foi firmado como forma de proteger seus regimes políticos. Quanto aos Estados Unidos, a aproximação começou em 1993, partindo do Vietnã, que devolveu os restos mortais de 26 soldados norte-americanos aos Estados Unidos que, em resposta, rompeu o embargo econômico com o país. Dois anos depois, foram restabelecidas as relações diplomáticas entre as duas nações. Como você pode perceber, portanto, velhos ressentimentos foram flexibilizados por demandas econômicas e diplomáticas.

O Vietnã no mundo globalizado

Ao planificar sua economia e adaptá-la ao mercado, o Vietnã alcançou uma façanha: conseguiu modernizar a economia, mantendo as diretrizes de sua tradição. O desenvolvimento industrial do país orientou-se de forma a não eliminar a tradição agrária. Ainda hoje, mais de 50% da força de trabalho é empregada na agricultura, muito

embora a participação deste setor na produção econômica venha diminuindo gradualmente em relação ao setor industrial.

A forte crise econômica que abalou a Ásia em 1997, embora tenha sido sentida no Vietnã, não teve lá a mesma grave repercussão vista em outros países e rapidamente o país se recuperou. Da mesma forma, recuperou-se do baque sofrido pelo surto de gripe aviária, em 2004, e das constantes catástrofes naturais que comprometeram as colheitas.



Figura 15.10: A agricultura vietnamita.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Agriculture_in_Vietnam_with_farmers.jpg

O crescimento do país oscila em torno dos 7%, com satisfatório equilíbrio, e o PIB ultrapassa os 270 bilhões, dos quais 40% é oriundo de estatais. Um recente relatório do Programa das Nações Unidas reconheceu que o Vietnã é um dos poucos países em que a pobreza vem retrocedendo. O número de pessoas, que vivem abaixo da linha de pobreza é menor que o de países como China, Indonésia e Filipinas.

O Estado ainda enfrenta grandes problemas: as estatais tornam-se cada dia mais deficientes, a inflação demanda constantes

e bruscas intervenções e a corrupção corre a rédeas soltas, por mais demissões que se faça. Segundo os especialistas, esses problemas decorrem da própria estrutura do Estado, que sendo unificado e presente em todos os setores administrativos, dificulta a transparência das políticas públicas. O governo, contudo, admite o problema.



Figura 15.11: O prédio mais alto da cidade Ho Chi Minh. Trata-se de um centro financeiro.

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Bitexco_Financial_Tower_in_morning_sunlight.jpg

O alto crescimento demográfico ainda é uma grave preocupação no país. Em 2011, foi estimada uma população de mais de 86 milhões de pessoas, com crescimento de cerca de 2% ao ano, o que é alarmante para uma nação com poucos recursos naturais. Um outro grande problema social e humanitário no Vietnã é o tráfico de pessoas. O governo aprovou recentemente uma legislação antitráfico e um novo plano quinquenal para tentar

solucionar o problema, mas os progressos ainda são muito tímidos e milhares de vietnamitas são vítimas, em toda a Ásia, de trabalho forçado e de prostituição. Essa calamidade, no entanto, é contrastada com o baixo índice de analfabetismo, que não chega aos 6%, e de desemprego, que é de 4,6%. Esses são números muito significativos se você pensar que se trata de um país em desenvolvimento.

Em 2011, seis milhões de turistas visitaram o Vietnã, que vem investindo nesse setor. A cidade de Hanói, capital do país, é apontada em guias de viagem como sofisticado polo gastronômico, muito recomendado por especialistas. No que diz respeito ao turismo, Hanói traz em si os contrastes próprios da história do Vietnã moderno, oscilante entre a importância do socialismo para a recente história do país e os efeitos da recente abertura econômica: na mesma cidade você pode visitar o mausoléu de Ho Chi Minh e estar bem servido das grandes lojas e marcas típicas das economias de mercado capitalistas. Afastando-se um pouco da cidade, no entanto, você encontra as vastas plantações de arroz.

Um bom exemplo da estabilidade vietnamita é a recente crise econômica mundial, que assolou o mundo no fim dos anos 2000. O país, como a maior parte do globo, foi afetado: disparou a taxa de inflação, o crescimento caiu e empresas quebraram. O curioso, no entanto, é que o processo de crescimento econômico persiste e o desenvolvimento não foi interrompido. Em 2008, a produção agrícola superou a do ano anterior em quase 3 milhões de toneladas. As baixas em um setor são compensadas em outro e, dessa forma, desde que entrou na economia de mercado, o Vietnã experimentou momentos extremos de fragilidade, mas nunca sucumbiu.

Se o crescimento do Vietnã seguir o curso que o vem caracterizando, a estimativa é de que em 2025 o país seja uma das maiores economias do mundo. Esses prognósticos, no entanto, não são compartilhados por todos os especialistas. Para alguns economistas e cientistas políticos, daqui pra frente o crescimento econômico do país ficará estagnado, pois o avanço dependerá de uma reforma política na própria estrutura do Estado.

CONCLUSÃO

Como você pode observar, a Guerra do Vietnã é apenas um capítulo – ainda que muito importante – na história do Vietnã moderno. E, como todos os capítulos vivenciados pelo Vietnã no século XX, narra uma história de superação, adaptação e resistência, e essas são características que também marcaram a entrada do país no século XXI.

Em meio a tantas transformações vividas pelo país em menos de um século, há, contudo, uma constante: a tradição. Todas as reformas e renovações empreendidas pelo Vietnã passaram pelo filtro de sua tradição nacional. Nem o nacionalismo e nem o socialismo foram ideologias impostas aos vietnamitas por nações invasoras. Ao contrário, essas foram as ferramentas utilizadas para repelir as invasões, para superá-las, para resistir a elas.

As reivindicações de fundo nacionalista surgiram no Vietnã como uma demanda e uma resposta, ao mesmo tempo, para os problemas que a invasão francesa gerava. Compreender esse forte sentimento, que torna o lavrador um bravo soldado, torna menos surpreendente a vitória sobre os Estados Unidos, na medida em que compreendemos a grande arma do vietnamita: a sua tradição.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Você acompanhou nesta aula como o processo de construção do socialismo vietnamita deu-se de forma indissociavelmente ligada aos complexos contextos de sua época. Fortemente moldado pelas lutas de libertação nacional do pós-Segunda Guerra, bem como pelas conturbadas disputas da Guerra Fria. Dessa forma, os anos 1980, de crise para o

Guerra Americana. Assim, enquanto as instituições de mercado venham se disseminando na sociedade vietnamita, o socialismo como regime político se mantém como aspecto importante da cultura política vietnamita.

RESUMO

Nesta aula, você pôde conhecer melhor os processos de emancipação política vietnamita no contexto de descolonização, característico do pós-Segunda Guerra. Pôde compreender como, aos poucos, as lutas de libertação nacional adquiriram um caráter socialista, afinal vencedor. A partir daí, você acompanhou como se deu o processo de construção do socialismo no Vietnã, algo complexo, multifacetado, que possuía características próprias do contexto da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que as especificidades locais davam a este processo características extremamente particulares. Por fim, vimos o processo de abertura econômica do país ao longo da década de 1980 e de que forma o Vietnã enfrenta hoje os desafios da globalização.

História do Oriente

Referências

Aula 9

- ARENT, H. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.
- BEASLEY, W.G. *The Japanese experience. A short history of Japan*. Los Angeles: University of California Press, 1999.
- CHESNEAUX, Jean. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- FAIRBANK, J.K. e GOLDMAN, M. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- POMAR, W. *A revolução chinesa*: São Paulo: Unesp, 2003.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A construção do socialismo na China*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ROUX, Alain. *A China no século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.
- SPENCE, Jonathan. *Em busca da China moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- YAMASHIRO, J. *Japão: passado e presente*. São Paulo: Aliança Cultural Brasil-Japão, 1997.

Aula 10

- BRAND, Solange. Retour sur la Chine de la Revolution Culturelle. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris, outubro/2009. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/2009/10/BRAND/18201>.
- CHANG, Jung. *Cisnes selvagens: três filhas da China*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- DOMENACH, Jean-Luc. *Peut-on parler d'émergence chinoise?*. In: JAFFRELOT, Christophe (dir.). *L'enjeu mondial: les pays émergents*. Paris: Presses de Sciences Po – L'Express, 2008.
- FAIRBANK, J.K. e GOLDMAN, M. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2006.
- FRANSSEN, Peter. *Chine: la quête d'un modèle de développement*. In: <http://veillecommunisme.over-blog.fr/article-qu-est-ce-que-le-socialisme-de-marche-chinois-qu-est-ce-que-le-consensus-de-beijing-37243929.html>
- KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- POMAR, Wladimir. *A revolução chinesa*: São Paulo: Unesp, 2003.
- _____. *China: desfazendo mitos*. São Paulo: Página 13 e Publisher Brasil, 2009.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A construção do socialismo na China*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ROUX, Alain. *A China no século XX*. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.
- SPENCE, Jonathan. *Em busca da China moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- UNGER, Jonathan. *O regime autoritário na China e sua base social: a classe média*

urbana. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Vol.III – África e Ásia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Aula 11

CHATTERJEE, Partha. Comunidade imaginada por quem? In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 227-228.

DANIÉLOU, Alain. *A brief history of Índia*. Rochester, Vermont: Inner Traditions, 2003.

DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.

GARAUDE, Pauline. *Inde: histoire, société, culture*. Paris: La Decouvert, 2011.

LANDY, Frédéric. *L'Inde ou le grand écart*: Paris: la documentation française, dossier, n. 8060, nov./déc., 2007.

LECLERCQ, Jeanne. *L'Inde face à la crise*. Disponível em: <<http://inde.aujourdhuilemonde.com/linde-face-la-crise>>. Acesso em: 06 out. 2011.

LINHARES, Maria Yedda. Descolonização e lutas de libertação nacional. In: AARÃO REIS FILHO; Daniel; FERREIRA; Jorge, ZENHA; Celeste. *O século XX: o tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 35-64. v.3.

MIGUEL, Sinuê Neckel. *Gandhi e a verdade: reflexões entre autobiografia e história*. Aedos, Porto Alegre, 2011.

MISHRA, Pankaj. *Tentações do ocidente: a modernidade na Índia, no Paquistão e mais além*. São Paulo: Globo, 2007.

PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SPEAR, Percival. *Historia de la India II*. Cidade do México: Fondo de Cultura Econômica, 2001.

THE WORLD factbook. *Central Intelligence Agency*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/in.html>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

Aula 12

- DANIÉLOU, Alain. *A brief history of Índia*. Rochester, Vermont, USA, 2003.
- DROZ, Bernard. *La décolonisation*. Paris: La documentations française, dossier n° 8062, mars-avril, 2008.
- GARAUDE, Pauline. *Inde: histoire, société, culture*. Paris: La Decouvert, 2011.
- JAFFRELOT, Christophe. L'Inde, puissance émergent, jusqu'où? In: _____. *L'enjeu mondial: les pays émergents*. Paris: Presses de Sciences Po – L'Express, 2008.
- LACOUTURE, Jean. *Bandung ou o fim da era colonial*. *Le Monde diplomatique*, 2005.
- LANDY, Frédéric. *L'Inde ou le grand écart*. Paris: La documentation française, dossier n° 8060, novembre-decembre, 2007.
- LECLERCQ, Jeanne. *L'Inde face à la crise*. Publicado em 11/08/2011. Disponível em: <http://inde.aujourdhuilemonde.com/linde-face-la-crise>.
- LINHARES, Maria Yedda. Descolonização e lutas de libertação nacional. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge e ZENHA, Celeste. *O século XX – O tempo das dúvidas: do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, vol.3, p. 35-64.
- MISHRA, Pankaj. *Tentações do Ocidente: a modernidade na Índia, no Paquistão e mais além*. São Paulo: Globo, 2007.
- PANTHAM, Thomas. Understanding Nehru's political ideology. In: DALLMAYR, Fred e DEVY, G. N. *Between tradition and modernity. Índia's search for identity*. New Delhi: Sage Publications Índia Pvt Ltd., 1998.
- PEREIRA, Analúcia Danilevicz. Índia: do não alinhamento à condição de potência emergente. In: *Ciências e letras*. Porto Alegre, n°48, p. 29-50, jul./dez. 2010.
- SPEAR, Percival. *Historia de la India II*. Cidade do México: Ed. Fondo de Cultura Econômica, 2001.

Aula 13

- CHAMBRE, Roman, et.ali. *Quelle strategie de puissance pour le Pakistan*. *Base de connaissance AEGE*: <http://bdc.aege.fr>

- DANIÉLOU, Alain. *A brief history of Índia*. Rochester, Vermont, USA, 2003.
- DEMANT, Peter. *O mundo muçulmano*. São Paulo: Contexto, 2004.
- DROZ, Bernard. *La décolonisation*. Paris: La documentation française, dossier n° 8062, mars-avril, 2008.
- GARAUDE, Pauline. *Inde: histoire, société, culture*. Paris: La Decouvert, 2011.
- LA DOCUMENTATION FRANÇAISE. *Inde-Pakistan, 60 ans d'affrontements*. In: <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/dossiers/inde-pakistan/introduction.shtml>
- MISHRA, Pankaj. *Tentações do Ocidente: a modernidade na Índia, no Paquistão e mais além*. São Paulo: Globo, 2007.
- SPEAR, Percival. *Historia de la India II*. Cidade do México: Ed. Fondo de Cultura Econômica, 2001.

Aula 14

- AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Uma revolução perdida. A história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- ABAZOV, Rafis. *The palgrave concise historical atlas of Central Ásia*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- GOLDEN, Peter. *Central Ásia in world history*. New York: Oxford University Press, 2011.
- HIRO, Dilip. *Inside Central Ásia: a political and cultural history of Uzbekistan, Turkmenistan, Kazakhstan, Kyrgystan, Tajikistan, Turkey and Iran*. New York: Peter Mayer Publishers, 2009.
- LARUELLE, Marlène. *Le berceau aryen: mythologie et idéologie au service de la colonization du Turkestan*. In: *Cahiers d'Asie centrale*. Dossier: Le Turkestan russe: une colonie comme les autres? Paris: Numéro 17/18, 2009.
- MISHRA, Pankaj. *Tentações do Ocidente: a modernidade na Índia, no Paquistão e mais além*. São Paulo: Globo, 2007.
- POGODIN, Mikhail P. *Politische Briefe aus Russland*. Leipzig, 1860, p.195. In: Marlène Laruelle. *Le berceau aryen: mythologie et idéologie au service de la colonization du Turkestan*. In: *Cahiers d'Asie centrale*. Dossier: Le Turkestan russe: une colonie comme les autres ? Paris: Numéro 17/18, 2009.

PEYROUSE, Sébastien (Org.). *Gestion de l'indépendance et legs soviétique en Asie centrale*. In: *Cahiers d'Asie centrale*. Dossier: Le Turkestan russe: une colonie comme les autres? Paris: Numéro13/14, 2004.

Aula 15

BROCHEAUX, P. L'économie et la société dans l'ouest de la Cochinchine pendant la période coloniale (1890-1940). In: *Bulletin de l'Ecole française d'Extrême-Orient*. Tome 57, 1970. p. 249-252.

_____. *Ho Chi Minh: a biography*. Cambridge University Press, 2007.

CHESNEAUX, Jean. *A Ásia Oriental nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Pioneira, 1976.

KIERMAN, Ben. *The Pol Pot Regime: Race, Power, and Genocide in Cambodia Under the Khmer Rouge, 1975-79*. Yale University Press, 2008.

RIBEIRO, José Hamilton. *O gosto da guerra*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

YOKOTA, Paulo. *Vietnã, o novo tigre asiático*. Disponível em <http://www.asiacomentada.com.br/2010/01/vietnam-o-novo-tigre-asiatico/>

TREGLODÉ, Benoit de. *Un théâtre d'ombres: le Vietnam entre la Chine et l'ASEAN au lendemain de la crise asiatique*. Les études du CERI, 2000.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A revolução vietnamita: da libertação nacional ao socialismo*. São Paulo: 2007. Ed. UNESP.

ISBN 978-85-7648-906-1



9 788576 489061



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense

uff



UNIRIO



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA